

# Teorias do Desenvolvimento

O livro "TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países", do professor e pesquisador Valdir Roque Dallabrida representa uma importante e consistente contribuição à reflexão teórica e metodológica acerca da temática do desenvolvimento territorial. Através de uma profunda e atualizada revisão e síntese das principais concepções teóricas e abordagens metodológicas das teorias clássica, latino-americana e brasileira sobre o desenvolvimento, sobre o território e sua interrelação, o autor nos oferece, de modo acessível, uma muito boa sistematização dos conceitos e referenciais que nos auxiliam a compreender a evolução do pensamento teórico sobre desenvolvimento territorial, bem como, buscar entender os diferentes e complexos processos e dinâmicas territoriais de desenvolvimento que ocorrem em diferentes escalas espaciais, notadamente na escala regional. A abordagem utilizada pelo autor, nessa construção teórica, privilegiando a perspectiva histórica e social de constituição dos territórios e dos processos de desenvolvimento, a partir de sua interrelação e interdependência, contribui e lança luzes fundamentais para o debate contemporâneo sobre as causas, as dinâmicas, as consequências, mas também sobre a universalidade e particularidades do processo de desenvolvimento em curso, no período em que vivemos. O presente livro igualmente contribui para avançar a reflexão, o debate e a elaboração teórica e metodológica no campo dos estudos em desenvolvimento regional, bem como interessa ao conjunto dos agentes sociais e instituições que desde diferentes escalas espaciais, participam e atuam na promoção do desenvolvimento territorial.

**Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira**  
Doutor em Geografia  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado)  
da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC - Brasil



9 788544 17430

Valdir Roque Dallabrida

Teorias do Desenvolvimento

Editora CRV

Valdir Roque Dallabrida

# Teorias do Desenvolvimento

Aproximações teóricas que tentam explicar  
as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento  
de lugares, regiões, territórios ou países.



Este livro, oportuno, didático e bem-vindo, realiza um grande esforço de sistematização teórica, percorrendo uma longa trajetória, desde reflexões sobre o real sentido do processo de desenvolvimento, até a intrigante questão de saber porque algumas regiões se desenvolvem e outras não. Apresenta e faz dialogar o conjunto das correntes – das originárias às contemporâneas – do campo dos estudos do desenvolvimento, com ênfase em sua dimensão espacial. Neste longo e profundo processo de síntese, não cai na armadilha de que na vasta produção e viagem das teorias e conceitos não podemos ser meros repetidores de aparatos metodológicos que não dão conta de nossas complexas especificidades.

Carlos Brandão (IPPUR/UFRJ)



A obra do professor Dr. Valdir Roque Dallabrida "Teorias do Desenvolvimento", se insere no mais alto patamar da Ciência Regional brasileira. Ela marca a trajetória do geógrafo que usou uma abordagem multidisciplinar para dar respostas ao porque algumas regiões avançam e outras continuam no atraso.

**Prof. Dr. Jandir Ferrer de Lima**  
Professor da UNIOESTE/Toledo,  
Pesquisador do CNPQ, da Fundação  
Araucária do Parque Tecnológico  
Itaipu (FPTI)



**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**

Valdir Roque Dallabrida

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO:  
aproximações teóricas que tentam  
explicar as possibilidades e desafios  
quanto ao desenvolvimento de lugares,  
regiões, territórios ou países

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

EDITORA CRV  
Curitiba – Brasil  
2017

Copyright © da Editora CRV Ltda.  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Editora CRV  
**Revisão:** O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

---

D136

Dallabrida, Valdir Roque.

Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. / Valdir Roque Dallabrida. – Curitiba: CRV, 2017.  
238 p.

Bibliografia

ISBN: 978-85-444-1743-0

DOI: 10.24824/978854441743.0

1. Economia 2. Economia regional 3. Geografia 4. Geografia econômica 5 Sociologia  
6. Política I. Título II. Série.

CDD 330

---

Índice para catálogo sistemático

1. Economia 330

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2017

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: [sac@editoracrv.com.br](mailto:sac@editoracrv.com.br)

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

## Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)  
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)  
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)  
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO - PT)  
Carlos Federico Dominguez Avila (UNB)  
Carmen Tereza Velanga (UNIR)  
Celso Conti (UFSCar)  
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional  
Três de Febrero - Argentina)  
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)  
Élsio José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS)  
Eliseu Clementino (UNEB)  
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)  
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)  
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)  
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)  
João Adalberto Campato Junior (UNESP)  
Josania Portela (UFPI)  
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)  
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)  
Lourdes Helena da Silva (UFV)  
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNICAMP)  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)  
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)  
Paulo Romualdo Hernandes (UNICAMP)  
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)  
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)  
Simone Rodrigues Pinto (UNB)  
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)  
Sydione Santos (UEPG)  
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)  
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

## Comitê Científico:

Anderson Catapan (UTFPR)  
André Nunes (UnB)  
Armando João Dalla Costa (UFPR)  
Breno de Paula Andrade Cruz (UFRRJ)  
Clailton Ataídes de Freitas (UFMS)  
Claudio Gontijo (UFSJ)  
Daniel Arruda Coronel (UFMS)  
Eduardo Armando (FIA)  
Jose Carlos de Souza Santos (USP)  
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)  
Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)  
Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**

# APRESENTAÇÃO

A ideia do presente livro surgiu no segundo semestre de 2008, motivada por um desafio. Fora convidado para ministrar um componente curricular em cursos de Graduação, intitulado Desenvolvimento Regional, que se propunha apresentar as diferentes abordagens teóricas sobre desenvolvimento. No ano seguinte, 2009, fui convidado para ministrar um componente curricular no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, na Universidade do Contestado (Santa Catarina - Brasil), intitulado Teorias do Desenvolvimento, que tinha como objetivo compreender o debate conceitual sobre desenvolvimento, identificar suas bases teóricas e suas relações com as políticas de desenvolvimento regional.

Mas, qual o desafio? Ao iniciar os preparativos para ministrar os dois componentes curriculares, detive-me com a deficiência de material de apoio, que servisse, ao mesmo tempo, como referência para as aulas na Graduação e Pós-Graduação. O que encontrava eram artigos científicos e livros que apresentavam as bases teóricas sobre desenvolvimento, de forma desconexa, escrita numa linguagem essencialmente acadêmica, com predominância do enfoque técnico e monodisciplinar, em geral direcionados aos estudantes iniciados nas Ciências Econômicas e, na sua maioria, exigindo o nível de pós-graduação para sua compreensão. Ou seja, apresentava-se a necessidade de suprir a carência de obras síntese, com uma descrição e caracterização das diferentes abordagens teóricas sobre desenvolvimento.

Esse desafio motivou a elaboração da primeira edição de um livro sobre o tema, publicado em 2010, com uma reimpressão em 2011. Na época teve-se a ideia de por um título, seguido de um subtítulo provocativo: *Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* A capa tinha um caráter explicativo, apresentando por meio de desenhos as três principais dimensões do desenvolvimento - Sociedade, Ambiente e Economia -, além de reproduzir a foto de autores, dentre os principais expoentes nacionais e internacionais com contribuições fundamentais sobre as teorias do desenvolvimento. Esclarecia-se na introdução do livro que o objetivo não era dar uma resposta única à interrogação, até porque ela não existe, deixando ao leitor a tarefa de buscar possíveis respostas pelo contato com as argumentações dos diferentes autores, das diferentes vertentes teóricas, sustentadas em diferentes concepções teórico-ideológicas.

Sobre a interrogação do subtítulo, esclarecia-se, já na primeira versão do livro, que o desenvolvimento era compreendido como um processo de mudança situado histórica e territorialmente, não se apresentando como um

estágio a ser transposto, nem um modelo estático a ser seguido. Dizia-se, naquela publicação, que até seria um equívoco falar-se em regiões desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, sobre o que se tem ainda maior convicção atualmente. Afirmava-se, finalmente, que seria mais adequado se falar em regiões ou territórios com diferentes níveis de dinamismo socioeconômico, com um projeto de futuro definido coletivamente, ou não, resultando em diferentes padrões socioeconômicos e de qualidade de vida da sua população. Ainda, fazia-se questão de reafirmar a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, tema que é retomado nesta edição do livro, por meio das argumentações de diferentes autores.

Mantém-se o mesmo propósito da primeira versão deste livro, que é fazer uma breve síntese das principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento, sintetizando as diferentes concepções de especialistas de variadas áreas do conhecimento, em especial da Economia, da Geografia, da Sociologia e da Ciência Política. Portanto, não se trata de uma visão que contempla apenas o ponto de vista da Economia, ou de outra área do conhecimento.

Agora, depois de oito anos da primeira edição, retoma-se a proposta do livro, revisada e ampliada. Para tal, se readéqua a estrutura de distribuição dos capítulos e suas partes, revisa-se algumas falhas constatadas na primeira versão, em especial de conteúdo, ampliando o texto, pela atualização bibliográfica e menção de outros autores e pela inserção de mais um capítulo, sobre a abordagem territorial do desenvolvimento.

Além das atualizações, revisões e acréscimos, adéqua-se o título para *TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. O termo aproximações é empregado com o sentido de acumulação ou aglutinação das diferentes abordagens, enfoques ou correntes teóricas que constituem o que se convencionou chamar genericamente de teorias do desenvolvimento.

É feita menção e caracterizada sinteticamente, cada uma das aproximações teóricas sobre desenvolvimento, ao menos, as que são consideradas, pela academia em geral, como mais significativas. Procura-se mencionar os principais autores, referenciando tanto obras clássicas como contemporâneas, ou releituras sobre as mesmas, além de apresentar um pequeno resumo de cada abordagem. Assim, são mais de quatro centenas de referências mencionadas, sejam elas, na forma de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, coletâneas, livros ou capítulos de livro. Certamente, alguns autores foram esquecidos ou preteridos, dentre todos eles, para o que, agradecemos as sugestões ou críticas dos colegas, as quais virão qualificar uma reedição futura do livro.

Assim, o livro está estruturado em cinco capítulos. O primeiro resume abordagens teóricas clássicas que expressam a preocupação com temas relacionados ao desenvolvimento, com enfoque dos economistas clássicos, das teorias clássicas espaciais sobre localização e das teorias do crescimento econômico regional, desde Adam Smith, Ricardo, Marx, Marshall, Schumpeter, Keynes, North, Rostow, Myrdal, Hirschman, Perroux, Solow, Romer e Lucas. Seguem-se abordagens sobre a Ciência Regional e as contribuições de autores neomarxistas, tais como, Samir Amin, Gunder Frank, Paul Baran e Rui Mauro Marini, dentre outros.

O segundo capítulo trata das contribuições de teóricos latino-americanos e brasileiros nas teorias do desenvolvimento. Inicia-se sintetizando as bases teóricas sobre o Estruturalismo Latino-Americano, referindo-se a autores, tais como, Raul Prebisch, Celso Furtado, Sunkel, Cardoso e Falleto, Vânia Bamberra e Teotônio dos Santos. Sobre as contribuições de teóricos brasileiros, além de Furtado e Cardoso, menciona-se Inácio Rangel, Eugênio Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos, Gouveia de Bulhões, Bresser-Pereira, Conceição Tavares, Wilson Canno, Prado Junior, Werneck Sodré, além de outros autores.

O terceiro capítulo inclui as abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial. Inicia-se com o debate sobre Acumulação Flexível e, na continuidade, sobre a Teoria da Regulação, os distritos industriais italianos do tipo marshalliano, as correntes teóricas neoschumpeterianas sobre meio inovador, regiões e territórios inteligentes ou inovadores, regiões engenhosas ou criativas e dinâmicas de proximidade. Sobre as abordagens neoinstitucionalistas, merece destaque o enfoque sobre Nova Economia Institucional e Capital Social. Merecem ainda referência o enfoque sobre patrimônio ou ativos relacionais da Escola Californiana, as vantagens competitivas de Porter, debates sobre *cluster*, arranjos ou sistemas produtivos locais ou regionais, a Nova Geografia Econômica, os enfoques teóricos sobre a sociedade ou economia em rede, cidades mundiais e cidade-região, a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, a economia popular e solidária, as abordagens sobre desenvolvimento econômico local e endógeno, finalizando com enfoques sistêmicos sobre desenvolvimento territorializado e a relação sociedade, economia, meio ambiente, destacando abordagens teóricas sobre Ecomarxismo, Ecofeminismo, a perspectiva da Decolonialidade e do Pós-Desenvolvimento, os enfoques sobre Economia Circular e Sistemas Agroflorestais e Agroalimentares.

No quarto capítulo dá-se destaque à abordagem territorial do desenvolvimento, apresentando os principais debates, desafios, incongruências e uma proposta de abordagem. Com este propósito, após contextualizar o debate sobre a abordagem territorial, propõe-se uma base teórica que faz referência

às questões territoriais, priorizando uma concepção integradora e relacional sobre território, incluindo o debate sobre territorialidade, identidade territorial, ancoragem territorial e dinâmicas de proximidade, ativos e recursos territoriais e patrimônio territorial, apresentando a aceção de governança territorial como método para a gestão do território. O desenvolvimento territorial é situado como o objetivo final dos processos que ocorrem no território.

Por fim, o quinto capítulo apresenta algumas considerações finais, retomando reflexões sobre o real sentido de desenvolvimento, fazendo uma síntese integradora quanto às ideias centrais das teorias, além de indicativos sobre os fatores que interferem no desenvolvimento, finalizando com a apresentação de limites explicativos das teorias e desafios da prática do desenvolvimento local, regional ou territorial.

Portanto, trata-se de um livro, em especial, com caráter didático-pedagógico, objetivando atender uma lacuna existente. No entanto, a síntese sobre as diferentes teorias do desenvolvimento servirá, também, para que o leitor não acadêmico busque respostas e consiga entender em que se fundamentam as diferentes políticas de desenvolvimento, do passado e do presente, as quais, tanto podem contribuir positiva como negativamente, para o desenvolvimento de regiões, territórios ou países.

Deseja-se a todos, uma boa leitura, agradecendo de antemão aos colegas que optarem por recomendar o presente livro aos seus alunos, seja da graduação ou pós-graduação.

*Prof. Valdir Roque Dallabrida*  
Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional  
Santa Catarina (Brasil), inverno de 2017.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
<i>Francisco do O' de Lima Junior</i>	
1. A PREOCUPAÇÃO COM TEMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO NAS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS .....	17
1.1. Os teóricos clássicos e sua preocupação com o acúmulo de riquezas e a melhoria da qualidade de vida .....	18
1.2 As teorias clássicas espaciais ou da localização .....	27
1.3 As teorias do crescimento econômico regional .....	31
1.4 O enfoque da Ciência Regional.....	57
1.5 A contribuição de teóricos neomarxistas no debate sobre desenvolvimento.....	59
2. A CONTRIBUIÇÃO DE TEÓRICOS LATINO-AMERICANOS E BRASILEIROS NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	65
2.1 Bases teóricas do chamado estruturalismo latino-americano ....	65
2.2 Os principais debates sobre desenvolvimento no Brasil.....	74
2.3 Algumas teses em debate sobre a teoria do desenvolvimento no Brasil, após 1964.....	81
3. ABORDAGENS TEÓRICAS RECENTES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, REGIONAL OU TERRITORIAL ....	87
3.1 A abordagem sobre Acumulação Flexível .....	89
3.2 A Escola da Regulação.....	90
3.3 Os distritos industriais italianos do tipo marshalliano .....	92
3.4 O Neoschumpeterianismo ou Economia Evolucionária .....	93
3.5 A abordagem centrada no papel da Classe Criativa e Regiões Engenhosas .....	100
3.6 A Escola do Institucionalismo e Neoinstitucionalismo .....	102
3.7 Outros enfoques teóricos recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial .....	106
3.8 Enfoques sistêmicos sobre desenvolvimento territorializado e a relação sociedade, economia, meio ambiente ....	122
4. ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: debates, desafios, incongruências e uma proposta .....	133
4.1 Pontos de partida sobre a abordagem territorial do desenvolvimento e os debates presentes na academia .....	133

4.2 As incongruências e desafios sobre a abordagem territorial do desenvolvimento.....	136
4.3 Uma proposta de abordagem territorial do desenvolvimento, tendo o território com seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método .....	138
4.4 O desenvolvimento territorial como fim dos processos que ocorrem no território .....	159
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
5.1 O real sentido de desenvolvimento .....	163
5.2 Uma síntese integradora quanto às ideias centrais das teorias, enfoques ou abordagens teóricas sobre desenvolvimento.....	167
5.3 Uma síntese de indicativos sobre fatores determinantes do desenvolvimento.....	174
5.4 Alguns limites explicativos das teorias do desenvolvimento e desafios da prática do desenvolvimento local, regional, territorial .....	181
REFERÊNCIAS .....	187
SOBRE O AUTOR .....	237

# PREFÁCIO

Para além da responsabilidade que é escrever um texto percussor, preludivando os principais aspectos de uma obra, a tarefa de prefaciá-la exige boas reflexões e muito cuidado na elaboração, em decorrência de um conjunto de requerimentos que de uma forma ampla enxergo sob dois grandes aspectos: o primeiro deles diz respeito a descrever um pouco sobre a trajetória do autor ou autores que conduziram a tarefa árdua de investigação e, por outro lado, com forte ligação ao primeiro aspecto, está o fato de escrever sobre a obra.

Assim, falar do autor Valdir Roque Dallabrida e da sua obra é, inicialmente, remeter-me um pouco a um relato interessante dos meus contatos com as leituras e consequentes reflexões proporcionadas por outras de suas obras. A formação e a consolidada agenda de pesquisa de Valdir Dallabrida foi o nexo que permitiu este vínculo. Tratando do desenvolvimento regional com uso de categorias como governança, indicações geográficas, sinergias e ativos territoriais, o autor vem, há muito tempo, explorando de maneira profunda possibilidades aplicadas às particularidades e ao entendimento do desenvolvimento de regiões dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ultimamente, em especial, o Território do Contestado, no Planalto Norte Catarinense.

Atuamos em duas das poucas Instituições de Ensino Superior que trazem na sua designação a missão do universal pelo regional, bem como, a promoção do desenvolvimento sustentável do território imediato em que estão inseridas. A sua vinda à Universidade Regional do Cariri (URCA), no Sul do Estado do Ceará, mais precisamente na Região do Cariri, em 2015 para o Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento, do Departamento de Economia da URCA permitiu uma troca de experiências e a partilha de sua produção junto ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), região de atuação de Dallabrida, conforme já mencionado.

Dois regiões distintas, mas que padecem dos mesmos desafios ao se pensar o desenvolvimento dos seus territórios frente às imposições do atual modelo de desenvolvimento pautado no redimensionamento dos lugares, almejando à inserção globalizante. Ademais, estas duas regiões guardam algumas semelhanças no que concerne a fatos históricos, personagens civis e líderes políticos e religiosos que protagonizaram movimentos de resistência num mesmo momento da História do Brasil.

Para além do entendimento do território e dos desdobramentos dentro deste contexto, versando sobre o seu desenvolvimento, já tratado em diversas obras, Valdir Dallabrida ora nos apresenta uma preocupação advinda de inquietações na sua docência e prática de pesquisa: a compreensão dos fatores que fazem determinadas regiões se desenvolverem e outras não. Tal inquietação, moderada sob uma análise mais superficial, traz no seu bojo o repto colocado pela presente obra que é o de tratar desta questão, fundamentando-a de acordo com a evolução do pensamento econômico e de outras correntes que abordam a questão regional. No entanto, a provocação inovadora está em realizar esta tarefa dialogando com base de construção interdisciplinar, evitando a qualidade tardia que os movimentos de exploração teórica exigem, principalmente em se tratando das Teorias Econômicas e Regionais.

Assim, Dallabrida tem como ponto de partida localizar a preocupação com o desenvolvimento no pensamento econômico, redarguindo na sua ideia central que estava nas formas de acumulo de riquezas e seus rebatimentos na melhoria da qualidade de vida. Resgata portanto, as origens deste pensamento, evidenciando o foco dado pela Fisiocracia, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill. Na mesma evolução, explora as abordagens das Teorias da Localização, marco inicial sistematizado acerca das espacialidades dos processos econômicos, para em seguida tratar das contribuições sobre as Teorias do Crescimento Econômico.

No mesmo capítulo, transigindo temporalmente a sequência, apresenta as correntes teóricas desenvolvidas/aprofundadas ao longo do século XX, dentre as quais: a contribuição neoclássica do inglês Alfred Marshall; a sistematização do papel inovativo e do empresário empreendedor pensado pelo austríaco Joseph Schumpeter; a preocupação com o crescimento derivado da variável investimento e do protagonismo dado aos gastos governamentais, defendida pelo inglês John Maynard Keynes. Este último acaba gerando uma verdadeira polarização no pensamento econômico posterior, entre os defensores da intervenção estatal e do planejamento para a promoção do desenvolvimento e os adeptos do protagonismo do mercado e da dinâmica de equilíbrio por ele proporcionada.

Na sequência, são explorados alguns autores que se utilizam da matriz marxista e se alinham a entender o desenvolvimento econômico utilizando-se da visão instrumental dada pela divisão internacional do trabalho entre as nações. Estas contribuições foram denominadas de neomarxistas ou mesmo neodependentistas e encontraram na América Latina solo fértil de interpretação. Ao considerá-las como importantes no panteão das Ciências Econômicas, o

professor Valdir Dallabrida acerta ao expor o pensamento alternativo e crítico, tão necessários atualmente.

O livro percorre com êxitos o rumo dado pelos princípios fundamentais e permanece no caminho que evita a feição monocórdica, geralmente encontrada nas investidas teóricas. Pelo contrário, o texto justapõe profundidade ao evidenciar as categorias basilares de cada corrente, ao passo que trata com leveza e esclarecimento aos que não são da Ciência Econômica e carecem de compreensão de tais ordenamentos. A partir de então, a investigação envereda por noções que deixam mais evidentes e diretas as inquietações com o processo de desenvolvimento capitalista e suas manifestações. O ambiente conjuntural do pós Segunda Guerra Mundial e dos seus trinta anos subsequentes, bem como, suas decorrências históricas, políticas e econômicas, dão concretude às próximas abordagens exploradas. Neste caso, a dedicação em contextualizar tais noções com a questão central da obra - qual seja de entender as causas que fazem algumas regiões se desenvolverem e outras não -, é uma respeitável empreitada.

Outra parte que considero também de extensa valia na intenção de apresentar o pensamento teórico do desenvolvimento econômico capitalista aos diversos campos de pesquisa regional é o capítulo seguinte, que versa sobre os grandes teóricos do pensamento latino-americano e do Brasil. Além de tratar das nossas particularidades em suas Teorias do Desenvolvimento Econômico, observamos aqui a ampla riqueza de nossas interpretações, confirmando que o campo intelectual das Ciências Sociais e Humanas aplicadas a entender a realidade concreta tem na América Latina e no Brasil, extraordinários expoentes, tanto do ponto de vista da firmeza teórica, quanto de sua capacidade de interpretação.

E no que concerne à capacidade de apropriação aos entendimentos da realidade concreta e, mais diretamente do caso das problemáticas do desenvolvimento local, regional e territorial, Dallabrida nos oferece nos últimos capítulos um fecundo conjunto das recentes elaborações. A amplitude das correntes expostas permite não somente o seu conhecimento, mas o diálogo entre diversas contribuições, dando condições mais dilatadas de trabalhar diversas problemáticas do desenvolvimento espacial, que uma visão teoricamente unilateral não permitiria. Das abordagens pautadas na acumulação flexível aos diversos enfoques do desenvolvimento local, regional e territorial, uma intensa jornada é percorrida dando conta de aspectos mais austeros, das endogenias do desenvolvimento, até os elementos institucionalistas que permeiam os debates atuais. O diálogo com outras obras de importantes pesquisadores

nacionais, aos quais se faz referência em notas diversas, não só nesta parte, mas em todo o texto, é excepcional.

Penso que, com esses elementos, o professor Valdir Roque Dallabrida mais uma vez propõe um caminho que auxilia nas reflexões acerca do desenvolvimento regional e suas desigualdades, bebendo nas clássicas sistematizações do pensamento e sua contemporização, nos fornecendo um arsenal que abarca a pluralidade dos fatores que ajudam a entender os diferenciais de desenvolvimento entre as regiões ou territórios.

Cariri, 15 de maio de 2017.

*Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Junior*

Economista, Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (São Paulo), com pós-doutorado no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck (Áustria), sob a supervisão do Dr. Martin Coy. É Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU-DE) da Universidade Regional do Cariri (URCA), onde atualmente é Vice-Reitor e Professor Associado do Departamento de Economia. Atua também como professor no Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Brasil).

# 1. A PREOCUPAÇÃO COM TEMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO NAS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS

Antes de mencionar e sintetizar as diferentes abordagens teóricas clássicas é necessário lembrar que o tema desenvolvimento, e até uso do próprio termo, passa a ter destaque apenas a partir da metade do século XX<sup>1</sup>. Até esta época, havia a preocupação com o crescimento econômico e, somente por poucos autores, com o bem-estar das pessoas ou da sociedade.

No entanto, há autores, como Siedenberg<sup>2</sup>, que defende ser concebível buscar na organização social, política e econômica da Grécia Antiga, com destaque para as concepções de personagens como Sócrates e Aristóteles, uma contribuição para a configuração, mesmo que embrionária, da concepção de desenvolvimento. Da mesma forma, o mesmo autor reconhece as contribuições da República e do Império Romano, influenciando sobre idiomas, religião, arquitetura, filosofia, direito, política e formas de governo, cujas contribuições nos avanços científicos, institucionais, nas formas de vida e na organização socioeconômica, segundo o autor, poderiam ser considerados contributos ao debate sobre o que se atribui ser o desenvolvimento. Adicionalmente, também, as doutrinas e influências da igreja, com as concepções de Santo Augustinho e Santo Tomas de Aquino, além das críticas feitas pelos representantes da ética protestante, segundo Siedenberg, deveriam ser consideradas. Por fim, ao relacionar as doutrinas e teorias econômicas ao debate sobre desenvolvimento, além dos temas considerados neste livro, o mesmo autor inclui os contributos do Mercantilismo, como um conjunto de concepções e práticas econômicas que podem ser consideradas no conjunto de conhecimentos que constituem as bases para se entender o desenvolvimento.

Portanto, a opção em iniciar pela preocupação sobre temas relacionados ao desenvolvimento, fazendo referência, inicialmente, aos economistas clássicos, não é a única opção possível. Pessoalmente, consideramos se a mais adequada sob o ponto de vista teórico e metodológico, com vistas a atender ao propósito a que se propõe o presente livro.

---

1 Quando se faz referência no texto às concepções teóricas clássicas, não necessariamente coincide com o que a ciência econômica chama de economistas clássicos.

2 Faz-se referência a um texto de Siedenberg (2012).

## 1.1. Os teóricos clássicos e sua preocupação com o acúmulo de riquezas e a melhoria da qualidade de vida

Para fazer referência à preocupação dos teóricos clássicos sobre temas relacionados ao desenvolvimento, inicialmente, discorre-se de forma muito sintética a respeito do pensamento econômico dos fisiocratas, chegando até os principais pensadores clássicos<sup>3</sup>.

### 1.1.1 O pensamento dos fisiocratas

Para os economistas, historicamente, a preocupação com o desenvolvimento, na sua dimensão econômica, ou desenvolvimento econômico como costumam referir-se, começa com os pensadores fisiocratas. Quando se fala em fisiocratas, está se fazendo referência aos pensadores de uma corrente teórica da Economia do início do século XVII, chamada Fisiocracia, a qual teve curtíssima duração e representou uma reação ao pensamento mercantilista. Fisiocracia significa etimologicamente governo da natureza ou lei da natureza<sup>4</sup>.

Os fisiocratas, assim foram chamados pelo fato de que baseavam suas teorias em leis naturais, ou seja, a economia, como outras ciências, funcionaria segundo leis naturais, seguindo uma ordem providencial, desejada por Deus para o bem da humanidade. A característica de vinculação à natureza levava a tomar a agricultura como base econômica, em oposição aos chamados mercantilistas que colocavam ênfase na indústria e no comércio exterior. A maior contribuição dos fisiocratas à noção moderna de desenvolvimento foi a noção de fluxo da riqueza, em oposição à noção de estoque de riqueza do Estado, advogada pelos mercantilistas. Os fisiocratas representavam o pensamento dos ‘proprietários de terra’, duramente criticados pelos mercantilistas. São os fisiocratas, na defesa dos próprios interesses feudais, que despertam para a percepção de riqueza da sociedade ao invés de apenas um Estado rico e poderoso. Cabe destacar o estreito vínculo dos autores fisiocratas com a burguesia senhorial daquele período, sendo que alguns de seus equívocos teóricos se devem à percepção política dos mesmos e aos interesses a que defendiam.

Os fisiocratas viam na despesa do consumidor o principal determinante da renda. Assim, os produtos agrícolas deveriam ser caros, para estimular o aumento da produção e da produtividade, ao mesmo tempo em que defendiam a reforma fiscal, aliviando os contribuintes, a fim de que pudessem aumentar seu consumo. Outro ponto de defesa era de que o aumento da produção e da produtividade

3 Esta parte do texto recorre às importantes contribuições de Souza (2005).

4 Conf. Silva (1987).

agrícola aumentaria o excedente a ser destinado ao desenvolvimento do resto da economia, já que para eles apenas a agricultura produziria excedente<sup>5</sup>.

François Quesnay<sup>6</sup>, nascido em 1694 e falecido em 1774, economista francês, foi o líder da Escola Fisiocrata, considerada a primeira escola de Economia Política. Quesnay foi médico na corte francesa. Suas primeiras publicações foram no campo da medicina. Seu conhecimento da circulação do sangue e sua fé no poder curativo da natureza, foram levados para suas especulações na área econômica enquanto um preceito de confiança na natureza, como capaz de reger também a economia por via das inclinações naturais do homem. Somente depois dos 60 anos de idade publicou seu primeiro livro no assunto e atraiu um grupo de economistas que o viam como seu líder. O sistema de Quesnay foi exposto no seu *Tableau Économique* (Quadro Econômico), de 1758, que mostrava esquematicamente as relações entre as diferentes classes econômicas e setores da sociedade e o fluxo de pagamentos entre elas<sup>7</sup>.

Veja-se que estas ideias precisam ser contextualizadas nas condições da época, antes da Revolução Industrial, quando a agricultura era a atividade quase que exclusiva<sup>8</sup>.

5 **Excedente**, ou **valor excedente**, em geral, é utilizado nas análises do lucro, da renda, do valor e da riqueza tangível. Assim, desde os mercantilistas e fisiocratas este conceito é utilizado. Já A. Marshall o utilizava como excedente do consumidor, como o excesso de preço que o consumidor estaria disposto a pagar para não dispensar uma mercadoria. Outro uso do conceito é o de excedente econômico, para referir-se sempre que um vendedor realiza uma venda por uma quantia maior que a quantia mínima pela qual estaria disposto a vendê-la. Popularmente, o termo excedente é utilizado para referir-se à parte da produção de bens que não é consumida pelo produtor (Ex.: um agricultor que cultiva feijão, o excedente de produção se refere ao que ele não consome, e que é colocado à venda no mercado), ou, ainda, a margem de lucro de uma determinada atividade produtiva. Já na teoria marxista o excedente é entendido como **mais-valia**, ou seja, o valor que excede do trabalho do trabalhador, que se transforma em lucro para o empresário que o contrata (SILVA, 1987).

6 Obra publicada na língua portuguesa: Quesnay (1978).

7 Com seu **Tableau Économique**, Quesnay criou o conceito de equilíbrio econômico, uma concepção tomada como ponto de partida nas análises econômicas desde então. É dele também a noção de que o capital deve constituir uma reserva de riqueza a ser acumulada antes da produção. Considerava que a poupança era potencialmente prejudicial porque, não aplicadas, podia perturbar o equilíbrio do fluxo de pagamentos. A metodologia e os princípios políticos do sistema fisiocrata baseavam-se na doutrina da Lei Natural. Aceitar essa doutrina levou-o a proclamar que o **laissez-faire** na economia seguia a lei natural e, portanto, representava a ordem econômica de indicação divina. Em seu pensamento tem origem a doutrina da harmonia de interesses das classes, formulada no século XIX, e o pensamento, a ela relacionado, de que o máximo de satisfação social ocorre com a livre competição. Os pontos fundamentais da doutrina eram o pensamento de que o governo não deveria interferir nas operações econômicas, as quais deviam ser deixadas seguir livremente as leis econômicas naturais, e a crença de que a terra é a fonte de toda riqueza. Já o termo **laissez-faire**, em geral, designa a não intervenção do Estado nas atividades econômicas. Frequentemente é utilizada como a expressão-chave da crença na liberdade das atividades produtivas em relação à interferência estatal. (Conf.: SILVA, 1987).

8 No **Tableau Économique**, Quesnay constrói seu esquema de funcionamento do sistema econômico. Neste esquema a sociedade acha-se dividida em três classes: a classe produtiva, constituída pelo

## 1.1.2 A questão do desenvolvimento segundo os economistas clássicos<sup>9</sup>

A preocupação com a qualidade de vida da população, logo, com o desenvolvimento e não apenas com o crescimento econômico, evidentemente, não pode ser considerada algo novo. Na verdade, tal preocupação pode-se dizer que esteve na origem da Economia enquanto ciência. Assim, a problemática central tratada pelos chamados economistas clássicos (como por exemplo, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill) era como melhorar as condições de vida da população através de um aumento no acúmulo de riquezas.

Assim, pode-se afirmar que o tema central da Economia Clássica, evidentemente traduzido em termos atuais, poderia ser o que entendemos como desenvolvimento, o que indica, por exemplo, o título de uma das principais obras daquele período – *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* –, de Adam Smith<sup>10</sup>. Se considerarmos a implantação do socialismo como uma solução definitiva ao problema do desenvolvimento pode-se considerar o próprio Karl Marx como um autor da Economia Clássica, na medida em que as suas teorias têm relações claras com a dos autores deste período<sup>11</sup>.

Smith, em sua obra *A riqueza das Nações*, procura identificar as causas do crescimento econômico nacional. Defende o autor que enquanto houver taxa de lucro positiva decorrente da ampliação dos mercados e da divisão do trabalho, haverá poupanças que se transformarão em investimentos, aumentando a demanda de trabalhadores produtivos<sup>12</sup>. Assim haverá rendimentos crescentes pela ampliação

---

conjunto dos arrendatários capitalistas e assalariados que desenvolvem suas atividades na agricultura e cujo trabalho é produtivo no sentido fisiocrático, isto é, como criador do produto líquido; a classe estéril, constituída pelo conjunto daqueles que exercem sua atividade à margem da agricultura e cujo trabalho não é produtivo, ou melhor, é estéril, porque não produz excedente. Nestes estariam incluídas as atividades comerciais e industriais, o que se trata de um equívoco, sob o ponto de vista teórico. Na realidade, se é verdade que a agricultura é uma importante fonte de riquezas, Quesnay não se apercebeu que em breve seria acima de tudo a indústria que produziria a maior parte das riquezas, e tornaria ricos os países em que a indústria é mais desenvolvida, fazendo com que as vendas de produtos manufaturados para o exterior tornar-se-ia uma grande fonte de riqueza. Mas mesmo assim o Quadro Econômico de Quesnay merece muito crédito, por ser a primeira tentativa que foi feita para dar uma representação numérica do mecanismo da vida econômica em regime capitalista (Fonte: Grupo HEAD, acessado em: <<http://grupohead.tripod.com/economistas/quesnay.htm>>).

9 Este item do texto utiliza contribuições de Souza (2005).

10 Smith (1983).

11 Conf. Dallabrida, Basso e Neto (2006).

12 Em geral, utiliza-se o conceito **divisão do trabalho** para referir-se a divisão de um processo ou tarefa em partes, cada qual desempenhada por uma pessoa. Ou seja, refere-se à especialização do trabalho em tarefas e papéis específicos e delimitados, com o objetivo de aumentar a eficiência da produção. Na história da espécie humana, a primeira divisão do trabalho ocorreu entre homens e mulheres, mas tornou-se ainda mais sofisticada com o advento da agricultura e a surgimento da civilização. A divisão do trabalho é uma característica fundamental das sociedades humanas. Modernamente, na medida em

continua da escala das firmas, ao menos enquanto não surgir o chamado estado estacionário. Smith era contrário às ideias mercantilistas da época do feudalismo<sup>13</sup>, com o que defendia a livre iniciativa, fundada na doutrina da harmonia dos interesses individuais, provocada pela mão invisível das forças do mercado e pela ação do Estado em desempenhar suas funções específicas: defesa, justiça e manutenção de certas obras públicas<sup>14</sup>.

Resumindo as ideias de Smith, poder-se-ia afirmar que, segundo ele, a riqueza das nações determina-se, em primeiro lugar, pela produtividade do trabalho útil ou produtivo, em oposição ao trabalho improdutivo, sendo o primeiro aquele trabalho que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção. Em segundo lugar, a riqueza deriva da quantidade de trabalho empregada no processo produtivo, em relação à população total.

Já David Ricardo<sup>15</sup>, outro clássico, em suas obras preocupou-se tanto com a distribuição da riqueza nacional, quanto com sua distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras. Segundo o autor, o grande problema do

---

que as atividades produtivas se diversificam e complexificam, cada vez mais a divisão do trabalho está presente. Alguns enfoques se dedicam a estudar a chamada divisão internacional do trabalho, ocorrida entre países. Dependendo da concepção, socialista ou liberal, há entendimentos diversificados sobre divisão do trabalho (SILVA, 1987).

13 **Mercantilismo** é o nome dado a um conjunto de práticas econômicas desenvolvido na Europa na Idade Moderna, entre o século XV e o final do século XVIII. O mercantilismo caracterizou-se pelo foco no comércio, com uma forte ingerência do Estado na economia. Consistiu numa série de medidas tendentes a unificar o mercado interno e teve como finalidade a formação de fortes países na época. Na época em que se iniciou a colonização do Brasil por Portugal, em 1500, os países europeus estavam na fase mercantilista. Por isso, um dos primeiros interesses de Portugal no Brasil foi descobrir riquezas naturais que poderiam ser exploradas e comercializadas com os demais países. Já as relações feudalistas, refere-se ao **feudalismo**, que foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais (servis). Tem suas origens na decadência do Império Romano. Predominou na Europa durante a Idade Média. (Adaptado de SILVA, 1987 e ANDRONI, 1895).

14 Conf. Souza (2005). Diz-se que existe **economia de livre mercado**, **economia de mercado** ou **sistema de livre iniciativa** quando os agentes econômicos agem de forma livre, sem a intervenção dos governos. É, portanto, um mercado idealizado, onde todas as ações econômicas e ações individuais, tais como, por exemplo, transferência de dinheiro, bens e serviços são voluntárias. A propriedade privada é protegida pela lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. O mercado livre é defendido pelos proponentes do liberalismo econômico ou, mais recentemente, do neoliberalismo. As teses do **Liberalismo Econômico** foram criadas no século XVIII com clara intenção de combater o mercantilismo, cujas práticas já não atendiam às novas necessidades do sistema de produção capitalista. O pressuposto básico da teoria liberal é a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma. Os economistas do final do século XVIII, eram contrários a intervenção do Estado na economia. Para eles o Estado deveria apenas dar condições para que o mercado seguisse de forma natural seu curso. **Neoliberalismo** é um termo que foi usado em duas épocas diferentes com dois significados semelhantes, porém distintos: um, na primeira metade do século XX, significou a doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista; outro, a partir da década de 1960, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo. É nesse segundo sentido que o termo é mais usado hoje em dia (Adaptado de SILVA, 1987).

15 Ricardo (1982).

crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores, o que resultava na elevação dos salários e dos fundos necessários para contratar trabalhadores produtivos, adquirirem meios de produção e elevar a produção em geral<sup>16</sup>. Defendia a ideia de que os preços das mercadorias deveriam ser proporcionais ao volume de trabalho incorporado, e a tecnologia, ao afetar a produtividade, faria variar o valor de um bem.

Renda é entendida pelos economistas clássicos como um pagamento de transferência entre duas classes, dos capitalistas aos senhores de terra, pelo uso das propriedades naturais, originais e indestrutíveis do solo. A partir deste entendimento, Ricardo estabeleceu a chamada Lei da Renda da Terra, segundo a qual os produtos das terras férteis são produzidos por um custo menor e vendidos ao mesmo preço dos demais, produzidos com maiores custos em terras de menor produtividade, o que proporcionaria aos seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de produção, comparado com o que se produziria na terra de menor fertilidade<sup>17</sup>.

Os clássicos preocupavam-se com o problema do estado estacionário, ou seja, a estagnação da economia, referindo-se ao momento em que, esgotadas as possibilidades de crescimento, a economia atingiria o estado de crescimento zero, cessando a acumulação de capital, com o que a economia deixaria de crescer<sup>18</sup>. Essa já era uma preocupação expressa por Smith. Outro clássico, J.

16 Segundo a teoria marxista, **meios de produção** são o conjunto formado por meios de trabalho e objetos de trabalho, ou seja, tudo o que medeia a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da própria natureza. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção: as instalações prediais (fábricas, armazéns, silos etc), a infraestrutura (abastecimento de água, energia, transportes, telecomunicações, etc), as máquinas, as ferramentas, etc. . Síntese, a partir de Sandroni (1999).

17 Esta noção inicial de renda formulada por Ricardo é ampliada, mais tarde por K. Marx, diferenciando quatro tipos de renda: **renda absoluta**, Renda paga na última faixa de terra ocupada em função da existência da propriedade privada da terra que não permite seu uso livre, obtida pelas características físicas do próprio solo; **renda de monopólio**, determinada pela condição única do valor do solo em relação ao mercado; **renda diferencial I e II**, a primeira, determinada pelas características naturais do solo que era explorada pelo capitalista, cujos elementos em destaque eram a fertilidade e a localização, que permitiriam menores gastos para produzir por m<sup>2</sup> a mesma quantidade de produtos que no pior terreno, e a segunda, determinada pela quantidade de capital investido no solo através de equipamentos, como os de irrigação e drenagem, por exemplo, acarretando um maior volume de produção por m<sup>2</sup>. A renda diferencial pode ser considerada um lucro suplementar. Na agricultura, tal como ocorre na indústria, o empresário só investe o seu capital na produção se isto lhe assegurar o lucro médio. Os empresários que aplicam o seu capital em condições de produção mais favoráveis, por exemplo, nas áreas de terra mais férteis, além do lucro médio sobre o seu capital, ainda auferem um lucro suplementar. Na indústria, o lucro suplementar é auferido por aqueles industriais que aplicam uma técnica mais avançada em comparação com o nível técnico médio no ramo industrial considerado. (Resumido de: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/12.htm>>).

18 **Capital** na economia, numa referência freqüente aos bens de produção, se refere às mercadorias produzidas pelo homem e posteriormente utilizadas na produção de outras mercadorias. Capital, também é utilizado para referir-se a um fator de produção que representa o poder ou a capacidade de ser transformado ou transformar algo de maneira produtiva. Não representa um produto ou serviço no presente, mas a capacidade de produzi-lo ao longo do tempo. O capital é um estoque que pode ser convertido em fluxo de riquezas. Quando se utiliza o termo **acumulação de capital**, geralmente,

S. Mill<sup>19</sup>, por sua vez, apresenta uma visão otimista sobre o estado estacionário, pois defendia que o ritmo de progresso técnico poderia ser sempre superior ao do crescimento demográfico, contrariando posicionamento de Ricardo e também de outro clássico, T. Malthus, que defendiam a necessidade de controle do aumento da população, pois esta, segundo tal concepção teórica, aumentaria num ritmo maior do que a capacidade da economia produzir alimentos.

Mill formulou a chamada teoria geral do progresso técnico, mais conhecida por teoria da tendência ao estado estacionário. Justificava que o progresso técnico poderia ser sempre superior ao do crescimento demográfico, afirmando que aperfeiçoamentos na produção, no comércio e nos serviços, decorrentes do uso mais habilidoso do capital, proporcionaria novas oportunidades para aumentar a taxa de acumulação e da produção nacional. Um exemplo, deste melhor uso do capital seria o que mais tarde se tornou recorrente, o surgimento de grandes sociedades anônimas, as associações de produtores e a criação de cooperativas de produção e consumo. Defendia com isso o impacto das inovações tecnológicas no processo produtivo, seja na agricultura que na época predominava, ou em outras atividades produtivas, relativizando o problema do estado estacionário da economia.

Para Mill, o estado estacionário da economia ocorreria com a maximização do nível de bem-estar do conjunto da sociedade, ao contrário do que defendiam os demais economistas clássicos, que ocorreria antes que a sociedade atingisse o nível de vida suficientemente elevado e que se eliminasse a miséria da grande maioria da população. Para o autor, o progresso tecnológico se diversificaria continuamente, deslocando o estado estacionário para o futuro, quando todos terão alcançado elevado padrão de vida. Segundo Mill, a acumulação cessará, mas neste momento a preocupação da sociedade seria com a cultura, o lazer e a evolução espiritual, inclusive a preocupação com o meio ambiente<sup>20</sup>.

Mill faz uma declaração que poderia ser considerada revolucionária para a época: *“Estou propenso a crer que esta condição estacionária seria, no conjunto, uma enorme melhoria de nossa condição atual. Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é aquele de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico, que pensam que atropelar e pisar os outros, e*

---

se faz referência ao ato de acumular capital físico e financeiro, através de atividades produtivas que gerem lucro, reproduzindo, aumentando o capital aplicado inicialmente (SILVA, 1987).

19 Mill (1983).

20 Ver críticas sobre os limites explicativos da teoria de Mill e outros clássicos e neoclássicos da Economia, em Furtado (2000). Sobre a afirmação da tendência ao estado estacionário da economia, Furtado refere-se ao fato de que Mill centrou sua análise na produção, relativizando, segundo ele, o mais dinâmico de todos os elementos, o avanço da técnica.

*dar cotoveladas e em andar sempre no encalço do outro são o destino mais desejável da espécie humana, quando na realidade não são outra coisa senão os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial*<sup>21</sup>.

Assim, para Mill, nos países subdesenvolvidos, a preocupação com o crescimento da produção continuaria, enquanto nos países mais avançados a maior atenção estaria com a distribuição e, para isso, seria necessário maior controle do crescimento demográfico. Defendia ainda a adoção de um sistema tributário progressivo sobre a renda e a riqueza. O tempo para o lazer aumentaria porque o progresso técnico evitaria o trabalho cansativo, reduzindo o tempo necessário à produção de bens. Fazia, com isso, projeções otimistas, as quais nem todas se concretizaram historicamente.

Outro autor clássico que merece destaque é Thomas Robert Malthus<sup>22</sup>. Sua fama decorre dos estudos sobre a população. Para ele o excesso populacional e os elementos que potencializavam seu crescimento ao longo do tempo era a causa de todos os males da sociedade. Segundo Malthus, a população cresceria em progressão geométrica e os alimentos em progressão aritmética. Suas ideias são sintetizadas em dois livros conhecidos como Primeiro ensaio e Segundo ensaio. O primeiro ensaio apresenta uma crítica ao utopismo, enquanto no segundo ensaio há uma vasta elaboração de dados materiais e tem como princípio fundamental a hipótese de que as populações humanas crescem em progressão geométrica. Malthus estudou possibilidades de restringir tal crescimento. Segundo ele, esse crescimento populacional seria limitado pelo aumento da mortalidade e por todas as restrições ao nascimento, decorrentes da miséria e do vício.

As obras de Malthus exerceram influência em vários campos do pensamento e forneceram a chave para as teorias evolucionistas de Darwin e Wallace. Os economistas clássicos como David Ricardo, incorporaram o princípio da população às suas teorias, supondo que a oferta de força de trabalho era inexaurível, sendo limitada apenas pelo fundo de salários. Para Malthus, assim como para seus discípulos, qualquer melhoria no padrão de vida de grande massa populacional seria temporária, pois ela ocasionaria um inevitável aumento da população, que acabaria impedindo qualquer possibilidade de melhoria. Foi um dos primeiros pesquisadores a tentar analisar dados demográficos e econômicos para justificar sua previsão de incompatibilidade entre o crescimento demográfico e a disponibilidade de recursos. As ideias de Malthus sobre o

21 Conf.: Mill (1983, p. 252), apud Souza (2005, p. 71).

22 Foi um economista britânico, filho de um culto e rico proprietário de terras, que tornou-se pastor anglicano em 1797 e, dois anos depois, inicia uma longa viagem de estudos pela Europa, casou-se e abandonou o posto de pastor. Em 1805, foi nomeado professor de história e de Economia Política em um colégio da Companhia das Índias, em Haileybury, Inglaterra. Sua obra principal: Malthus (1969).

crescimento demográfico influenciaram políticas públicas contemporâneas que defenderam e ainda defendem o controle da natalidade.

Em suas obras econômicas, Malthus demonstrou que o nível de atividade em uma economia capitalista dependeria da demanda efetiva<sup>23</sup>, o que constituía, segundo sua perspectiva teórica, uma justificativa para os esbanjamentos praticados pelos ricos. A ideia da importância da demanda efetiva seria depois retomada por Keynes. Para o autor, a diferença entre as classes sociais seria uma consequência inevitável, com o que a pobreza e o sofrimento seriam o destino para a grande maioria das pessoas.

Thomas Maltus, para alguns intérpretes contemporâneos, representa o paradigma de uma visão que ignora ou desconsidera os benefícios da industrialização ou do progresso tecnológico.

Resumindo, no modelo clássico de crescimento, a mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas. A grande questão do desenvolvimento seria conciliar crescimento com distribuição. Assim, muitas vezes, questões de eficiência conflitam com equidade. Por exemplo, inovações técnicas podem representar o desemprego de trabalhadores. Ainda, a harmonia individual produziria a harmonia social e a eficiência do crescimento econômico, resultando num círculo virtuoso entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento, distribuição e desenvolvimento. Ao Estado caberia a função de preservar a harmonia e a estabilidade social, assegurando a liberdade individual e o direito de propriedade, atuando basicamente em áreas sociais básicas, como segurança pública, saúde, educação<sup>24</sup>.

Cabe perguntar: essa propensa harmonia é proporcionada mesmo pela mão invisível do mercado? Seria esse somente o papel do Estado no desenvolvimento? Estas e outras são questões que têm uma relação direta com a exata noção de desenvolvimento!

Por outro lado, outro economista clássico, Karl Marx<sup>25</sup>, defrontou-se com boa parte das ideias dos autores liberais citados anteriormente. Con-

23 Em Economia, **Demanda ou Procura** é a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir por um preço definido em um dado mercado, durante uma unidade de tempo. A **Demanda agregada** é a demanda total de bens e serviços numa dada economia para um determinado momento e nível dos preços. **Demanda Efetiva** é a parte da demanda agregada que de fato se realiza na aquisição de bens e serviços. Num sentido amplo, é a demanda de bens e serviços para os quais existe capacidade de pagamento, uma vez que, na economia de mercado, a demanda efetiva é a única que conta, embora seja inferior àquela decorrente das necessidades do conjunto da população. Síntese, a partir de Sandroni (1999).

24 Conf. Souza (2005, p. 76).

25 Ver Marx (1974). Sua obra global tem diferentes edições, não só nos demais países, como também no Brasil.

cordava, no entanto, com a abordagem clássica que a trajetória temporal do crescimento efetua-se com o declínio da taxa de lucro e com o conflito distributivo. Para Marx, o conflito distributivo realiza-se na relação capital e trabalho, com a exploração do trabalhador pelo capitalista. O capitalista, no entanto, não está imune às crises, podendo incorrer em perdas e entrar em falência, principalmente as pequenas empresas.

Marx constrói sua análise com base na teoria valor-trabalho<sup>26</sup>, esboçada por Smith e Ricardo: o valor de um bem equivale à quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. No entanto, Marx diferenciou valor quantitativo do valor qualitativo<sup>27</sup>. Desse modo, a força de trabalho considerada no valor é homogênea, expressando a produtividade média da economia. O trabalho expressando o valor implica que as rendas que não derivam do trabalho são condenáveis por resultarem da ‘exploração da classe operária’. Para Marx, evolução e crescimento são fenômenos de desequilíbrio. O progresso técnico traz desequilíbrios e modificações nas relações de produção. Estas geram conflito entre os agentes econômicos, os quais influenciam o desempenho futuro da economia. A visão de longo prazo da economia para Marx era extremamente pessimista, em função, tanto da tendência de retração da taxa de lucro, como do aumento do número de trabalhadores desempregados. Para o autor, a taxa de lucro cai não porque se explora menos o trabalho e sim por empregar-se menos trabalho

26 A **Teoria do Valor-Trabalho** propõe-se a demonstrar que o valor econômico compõe-se de trabalho, ou é criado ou determinado por trabalho. É uma teoria econômica associada principalmente aos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, aprofundada e discutida por Karl Marx. Segundo essa teoria, o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para a produzir, incluindo aí todo o trabalho anterior (para produzir suas matérias primas, máquinas, etc.). Por esta teoria o preço de uma mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela colocado, sendo o trabalho, segundo esse entendimento, o único elemento que realmente gera valor (SILVA, 1987).

27 Os economistas clássicos reconheciam no trabalho a verdadeira origem da riqueza. Adam Smith desenvolveu a teoria do valor-trabalho, afirmando que o trabalho é a única medida real e definitiva do valor das mercadorias. Por sua vez, David Ricardo demonstrou que o próprio valor do trabalho variava com o preço dos artigos necessários à subsistência dos operários, o que se refletia no salário e no valor das mercadorias por eles produzidas. Karl Marx definiu o valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria. Assim, a quantidade de valor de uma mercadoria qualquer equivale ao tempo de trabalho gasto em sua produção. Da análise da força de trabalho, como mercadoria do tipo especial, extraiu a teoria da mais-valia. Em contraposição à teoria objetiva do valor-trabalho, surgiu, no final do século XIX, a teoria do marginalismo, que subjetivou o conteúdo do valor, fundamentando-o na utilidade marginal. No entanto, desde Aristóteles começou a ser estabelecida a distinção entre o valor de uso e valor de troca das mercadorias: o primeiro diz respeito às características físicas dos bens que os capacitam a ser usados pelo homem, ou seja, a satisfazer necessidades humanas de qualquer ordem, materiais ou ideais; o segundo indica a proporção em que os bens são intercambiados uns pelos outros, direta ou indiretamente, por intermédio do dinheiro. O valor de troca não é o oposto de valor de uso, pois o primeiro se refere apenas à quantidade, enquanto a categoria valor de uso possui tanto o elemento de quantidade quanto o elemento de qualidade (Conf.: SANDRONI, 1999).

em relação ao capital empregado, com o que o capitalismo tenderia a se autodestruir no longo prazo<sup>28</sup>.

A compreensão de suas ideias exige que se aprofundem outras categorias conceituais por ele estruturadas. Suas projeções sobre o futuro do capitalismo sustentavam-se na análise da situação da época, não considerando outras variáveis que o futuro do capitalismo foi agregando à história do desenvolvimento. Mesmo assim, Marx, por suas ideias revolucionárias, é um dos autores clássicos mais estudados, pois foi o principal pensador que desenvolveu uma análise crítica consistente sobre o modo de produção capitalista<sup>29</sup>.

## 1.2 As teorias clássicas espaciais ou da localização

Vários autores ao elaborarem sínteses sobre a evolução das teorias do desenvolvimento fazem uma distinção entre teorias espaciais e teorias econômicas. Assim, as primeiras manifestações sobre o problema do desenvolvimento, seriam teorias que se restringiam em explicações relativas às diferenças de concentração territorial ou produtiva, que seriam as teorias espaciais. Segue-se a orientação metodológica destes autores<sup>30</sup>.

Os autores das chamadas teorias espaciais ou da localização teriam como propósito geral construir modelos explicativos que ressaltassem elementos que indicassem as razões das disparidades territoriais ou da concentração das atividades produtivas. Tais teorias se estruturam na interpretação das decisões empresariais, em uma economia de mercado, sobre o melhor sítio onde localizar-se, com o objetivo de minimizar os custos operacionais, essencialmente, de transporte das matérias-primas e do produto final até o mercado consumidor, ou então, maximizar o lucro. Apesar de sua lógica, tais teorias não chegam a ser conclusivas, permanecendo como desafio para os planejadores e acadêmicos interessados nos problemas regionais<sup>31</sup>.

Na história das Ciências Econômicas, poucos autores concederam um lugar importante ao espaço. Segundo Benko<sup>32</sup>, apesar dos homens sempre terem vivido no espaço, os economistas durante muito tempo ignoraram esta evidência. Segundo o autor, os seus trabalhos se inscrevem numa espécie de

28 Conf. Souza (2005).

29 Tem-se consciência das restrições representadas por uma obra sustentada na proposta de síntese de teorias e ideias de autores. Assim, a síntese aqui realizada sobre os principais economistas clássicos, mas especialmente sobre a obra de C. Marx, necessariamente precisa ser aprofundada para obter-se uma compreensão adequada sobre as ideias e a obra de tais autores. Entende-se que as referências básicas aqui citadas possam servir como ponto de partida.

30 Especialmente de Moncayo Jiménez (2001) e Mattos (2000).

31 Ver obras recentes que resumem as Teorias da Localização: Albergaria et al. (2009); Santos (2009).

32 Benko (1999). Ver outra obra do autor, publicada no Brasil: Benko (2002).

“país das maravilhas, sem dimensão”. Essa negligência parece proposital, talvez porque a introdução do espaço nas análises econômicas os obrigaria a ultrapassar certas teorias existentes, em vez de simples generalizações. Tornaria os modelos mais complexos, aumentando o número de variáveis a serem consideradas<sup>33</sup>.

O que aqui denominamos de teorias espaciais ou da localização, também é referido na literatura econômica como teorias do crescimento regional, ou seja, enfoques teóricos que tentam explicar as razões da localização da atividade produtiva, em especial a industrial, em algumas regiões, não em outras. Por exemplo, Fochezatto e Valentini<sup>34</sup> dividem tais enfoques teóricos em três grupos de modelos, apresentados em momentos distintos. O primeiro grupo, caracterizado como o dos modelos de localização industrial, cujos autores mais destacados são Johann H. Von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller, Auguste Lösch e Walter Isard. A preocupação básica desses modelos é determinar a localização da produção de forma a minimizar os custos de transporte. Na avaliação de Krugman e Venables (1995), são modelos estáticos que não conseguem capturar a complexidade dos processos de concentração e aglomeração industrial. Um segundo grupo, é composto por três modelos principais: o dos Polos de Crescimento, de François Perroux; o da Causação Circular Cumulativa, de Gunnar Myrdal; e o dos Efeitos de Encadeamento (*linkages*), de Albert O. Hirschman. Esses modelos enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e, por consequência, de crescimento regional. Assim, este grupo se distingue do anterior em dois aspectos importantes: (i) incorpora mecanismos dinâmicos de autorreforço endógeno, os quais ocorrem por intermédio das economias externas de aglomeração; (ii) considera a região em seu conjunto, a sua estrutura produtiva com suas interligações comerciais e tecnológicas. Finalmente, um terceiro grupo de modelos, tendo como principal traço em comum a incorporação de economias externas dinâmicas do tipo marshallianas, que são divididos em cinco abordagens principais: (i) a Nova Geografia Econômica; (ii) a Escola da Especialização Flexível; (iii) os Sistemas de Inovação Regional; (iv) a teoria da Competitividade de Porter; (v) e as teorias de Crescimento Endógeno<sup>35</sup>.

33 É fundamental registrar que, felizmente, esta é, principalmente, uma postura dos economistas do passado. Na atualidade é digno de registro autores e obras da Economia e outras áreas que ressaltam a dimensão espacial do desenvolvimento. Ver, por exemplo: Brandão (2001; 2007); Polèse (1998); Ribeiro e Milani (2009).

34 Fochezatto e Valentini (2010).

35 Para o aprofundamento da dimensão espacial do desenvolvimento, sugerem-se três referências: Fujita, Krugman e Venables (2002); Brandão (2001); Brandão (2004).

Inicia-se, neste item do texto, pela abordagem dos enfoques teóricos do primeiro grupo. Os demais serão tratados, mais adiante, em separado.

A contribuição teórica de J. Thünen<sup>36</sup>, no início do século XIX, é considerada o momento de nascimento da primeira teoria econômica espacial. Assim, Thünen é considerado o fundador da teoria econômica da localização. Este autor, já em 1826, construiu um modelo para explicar as diferenças regionais, baseado na renda da terra, na qualidade da mesma e nos custos de transporte. Esta elaboração teórica foi reformulada por Alonso<sup>37</sup>, por volta de 1960. No entanto, deixa sem resolver a questão de porque surgem as aglomerações urbanas especializadas em manufaturas e atividades terciárias. Isto é, os fatores de localização não são explicados, senão que assumidos como fatores exógenos<sup>38</sup>.

Já no século XX, outros geógrafos alemães, dentre os quais Weber<sup>39</sup>, Christaller<sup>40</sup> e Lösch<sup>41</sup> desenvolveram uma teoria da localização que considera a disposição geográfica do mercado e, novamente, os custos de transporte, utilizando de um instrumental da geometria para explicar a concentração de atividades produtivas organizadas sob a forma de hexágono<sup>42</sup>. Pelo seu enfoque macroeconômico, a obra de Lösch é considerada precursora da moderna economia regional e urbana<sup>43</sup>.

Segundo Moncayo Jiménez<sup>44</sup>, as formulações teóricas dos geógrafos alemães e estadunidenses, não chegaram ao centro da questão espacial: o que determina a aglomeração produtiva e a hierarquia urbana? Tais abordagens restringiam-se a explicar que as aglomerações de produtores em uma determinada localização proporcionavam vantagens e estas vantagens é que explicavam a aglomeração. Esta insuficiência explicativa, segundo o autor, pode ser atribuída ao pressuposto de um espaço homogêneo, premissa básica dessas abordagens, e ao não entendimento adequado do

36 Thünen (1966). Em Albergaria et al. (2009, p. 45-56), a abordagem sobre os modelos de Thünen é revista.

37 Alonso (1972).

38 Conf. Mattos (1998).

39 Weber (1929). Em Albergaria et al. (2009, p. 58-63), são abordadas as contribuições de Weber sobre a teoria da localização.

40 Christaller (1966). Em Ribeiro, Santos e Carballo-Cruz (2009, p. 69-80), é feita uma abordagem sobre a localização dos serviços, com base nas contribuições de Christaller.

41 Lösch (1939; 1957). Em Albergaria et al. (2009, p. 63-68), são abordadas as contribuições de Lösch sobre a teoria da localização.

42 Hexágono é uma figura com seis lados iguais, com uma forma quase circular.

43 North, na década de 1950, quando formula a chamada teoria da base de exportação, faz referência à obra que é considerada por ele como precursora da teoria locacional, ou teoria da localização: Hoover (1937).

44 Moncayo Jiménez (2001).

conceito contemporâneo de externalidade, associado com os rendimentos crescentes de escala e à competição imperfeita<sup>45</sup>.

Além disso, as contribuições dos autores da teoria da localização, como Weber e Lösch, estavam restritas à ênfase na empresa constituída por uma única fábrica em regime de concorrência perfeita. Já a partir dos anos sessenta, as atenções começaram a mudar de direção, pois a dinâmica locacional das organizações passaram a ser constituídas por múltiplos estabelecimentos e de sistemas de produção com múltiplas localizações. Também, tendencialmente, as empresas passaram a migrar de regiões de altas concentrações populacionais, com sindicatos combativos, para outras regiões mais periféricas, seja em outros países, ou mesmo dentro de um país. Assim, os fatores de localização passaram a ser mais complexos, com o que as abordagens teóricas clássicas passaram a se tornar restritas na sua capacidade explicativa.

Apesar destas restrições, as teorias clássicas da localização constituíram uma contribuição fundamental para a análise das orientações locacionais das atividades econômicas, pois os fatores locacionais têm significativo poder de explicação das vantagens e desvantagens gerais e específicas de cada atividade socioeconômica, interferindo no processo de atração de novos investimentos nas regiões. Dentre os fatores locacionais contemporâneos, além da distribuição

45 **Externalidades**, também chamadas economias externas, são efeitos - positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios, gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes. Portanto, são benefícios obtidos por empresas, por exemplo, em decorrência da implantação de um serviço público (energia elétrica) ou de uma indústria, proporcionando à primeira, vantagens antes inexistentes. Por exemplo, a construção de uma rodovia pode permitir aos produtores agrícolas próximos custos de transporte mais baixos e acesso mais rápido aos mercados consumidores. A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa um importante fator de atratividade econômica. Assim, muitas empresas, antes de tomar a decisão de se instalar em determinados locais, avaliam seu potencial presente e futuro de economias externas. O contrário acontece quando a instalação de certas atividades traz aumentos de custos para as empresas ou afugenta clientes ou, ainda, desestimula a demanda de certos produtos. Nesse caso, ocorrem as deseconomias externas. Outros dois conceitos correlatos são: custo de oportunidade e custos de transação. O **custo de oportunidade** é um termo usado na economia para indicar o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o custo, até mesmo social, causado pela renúncia do ente econômico, bem como os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta oportunidade renunciada ou, ainda, a mais alta renda gerada em alguma aplicação alternativa. Ou seja, quando a decisão para as possibilidades de utilização de *B* exclui a escolha de um melhor *B*, podem-se considerar os benefícios não aproveitados decorrentes de *B* como custo de oportunidade. **Custo de transação** é o custo incorporado por terceiros em uma transação econômica. Esses custos são comparados com aqueles necessários à internalização dessas atividades no âmbito da própria empresa e constituem um critério importante na tomada de decisão nas empresas modernas. Os custos de transação, tributos por exemplo, causam impacto sobre a oferta e demanda de um mercado, pois o valor pago pelo comprador não é inteiramente repassado ao vendedor. Já **rendimentos crescentes de escala** ocorrem quando todos os fatores de produção crescem numa mesma proporção e a produção cresce numa proporção maior. Exemplos de fatores de produção fixos: o capital fixo e as instalações da empresa; variáveis: mão de obra e matérias-primas-primas utilizadas na produção. Por fim, **concorrência ou competição** (perfeita ou imperfeita) corresponde à situação de um mercado em que diferentes produtores/vendedores de um determinado bem ou serviço atuam de forma independente face aos compradores/consumidores, com vista a alcançar um objetivo para o seu negócio, sejam eles, lucros, vendas e/ou quota de mercado, utilizando diferentes instrumentos, tais como os preços, a qualidade dos produtos, ou os serviços pós venda, competindo no mercado. Síntese, a partir de Sandroni (1999).

dos recursos naturais e custos de transporte tradicionalmente considerados, atualmente, principalmente as indústrias de alta tecnologia, levam em conta nas suas decisões de localização a presença local de serviços sofisticados e especializados tais como centros de pesquisa e universidades, agências de publicidade e marketing, serviços de intermediação financeira e de assistência técnica. São fatores a serem considerados pelas regiões para tornarem-se atrativas aos investimentos externos<sup>46</sup>.

### 1.3 As teorias do crescimento econômico regional

Neste item do texto é feita, inicialmente, uma síntese dos grandes pensadores da economia que influenciaram e ainda influenciam com suas ideias as abordagens teóricas sobre desenvolvimento, sem a pretensão de esgotar o tema. Na seqüência, faz-se referência às principais teorias que tentaram explicar a questão do desenvolvimento.

#### 1.3.1 A abordagem neoclássica de Marshall

Para Moncayo Jiménez, em obra aqui referida, a partir das concepções de Alfred Marshall no final do século XIX, poderia se iniciar a falar em teorias do crescimento econômico.

Marshall<sup>47</sup> é considerado pela literatura da Ciência Econômica um neoclássico. Os clássicos centraram sua análise no curto prazo, com ênfase nos problemas de mercado, na melhor alocação de recursos e na eficiência microeconômica da produção. Ao contrário, os neoclássicos centraram suas análises mais no longo prazo. Como os demais teóricos neoclássicos, Marshall era otimista quanto à questão do estado estacionário, fundado na sua crença na capacidade do homem e nas possibilidades tecnológicas, que segundo ele geram mais oportunidades de crescimento<sup>48</sup>.

Marshall em seus estudos destacou a organização industrial e a divisão do trabalho como geradoras de economias de escala<sup>49</sup>, e investimentos em

46 Ver obra recente que faz uma análise crítica sobre as teorias da localização: Azzoni (1982).

47 Marshall (1891). Obra publicada no Brasil: Marshall (1982). Mais adiante se faz referência à retomada das abordagens sobre distritos industriais, a partir do final do século XX.

48 Conf.: Souza (2005).

49 **Economia de escala** é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Ela ocorre quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa ou indústria provoca um aumento na quantidade total produzida, sem um aumento proporcional no custo de produção. Como resultado, o custo médio do produto tende a ser menor com o aumento da produção. Mais especificamente, existem economias de escala se,

infraestruturas, criadores de economias externas. Ele divide as economias derivadas de um aumento de escala de produção em duas categorias. As economias externas, que dependem do desenvolvimento da indústria em geral e as economias internas, que dependem dos recursos da própria empresa e da eficiência da sua administração.

Para Marshall algumas condições facilitarão para se conseguir economias externas: (i) pela concentração de indústrias em um mesmo local, gerada pelas interdependências tecnológicas existentes entre atividades, que permitem minimizar custos de transporte de insumos; (ii) pela formação de um mercado de trabalho especializado; (iii) pela troca de ideias entre empresários, que podem se reunir com mais facilidade; (iv) pelas melhorias nas infraestruturas efetuadas por particulares ou pelo Estado, beneficiando o conjunto do complexo industrial localizado no mesmo espaço. As condições que favorecem as economias externas reproduzem economias de escala. Contudo, a aglomeração excessiva de indústrias em um mesmo local pode produzir deseconomias externas, como a elevação dos preços dos terrenos e salários, devido ao aumento da concorrência<sup>50</sup>.

Marshall popularizou-se também pela introdução da noção de distritos industriais, o que tem exercido forte influência em muitos dos debates contemporâneos voltados ao estudo de processos localizados de desenvolvimento. A noção de distrito industrial marshalliano faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores baseada em laços de solidariedade. Segundo o autor, no entanto, a cooperação econômica explica apenas em parte as vantagens de um distrito industrial e por isso o seu interesse pelos distritos industriais vai além dos aspectos econômicos, reconhecendo que o quadro de análise deve incluir também a dinâmica sociocultural das regiões. Com isso ele chama a atenção para os valores imateriais da localização (as relações sociais, a cultura local) para mostrar que a dinâmica industrial não pode ser reduzida ao seu aspecto mercantil. A expressão “atmosfera industrial” cunhada por Marshall designa o meio ambiente favorável dos distritos industriais, envolvendo a concentração de recursos humanos, a grande importância do sistema educativo, a herança social de especializações e as trocas de informações e competências.

---

quando se aumentam os fatores produtivos (trabalhadores, máquinas, etc.), a produção aumenta mais do que proporcionalmente. Já a elevação unitária de custos decorrente de um aumento no volume (escala) de produção, seja de uma empresa, de um setor, região ou país, provoca **deseconomias de escala**. Síntese, a partir de Sandroni (1999).

50 Conf.: Souza (2005).

Assim, ao contrário do que previam as teorias sobre o desenvolvimento industrial da época (teorias as quais ele próprio contribuiu para elaborar e generalizar), Marshall observou que algumas regiões concentravam grupos de pequenas empresas e que apresentavam uma boa competitividade sendo que não se detectava tendências de concentração. Marshall ressaltou também que as relações comerciais e de cooperação entre as empresas destas regiões eram mais significativas do que nas regiões onde predominava a grande indústria. Na época, estes elementos foram considerados diferenciais significativos para explicar as diferenças regionais.

Por fim, Marshall defendia a existência de fatores não econômicos que contribuíam no desenvolvimento. Apontou: (i) o aperfeiçoamento das leis e instituições; (ii) a mobilidade da mão de obra; (iii) o grau de urbanização; (iv) a preocupação econômica dos indivíduos com o futuro e que eleva a sua propensão à poupar no presente; (v) os investimentos na formação intelectual e técnica. Uma contribuição fundamental do autor foi chamar a atenção para a importância da organização interna das empresas, no processo de crescimento individual e coletivo.

### 1.3.2 Schumpeter e o papel central do empresário inovador

Joseph Alois Schumpeter<sup>51</sup>, semelhante aos economistas clássicos, colocava em destaque o dinamismo da oferta na explicação do crescimento econômico, não havendo uma preocupação com a taxa de salários e com o nível de demanda efetiva, dando destaque à inovação e ao papel do empresário inovador.

Segundo Furtado<sup>52</sup>, as ideias básicas da teoria de Schumpeter haviam sido articuladas por outro autor, Wicksell<sup>53</sup>. Este economista, utilizando o instrumental analítico da teoria do equilíbrio geral<sup>54</sup>, procurou demonstrar que em condições de

51 Sua obra mais importante: Schumpeter (1934). Obra traduzida para a língua portuguesa: Schumpeter (1988).

52 Furtado (2000).

53 Wicksell (1950).

54 A **Teoria do Equilíbrio Geral** é um conjunto de teoremas microeconômicos. Numa economia de mercado, o preço e a produção de todos os bens são inter-relacionados. Assim, o equilíbrio geral trata-se de uma condição hipotética do mercado na qual a oferta é igual à procura. Expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período. Se as condições de oferta e demanda permanecem inalteradas, os preços tendem também a permanecer estáveis. Frequentemente, condições externas (políticas, sociais) atuam sobre o equilíbrio de preços e acabam alterando essa situação de estabilidade. Se a oferta baixa os custos de mercadorias, ocorre um aumento de demanda, levando à alta dos preços. E se os preços sobem, os produtos permanecem estocados (ou os capitais não negociados) e os preços tendem a cair. Portanto, somente ao preço de equilíbrio a oferta e a demanda seriam iguais, pois as preferências dos compradores se ajustariam às dos vendedores. Síntese, a partir de Sandroni (1999).

livre concorrência<sup>55</sup>, o lucro tenderia a desaparecer. A originalidade de Wicksell estaria na sua tentativa de explicação do movimento geral dos preços por meio de uma teoria da procura de capital que se projeta no plano macroeconômico através do conceito de equilíbrio monetário. Mas, segundo Furtado, seus objetivos eram limitados, pois, preocupava-se apenas em explicar as flutuações no nível geral dos preços. Com outro enfoque, Schumpeter despreocupava-se com as flutuações no nível de preços, em que o empresário seria um antecipador de lucros, mas se focava no empresário como um possível transformador do processo produtivo. A ação criadora do empresário seria o motor do progresso econômico.

Contrariamente ao que sustentavam as teorias econômicas do início do século XX, Schumpeter defendeu a ideia de que as mudanças estruturais que caracterizavam o desenvolvimento econômico não podiam ser adequadamente explicadas apenas em função do uso eficiente dos recursos por parte dos agentes econômicos, em função das condições do mercado e das técnicas disponíveis. Para este autor, o principal fenômeno que explicava o desenvolvimento econômico é o papel inovador desempenhado por certos empresários. Assim, certos empresários, longe de apenas se adequarem ao seu contexto econômico, procurariam desenvolver novas técnicas, novos produtos ou novas formas de organização que, ao serem lançadas, criariam novas demandas. Ou seja, para Schumpeter, as firmas inovadoras se expandem, podendo ocasionar o desaparecimento de firmas não inovadoras, que operem com maior custo, gerando um processo de destruição criadora. Este processo, na visão schumpeteriana, dá origem à diversificação das atividades, à geração de novas oportunidades e às mudanças estruturais características do processo de desenvolvimento.

Como exemplos de inovações, Schumpeter destaca: (1) a introdução de um novo produto; (2) a descoberta de um novo método de produção; (3) a abertura de um novo mercado no país ou no exterior; (4) a descoberta de uma nova fonte de matéria-prima; (5) uma nova organização de qualquer indústria,

55 Em economia, **concorrência** tem o mesmo sentido de competição. Neste sentido, refere-se à disputa ou rivalidade em relação à mercadorias escassas. Corresponde, também, à situação de um mercado em que os diferentes produtores/vendedores de um determinado bem ou serviço atuam de forma independente face aos compradores/consumidores, com vista a alcançar um objetivo para o seu negócio – lucros, vendas e/ou quota de mercado – utilizando diferentes instrumentos, tais como os preços, a qualidade dos produtos, os serviços após venda. É um estado dinâmico de um mercado que estimula as empresas a investir e a inovar com vista à maximização dos seus ganhos e ao aproveitamento óptimo dos recursos escassos disponíveis. Um mercado concorrencial é aquele cujo funcionamento é feito de acordo com o livre jogo da oferta e da procura, sem intervenção do Estado. Já a chamada **livre concorrência** ou **mercado livre**, no âmbito da economia de mercado, é um princípio capitalista pelo qual qualquer agente econômico é livre para praticar formas de troca mercadológica seguindo os princípios da livre concorrência, oferta e procura num mercado. Um comerciante pode oferecer melhores preços que outro visando atrair o consumidor e adquirir uma clientela. Por outro lado, a **concorrência monopolista** designa uma situação em que determinado produtor possui controle sobre a oferta de um produto. Seu poder de mercado é limitado apenas pela existência de substitutos produzidos por outros produtores. Síntese a partir de Silva (1987).

como um novo monopólio, ou fragmentação de uma posição do monopólio. Resultado das inovações, a geração de lucro estimularia novos investimentos, dando margem ao surgimento de novas fontes de lucro.

Schumpeter defendeu a importância ao papel do crédito na realização do investimento. Para ele, o investimento tem uma relação muito próxima com a existência de projetos rentáveis, pelo estoque de conhecimentos e pela disponibilidade de homens aptos a tornarem-se empresários. Segundo ele, de posse de um pacote de inovações, o empresário elabora o projeto e busca o crédito necessário junto ao sistema financeiro. Ainda, para ele, a característica fundamental do empresário é a de liderança e não a de propriedade, isto é, de capacidade de previsão e iniciativa e não de posse de capital<sup>56</sup>.

Assim, o desenvolvimento, para Schumpeter, está intimamente ligado ao conhecimento tecnológico, à existência de instituições eficientes e ao espírito capitalista, ou empreendedor, do empresário. Define desenvolvimento econômico como uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio anterior da economia. Trata-se de mudanças revolucionárias que alteram de uma vez a situação anterior, dando como exemplo, a substituição das diligências pelas ferrovias<sup>57</sup>.

As ideias de Schumpeter foram muito importantes, influenciando orientações curriculares na academia, estimulando a pesquisa em inovação, dentre outras. Várias abordagens recentes atuais sobre desenvolvimento regional ou territorial se inspiram em algumas das ideias do autor referido<sup>58</sup>. Sua obra parece atual ainda hoje, principalmente, pelo fato de dar destaque ao progresso técnico como fator dinâmico na economia capitalista. No entanto, as ideias de Schumpeter têm limitações explicativas, o que se pode dizer também das demais teorias. Uma das suas limitações é querer centrar na empresa e no empresário inovador uma explicação suficiente para entender o processo de mudanças que levam ao desenvolvimento, independente do processo histórico e da ordem institucional. É onde alguns enfoques neo-schumpeterianos avançam, ampliando os fatores explicativos, como se verá mais adiante<sup>59</sup>.

### *1.3.2.1 Schumpeter e a Teoria Evolucionária do Desenvolvimento<sup>60</sup>*

A definição de desenvolvimento, ao ser diferenciado de crescimento econômico, traz implícita a ideia de transformação e de evolução, pelo fato de

56 Conf. Possas (1987).

57 Síntese, com base em Schumpeter (1988).

58 Por exemplo: Diken (2010).

59 Adiante, faz-se referência aos enfoques neoschumpeterianos, por exemplo, o do meio inovador.

60 Síntese, com base em Souza (2005).

incorporar a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. No termo crescimento econômico está implícita apenas a ideia de expansão quantitativa.

O termo evolucionismo, nas Ciências Sociais, foi um princípio proposto para a interpretação dos fatos sociais, consubstanciado no conceito de evolução, que se popularizou no meio científico no final do século XIX. Apesar do evolucionismo ter influências nas teorias darwinianas da evolução, nas Ciências Sociais Aplicadas, teve influência marcante no conceito de evolução cultural. Na Antropologia tem se utilizado o conceito de evolucionismo social, o qual refere-se às teorias segundo as quais se acredita que as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo. Além de influenciado pela biologia darwiniana, o evolucionismo social tem raízes na filosofia iluminista e pós-iluminista. Em síntese, assumia-se que as sociedades começavam primitivamente e, naturalmente, iam progredindo<sup>61</sup>.

O evolucionismo, para Schumpeter<sup>62</sup>, é muito mais do que simples transformação social ou histórica. Para o autor, as variações nas crenças, no estoque de conhecimentos e de técnicas, nos hábitos de pensamento, são historicamente associadas a outras manifestações de evolução social. O evolucionismo, que Schumpeter denominou evolucionismo darwiniano, se constituiria de três fases: lamarckismo, darwinismo e mutacionismo<sup>63</sup>. Para o lamarckismo, a evolução decorre das necessidades de adaptação do indivíduo ao meio ambiente. Para o darwinismo os principais fatores da evolução têm uma relação com a luta pela vida, pelo princípio da seleção natural, na qual sobrevivem os mais aptos. Já o mutacionismo constitui um conjunto de ideias provenientes de pesquisas induzidas de mutações, compreendendo as possibilidades de variações bruscas e de transmissão hereditária, constatando

61 Conf.: Silva (1987).

62 Ver Schumpeter (1954).

63 O termo **Lamarckismo**, refere-se às ideias de Lamarck Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck (1744-1829). Foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, uma teoria da evolução atualmente desacreditada. Lamarck personificou as ideias pré-darwinistas sobre a evolução. A teoria de Lamarck não obteve grande aceitação na França, mas houve uma boa aceitação na Inglaterra. Apesar disto, Lamarck não foi capaz de convencer aos homens de seu tempo que a evolução fosse um fato. **Darwinismo** é uma teoria elaborada pelo naturalista inglês Charles Robert Darwin, publicada em 1859 no livro *On the origin of species (A origem das espécies)*, explicando a evolução dos seres vivos por meio da seleção natural. O Darwinismo é utilizado por biólogos, filósofos, matemáticos e cientistas para descrever processos evolucionários semelhantes à evolução da vida, como o desenvolvimento de software com algoritmos genéticos. Os denominados darwinistas sociais do Século XIX basearam sua teoria da evolução social numa analogia orgânica, substituindo os organismos vivos por grupos sociais. Trata-se de pensadores que passaram a aplicar os conceitos desenvolvidos por Darwin na interpretação e análise da natureza e do funcionamento da sociedade. Já **Mutacionismo** é um mecanismo de evolução proposto pelo geneticista pioneiro Hugo de Vries, em 1901, onde considerava que as mutações genéticas fossem, sozinhas, o principal mecanismo dirigindo a evolução das espécies, confrontando com a seleção natural sobre variantes contínuas. Resumo com base em Silva (1987).

que as mutações não se processam por pequenas variações, mas ocorrem de maneira violenta e descontínua.

Entre os economistas clássicos, o meio sociocultural era considerado como uma variável importante para explicar o crescimento econômico, principalmente em termos de sua estabilidade. Em Adam Smith, o meio sociocultural era considerado uma variável exógena, agindo sobre o sistema, determinando o comportamento das variáveis econômicas. Para Marx, o processo social determinava-se pela motivação econômica.

Já para Guha<sup>64</sup>, a motivação é biológica. Assim, o processo social adquiriria uma característica evolucionária, porque o ambiente institucional muda e a sociedade procuraria adaptar-se. Tal adaptação refletiria as leis da evolução e da seleção natural entre os indivíduos em competição na sociedade e as comunidades desenvolver-se-iam a partir do momento em que conseguissem controlar as adversidades do meio. A partir destes argumentos, a tese de Guha era a de que o crescimento econômico poderia ser mais bem interpretado como extensão do processo evolucionário. Crescimento acelerado, só poderia ser mantido pelo progresso técnico. As inovações tornar-se-iam induzidas pelas necessidades e elas se constituem em inovações técnicas, políticas e institucionais, com o fim de continuar produzindo com menores custos.

Schumpeter incorporou nas suas ideias sobre inovação a concepção dos teóricos do evolucionismo. Assim, instituições estáveis e modernas, favoreceriam o desenvolvimento. Organizações que não conseguissem inserir-se e modernizar-se, não sobreviveriam. Para sobreviverem, as empresas precisariam adaptar-se continuamente ao meio socioeconômico em função das inovações tecnológicas adotadas pelas empresas líderes. Assim, Schumpeter incorporou em suas análises aspectos tecnológicos, institucionais e de motivação. A classe empresarial inovadora representaria a força propulsora do desenvolvimento, como fonte permanente de destruição criadora. Essa destruição criadora acarretaria um processo de ‘seleção natural’, semelhante ao que ocorreria na natureza animal e vegetal, com a sobrevivência dos mais eficientes. Com isso, na dinâmica de longo prazo, o sistema econômico possuiria características evolucionárias, contribuindo para a difusão inovativa e consequentemente alcançando o desenvolvimento econômico.

### **1.3.3 A contribuição de Keynes no debate sobre crescimento econômico, desenvolvimento e o papel do Estado na economia**

John Maynard Keynes<sup>65</sup> associa-se a outros economistas que questionam ideias de pensadores clássicos da Economia, por exemplo, de que a mão

64 Guha (1981).

65 A obra do autor é sintetizada em publicação feita no Brasil: Keynes (1985).

invisível do mercado levaria ao equilíbrio econômico, chegando ao tão esperado pleno emprego<sup>66</sup>. Centrou suas análises na abordagem macroeconômica do pleno emprego, nos fatores do crescimento do investimento e nos seus impactos sobre a renda e o emprego<sup>67</sup>.

A grande crise do capitalismo de 1930 trouxe certa descrença nos princípios da livre concorrência o que traz à tona algumas concepções teóricas que passam a defender a necessidade de intervenção exógena no mercado, com o propósito de manter o crescimento e a oferta de emprego. Foi o que propôs para a superação da crise da época. O princípio que sustentava sua defesa era de que o ciclo econômico não é autorregulador como pensavam os economistas clássicos e neoclássicos, uma vez que é determinado pelo que Keynes chamou de "espírito animal" dos empresários. É por esse motivo, e pela ineficiência do sistema capitalista em empregar todos que querem trabalhar, que Keynes defendeu a intervenção do Estado na economia.

A principal justificativa para tal situação segundo Keynes é que novos investimentos seriam condicionados pela situação de incerteza e risco no longo prazo, o que levaria os empresários a não investir, principalmente em épocas de crise. Além disso, o nível de emprego determinar-se-ia pela propensão de consumo e pelo incentivo ao investimento. Quanto mais estáveis fossem as instituições e quanto mais a política econômica fosse favorável ao aumento de eficiência e abertura de novos mercados, menor seria o grau de incerteza e risco e maiores seriam os investimentos no presente.

Pelo fato da análise keynesiana ser de curto prazo, não descrevendo a trajetória da economia no longo prazo, como a teoria do desenvolvimento

66 A expressão **pleno emprego** refere-se, em Economia, à utilização de todos os fatores disponíveis, a preços de equilíbrio. Assim, uma economia em pleno emprego se encontraria em equilíbrio. Ou seja, o pleno emprego é uma situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta. Isso significa que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente terão condições de obter um emprego. Em termos mais globais, pleno emprego significa o grau máximo de utilização dos recursos produtivos (materiais e humanos) de uma economia. Numa economia dinâmica é muito difícil que ocorra a eliminação total do desemprego. Por essa razão, considera-se haver uma situação de pleno emprego quando não mais que 3 a 4% da força de trabalho está desempregada. Embora essa expressão seja usada por autores como **Marie-Ésprit-Léon Walras** (1834-1910) para fazer referência ao emprego de qualquer fator de produção, em geral, se restringe ao pleno emprego de trabalhadores. Walras foi um economista e matemático francês associado com a criação da **Teoria do Equilíbrio Geral**. O equilíbrio geral walrasiano refere-se à noção de equilíbrio na qual há igualdade entre oferta agregada e demanda agregada nos mercados de bens e de fatores. Esse equilíbrio seria garantido por um vetor de preços responsável pela igualdade. Resumo com base em Silva (1987).

67 Só para contribuir no entendimento, é necessário ressaltar que a **Macroeconomia** é o ramo da Economia especializado na análise das variáveis agregadas: produção nacional total, renda, desemprego, balança de pagamentos e taxa de inflação. A diferença principal com a **Microeconomia** é que esta estuda a composição da produção e os determinantes da oferta e da procura de bens e serviços, como se inter-relacionam nos mercados e como são determinados seus preços relativos (Conf. SANDRONI, 1999).

econômico exige, essa adaptação à teoria foi feita por economistas pós-keynesianos, como Harrod e Domar. Os modelos pós-keynesianos mostraram que os investimentos precisam crescer a uma taxa constante, em todos os períodos. Para que o crescimento se efetue com pleno emprego, essa taxa precisa ser igual à propensão a poupar e à relação capital-produto, parâmetros supostamente constantes. Fatores como o aumento dos gastos do governo, a expansão das exportações, a maior disponibilidade de crédito ou de financiamentos externos, seriam uma possível contrapartida para a dinamização da economia<sup>68</sup>.

Outro autor que contribui neste debate é M. Kalecki<sup>69</sup>. Kalecki escreve contemporaneamente a Keynes, mas ele o faz dentro de economias socialistas, defendendo também o financiamento do desenvolvimento. Segundo ele, o investimento, o consumo dos capitalistas, os gastos do governo e as exportações constituem as variáveis fundamentais na determinação do nível da atividade econômica. Como o consumo dos capitalistas, de certo modo o gasto do governo e as exportações dependem do nível de investimento anterior, a variável investimento assume também importância na análise kaleckiana. Conclui o autor: o problema do financiamento do investimento é crucial em uma economia em desenvolvimento.

Esta discussão sobre a intervenção ou não do Estado na economia continua presente durante o século XX, até atualmente. A crise que abate a economia mundial nesta primeira década do Século XXI é um motivo especial para que o tema passe a ser novamente revisitado pelos autores contemporâneos.

Posicionamentos de alguns autores contemporâneos, chamados neo-keynesianos, como J. Stiglitz serve para desmistificar muitas das críticas feitas por políticos neoliberais aos ensinamentos de Keynes. Veja-se um depoimento de Stiglitz<sup>70</sup>: *A escolha não deve ser se o estado deve ou não estar envolvido (na economia), mas como ele se envolve. Assim, a questão central não deve ser o tamanho do estado mas as atividades e métodos do governo. Países com economias bem-sucedidas têm governos que estão envolvidos em um amplo espectro de atividades.*

Reverendo sua obra, é possível observar que Keynes nunca defendeu a estatização da economia, nos moldes em que foi feita na antiga União Soviética. É possível afirmar ainda que o que Keynes defendia, na década de 1930 e que hoje Stiglitz e os novos-desenvolvimentistas defendem, é uma

68 Conf. Souza (2005). Nesta obra, no capítulo 5, o autor faz referência aos autores pós-keynesianos. É fundamental ressaltar que entre os economistas contemporâneos existe uma crítica muito forte aos modelos pós-keynesianos, no sentido de que seriam frutos de uma síntese neoclássica. A ideia de pleno emprego, por exemplo, não é um conceito atingível no modelo keynesiano convencional, mas na síntese neoclássica passa a ser pressuposto teórico. Esta é uma questão que faz parte do debate na Economia.

69 Kalecki (1977). A síntese das ideias de Kalecki é feita com base em Souza (2005).

70 Conf. Stiglitz (1998).

participação ativa de um Estado enérgico nos segmentos da economia que, embora necessários para o desenvolvimento de um país, não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada<sup>71</sup>. Não se trata de promover uma competição entre o Estado e o mercado, mas sim de obter uma adequada complementação ao mercado, que agindo sozinho não é capaz de resolver todos os problemas, em busca de uma maior eficiência geral da Economia.

A crise mundial iniciada em 2007 e seus desdobramentos, reacendem o debate sobre as argumentações quanto ao papel do Estado na economia, principalmente em épocas de crise. As teses liberais ou neo-liberais de retirada do Estado dos assuntos econômicos, ficam muito comprometidas, pois a superação da crise, como se viu, dependeu de grandes investimentos do Estado de países como, por exemplo, os Estados Unidos, na recuperação financeira de instituições bancárias e empresas comerciais e industriais.

Dentre os autores que se contrapõem à discussão sobre Estado mínimo, Linda Weis afirma que tal discurso é falacioso. Segundo a autora, na realidade, o Estado raramente, ou nunca, esteve fora do cenário, embora em muitos países em desenvolvimento as reformas neoliberais tenham causado danos sociais extensos e regressão política. Muito antes da crise, os Estados estiveram ativos na governança industrial. O que vemos hoje não é tanto o retorno do Estado, mas o resgate de sua legitimidade – e a redescoberta tardia do seu papel – como um ator crítico na economia de mercado globalizada, e não menos crítico que os organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Isso é comprovado quando, desde que a crise iniciada na América tornou-se global, temos visto o reaparecimento do papel econômico do Estado, em que governos do mundo todo intervieram maciçamente para apoiar mercados fracos e estimular o crescimento econômico. São exemplos os bilhões de dólares dos Estados Unidos em energia limpa, o apoio da França às empresas francesas com seu Fundo de Investimento Estratégico e a agenda no programa Novas Indústria, Novos Empregos da Grã-Bretanha, em que o Estado está de volta nas economias avançadas<sup>72</sup>.

### 1.3.4 A teoria da base de exportação

Para Schwartzman<sup>73</sup>, a economia regional ainda não conseguiu estabelecer uma teoria do desenvolvimento que seja aceita pela maioria dos que se

71 Não é objetivo aprofundar a discussão sobre o papel do Estado na economia. Apesar disso, entende-se que o tema mereça maior destaque. Sugerimos algumas referências, para leitura sobre o tema: O'Donnell (1993); Dinis (1995); Mann (1993; 1997); Evans (1997); Jessop (2002); Fernández (2003/2004); Weis (2003; 2005; 2010; 2011); Fernández e Vigil (2008); Mazzucato (2015).

72 Conf. Weis (2011). Ver obras anteriores da mesma autora: Weis (2003; 2005; 2010).

73 Schwartzman (1977).

dedicam ao estudo do tema. Um dos fatores considerados pelo autor é o fato de ser uma ciência relativamente nova. Considera também que as economias regionais são muito mais abertas que as nacionais e, assim, os fluxos estão menos sujeitos ao controle. Ainda, segundo Schwartzman, a movimentação de pessoas, capitais e mercadorias entre regiões pode muitas vezes significar a diferença entre desenvolvimento e estagnação. Em consequência, é cada vez mais importante a compreensão dos movimentos migratórios, o entendimento das decisões locacionais da empresa privada, o padrão de dispersão das inovações tecnológicas e a análise das características do comércio internacional<sup>74</sup>.

Até a década de 1950, a explicação para o desenvolvimento regional se confundia com a do desenvolvimento das nações. Da mesma época, a teoria dos estágios, ou do evolucionismo por etapas, previa que as regiões evoluiriam a partir de sistemas agrícolas de subsistência, para uma economia industrial, até uma economia de serviços, passando pelas fases de substituição de exportações. Neste sentido, destacam-se as contribuições teóricas de Clark e Rostow.

Entre as décadas de 1950 e 1960, é elaborada a teoria da base de exportação, a partir da constatação de que muitas regiões tinham se desenvolvido sem necessariamente passar pelas fases iniciais previstas. Foi o exemplo de algumas regiões canadenses e americanas, as quais tiveram o seu impulso para o crescimento a partir da exportação lucrativa de seus recursos naturais, sem nunca ter passado pelo estágio da economia de subsistência. Neste sentido, é que a teoria da base de exportação passou a ser considerada, para explicar quais seriam as regiões mais propícias para o crescimento a partir das exportações e quais seriam os fatores que determinariam o ritmo de crescimento. Essa teoria, segundo Schwartzman, pode ser dividida em duas partes. A primeira trata de saber que fatores levam uma região a exportar. Neste caso é considerada a estrutura de demanda nacional e internacional, a distribuição dos recursos naturais pelas regiões do país e o papel dos princípios da teoria da localização. Assim, a capacidade que tem uma região de integrar-se ao mercado externo dependeria de sua localização, comparada com as demais, além da existência do recurso natural na qualidade e na quantidade procurada. A segunda parte trata de analisar quais as regiões que, uma vez integradas ao mercado externo, são mais ou menos capazes de desenvolver um processo de crescimento duradouro e autossustentado. Aqui, os fatores a serem analisados estão relacionados à capacidade de difusão dos efeitos do aumento da renda oriunda da exportação para outros setores da economia e à possibilidade da região manter uma fatia constante e crescente do mercado externo.

A teoria da base de exportação, segundo Schwartzman, precisaria considerar contribuições teóricas, que ocorreram no mesmo período. Uma delas é a chamada

74 Ver obra que se refere à evolução da economia regional: Furió (1996).

teoria da base econômica, que teve sua origem no trabalho de planejadores urbanos e geógrafos, os quais estavam interessados com o planejamento urbano. A ideia principal era a de que a fonte do crescimento das cidades dependia das atividades básicas, no caso a exportação, que, por sua vez, induziriam o crescimento das atividades não-básicas<sup>75</sup>.

Outra, a teoria do desenvolvimento regional com base no produto primário, também concede às exportações um papel chave. Esta teoria foi elaborada principalmente por historiadores econômicos, como suporte para o estudo do desenvolvimento de regiões canadenses, no século XIX. Essa teoria não chegou a se constituir num modelo formal e geral de desenvolvimento regional, tendo-se limitado praticamente a explicar a realidade canadense da época<sup>76</sup>.

Dentre os autores da academia norte-americana que contribuíram na elaboração da teoria da base exportadora destaca-se D. North<sup>77</sup>, com colaborações de J. Friedmann<sup>78</sup>. Em termos espaciais, o modelo de Friedmann sustenta-se na existência de interdependências entre determinadas atividades diversamente localizadas, que se dispõem conforme arranjos hierárquico-funcionais, os eixos de desenvolvimento, polarizadas pelos centros, através dos quais se disseminam as informações estratégicas e as inovações que conformam estímulos ao crescimento econômico. Friedmann sugeriu um quadro explicativo para justificar os bloqueios estruturais à difusão espacial de desenvolvimento entre o centro e a periferia.

No Brasil, tiveram maior repercussão as obras de North. A ideia central de North era a de que o papel da base de exportação na formação do crescimento dos centros nodais merecia atenção. Ou seja, as exportações têm um papel fundamental no crescimento de uma região e podem ocorrer em virtude da melhoria das exportações existentes, bem como pela diversificação dos produtos exportados, sendo para o autor, o princípio básico do crescimento econômico regional.

A teoria da base exportadora trabalha com a hipótese de que a economia opera em pontos abaixo da fronteira de possibilidades de produção<sup>79</sup>, exis-

75 Para um resumo desta corrente teórica ver: Lane (1977). No artigo, é apresentado um sumário da evolução da teoria da base econômica, ao mesmo tempo em que é feita uma crítica quanto à possibilidade de utilizá-la como uma teoria de desenvolvimento regional. Na tentativa de avançar, superando questões críticas atribuídas às teorias do desenvolvimento, principalmente, a teoria da base econômica, ver Hoover e Ficher (1977).

76 Para um resumo desta corrente teórica ver: Watkins (1977).

77 Obras do autor sobre o tema: North (1955; 1977a; 1977b).

78 Friedmann (1966).

79 Em Microeconomia, a fronteira de possibilidades de produção, também designada como curva de possibilidade de produção, parte do entendimento de que a escassez dos fatores de produção é algo dado, criando um limite para a capacidade de uma empresa, país ou sociedade regional crescer economicamente. É uma abordagem pouco considerada, devido aos aspectos duvidosos sobre os quais constitui sua argumentação (SANDRONI, 1999).

tindo capacidade ociosa no sistema econômico. North afirma que as regiões devem transformar-se de base extrativa, para base exportadora industrial, porque com o aumento da população, a base extrativa já não será mais suficiente para manter o crescimento sustentado da região que é medido através da renda per capita. Sendo assim, deverá industrializar-se para continuar a crescer, com isso, desenvolverá automaticamente uma série de indústrias na atividade secundária e terciária, devido a vantagens locacionais ou devido ao crescimento da renda da região.

A teoria da base de exportação separa as atividades econômicas de uma região em básicas e não-básicas. As básicas seriam aquelas que têm como destino mercados externos à região, como outros países e outros estados, e as não-básicas destinar-se-iam aos mercados locais, ou seja, teriam o consumo realizado dentro da própria região. Além disso, a expansão das atividades básicas induziria o crescimento das não-básicas, acrescentando North que o sucesso da base de exportação tem sido o fator determinante da taxa de crescimento das regiões<sup>80</sup>. Portanto, a fim de compreendermos este crescimento, deveríamos examinar os fatores que propiciaram o desenvolvimento dos produtos básicos regionais.

Essa abordagem teórica induz ao entendimento de que o desenvolvimento das regiões teria uma relação direta com sua capacidade de exportação. Considere-se, no entanto, que isso ocorrerá, em maior ou menor grau, dependendo da tecnologia utilizada na produção do produto de exportação e da ocorrência de reflexos multiplicadores positivos desta atividade nos outros setores produtivos da região. Essa repercussão depende da quantidade de insumos regionais utilizados, da possibilidade de o produto exportado ser usado como insumo para outras atividades e da demanda secundária gerada pelos fatores de produção utilizados em outros estágios.

Houve resistências na academia sobre o papel atribuído às exportações como fator explicativo para o desenvolvimento das regiões. Um deles é de C. Tiebout<sup>81</sup>, que, sustentando-se em argumentos da teoria keynesiana, não concorda com o papel predominante das exportações, relegando a um segundo plano o investimento autônomo. Além disso, acentua que a importância das exportações decresce com o tamanho e complexidade da região. Já Schwartzman<sup>82</sup> argumenta que o desenvolvimento de uma região a partir de uma base de exportação depende do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional, ou seja, deve apresentar duas condições necessárias para o desenvolvimento. A primeira,

80 A teoria do crescimento econômico regional de North está baseada no desenvolvimento de regiões dos Estados Unidos.

81 Tiebout (1977).

82 Schwartzman (1975).

a manutenção do dinamismo do produto de exportação. Ou seja, é preciso que as exportações proporcionem crescimento da renda real para termos crescimento econômico. Sendo assim, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa expressiva para que condições necessárias ao desenvolvimento sejam criadas na região. A segunda, a difusão do dinamismo para outros setores da economia, a qual ocorre quando o produto de exportação estimula o crescimento de outros setores da economia, e para isto acontecer, é necessário que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição da renda atinja um número elevado de pessoas e que surjam outras bases de exportações.

Na mesma época, nos Estados Unidos, C. Harris<sup>83</sup>, elabora a teoria do potencial do mercado. Tem em comum com a teoria da base exportadora, o destaque ao papel da demanda na determinação do nível da atividade econômica e dos investimentos das regiões. A teoria da base exportadora destaca a capacidade de exportação, enquanto a teoria do potencial do mercado destaca a demanda do mercado interno, como elementos diferenciadores do desenvolvimento regional.

### 1.3.5 O Neoevolucionismo ou Etapismo de Rostow

A ideia de classificar os sistemas econômicos históricos e de definir tipos ideais, sempre esteve presente nas preocupações dos cientistas sociais. Já Smith assinalava que a economia humana passaria por uma sequência de fases. As fases evolutivas seriam simplesmente o reflexo da complexidade crescente alcançada pela divisão do trabalho<sup>84</sup>. Com este propósito, no pós-guerra, um grupo de teorias centra-se na análise das condições internas da região, para explicar sua posição no sistema econômico e sua evolução no longo prazo. Segundo essas concepções teóricas, conforme ressalta Cuadrado Roura<sup>85</sup>, ao consistir o desenvolvimento no passo decisivo e quase determinista, direta ou indiretamente relacionado com o investimento e o consumo, dos setores primários para os terciários, passando pela fase industrial, o subdesenvolvimento de uma economia consistiria em sua permanência nas primeiras fases do crescimento, forçado por circunstâncias próprias de sua divisão interna do trabalho. Autores como W. Rostow<sup>86</sup> identificaram as condições que desencadeariam a transição das regiões ou países para as fases mais avançadas do desenvolvimento.

83 Harris (1954).

84 Conf. Furtado (2000).

85 Cuadrado Roura (1995).

86 Publicação no Brasil: Rostow (1961).

Decorrente da ideia de desenvolvimento como avanço, evolução, Rostow é considerado um neoevolucionista. O autor sustenta-se em pesquisas anteriores, como as de C. Clark<sup>87</sup>, que haviam estudado as diferentes estruturas dos sistemas de produção, a partir da análise da utilização do fator trabalho. Nos estudos de Clark, observava-se uma elevada correlação entre a composição da população ativa e o nível de renda real *per capita*<sup>88</sup>, sendo que a renda mostrava-se menor nas regiões ou países em que havia uma proporção maior de pessoas ocupada nas atividades primárias (agricultura, pecuária e pesca). Da mesma forma, a renda mostrava tendência de elevação nas regiões ou países com maior quantidade de mão de obra empregada nas atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços e comércio em geral), sucessivamente. A análise estatística de Clark colocava em evidência a ideia de que não existiria desenvolvimento sem industrialização, que o desenvolvimento se traduziria em profundas modificações nas estruturas econômicas e sociais. No entanto, ficava perceptível, também, que a elevação do nível de vida resultante do processo de industrialização, só tinha beneficiado uma parte da humanidade.

É a partir dessas observações e concepções da época, que Rostow propunha um esquema teórico em que explicava o processo de desenvolvimento em cinco etapas que deveriam ser percorridas por todos os países: (1) a sociedade tradicional; (2) a preparação para a decolagem econômica, com elevação nos níveis de educação, aumento da poupança e do investimento e introdução de novas tecnologias; (3) a decolagem econômica, representando a duplicação da taxa de investimento; (4) a marcha para a maturidade, com a generalização de tecnologias modernas e desenvolvimento da produção; (5) por fim, no topo, a sociedade de consumo de massa<sup>89</sup>.

Tal concepção teórica é também chamada de etapismo, ou neoevolucionismo. Etapismo, por entender o processo de desenvolvimento como a superação de diferentes etapas. É uma concepção teórica que recebe muitas críticas, principalmente, pelos autores que entendem o desenvolvimento como um processo histórico, não numa compreensão linear, de superação de etapas. Resumindo, a crítica principal, centra-se na ideia de que, embora haja processos comparáveis em determinados períodos e regiões, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que possui determinantes tanto históricos como estruturais.

Finalmente, vale se ressaltar a possível convergência conceitual e funcional entre os setores líderes de Rostow, a indústria motriz de Perroux e as empresas

87 Conf. Clark (1940).

88 Em economia, denomina-se **renda real**, ao rendimento auferido por uma pessoa ou categoria, já deflacionada, ou seja, já descontada a taxa de inflação do período considerado.

89 Em manuais de Economia, faz-se referência ao *take-off* de Rostow, para referir-se ao processo de decolagem econômica a que o autor se referia.

líderes de Porter, considerando o papel a desempenhar no processo de desenvolvimento, dentro do enquadramento teórico correspondente a cada autor<sup>90</sup>.

### 1.3.6 A teoria da Dinâmica Circular Cumulativa

A teoria da dinâmica ou causação circular faz parte das chamadas teorias do desenvolvimento desigual, que indagam sobre a causa das diferenças no ritmo e nível de desenvolvimento entre as regiões. Poderia ser acrescida a esta, a teoria dos encadeamentos para frente e para traz e dos polos de crescimento. Em suma, trata-se também de enfoques teóricos que questionam as análises neoclássicas sobre o equilíbrio.

Segundo Furtado<sup>91</sup>, a análise neoclássica tende a conceber o sistema econômico como um conjunto de automatismos articulados. Para o autor, a ideia de equilíbrio, tão enraizada no pensamento econômico, não se fundamenta na observação da realidade social. Foi na realidade tomada emprestada da mecânica racional, na qual toda a ação corresponde uma reação igual em sentido contrário. Isso, segundo o autor, não ocorre no sistema econômico, a não ser ocasionalmente, pois o fenômeno econômico tem como base uma decisão ou um conjunto de decisões de agentes com uma função social específica. Não seria fácil explicar a procura como uma reação à oferta, nem vice-versa. São fenômenos autônomos, derivados da divisão social do trabalho, o que não impedem que se influenciem mutuamente, no entanto, não tendendo necessariamente ao equilíbrio.

A teoria da dinâmica circular cumulativa, ou também chamada de causação circular cumulativa foi elaborada, inicialmente, por Myrdal<sup>92</sup>, depois reestruturada como um modelo por Kaldor<sup>93</sup>. Kaldor prosseguiu, em termos globais, a preocupação investigativa iniciada por Myrdal, pondo também em causa postulados da teoria neoclássica, refutando que o livre comércio e a fluidez de mobilidade dos fatores limitassem automaticamente os diferenciais de crescimento inter-regionais.

Baseando-se na noção geral de que o sistema social não se move espontaneamente para nenhum equilíbrio de forças como postulava o modelo da economia neoclássica, Myrdal defende que, a partir de uma aglomeração inicial em uma região e a existência de economias de escala e externalidades tecnológicas, novos recursos são atraídos, os quais reforçam circularmente

90 A concepção de Perroux e Porter será explicitada mais adiante, no presente texto.

91 Furtado (2000).

92 Edições no Brasil: Myrdal (1962; 1968). Em Silva e Silva (2009, p. 185-193) é feita uma revisão da abordagem de Myrdal.

93 Kaldor (1957; 1970).

a expansão do mercado. Nas regiões mais periféricas, ocorreria o contrário. Myrdal, ciente da tendência de que um processo de crescimento econômico contribuiria para ampliar as disparidades regionais, defendia a criação de políticas públicas de intervenção que pudessem contrariar esses potenciais efeitos negativos sobre as regiões menos desenvolvidas. Infelizmente, essa tendência tem se confirmado historicamente, sendo insignificantes as respostas governamentais no sentido de atenuar tais efeitos.

Em síntese, Myrdal defende a validade do princípio da interdependência circular dentro de um processo de causação cumulativa ligado ao desenvolvimento. Assim, ressalta a existência de efeitos cumulativos na realização de investimentos produtivos, considerando que o primeiro empreendedor cria facilidades para a implantação de novos empreendimentos, que por sua vez amplificam as perspectivas de sucesso de outros projetos.

A análise de Myrdal se sustentava na observação comparativa entre os níveis de desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a partir do que identificava três situações simultâneas: (i) existia um pequeno número de países prósperos e uma grande quantidade de países extremamente pobres; (ii) os países prósperos se encontravam em processo de desenvolvimento contínuo, enquanto os países pobres se defrontavam com um nível médio e lento de desenvolvimento, quando não estavam estagnados ou mesmo em retrocesso; (iii) em geral, as desigualdades econômicas entre os dois grupos de países, tinham aumentado.

Myrdal também se refere ao fato de que o crescimento de uma região pode causar efeitos regressivos em outras, devido à troca desigual entre regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados e regiões mais pobres, produtoras de bens primários. Esses efeitos regressivos seriam provocados pelos movimentos de mão de obra, de capital e de bens e serviços em direção aos centros em expansão, em detrimento das regiões mais pobres, devido ao fato de as regiões desenvolvidas oferecerem maiores oportunidades de emprego, taxas de retorno nos investimentos mais elevadas, melhor infraestrutura, assistência social, etc. Em contrapartida, há alguns efeitos propulsores que acontecem nos centros desenvolvidos, favorecendo as regiões situadas no entorno, através de um processo circular e cumulativo, no qual se desencadeiam aumentos nas exportações de alimentos, matérias-primas, insumos industriais e manufaturas de consumo final, para os polos de crescimento nacionais e internacionais.

Em suma, Myrdal questiona a assertiva liberal de que o equilíbrio estável da economia seria garantido pelos mecanismos de mercado e que nas relações de comércio entre países ou regiões de níveis de desenvolvimento diferentes, haveria uma tendência à igualação dos custos e da produtividade dos fatores produtivos, propiciando que ambos os países avançassem em termos de

desenvolvimento. A base teórica de sua contestação parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, cujos efeitos surgem de uma mudança social ou econômica primária, que está na essência da explicação do porque se verifica e se amplia as desigualdades entre países e regiões prósperos e pobres. Defendia o autor que era improvável que o equilíbrio em um espaço econômico pudesse ser atingido pela livre atuação das forças de mercado, sendo necessária a intervenção corretiva do Estado na economia. As forças do livre mercado tenderiam, isto sim, a criar assimetrias regionais, sendo esta tendência mais acentuada quanto mais pobre fosse o país.

São questões que precisam ser consideradas, a partir das ideias desta abordagem teórica, é claro, situando-as histórica e territorialmente. No entanto, este debate ainda é contemporâneo, situando, de um lado, autores liberais e neoliberais, que defendem o livre mercado e, de outro lado, autores que defendem a regulação da economia de mercado, seja por regramentos internacionais, ou pela própria ação do Estado nacional.

### 1.3.7 A teoria dos Encadeamentos e do Grande Impulso<sup>94</sup>

A ideia de que o crescimento é necessariamente desequilibrado, foi compartilhada por outro autor, Albert Hirschman<sup>95</sup>, o qual introduziu o conceito de *linkagens* (encadeamentos para diante e para trás), o que seria chave para a evolução teórica posterior<sup>96</sup>. O autor parte do pressuposto de que o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda a parte e que, uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia.

Sustentava-se na observação dos especialistas de que uma das principais dificuldades das estratégias de crescimento equilibrado consiste no fato de que não se encontram disponíveis, em volume suficiente, capitais, pacotes de inovações e empresários aptos e dispostos a assumir riscos. Em segundo lugar, a estratégia de crescimento diversificado, ao enfatizar a criação de mercado interno, concedia pouca atenção a empreendimentos específicos, tais como os de exportação, os quais poderiam induzir outras atividades produtivas correlatas. De outra parte, crescimento muito rápido pode significar a aceleração

94 Este item utiliza contribuições de: Bianchi (2007) e Souza (2005).

95 Hirschman (1958; 1961; 1977; 1985).

96 Os chamados **efeitos de encadeamento** são os impactos que as diferentes atividades exercem sobre as demais quando aumentam a sua produção. Tais impactos ocorrem para trás no processo produtivo, verticalmente, através das compras, e, para frente, no sentido horizontal, através das vendas de insumos. Uma atividade qualquer é considerada atividade-chave, quando seus efeitos de encadeamento no conjunto da economia, são superiores à média do conjunto dos setores, tanto para trás, como para frente, no processo produtivo (Conf. SOUZA, 2005).

das migrações campo-cidade, aumento da marginalidade urbana e obsolescência precoce de técnicas tradicionais, elevando a relação capital-tecnologia.

Sobre a ideia da necessidade de dar mais atenção a empreendimentos específicos nas regiões ou países, o autor ressaltava que um dos princípios fundamentais do desenvolvimento territorial seria a revelação dos recursos escondidos. Em suma, defendia que para promover o desenvolvimento econômico, importava menos encontrar as melhores combinações de recursos ou fatores de produção dados, do que fazer aparecer e mobilizar ao seu serviço, recursos e capacidades escondidas dispersas ou mal utilizadas<sup>97</sup>.

Hirschman na sua obra aborda alguns processos básicos que configuram o progresso econômico dos países subdesenvolvidos. Defende o estabelecimento de indústrias com fortes encadeamentos para frente e para trás como estratégia de desenvolvimento. Na concepção do autor, encadeamentos para trás correspondiam a enviar estímulos para setores que fornecessem os insumos requeridos por uma determinada atividade, enquanto encadeamentos para frente induziam o desenvolvimento de novas atividades que utilizassem os produtos manufaturados por tal empreendimento. Assim, a principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades com alto poder de gerar encadeamentos, principalmente para trás. Com isso a industrialização de setores-chave arrastaria atrás de si o restante da economia. Sustentava-se na ideia de que os países subdesenvolvidos dispõem de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial suficiente para a realização de projetos específicos e a economia ressentia-se de mecanismos de indução ao investimento e às inovações<sup>98</sup>.

Afirmava Hirschman que a preferência estratégica por determinadas atividades produtivas geraria um padrão de crescimento desequilibrado, o que criou muita controvérsia entre os pensadores da economia, na época. Mesmo assim, a ideia dos encadeamentos foi assimilada pela academia. Trata-se da ideia de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios, enfatizando a natureza desordenada do desenvolvimento econômico.

Com alguma semelhança à abordagem da teoria dos encadeamentos, Rosenstein-Rodan<sup>99</sup> propunha a necessidade de um grande impulso no desenvolvimento regional, concentrando os escassos recursos em poucos grandes e diversificados projetos, bem localizados. A estratégia de Rosenstein-Rodan

97 Este enfoque é retomado em obra recente: Pecqueur (2005). Neste artigo, Pecqueur defende que o desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios é essencialmente identificar e valorizar o potencial de um território. Tratar-se-ia de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, frequentemente em torno de um problema inédito, o que permitiria fazer emergir e mobilizar novas capacidades, revelar recursos escondidos. Outra obra do autor: Pecqueur (2000).

98 Síntese das ideias de Hirschmann, a partir de Souza (2005).

99 Rosenstein-Rodan (1963).

situa-se no contexto do Plano Marshall que se propunha estimular as regiões ditas subdesenvolvidas da Europa Oriental e Sul-Oriental.

A ideia era realizar um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias, promovendo um verdadeiro ataque frontal (*big push*), também chamado de grande impulso, de forma que os novos trabalhadores construíssem mercado para as novas atividades. Sustentava-se na hipótese de que a demanda cresce simultaneamente com a expansão da oferta, verificando-se a chamada lei de Say<sup>100</sup>. As interdependências se manifestariam também no nível tecnológico, nas relações de insumo-produto<sup>101</sup>, nas complementaridades via demanda final e representariam o fundamento da ideia do grande impulso. A estratégia de Rosenstein-Rodan correspondia à inserção da região na economia mundial, preservando as vantagens da divisão internacional do trabalho, com a ideia de complementaridade interindustrial, através de grandes investimentos internacionais e empréstimos de capital. A principal vantagem consistia em uma industrialização baseada no consumo, o que seria feito sem sacrifícios da população, contando com o desenvolvimento da indústria com altos coeficientes de trabalho.

Apesar das semelhanças entre a teoria dos encadeamentos, ou da cadeia de desequilíbrios, como outros autores preferem chamar<sup>102</sup>, Hirschman opunha-se à ideia do crescimento por grande impulso, pois acreditava mais em soluções sequenciais do que em soluções simultâneas.

Certamente estas ideias, em muitos países, passaram a ser contempladas nas suas políticas de desenvolvimento. Ao desenvolver a ideia de encadeamentos como a espinha dorsal de uma estratégia deliberada de desenvolvimento, ou do grande impulso a partir de atividades produtivas específicas, o que implicaria em interdependências ou inter-relações entre as atividades produtivas, resultando em efeitos multiplicadores no seu entorno, Hirschman aproxima-se da ideia da teoria dos polos de crescimento. Assim, sua aplicabilidade nas políticas de desenvolvimento tem aspectos semelhantes.

No Brasil, estudos demonstram que, pelo fato de que a industrialização foi feita pela estratégia de substituição de importações, os setores implantados nem sempre foram os que apresentavam os mais altos índices de encadeamento, não coincidindo com os setores-chave<sup>103</sup>. Tanto as ideias de Hirschman – ao

100 Refere-se às ideias de um economista clássico, cuja obra principal foi publicada no Brasil: Say (1983).

101 **Insumo-Produto** refere-se à análise de modelos que pretendem detalhar as implicações de determinada demanda ou de determinada oferta. Para isso, vale-se de um sistema contábil que centra sua atenção na maneira como as funções tecnológicas de produção das várias indústrias afetam as relações entre as indústrias e determinam a estrutura industrial do sistema econômico. Os dados proporcionados pelo sistema contábil insumo-produto são relacionados na tabela de insumo-produto, constituída dos números correspondentes às quantidades de produto que cada indústria comprou e vendeu às outras unidades industriais, no conjunto da economia (SANDRONI, 1999).

102 Por exemplo, Souza (2005).

103 Conf. Souza (2005).

defender que o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda a parte e que, uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia -, quanto às de Rosenstein-Rodan – ao propor a necessidade de um grande empurrão no desenvolvimento regional, concentrando os escassos recursos em poucos grandes e diversificados projetos, bem localizados -, aproximam-se às ideias da chamada teoria dos polos de crescimento, desenvolvida quase na mesma época por outros autores. Em suma, trata-se do reforço à ideia de que o desenvolvimento não ocorre equilibradamente<sup>104</sup>.

### 1.3.8 A teoria da polarização, ou dos Polos de Crescimento

O conceito de polos de crescimento deu origem a diversas construções teóricas e delas são extraídas várias diretrizes para as políticas de desenvolvimento. Em geral, pode-se dizer que fornecem uma interpretação espacial do crescimento econômico e sugerem estratégias para o desenvolvimento de regiões deprimidas e para a construção de sistemas urbanos.

François Perroux<sup>105</sup> propôs a teoria da unidade econômica dominante, que após várias elaborações passou a ser chamada de teoria dos polos de crescimento. Tem como foco os processos cumulativos e de localização, que podem ser gerados pelas interdependências do tipo *input-output*<sup>106</sup>, em torno de uma indústria líder e inovadora. A essência de sua teoria, segundo Schwartzman<sup>107</sup>, poderia ser resumida em três pontos: (i) o crescimento é localizado e não é disseminado no espaço ou no aparelho produtivo; (ii) o crescimento é forçosamente desequilibrado; (iii) a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento. Assim, o conceito de polos de crescimento de Perroux se aproximaria das ideias da corrente teórica do crescimento desequilibrado, que tem como autores principais Hirschman e Rosenstain-Rodan, no entanto, é mais claramente associada à economia regional, não só por analisar sistemas e centros urbanos, mas por dele derivar estratégias de desenvolvimento para as regiões.

Uma categoria importante na análise de Perroux é o conceito de indústria motriz, cuja função é gerar ou produzir economias externas. Uma indústria motriz, segundo Perroux, teria três características principais. Em primeiro lugar

104 Das obras publicadas no Brasil, que reforçam a ideia do desenvolvimento desequilibrado, ver: Williamson (1977). Já outros autores relacionam alguns dos principais estudos feitos no Brasil, na época, sobre desequilíbrios regionais de desenvolvimento: Andrade (1977); Cano (2007).

105 Perroux (1955; 1959; 1967; 1977).

106 Fluxo de entradas e saídas. É mais utilizado para fazer referência à tradução de insumo e produto, do inglês.

107 Schwartzman (1977).

possui grande porte, deste modo, suas decisões tendem a causar um grande impacto na área. Segundo, a indústria motriz apresenta uma taxa de crescimento superior à média regional. Finalmente, a indústria motriz caracteriza-se por uma forte interdependência técnica, ou linkagens, com uma gama diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial. A influência da indústria motriz poderia ser basicamente dividida em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado<sup>108</sup>.

A ideia exposta inicialmente por Perroux foi transplantada ao espaço geográfico por Boudeville<sup>109</sup>, com o argumento de que as indústrias e projetos dinâmicos se aglomeram numa área determinada e tem efeitos de derrame sobre as áreas territoriais próximas e não necessariamente sobre o conjunto da economia. Assim, a teoria dos polos de crescimento destaca o papel da indústria motriz, ou indústria-chave. Sua função é gerar ou produzir economias externas. Ao atuar para obter matérias-primas, atrair mão de obra e produzir, funciona como agente de dinamização da vida regional, provocando atração de indústrias, criando aglomerações populacionais, o que estimularia o desenvolvimento de atividades primárias fornecedoras, desenvolvendo atividades terciárias em seu entorno.

Os polos de crescimento industriais podem surgir em torno de uma aglomeração urbana importante ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas, assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes. O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. O polo de crescimento pode vir a tornar-se um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido<sup>110</sup>.

Como uma variante da teoria dos polos de crescimento, autores como Paelinck<sup>111</sup>, fazem referência ao conceito de desenvolvimento regional polarizado. Paelinck parte da ideia de crescimento como um processo de interdependência, ou seja, de transformações interdependentes que se produzem em certo período, acompanhando autores como Boudeville. Este e outros autores da mesma corrente utilizam conceitos como regiões homogêneas, polarizadas e de programação. Paelinck, em suma, afirma que a teoria da polarização é

108 Os efeitos da indústria motriz sobre a estrutura de produção e a demanda, são caracterizados em Tolosa (1972).

109 Boudeville (1968; 1973).

110 Esta parte do texto utiliza contribuições de Souza (2005).

111 Paelinck (1977).

uma teoria condicional do crescimento regional. Segundo ele, teria um valor, principalmente, na medida em que indica claramente as condições sob as quais um desenvolvimento regional acelerado pode produzir-se. No entanto, como o autor mesmo admite, tais condições são muito restritas. Para o autor, ainda, a teoria da polarização ampliou o conceito de complexo industrial, permitindo conceber um desenvolvimento econômico-geográfico estruturado, podendo vir impedir as concentrações maciças e nocivas em algumas regiões.

Outro autor, Richardson<sup>112</sup>, deu importante contribuição à ampliação da compreensão sobre a teoria da localização. O autor estudou a incidência espacial do processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos após a Revolução Industrial, formulando algumas hipóteses sobre os padrões espaciais subjacentes a este processo. Esses padrões obedeceriam a uma sequência temporal correspondente aos diferenciados estágios de desenvolvimento socioeconômico, referindo-se a distintos níveis espaciais de análise. Numa primeira fase, o crescimento da economia nacional manifestar-se-ia de forma muito polarizada, concentrando-se numa ou num número reduzido de regiões do país, o que ele chama de concentração inicial. Subsequentemente, o crescimento da economia nacional iria estar associado à difusão da expansão econômica dessa(s) região(ões) central(is), para outras regiões do país. No entanto, este processo de difusão inter-regional do crescimento econômico nacional assumiria, no interior de cada região, a forma de concentração espacial num número restrito de centros urbanos, nos quais se observaria uma crescente aglomeração de população e de atividades econômicas, o que ele chama de dispersão concentrada. Por último, e no interior das áreas metropolitanas ou de centros urbanos de grande dimensão, o processo de crescimento tenderia a ser acompanhado por descentralização de população e de atividades econômicas do centro para a periferia, o que ele chama de concentração descentralizada<sup>113</sup>.

Essas concepções teóricas tiveram um impacto muito forte na orientação das políticas de desenvolvimento no Brasil, principalmente de 1960 a 1970, quando se intensifica o crescimento de alguns polos, bem como, se torna predominante o padrão de crescimento metropolitano. No entanto, sua eficácia é questionada, mesmo no país de origem, a França. As críticas referem-se à excessiva generalidade dos conceitos e seu caráter irrefutável, resultando na sua pouca operacionalidade, com o que os resultados nas políticas regionais de desenvolvimento teriam sido, no mínimo, modestos<sup>114</sup>.

112 Richardson (1969; 1971; 1975). Ver também Godinho (2009), que explica os modelos de Richardson e Von Böventer.

113 Com base em Godinho (2009).

114 A esse respeito ver Klassen (1977). Outro texto crítico sobre a teoria dos polos de crescimento é o de Blaug (1977).

### 1.3.9 Teorias Neoclássicas de Crescimento: das desigualdades regionais à convergência

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorre o surgimento de abordagens teóricas de cunho intervencionista, por exemplo, a teoria dos polos de crescimento, dos encadeamentos e outras, as quais poderiam ser classificadas todas de cunho keynesiano<sup>115</sup>, na medida em que se opõem ao caráter automático dos mecanismos do livre mercado e defendem uma intervenção externa no mercado, com o fim de evitar as desigualdades inter-regionais. Frente à influência desse conjunto de teorias e modelos, se gerou a convicção de que os processos econômicos poderiam ser dirigidos e moldados conforme uma racionalidade substantiva e mediante o exercício de técnicas de engenharia social<sup>116</sup>.

Quase paralelamente a tais concepções teóricas intervencionistas, modelos neoclássicos foram construídos, como os de R. Solow e T. Swan<sup>117</sup>, chamadas de teorias neoclássicas de crescimento, as quais conduziram a políticas econômicas radicalmente opostas às de caráter keynesiano, cujas características podem ser sintetizadas na presença de rendimentos constantes à escala no trabalho e no capital e rendimentos marginais decrescentes de cada um dos recursos produtivos<sup>118</sup>. São construtos teóricos que procuram defender, através de modelos matemáticos, a tendência à convergência<sup>119</sup>. Em síntese: dado um estoque de capital por trabalhador, uma economia converge a um equilíbrio no longo prazo, no qual o produto por trabalhador cresce a uma taxa constante igual à taxa da mudança tecnológica. Ainda: as economias mais

115 Referindo-se à teoria de Keynes, que defende a intervenção do Estado na economia, principalmente nas épocas de crise, conforme obra do autor já citada anteriormente.

116 Ver abordagem recente, sobre o tema: Moncayo Jiménez (2004).

117 Solow (1956) e Swan (1956).

118 Também conhecida por **Lei das Produtividades Marginais Decrescentes**, a **Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes** significa que os acréscimos de produção de um bem se vão tornando cada vez menores à medida que vamos acrescentando mais unidades de determinado fator produtivo, mantendo a quantidade dos restantes fatores produtivos constante. Apesar de não constituir uma verdade universal (em determinadas situações pode verificar-se exatamente o contrário), a Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes pode ser observada empiricamente em numerosas situações, ajudando a explicar muitos fenômenos, constituindo também um dos pressupostos base para a formulação da teoria da oferta (Conf. SILVA, 1987).

119 Sobre a ideia da **convergência**, esta se refere às teses de economistas liberais, segundo as quais, com o tempo, uma economia de livre mercado, levaria a uma situação de convergência, onde todas as regiões e países tenderiam a superar as desigualdades de desenvolvimento. Essa hipótese foi levantada originalmente pelo economista holandês Jan Tinbergen, no sentido de que tal convergência seria inevitável em função da necessidade de padrões similares do desenvolvimento tecnológico. Com as transformações ocorridas nos países do Leste Europeu e na ex-União Soviética depois de 1989, a tese foi totalmente superada (SANDRONI, 1999).

pobres tendem a crescer mais rápido que as economias mais ricas, levando à convergência no longo prazo<sup>120</sup>.

Dessas concepções, decorrem duas implicações: em primeiro lugar, que no longo prazo o crescimento tenderá a zero, a menos que ocorra um avanço tecnológico que compense os efeitos negativos dos rendimentos decrescentes do capital; em segundo lugar, que a taxa de crescimento per capita se encontra inversamente relacionada com o nível do produto por habitante. Disso deriva uma terceira implicação: no longo prazo, haverá convergência das taxas de crescimento e dos níveis de investimento per capita. Como consequência desta visão otimista do liberalismo econômico, o livre jogo de forças do mercado conduziria os países e as regiões a uma progressiva igualação de seus níveis de desenvolvimento, tendendo à convergência, tornando-se desnecessárias as políticas intervencionistas propostas pelos enfoques keynesianos. Apesar da sólida construção teórica do modelo neoclássico de crescimento, suas sucessivas ampliações e uma ampla evidência empírica de que, de fato, há períodos em que se apresentam processos de convergência tanto entre países como entre regiões, em geral, continuava-se constatando a continuidade do crescimento assimétrico e concentrado e não a propalada convergência<sup>121</sup>.

Em geral, as teorias neoclássicas deste período reforçam a importância do fator tecnológico para explicar o crescimento, o qual tem um caráter exógeno, não dependendo do comportamento do emprego e da política econômica governamental, pois vem incorporado ao capital. Assim a demanda se ajusta passivamente à oferta e os processos estão cindidos por retornos constantes à escala. São posicionamentos teóricos que tentam estruturar argumentos lógicos para se contraporem à intervenção estatal na economia.

### 1.3.10 A Teoria do Crescimento Endógeno

Na década de 1980, se formula a chamada teoria do crescimento endógeno. O propósito desse enfoque teórico era construir modelos em que a tecnologia seja endógena, isto é, que responda a opções deliberadas dos agentes econômicos e em que sejam contemplados como determinantes do crescimento econômico, o conhecimento, o capital físico e humano e as políticas macroeconômicas internas<sup>122</sup>.

120 Outra obra que se refere a esta abordagem: Barro e Sala-i-Martin (1991).

121 Conforme Moncayo Jiménez (2001).

122 Capital Humano refere-se ao conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico. O termo é usado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões

Os primeiros trabalhos a explicarem o crescimento por meio dos fatores endógenos têm como autores referência P. Romer, R. Lucas e S. Rebelo<sup>123</sup>. Em síntese, contrapõem-se aos modelos de crescimento neoclássicos tradicionais, como o de Solow, em que as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional são tratados exogenamente. Na nova abordagem das teorias de crescimento endógeno, essas variáveis são tratadas endogenamente na explicação do diferencial de crescimento de renda entre os países.

O conceito de endógeno, base da teoria, tem a ver com o suposto de que o crescimento é impulsionado pela mudança tecnológica que procede de decisões intencionais de investimento, tomadas por agentes maximizadores de recursos econômicos, o que implica que o crescimento de longo prazo resulta de fatores endógenos em um determinado contexto. Pode-se descartar, portanto, a existência de fatores exógenos não explicados no modelo.

Em geral, são considerados válidos os pressupostos centrais dos modelos de crescimento endógeno, contrapondo-se aos chamados rendimentos crescentes e à convergência, pois reforçam o papel do capital humano, do conhecimento e da mudança tecnológica, destacando sua endogenia. Assim, reforçam a possibilidade dos territórios e regiões adotarem políticas ativas para promover o desenvolvimento. De certa forma, tais concepções teóricas estimularam novas abordagens a partir da década de 1980, como o chamado Novo Regionalismo, ou seja, abordagens teóricas que tem o local, a região ou o território como foco de observação, análise e teorização.

### 1.3.11 A Teoria da Modernização: sociedades tradicionais e modernas e o desenvolvimento

Teodoro Schultz<sup>124</sup>, da Universidade de Chicago (EUA), é um dos principais expoentes do pensamento neoclássico contemporâneo sobre agricultura. É considerado autor referência sobre a abordagem das teorias da modernização. No entanto, este autor sintetizava o pensamento de vários teóricos, clássicos ou mais contemporâneos, que defendiam tais concepções. De maneira geral, tal abordagem identifica (reduz) o desenvolvimento a um processo de modernização onde a sociedade tradicional dos países subdesenvolvidos é substituída por uma sociedade moderna. Isto aconteceria, em particular, por meio de novas tecnologias, cuja difusão produziria automaticamente uma

---

naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem (SANDRONI, 1999). Um dos autores de destaque foi Schultz (1961), que defendia que o capital humano, em especial a educação, era o pilar fundamental para o crescimento econômico de uma nação.

123 Como autores principais desta abordagem teórica, destacam-se: Romer (1986; 1990); Lucas (1990; 1998); Rebelo (1991). Outro autor faz uma síntese de tais abordagens: Aghion (1998).

124 Obras do autor: Schultz (1965; 1975). Outro autor que trata do tema: Paiva (1979).

reestruturação social, com o advento de novas instituições, as quais, por sua vez, assegurariam uma aplicação mais eficaz dos recursos disponíveis.

Segundas tais concepções, o subdesenvolvimento seria o estágio original, atrasado da evolução da organização das sociedades, dando a entender que haveria somente dois tipos de sociedade, a sociedade tradicional e a sociedade moderna. Cada tipo de sociedade teria um modo de organização social, econômica e política, com características próprias. Assim, o traço característico da sociedade tradicional seria a estabilidade, ou seja, a pequena propensão às mudanças, enquanto que as sociedades modernas estariam mais abertas às mudanças e, conseqüentemente, às inovações tecnológicas.

Muitas críticas são feitas as teorias da modernização<sup>125</sup>. Uma delas é que concebem determinadas características psicossociais como causas necessárias ou suficientes para o desenvolvimento. Este enfoque pode induzir os teóricos ou gestores a atribuir o atraso socioeconômico de uma região, das instituições ou organizações às características psicossociais dos seus membros. Induzem ao entendimento que as causas da falta de dinamismo socioeconômico, ou desenvolvimento de algumas sociedades, deve-se ao predomínio em determinadas atividades produtivas de características tecnológicas mais tradicionais, ao invés das inovações mais recentes, atribuindo tal situação à incapacidade de sua população para a mudança.

Como as teorias da modernização foram aplicadas com maior intensidade, no caso do Brasil, para justificar o processo massivo de modernização da agricultura a partir da década de 1960 e com mais veemência na Revolução Verde, nos anos 1960 e 1970, sabe-se que é necessário relativizar tais fatores, pois não são os únicos e muitas vezes nem os mais importantes. Por outro lado, tais compreensões induziram a agricultura no Brasil a abandonar tecnologias tradicionais, além do uso de sementes e insumos agrícolas de eficiência já historicamente comprovada, para serem substituídas por espécies híbridas e insumos químicos. Em alguns casos, práticas de cultivos orgânicos foram abandonadas, substituindo-as pela chamada agricultura moderna, que passou a utilizar novas técnicas de cultivo, não necessariamente mais eficientes, além dos agroquímicos.

## 1.4 O enfoque da Ciência Regional

As teorias clássicas da localização se estruturam, essencialmente, na interpretação das decisões empresariais, em uma economia de mercado,

125 No Brasil, um dos seus grandes críticos é o Ricardo Abramovay, principalmente numa de suas obras: Abramovay (2007). Outra obra que aborda o tema é: Hoffmann e Kageyama (1985).

sobre o melhor sítio onde localizar-se, com contribuições de autores como A. Weber, J. Thünen, A. Lösch, além de outros, desde o início do século XX<sup>126</sup>.

Já autores como W. Isard<sup>127</sup>, na década de 1950, inconformado com a interpretação dada pelas teorias econômicas neoclássicas à dimensão espacial criou o que passou a se chamar de Ciência Regional. A crítica de Isard referia-se ao fato de que a dimensão espacial não era considerada pelos clássicos, os quais se sustentavam na suposição de que deveria ocorrer uma equalização dos preços dos fatores de produção, em função do regime de concorrência perfeita, e da perfeita mobilidade dos fatores, com o que os custos de transporte eram desconsiderados. Principalmente a hipótese da concorrência perfeita era considerada por Isard, como insustentável, com o que outros autores concordavam.

Autores contemporâneos consideram a abordagem de Isard uma construção de caráter multidisciplinar que teve uma importância prática considerável no planejamento regional. Teve o mérito de integrar as contribuições da escola dos geógrafos alemães à questão espacial com a análise microeconômica da minimização de custos ou da maximização do lucro. Consiste em melhorar a estrutura espacial e regional das diferentes ciências sociais, especialmente a Economia, mediante o estabelecimento de uma teoria geral mais adequada da localização e do espaço econômico<sup>128</sup>.

A principal contribuição teórica de Isard foi a de introduzir os problemas de espaço na teoria econômica através do conceito de insumos de distância (o movimento de um peso unitário sobre uma unidade de distância). O preço de um insumo de distância é a taxa de transporte e, como no caso de insumos de capital, uma redução no preço causa um efeito de escala e de substituição. Para Isard, os insumos de distância são simplesmente considerados como outro fator de produção, cujo preço é a taxa de transporte e cuja combinação ótima com outros fatores pode ser determinada pelos princípios de substituição. Considerando que existem diferentes estruturas regionais de produção, o fator transporte, em virtude da sua própria natureza, condicionará a orientação locacional no marco da teoria convencional da produção<sup>129</sup>.

126 Obra recente faz uma síntese das teorias da localização, principalmente no Cap. 1: Silva (2004).

127 Isard (1956; 1972). Sugere-se a leitura de obra que faz uma síntese dos principais autores que se dedicam à análise das noções de espaço e os fatores do desequilíbrio regional, em que a visão de Isard recebe destaque: Souza (2009, Cap. 1).

128 São eles: Moncayo Jiménez (2001) e Spinola (2003).

129 Spinola (2003).

De maneira geral, pode-se dizer que as teorias da localização constituem uma contribuição indispensável para a análise das orientações locacionais das atividades econômicas em mercados concorrenciais. Os fatores locacionais clássicos têm significativo poder de explicação das vantagens e desvantagens gerais e específicas de cada atividade socioeconômica, que as regiões têm para atrair empreendimentos. Assim, a distribuição das indústrias entre as regiões, principalmente as de pequeno e médio tamanho, voltadas a atividades agrícolas, industriais e comerciais, são influenciadas ainda pela distribuição dos recursos naturais, pelas condições físico-naturais (solos, relevo, clima...), pelos custos de transportes, mas, principalmente, por outros fatores locacionais modernos. Dentre estes se destacam, principalmente quando se trata de indústrias de alta tecnologia, os serviços sofisticados e especializados disponíveis localmente – desde empresas de prestação de serviços até infraestrutura habitacional e de lazer –, além da presença de centros de pesquisa, universidades, agências de publicidade e de marketing, serviços de intermediação financeira e creditícia.

O nível de influência dos fatores locacionais varia, num extremo em que tem muita influência, onde se encontram as indústrias extrativas minerais e vegetais, noutro extremo, em que os fatores locacionais têm pouca influência, as indústrias de transformação, principalmente as de alta tecnologia. Numa posição intermediária, entre os extremos, é fundamental considerar entre os fatores locacionais, a existência de estruturas oligopólicas, monopólicas e de concorrência monopolística, muito comum na atualidade. Enfim, as teorias da localização constituem um elo indispensável para a explicação das decisões onde se localizam os empreendimentos, da concentração das atividades econômicas e dos condicionantes do desenvolvimento regional. Da mesma forma, as teorias da localização explicam as estratégias históricas de acumulação de capital dos grandes conglomerados comerciais, industriais e de serviços.

### 1.5 A contribuição de teóricos neomarxistas no debate sobre desenvolvimento<sup>130</sup>

Terminada a Segunda Grande Guerra, os capitais externos oligopolistas<sup>131</sup> redirecionaram-se para o mercado interno dos países subdesenvolvidos,

130 Esta parte do texto utiliza contribuições de Machado (1999).

131 Em economia, **monopólio** (do grego *monos*, um + *polein*, vender) é como se denomina uma situação de concorrência imperfeita, em que uma empresa detém o mercado de um determinado produto ou

transferindo parte de suas empresas para a periferia (a exemplo da indústria automotiva, farmacêutica e demais), absorvendo o emergente setor industrial nacional. O marxismo teve uma grande influência teórica nesta época, especialmente sobre o estruturalismo latino-americano e sobre a Escola da Dependência<sup>132</sup>. Entretanto existiram linhas de pensamento marxistas mais ortodoxas que se desenvolveram a partir da noção de imperialismo elaborada por Lênin<sup>133</sup>. Em geral tais escolas pregavam uma ruptura radical com o

---

serviço, impondo preços aos que comercializam. Já **oligopólio** é uma forma evoluída de monopólio, no qual um grupo de empresas promove o domínio de determinada oferta de produtos e/ou serviços. Designa-se por **mercado oligopolista** a situação de um mercado com um número reduzido de empresas, de tal forma que cada uma tem que considerar os comportamentos e as reações das outras quando toma decisões de mercado. Existem quatro formas básicas de oligopólio. **Cartel** é um acordo explícito ou implícito entre concorrentes para, principalmente, fixação de preços ou cotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação ou, por meio da ação coordenada entre os participantes, eliminar a concorrência e aumentar os preços dos produtos, obtendo maiores lucros, em prejuízo do bem-estar do consumidor. **Truste** é a expressão utilizada para designar as empresas ou grupos que, sob uma mesma orientação, mas sem perder a autonomia, se reúnem com o objetivo de dominar o mercado e suprimir a livre concorrência. Também são grandes grupos ou empresas que controlam todas as etapas da produção, desde a retirada de matéria-prima da natureza até a distribuição das mercadorias. A expressão é adaptação da expressão em inglês *trust*, que significa confiança. Uma **sociedade gestora de participações sociais** (conhecida em inglês por **holding**) é forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas ou organizações (ou conglomerado). Na *holding*, essa empresa criada para administrar possui a maioria das ações ou quotas das empresas componentes de determinado grupo de empresas. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes corporações e normalmente visa melhorar a estrutura de capital da empresa ou como parte de alguma parceria com outras empresas. Já conglomerado, em economia é uma forma de oligopólio na qual várias empresas que atuam em setores diversos se unem para tentar dominar determinada oferta de produtos e/ou serviços, sendo em geral administradas por uma *holding*. Um exemplo são as grandes corporações que dominam desde a extração da matéria-prima como o transporte de seu produto já industrializado, ou seja, um *truste*. Um exemplo de conglomerado é a empresa Mitsubishi, que fabrica desde carros até canetas. Síntese a partir de Silva (1987).

132 Os temas **Estruturalismo Latinoamericano** e **Teoria da Dependência** serão tratados no próximo capítulo deste livro.

133 O termo **Imperialismo**, em seu primeiro sentido, designa o governo de um governante despótico e arbitrário, concentrador de poder total em suas mãos. Mais tarde o termo passou a ser utilizado para referir-se à ampliação do domínio territorial europeu na África e na Ásia. Já, segundo a concepção marxista-leninista, é utilizado para referir-se à política de expansão e domínio territorial, cultural e econômico de uma nação sobre outras, ou sobre uma ou várias regiões geográficas, ou ainda de países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. O imperialismo contemporâneo pode ser também denominado como neocolonialismo, por possuir muitas semelhanças com o regime vigorado entre os séculos XV e XIX, o colonialismo. **Colonialismo** é a política de exercer o controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes, são desapossados de parte dos seus bens (como terra arável ou de pastagem) e de eventuais direitos políticos que detinham. **Neocolonialismo** é o processo de dominação política e econômica estabelecido pelas potências capitalistas emergentes ao longo do século XIX e início do século XX, que culmina com a partilha da África e da Ásia, (colonização da África e da Ásia). O Neocolonialismo foi iniciado por essas potências a fim de encontrar novas possibilidades de obtenção de matérias-primas (como o carvão e o petróleo) e produtos alimentícios que faltavam em seus territórios. Havia ainda outros interesses, como a expansão do mercado consumidor, devido ao aumento da produção gerado pela Revolução Industrial. Estes países necessitavam ainda

sistema capitalista. Dentre os autores, destacam-se Samir Amin, André Gunder Frank, Paul Baran e Rui Mauro Marini. Aqui, faz-se referência a alguns destes autores, sintetizando suas ideias.

É fundamental esclarecer que as ideias da corrente neomarxista, são também chamadas de teorias neodependentistas, pelo fato de alguns autores, principalmente Marini, fazerem críticas severas à teoria da dependência, conhecida no Brasil por obras como a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Ocorre que a Teoria da Dependência surgiu, nas suas diversas correntes, a partir da crise verificada nas teorias desenvolvimentistas<sup>134</sup> e como resposta às análises que viam no processo de desenvolvimento da economia latino-americana a possibilidade de se construir na região um capitalismo autônomo a partir de um *continuum* evolutivo. São elas a corrente weberiana e a marxista<sup>135</sup>.

A corrente weberiana defendida por autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto formula uma análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração estabelecido nos diversos grupos sociais, tanto internos como externamente, de forma que o desenvolvimento poderia ser interpretado como um processo social. Dentro disso, a superação da dependência, enquanto um componente estrutural do capitalismo pressupõe uma articulação entre as forças sociais dominantes internas e os centros hegemônicos, e por isso, mais que um caráter de industrialização, o desenvolvimento periférico deveria ter um caráter industrializante-associado.

Esse movimento de associação ao capital internacional traria, inevitavelmente, um aumento nos graus de concentração de renda e a abertura ao capital externo, um dos pilares do consenso neoliberal. Nesse sentido, a

---

escoar seus capitais disponíveis. O crescimento desordenado da população europeia também pedia disponibilidade de novas terras a serem ocupadas. Um dos grandes problemas do neocolonialismo é a forma como se deu a “partilha” dos territórios africanos, por exemplo. Ao dividir os territórios, os países invasores não levaram em consideração as diferenças culturais do continente, o que fez com que tribos rivais ficassem numa mesma região, agravando ainda mais as guerras civis africanas. Adaptado de SILVA (1987).

134 Dá-se o nome de **desenvolvimentismo** às práticas e políticas objetivando, dentre outros aspectos, a transformação das estruturas produtivas principalmente pelo crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. O desenvolvimentismo latino-americano surge a partir dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) nos anos 1950 e suas recomendações estiveram presentes no Brasil, no governo Jucelino Kubitschek e no governo militar, neste último período quando ocorreu o chamado milagre econômico brasileiro. Já o chamado **novo-desenvolvimentismo**, ou neodesenvolvimentismo, tem diversas origens, entre as quais a visão de Keynes e de economistas neokeynesianos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, de complementaridade entre Estado e mercado e a visão cepalina neo-estruturalista que, tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região, defende a adoção de uma estratégia de transformação produtiva com equidade social que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Ver abordagem em: Bielschowsky (2004).

135 Esta parte do texto e sua interpretação são feitas com base em Duarte e Gracioli (2007).

corrente marxista defende que a proposta da corrente weberiana de dependência é de subordinação ao capital internacional. Assim, quanto mais se desenvolvessem, mais dependente esses países se tornariam, como a própria história tratou de mostrar.

Já a corrente marxista, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente, busca explicar esse mesmo processo fundamentado na Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx. Segundo essa corrente, que vê a dependência como uma relação de subordinação entre nações centrais e periféricas, a superexploração da força de trabalho seria a única forma que os países periféricos teriam de gerar os excedentes a serem transferidos para os países centrais, dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho, uma vez que não possuem o aparato necessário ao desenvolvimento de tecnologias que os permitam produzir bens com alto valor agregado, e com isso competir com os países centrais. Tudo isso em decorrência do momento e da forma como os países latino-americanos se inseriram na estrutura do comércio internacional, momento esse no qual já estavam constituídos os centros hegemônicos do capital. Diante disso, o máximo que as nações periféricas poderiam fazer seria aumentar os graus de liberdade no manejo de sua política econômica, porém sem escapar da condição dependente.

Autores de ideologia marxista, tais como, G. Frank<sup>136</sup> e P. Baran<sup>137</sup>, centraram seus estudos sobre a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. A posição teórica de Baran é indubitavelmente nacionalista ao tratar tanto das raízes do subdesenvolvimento como das suas diferentes morfologias. Para ele, a relação antitética entre o capitalismo central e as regiões atrasadas produziu o conceito de subdesenvolvimento. Sua tese está nucleada na expropriação, ou apropriação do excedente econômico e na polarização contraditória metrópole-colônia, como chave da dependência.

Tais argumentos também orientavam as teses de Frank. As relações de dependência seriam melhor tratadas do ponto de vista histórico convencional como relações coloniais, neocoloniais e imperialistas, pois foram regidas por estatutos específicos, caracterizando matéria geopolítica. Segundo o autor, a relação maior não está rigorosamente nos modos de produção internos, mas nas relações dos poderes hegemônicos regionais e internacionais com os países de estrutura econômica e política submetida à expropriação externa.

Baran faz críticas ao pensamento cepalino, principalmente à teoria das relações de troca. Segundo ele, o que explica a situação de subdesenvolvimento dos países pobres é sua baixa composição orgânica do capital, mão de

136 Frank (1980).

137 Baran (1977).

obra barata e abundância dos recursos naturais, que atrairiam investimentos externos, no entanto, mantendo tais países atrelados ao imperialismo internacional dos países ricos<sup>138</sup>. O autor reconhece que a estreiteza do mercado limita o desenvolvimento, no entanto, argumenta que o excedente dos países pobres é mal utilizado pela ação das elites feudais, dos industriais conservadores e da classe média. Os investidores estrangeiros, ao se associarem com as classes menos progressistas dos países pobres, agravam as distorções no uso do excedente, que é expatriado aos países desenvolvidos.

Em suma, Baran entende que o problema do subdesenvolvimento só pode ser resolvido por vias políticas, pois a questão não resulta da falta de capitais, mas do uso inadequado do excedente. Por fim, para Baran e demais economistas de inspiração marxista, a contradição do desenvolvimento não poderia ser explicada pelas relações entre centro e periferia, mas entre capital e trabalho. Causas internas, oriundas das relações de produção, das disputas entre as classes sociais, que se apoderam do aparelho estatal, são as que entram ou favorecem o desenvolvimento, e não as causas externas. Nisso concordavam inclusive alguns teóricos da teoria da dependência.

Num retrospecto sobre a evolução das suas interpretações, é possível observar que Frank procura explicar a relação subdesenvolvimento/dependência. Numa das suas obras, reclama a necessidade de elaboração de uma teoria explicativa do desenvolvimento contraditório no sistema capitalista mundial integrado, que gera a um só tempo o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento em âmbito mundial, nacional, regional e local.

Esta realidade é reafirmada por outro historiador brasileiro, Hélio Jaguaribe<sup>139</sup>. Jaguaribe faz uma análise estrutural da economia latino-americana com destaque para a estagnação e desnacionalização tanto econômica quanto cultural e político-militar, questionando-se sobre o caminho mais adequado: reforma ou revolução? Tais alternativas, segundo a concepção do autor, se realizaram em sentido inverso na América Latina: antidesenvolvimento e contrarrevolução.

Enquanto a tese central de Frank sobre o subdesenvolvimento era a das relações externas de troca, conectadas com o mercado interno e a acumulação de capital, a tese de Jaguaribe centrava-se no dualismo das sociedades

138 O conceito de **composição orgânica do capital** tem origem nas concepções teóricas marxistas. É uma relação ou proporção entre a parte constante (valor das matérias-primas, máquinas, equipamentos e instalações) e a parte variável (força de trabalho, cuja remuneração é o salário), presente nos produtos manufaturados. Na busca de inovações tecnológicas que lhes propiciem uma vantagem temporária sobre seus concorrentes e aumento de lucro, os capitalistas em geral, tendem a substituir a mão de obra (capital variável) por máquinas (capital constante), levando a um aumento do desemprego e assim criando um **exército de reserva dos trabalhadores**. O conceito de exército industrial de reserva derruba, segundo os marxistas, os mitos liberais da liberdade de trabalho e do ideal do pleno emprego. Síntese, a partir de Sandroni (1999).

139 Jaguaribe (1972).

latino-americanas. O autor tentava responder uma indagação básica: por que as sociedades latino-americanas, depois da sua independência até 1930, não puderam alcançar o seu desenvolvimento nacional autossustentado? Propondo algumas hipóteses, salientava, num primeiro plano, que essas sociedades, desde sua Independência até as primeiras décadas do século XX, foram levadas a converter-se em sociedades dualistas, nas quais a preservação dos objetivos da elite não era compatível com os interesses da massa, o que impediu a integração social dos países em questão e provocou o estabelecimento de um regime social, quer dizer, de um regime de valores, participação, poder e propriedade, que não contribuía para o desenvolvimento nacional.

Marini<sup>140</sup> retomou o princípio determinante de Frank das relações externas de troca, de onde conclui que somente uma ruptura com o sistema internacional poderia propiciar o desenvolvimento em termos de autossuficiência. Marini pode ser classificado como o autor principal do que poderia se chamar de Teoria Marxista da Dependência. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo aqui se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolvera nas economias consideradas avançadas. Assim, para Marini, a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O resultante da situação de dependência só pode significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe<sup>141</sup>.

Como se percebe, a questão do subdesenvolvimento/dependência aparece diagnosticada pela maioria dos autores referenciados que trataram do assunto, porém divergem quanto à direção da determinação. As concepções destes e outros autores de ideologia marxista, em geral se contrapõem à boa parte das concepções dos autores liberais ou reformistas que discutem temas relacionados ao desenvolvimento. São contribuições que apresentam outras formas de interpretação da realidade, ou mesmo, das causas que justificam as desigualdades de territórios, regiões e países, no seu processo de desenvolvimento.

140 Suas principais obras publicadas no Brasil: Marini (1992; 2000). Uma publicação mais recente resume seus principais escritos: Traspadini e Stedile (2005).

141 Conf.: Marini (2000). Para aprofundamento desta abordagem, ver Duarte e Gracioli (2007).

## 2. A CONTRIBUIÇÃO DE TEÓRICOS LATINO-AMERICANOS E BRASILEIROS NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas - ONU criou a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal, com o objetivo de realizar estudos visando ao desenvolvimento da região. A iniciativa inspirava-se no fato de que os Estados Unidos tinham destinado grande volume de recursos para a recuperação da Europa, pelo Plano Marshall, sendo que os governos latino-americanos passaram a desejar que se fizesse o mesmo com a América Latina. A Cepal teve sua sede em Santiago do Chile, no Chile, com estruturas de apoio em outros países, inclusive no Brasil. Assim, os primeiros trabalhos da Cepal procuraram diagnosticar os problemas de cada país em particular, objetivando detectar os obstáculos ao desenvolvimento.

Os técnicos da Cepal dispunham apenas da versão ricardiana do crescimento econômico e do instrumental keynesiano da análise econômica. Com o entendimento de que tais instrumentais teóricos não seriam suficientes para a análise dos problemas dos países latino-americanos, é que o economista argentino Raul Prebisch, então presidente do Banco Central da Argentina, apresentou aos demais estudiosos da Cepal uma nova abordagem analítica, que depois passou a ser referencial para os economistas da Cepal.

Este e outros economistas, posteriormente, juntaram-se à Cepal e passaram a representar uma contribuição fundamental para a evolução ou o repensar das bases teóricas utilizadas na época, para analisar o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, especialmente os mais pobres<sup>142</sup>.

### 2.1 Bases teóricas do chamado estruturalismo latino-americano<sup>143</sup>

Estruturalismo é o nome dado a uma perspectiva, a métodos de estudo e a teorias sociais que surgiram na antropologia social, a partir do final de

142 Ricardo Bielschowsky da UFRJ, numa parceria da Cepal e Conselho Federal de Economia, reuniu em obra recente, os mais representativos textos clássicos escritos por economistas e sociólogos latino-americanos, entre eles, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Medina Echavarría, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de uma publicação comemorativa aos 50 anos da Cepal (1948-1998). A coletânea está organizada de maneira a orientar o leitor quanto à trajetória intelectual da Cepal, refletindo as diferentes etapas históricas em que os textos foram escritos. Ver: Bielschowsky (2000).

143 Esta parte do texto utiliza importantes contribuições de Souza (2005).

1940, em especial, com base nas obras de Lévi-Strauss<sup>144</sup>. Trata-se de uma posição totalizadora para o estudo dos fenômenos sociais. A sociedade é vista como uma totalidade integrada e coerente. O estruturalismo rejeita a postura teórica segundo a qual as sociedades são produtos de uma associação de indivíduos. Tem origem na ideia de um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a estrutura. É um termo originário das Ciências Humanas, que passa a ser utilizado pelas Ciências Sociais e Aplicadas<sup>145</sup>. Seu uso, como estruturalismo latino-americano, faz referência a um conjunto de concepções teóricas sobre desenvolvimento que consideravam a necessidade de mudanças estruturais na economia, tais como, por exemplo, a reforma agrária, além de defender a interrelação de vários elementos para explicar a causa de determinado problema.

No pós-guerra, vários autores formularam concepções teóricas defendendo que a ausência de mecanismos corretores ou reguladores do livre mercado levava, como consequência, à intensificação das desigualdades inter-regionais. Como teoria do crescimento econômico, entre 1950 e 1960, é fundamental destacar algumas concepções teóricas que tiveram grande influência no pensamento e na prática do desenvolvimento regional no Brasil e na América Latina como um todo.

Em primeiro lugar, estão os enfoques teóricos segundo os quais o nível de desenvolvimento regional resulta do lugar que a região ocupa no conjunto dos países. Uma das variantes teóricas foi o que passou ser chamado estruturalismo latino-americano, que direciona seu foco de estudo com o fim de tentar responder quais são as principais causas do subdesenvolvimento e o que se pode fazer para superá-lo. Insiste-se, neste enfoque, na necessidade de introduzir parâmetros não puramente econômicos para explicar o subdesenvolvimento, principalmente àqueles que dizem respeito à distribuição da renda e dos meios de produção (terra) dentro da estrutura social. Isto os levava frequentemente à proposição de redistribuição de fatores de produção, principalmente a terra (por exemplo, a necessidade de uma reforma agrária). O entendimento é que tais fatores eram estruturais e resultavam do seu processo de formação histórico-econômica, exigindo mudanças radicais. Trata-se de uma concepção com influências marxistas, no entanto, com um caráter muito mais reformista do que revolucionário.

144 Uma das principais obras do autor, publicada no Brasil: Lévi-Strauss (1975).

145 Síntese com base em Silva (1987).

Entre outros intelectuais e economistas referenciais desta abordagem, está o argentino Raul Prebisch<sup>146</sup>, seguido posteriormente por autores como o brasileiro Celso Furtado<sup>147</sup>.

Em publicação feita em 1949 – *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* –, Prebisch, assinalava que a vinculação dos ciclos e a forma como está estruturada a produção e o emprego, impedia que a periferia retivesse os frutos de seu progresso técnico, diferentemente do que ocorria com o centro. Opunha-se às teorias do comércio internacional, hegemônicas no pós-guerra, segundo as quais o progresso técnico se distribuiria de maneira equitativa entre as nações do mundo. Em outras palavras, Prebisch mostra que a divisão internacional do trabalho e a divisão centro-periferia a ela associada impediam a redistribuição igualitária dos ganhos do comércio internacional, em prejuízo dos países periféricos.

O ponto de partida de Prebisch foi o questionamento da teoria das vantagens comparativas de Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se naqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo. Desse modo a América Latina, pelas características de sua economia na época, contribuiria na divisão internacional do trabalho com a produção de alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria produtos manufaturados dos países industrializados. A ideia era de que o progresso técnico, gerado nos países chamados desenvolvidos (centrais), incorporados nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), através da redução dos preços dos produtos manufaturados importados. Desse modo, os países periféricos não precisavam industrializar-se para atingir o desenvolvimento.

Contudo, no fim da década de 1940, os economistas latino-americanos já tinham percebido que os principais problemas da região tendiam a se agravar pelo debilitamento do poder de compra de suas exportações. Esta constatação confirmou-se com o estudo de Prebisch, que examinou a evolução dos preços de produtos agrícolas e industriais em um período de 65 anos (1880/1945), percebendo que havia uma nítida deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos. Ou seja, percebia-se

146 Principal obra publicada no Brasil: Prebisch (1949). Esta obra foi publicada, pela primeira vez em 1949, como uma versão mimeografada. Em 1961, foi publicada no *Boletim Económico para América Latina*, pela Cepal. Entre suas obras mais importantes, destacam-se dois trabalhos publicados pela Cepal, redigidos por ele: o *Estúdio económico de América Latina* (1949) e *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico* (1950). Outras obras do autor: Prebisch (1963a/b; 1964; 2000a/b/c/d). Quatro dos textos da obra de Prebisch são transcritos em Bielschowsky (2000, vol. I). Uma síntese da obra de Prebisch é feita em: Gurrieri (1982). Já outra obra sistematiza e analisa os principais elementos teóricos de Prebisch: Rodriguez (1981).

147 Uma de suas obras clássicas é: Furtado (1970).

que enquanto os preços dos produtos industriais cresciam rapidamente, o mesmo não ocorria com os produtos agrícolas.

Havendo uma relação de troca desfavorável aos países subdesenvolvidos, Prebisch argumentava que poderia ocorrer um crescimento empobrecedor. Ou seja, cada vez mais precisaria se aumentar a exportação de *commodities*<sup>148</sup>, para continuar importando a mesma quantidade de manufaturados dos países industrializados, favorecendo estes últimos. Assim, em suma, o autor propunha a industrialização dos países latino-americanos, mediante a substituição de importações, por existirem mercados para produtos específicos.

A estratégia de Prebisch para o desenvolvimento latino-americano consistia nos seguintes pontos: (i) compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, através do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; (ii) incentivo ao ingresso de capitais externos, na forma de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo na criação de infraestrutura básica; (iii) realização da reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, através da expansão do mercado interno; (iv) maior participação do Estado na captação de recursos e na criação da infraestrutura básica, como energia, transportes e comunicação.

Essa estratégia recebeu críticas dos grupos internacionais que eram contrários à industrialização dos países subdesenvolvidos, assim como dos grupos nacionais ligados à oligarquia agrário-exportadora, além de outros grupos internos, tanto de esquerda como de direita. Os grupos de esquerda consideravam as estratégias de desenvolvimento da Cepal muito conservadoras, isto é, vinculadas ao grande capital. Os grupos de direita consideravam as estratégias de reforma agrária e intervenção do Estado no planejamento da economia, como influência do socialismo da União Soviética<sup>149</sup>.

No entanto, os autores cepalinos reconheciam os desafios à proposta de industrialização dos países da América Latina, pois esta derivaria de fatores internos e externos. Os fatores externos decorriam da dependência

148 **Commodity** significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc. Produtos semimanufaturados, também, podem ser classificados como *commodities* (SANDRONI, 1999). Um exemplo é o café, quando exportado em grãos, o qual passa na origem por processos iniciais de beneficiamento, no entanto, posteriormente, no país de destino, passará por novos processos de industrialização até chegar ao mercado consumidor. No Brasil e em outros países subdesenvolvidos, exportadores de bens primários, essa prática é frequente, o que ocorre com cereais, minerais, produtos cárneos, dentre outros.

149 Conf. Souza (2005).

dos países periféricos em relação aos países centrais. Essa dependência resultava na deterioração das relações de troca, ou seja, os países dependiam, na maior parte dos casos, do dinamismo de apenas um produto de exportação e, fortemente, do mercado dos Estados Unidos. Já os fatores internos decorriam da concentração fundiária, da reduzida dimensão do mercado e da elevada taxa de crescimento demográfico. Segundo a Cepal, na agricultura, o predomínio do binômio latifúndio-minifúndio, dificultava a introdução de inovações tecnológicas. Além disto, a existência de grande número de mão de obra desocupada e terras ociosas dificultavam o crescimento econômico. Isso justificava a realização de uma reforma agrária para aumentar a renda no meio rural. Mais, o imobilismo da estrutura social, retrógrada e tradicional, bloqueava a livre iniciativa e desestimulava a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que promovia o aumento do consumo supérfluo. O sistema fechado e elitista gerava privilégios na distribuição da riqueza e da renda<sup>150</sup>.

Em suma, para os autores que enfatizavam os fatores internos, as alianças de grupos nacionais com o capitalismo internacional moldam o caráter da dependência e o próprio estilo de desenvolvimento. Tais fatores, dentre outros, explicavam o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, sendo necessárias mudanças. As ideias dos pensadores da Cepal direcionaram, em boa parte, as políticas de desenvolvimento de países latino-americanos, como o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente.

Algumas variantes teóricas do estruturalismo latino-americano se apresentam sob a forma de abordagens específicas, envolvendo outros autores.

### 2.1.1 Teoria das Trocas Desiguais

Uma variante do estruturalismo é chamada por alguns autores de teoria das trocas desiguais, difundida, principalmente, por A. Emmanuel<sup>151</sup>.

Esta abordagem, a partir da constatação de uma tendência de queda dos preços das principais *commodities* exportadas pelos países em desenvolvimento, principalmente alimentos e matérias-primas, em relação aos preços dos produtos industrializados dos países desenvolvidos, afirmava que o principal entrave ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo era a transferência de valor promovida pelo comércio internacional.

150 Posicionamento de Prebisch feitos em outra obra traduzida para a língua portuguesa: Pribisch (1963).

151 Emmanuel (1969). Ver também: Benakouche (1980).

## 2.1.2 As teorias do Centro e Periferia e da Dependência

Ainda como variantes do estruturalismo latino-americano, se constituíram os enfoques das teorias do centro-periferia e da dependência, em suas distintas versões<sup>152</sup>.

Love<sup>153</sup> registra que o primeiro uso do conceito de centro e periferia foi feito por Werner Sombarte, em 1920, quando afirmava: nós devemos distinguir um centro capitalista – as nações capitalistas centrais – de uma massa de países periféricos vistos deste centro. Os primeiros são ativos e condutores, os últimos, passivos e subordinados. Com sentido semelhante, foi utilizado por vários teóricos a partir das décadas de 1950 e 1960.

Em sentido genérico, pode-se dizer que as concepções teóricas do centro-periferia, da dependência, do crescimento desequilibrado e dos polos de desenvolvimento, são todas abordagens de cunho keynesiano<sup>154</sup>, na medida em que põe em questão o caráter automático dos mecanismos do livre mercado e defendem uma intervenção externa no mercado, com o fim de evitar as desigualdades inter-regionais. Frente à influência deste conjunto de teorias e modelos, se chegou à convicção de que os processos econômicos podem ser dirigidos e moldados conforme uma racionalidade substantiva e mediante o exercício de técnicas de engenharia social. Daí que surge o planejamento do desenvolvimento, aplicado aos territórios, sob a direção ativa do Estado. Disso resultaram várias experiências de planejamento estatal, sendo poucas delas de sucesso<sup>155</sup>.

Neste sentido a Cepal, passa a desempenhar um papel fundamental para o estudo do subdesenvolvimento e suas consequências na América Latina<sup>156</sup>. Sua razão, como já destacado, era aglutinar estudos para explicar o atraso socioeconômico dos países em sua relação com os centros mais dinâmicos da economia mundial. Para Cardoso<sup>157</sup>, a Cepal canalizou e difundiu um conjunto de teses a respeito das causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento, tornando-se uma espécie de marca registrada do pensamento econômico latino-americano.

152 Destacam-se obras, tais como: Frank (1966); Friedman (1972). De autores brasileiros, como uma abordagem sobre a chamada teoria da dependência, destaca-se: Cardoso e Falleto (1984). Em outra obra os mesmos autores fazem referência, novamente, à teoria da dependência: Cardoso e Falleto (1985).

153 Love (1978).

154 Referindo-se à teoria de Keynes, que defende a intervenção do Estado na economia, principalmente nas épocas de crise, conforme obra do autor aqui citada.

155 Segundo Moncayo Jiménez (2001).

156 Ver uma síntese em: Cepal (1998).

157 Conf. Cardoso e Falleto (1995).

Apesar da diversidade de posições, poderia se considerar que em termos gerais as teorias do centro-periferia como as da dependência, defendem a existência de uma ordem mundial com uns países centrais, que aliados às elites dominantes dos países da periferia, se enriquecem progressivamente à custa dos países mais pobres. Assim, segundo este entendimento, as economias mais avançadas explorariam e gerariam o subdesenvolvimento das mais atrasadas. Seriam duas faces da mesma moeda.

O conceito de dependência originou-se do pensamento dos teóricos da Cepal, originalmente proposto por Raul Prebisch, o qual enfatizava as relações assimétricas, ou de desigualdade, entre a periferia exportadora de produtos primários, cujos preços dependem do mercado internacional, e o centro industrializado, fixador de preços. Mais tarde, outros autores da Economia, tais como Osvaldo Sunkel<sup>158</sup> e Celso Furtado, reforçaram os pressupostos da dependência. A dependência resulta de um relacionamento entre partes com desigual poder político e econômico, pois a dependência política e econômica é interdependente. A forma mais extrema da dependência econômica é o colonialismo. A dependência política tem características mais imperceptíveis, em que os países subdesenvolvidos ficam amarrados a imposições econômicas e à manipulação de mercados<sup>159</sup>.

Resumidamente, segundo a concepção da teoria da dependência, a realidade de cada região resultaria de relações hierarquizadas e assimétricas entre os países, definidas por um comportamento determinístico de fluxos e forças externas. As análises sobre a teoria da dependência são centradas nas relações entre a economia dos países ricos (centrais) e a dos países pobres (periféricos) e isto não apenas de um ponto de vista econômico, mas principalmente político. Referindo-se aos âmbitos regionais, as relações desiguais de dominação, se reproduziriam entre as diferentes regiões e territórios das nações, dando lugar a uma espécie de colonialismo interno.

A obra de mais destaque no Brasil e América Latina sobre a teoria da dependência é a de Cardoso e Falleto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Tal obra propunha-se esclarecer alguns pontos controversos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista. Como oriundos das Ciências Sociais, os autores pretendiam destacar a natureza política e social do desenvolvimento da América Latina, já que as preocupações dos economistas e dos planejadores até então estavam mais voltadas às relações econômicas.

158 Sunkel (1998).

159 Conf. Souza (2005).

Já, a visão de Marini sobre dependência, entendida como um instrumental crítico marxista discorda em vários aspectos das visões de autores como Sunkel, Furtado, Cardoso e Falleto. Sua argumentação pode ser resumida da seguinte forma: (i) a América Latina cumpriria um papel de produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas na divisão internacional do trabalho; com raízes na sua herança colonial e, ao se tornarem independentes, os países latino-americanos não possuíam margem de manobra para reorientar seu sistema produtivo e seu papel no mercado mundial, em decorrência da posição das elites nacionais que possuíam seus interesses vinculados ao capital internacional, da ausência de poupança interna para financiar a industrialização e a ausência de mercado interno relevante; (ii) a produção de mercadorias, em especial as de baixo valor agregado atendiam aos interesses das nações industrializadas, situação que corroborou para a especialização dos países centrais no ramo industrial; (iii) o processo de substituição de importações, que foi à medida que propiciou a industrialização de alguns países da América Latina, continuou sustentado na venda de produtos de baixo valor agregado (matérias-primas e alimentos) e na importação bens de capital necessários à política de industrialização; (iv) diante de uma situação de transferência de valor das nações periféricas para as centrais, os capitalistas das primeiras produziram um mecanismo de compensação, que consiste em ampliar a massa de valor produzido, seja através da intensificação da força de trabalho, seja por meio da ampliação da jornada de trabalho, ou as duas formas combinadamente, com o que, as nações desfavorecidas pela troca desigual, não buscariam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, quanto compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador<sup>160</sup>.

Há outros autores brasileiros de destaque sobre a teoria da dependência, tais como, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos.

Bambirra<sup>161</sup>, em sua abordagem, deixa claro que seu trabalho representa parte do esforço coletivo em superar o pensamento desenvolvimentista, buscando estabelecer as bases de uma teoria marxista da dependência, o que implicaria: (i) compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; (ii) oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus

160 Conf.: Marini (2000).

161 Obra publicada no Brasil: Bambirra (2012). O texto foi redigido em 1970, quando de seu exílio no Chile e publicado naquele país em 1972. Posteriormente, teve uma publicação no México (1973) e a edição brasileira (2012).

equivocados pressupostos programáticos. Bamberger parte do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina ocorre dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial, de modo que, o capitalismo latino-americano, sem negar as leis gerais de acumulação, assumiu formas específicas configurando tipos específicos de capitalismo dependente. A compreensão do caráter e modo de funcionamento desses tipos específicos está diretamente ligada à dinâmica assumida historicamente no capitalismo dos países centrais. Ao caracterizar as estruturas dependentes na fase de integração monopólica mundial, analisa o impacto das transformações no sistema capitalista mundial, principalmente aquelas gestadas pela hegemonia estadunidense, afirmando que o imperialismo pós-1945 se orienta não apenas no controle de matérias-primas e conquista de mercados, mas volta sua atenção para investimentos nos setores manufatureiros. Portanto, o novo caráter da dependência resulta da penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro, ou industrial. Com isso, gera-se uma industrialização dependente em países como o Brasil, tanto em capital como em tecnologia, reafirmando e reforçando as bases históricas da dependência<sup>162</sup>.

Já Theotônio dos Santos faz uma análise da evolução da situação socioeconômica da América Latina, desde a década de 60 até os dias de hoje, focando a dependência dos países do terceiro mundo em relação aos desenvolvidos e sua equivocada condição de pré-capitalistas. Argumenta o autor que, depois do descobrimento, o Brasil foi avassalado e reestruturado para servir ao mercado europeu, por isso, não faz sentido se falar em pré-capitalismo. Assim, nunca fomos externos ao capitalismo e cumprimos um papel importante na evolução do sistema de comércio atual. Theotônio dos Santos elege como prioritários para sua análise temas, tais como, a exploração de trabalhadores, dependência, globalização e subdesenvolvimento<sup>163</sup>.

Em resumo, as contribuições teóricas de Bamberger, Marini, bem como, Theotônio dos Santos, situam-se na tentativa de estruturação de uma interpretação marxista da realidade brasileira e latino-americana. Sua argumentação apresenta o imperialismo não apenas como fator externo, mas como o exterior que se interioriza em todos os setores capitalistas do país, como o Brasil. Ao contrário de Cardoso e Faletto, que entendem o imperialismo como uma associação entre o interno e o externo, Marini e demais colegas percebem-no como uma subordinação das classes dirigentes nacionais perante o exterior,

162 Resumo, com base em Bamberger (2012).

163 Uma das obras do autor, Santos (2000), faz um balanço sobre a teoria da dependência e aponta perspectivas.

por sua incapacidade de liderar um projeto de capitalismo autônomo. Assim, indicam uma suposta debilidade da burguesia brasileira que se vê impelida a superexplorar os trabalhadores e recompor suas desvantagens no intercâmbio internacional de natureza estruturalmente desigual.

Por fim, é fundamental registrar que aqui se faz uma síntese do tema, ressaltando as ideias de alguns autores. No entanto, o aprofundamento do tema, precisa considerar críticas feitas à teoria da dependência por autores marxistas, além de se ter uma descrição sobre sua origem, sua evolução e as diferentes correntes teóricas<sup>164</sup>.

## 2.2 Os principais debates sobre desenvolvimento no Brasil

Muitas são as contribuições de brasileiros nas teorias do desenvolvimento, ou seja, na tentativa de explicar porque países e regiões se desenvolvem desigualmente. Já foram referenciados alguns, dentre os quais F. H. Cardoso. No entanto, é fundamental acrescentar outros, tais como, Celso Furtado, Inácio Rangel, Eugênio Gudin, Roberto Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, Luís Carlos Bresser-Pereira, Maria da Conceição Tavares, Wilson Canno, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, além de outros.

O inconformismo com o estilo de desenvolvimento dependente do exterior, predominante no Brasil e América Latina, levou alguns economistas e sociólogos a proporem nova alternativa de desenvolvimento, fundamentada em uma nova ordem econômica internacional, que incentivasse um crescimento mais autônomo, baseado no dinamismo do mercado interno de cada país, com ênfase na distribuição de renda e ação estratégica do Estado. No Brasil, historicamente, a grande discussão a cerca do estilo de desenvolvimento tem sido centrada, de um lado, no crescimento liberal com ênfase na especialização internacional do país, de outro, o crescimento com forte participação estatal<sup>165</sup>.

Bresser-Pereira<sup>166</sup> apresenta seis interpretações sustentadas no cenário intelectual brasileiro, as quais expressam as contradições existentes na sociedade brasileira: (i) a interpretação da vocação agrária nos anos quarenta e cinquenta, em conflito com (ii) a interpretação nacional-burguesa, superada numa série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e que se esgota com a chamada Revolução de 1964; (iii) a interpretação autoritária-modernizante própria do novo sistema de cominação do militarismo pós-1964, em conflito

164 Otoni (2011) procura identificar a trajetória de formação e o lugar das análises da dependência no pensamento político brasileiro, desde as versões de cunho marxista (Marini, Frank, Bamberger, Teotônio dos Santos), até as mais conservadoras, como de Furtado, Sunkel, Cardoso e Faletto.

165 Ver abordagem sobre o tema de: Bielschowski (1988).

166 Bresser-Pereira (1982).

com os argumentos dos intelectuais de esquerda, divididos em três posições nem sempre claramente distintas, tais sejam, (iv) a interpretação funcional-capitalista, (v) a interpretação da superexploração imperialista e (vi) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime militar de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta, começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial.

Vejam os alguns aspectos do debate teórico sobre desenvolvimento no Brasil.

### 2.2.1 O debate teórico sobre desenvolvimento no Brasil dos desenvolvimentistas ligados ao setor privado

Entre os economistas desenvolvimentistas ligados ao setor privado destacaram-se Roberto Simonsen, Roberto Campos e João Paulo de Almeida Magalhães. Teoricamente, vinculavam-se às teses de Keynes e Prebisch. Defendiam a substituição de importações, o protecionismo e a existência de crédito abundante e barato<sup>167</sup>.

Simonsen<sup>168</sup> propunha a industrialização no Brasil como forma de desenvolvimento, enfatizando as indústrias de base, como a siderurgia e a química. Considerava viável a implantação de um capitalismo moderno no país, com decisivo apoio governamental, com protecionismo e planejamento. Este posicionamento teórico confrontava-se com os interesses dos grandes opositores da industrialização que existiam no Brasil no final da década de 1940, sendo eles os Estados Unidos e a oligarquia agrário-exportadora nacional. Na defesa da industrialização, Simonsen opunha-se ao Plano Marshall para a América Latina, porque, segundo ele, significaria o retorno desses países ao papel de simples produtores de matérias-primas para a exportação, permanecendo consumidores de manufaturados dos países desenvolvidos.

Em suas palestras e artigos Simonsen defendia o planejamento com democracia, conciliando intervencionismo com livre iniciativa. O intervencionismo deveria restringir-se àquelas áreas da economia não cobertas pela iniciativa privada, como a eletrificação, siderurgia, petróleo, insumos básicos, material bélico e indústrias-chaves. O autor destacava o papel do Estado na substituição de importações, através da cobrança de tarifas elevadas para bens que poderiam ser manufaturados internamente, destinando os investimentos à importação de máquinas e insumos industriais. Assim, os investimentos

167 Esta parte do texto utiliza contribuições de Souza (2005).

168 A obra de Roberto Simonsen é extensa. Encontra-se disponível, principalmente: Simonsen (1978). Outras publicações feitas pelo autor: *Ensaio Sociais Políticos e Econômicos* (1943); *As indústrias e as pesquisas tecnológicas* (1943); *O Plano Marshall e a América Latina* (Relatório-1947).

estatais constituíam-se um desdobramento natural da programação econômica, preservando mercados para o setor privado nacional.

Outro autor de destaque desta corrente é Magalhães<sup>169</sup>. Como os demais economistas desta corrente, o autor acreditava que uma taxa moderada de inflação favoreceria o desenvolvimento e a elevação dos preços e a queda dos salários reais estimulariam os investimentos. Assim, a inflação constituir-se-ia numa poupança forçada, que se traduziria em novos investimentos. O autor era contrário às posições ortodoxas de combate à inflação, causadoras da recessão. Para ele a inflação era um mecanismo de poupança forçada que colocava recursos à disposição dos empresários sob a forma de crédito. Rejeitando a tese do pleno emprego, em resumo, defendia a ideia de que a inflação moderada desempenhava um papel fundamental ao desenvolvimento.

Segundo estudiosos do tema<sup>170</sup>, essa corrente teórica era sincera em seus princípios, mas na verdade defendia seus próprios interesses, tais como, poder importar equipamentos com subsídios cambiais e preservação do mercado interno para suas empresas.

### **2.2.2 O pensamento dos desenvolvimentistas nacionalistas e não nacionalistas ligados ao setor público**

Na corrente teórica nacionalista dos pensadores econômicos desenvolvimentistas, o destaque principal é para Celso Furtado<sup>171</sup>. O autor, como técnico da Cepal, colaborou na elaboração do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, o que deu origem posterior à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>172</sup>.

O pensamento de Furtado tem raízes keynesianas. Acompanhando o pensamento de Prebisch, desenvolveu e divulgou a análise estruturalista da Cepal. O autor defendeu a ampla participação do Estado na economia, através de investimentos em setores estratégicos, a submissão da política monetária e cambial aos objetivos do desenvolvimento e a realização, pelo Estado, da reforma agrária e a redistribuição de renda. Segundo ele, o planejamento estatal orientaria o crescimento e procuraria romper com estruturas arcaicas, bloqueadoras do desenvolvimento<sup>173</sup>.

169 Magalhães (1961).

170 Conf. Souza (2005).

171 Principais obras: Furtado (1961; 1970; 2000a/b). A primeira obra citada teve várias edições e é considerada por alguns especialistas como o livro que melhor explica a história econômica do Brasil. Várias publicações recentes sintetizam a obra de Furtado. Ver: Bresser-Pereira e Rego (2001).

172 Para uma leitura sobre o tema, ver: Lima Júnior (2014).

173 Conf. Bielschowski (1988).

Segundo Furtado, o desenvolvimento não constitui uma simples etapa histórica pela qual todos os países deverão passar, conforme apontava o pensamento de autores, tais como Rostow, mas apresenta-se como resultado da expansão da economia mundial. Centros industriais teriam sido implantados em alguns países, gerando uma periferia subdesenvolvida e dependente, como um subproduto do capitalismo internacional. Assim, a industrialização periférica, feita à imagem daquela dos países centrais, efetuava-se sobre uma estrutura antiga, pouco diversificada e de baixa produtividade. Para não interromper o crescimento, a industrialização exigiria constantes investimentos do Estado em infraestruturas e atividades complementares. Afirmava ainda Furtado que, em muitos casos, a realização desses investimentos é comprometida pela insuficiência da poupança interna, tornando-se necessário o Estado recorrer aos capitais externos. Como os demais economistas desta corrente, a preferência deveria ser dada a empréstimos realizados de governo a governo.

Por questões ideológicas, Furtado procurava evitar laços de dependência ao capitalismo internacional. A participação do Estado na economia, segundo ele, deveria priorizar: (i) uma atuação diretamente no setor produtivo, através de empresas estatais; (ii) planejamento e distribuição regional e setorial dos investimentos; (iii) subordinação da política monetária ao desenvolvimento; (iv) promoção da distribuição de renda mais equitativa com o fim de dinamizar o setor de mercado interno; (v) controle do fluxo de capital estrangeiro, para que a dependência financeira não retire do país sua autonomia na gestão dos problemas econômicos fundamentais.

No início da década de 1960, ao esgotar-se o modelo de industrialização por substituição de importações, Furtado propunha uma estratégia de desenvolvimento que incentivasse o aumento da produtividade econômica e que proporcionasse a transferência de parte dos frutos desse acréscimo de eficiência aos assalariados, tanto urbanos, como rurais. A elevação do consumo dos trabalhadores, segundo ele, induziria à adoção de progresso técnico e aumento da produção. Outra ideia era transformar a estrutura agrária, com o objetivo de tornar o meio rural grande consumidor de produtos industriais.

Entre os economistas desenvolvimentistas ligados ao setor público, no entanto, não nacionalista, destacou-se Roberto Campos. Campos<sup>174</sup> preferia o capital estrangeiro ao estatal, mesmo em setores considerados de segurança nacional, como mineração e energia. Defendia a industrialização com apoio estatal, pois considerava necessário compensar a debilidade do setor privado para investir. Defendia o planejamento, com o fim de racionalizar o uso de recursos escassos, prevendo sua melhor utilização no tempo e no espaço. O critério preferencial do planejamento, segundo o autor, era a melhoria da produtividade, escolhendo-se

174 Campos (1952; 1953).

os projetos de rentabilidade mais imediata, principalmente aqueles que atraíssem o interesse de investimento da iniciativa privada.

### 2.2.3 O pensamento neoliberal no debate sobre desenvolvimento no Brasil

A corrente de pensamento neoliberal, na qual merecem destaque E. Gudin<sup>175</sup> tinha como projeto econômico básico o crescimento equilibrado e fundamentava-se no livre mercado, fazendo oposição às teses desenvolvimentistas. Em termos de políticas de combate à inflação, identificava-se com o monetarismo<sup>176</sup>.

Entendia-se, segundo a corrente neoliberal, que eram necessários severos ajustes nas contas públicas, antes de qualquer tentativa de promover mais crescimento produtivo. Assim, para essa corrente de pensamento econômico, o crescimento só pode ser efetuado após o saneamento da economia, sob pena de provocar desequilíbrios ainda maiores e abortar a própria expansão econômica, e não de falhas de mercado<sup>177</sup>.

Em fins da década de 1940 o debate central no Brasil centrava-se na mística do planejamento, à qual os economistas liberais se opunham.

175 Gudin (1979).

176 **Monetarismo** é a escola econômica que defende a possibilidade de manter a estabilidade de uma economia capitalista recorrendo-se apenas a medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro. Para tanto, sugerem-se inúmeras políticas. Por exemplo, o governo pode comprar ou vender letras de câmbio oficiais, diminuindo ou aumentando o volume de crédito no mercado financeiro. Pode aumentar ou diminuir a taxa de juros cobrada pelos bancos oficiais para empréstimos aos bancos privados, que os repassam ao setor particular e aumentar ou diminuir a parcela dos depósitos que os bancos privados são obrigados a manter sob a guarda do Banco Central. Predominaram medidas de reformas reduzindo o papel do Estado na economia, como a onda de privatizações, desregulamentação estatal de alguns setores como telecomunicações. Assim, os monetaristas consideram inútil e prejudicial a intervenção do Estado na expansão econômica, por meio de despesas de investimento. Ao contrário, deve-se apenas dirigir cientificamente a evolução da massa de dinheiro em circulação para obter o desenvolvimento e a estabilidade econômica: a inflação e outros fenômenos teriam raízes puramente monetárias. O monetarismo é combatido pelos economistas que defendem a necessidade da aplicação de uma política fiscal auster, por meio da tributação e do controle das despesas públicas e dos consumidores, para evitar a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. É igualmente criticado e combatido pela escola estruturalista ligada à Cepal, que defende a necessidade de mudança na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, preconizando a reforma agrária, a distribuição de renda e o controle dos capitais estrangeiros, entre outras medidas. Seu principal teórico foi o economista norte-americano Milton Friedman e seus pressupostos influenciaram a contrarrestada monetarista neoliberal em vigor desde fins dos anos 1970, com destaque para as ações implementadas no Reino Unido e nos EUA nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. No Brasil, o monetarismo constituiu um dos pilares da política econômica governamental após 1964, especialmente durante o período em que Antônio Delfim Neto foi ministro da Fazenda (1967-1974) e a partir de 1980. Resumo a partir de Sandroni (1999).

177 Conf.: Bielschowski (1988).

No entanto, seria absurdo relegar um papel muito secundário ao Estado como agente do desenvolvimento. A grande questão que se colocava diz respeito à excessiva intervenção do Estado na economia, no nível de acabar tolhendo a iniciativa privada, mola mestra do desenvolvimento capitalista, segundo os economistas liberais. Esse embate esteve presente permanentemente no pensamento econômico brasileiro.

#### **2.2.4 A corrente teórica socialista no debate sobre desenvolvimento no Brasil**

O pensamento econômico brasileiro ligado ao desenvolvimento completa-se com a inclusão do pensamento de economistas de formação ideológica socialista, além do pensamento considerado independente de Inácio Rangel. O aspecto comum a estas interpretações críticas está na exploração das heranças da má formação das estruturas de propriedade e de renda das economias latino-americanas, com destaque principal às estruturas fundiárias, como ponto de partida para as demais.

A corrente socialista estava ligada ao Partido Comunista Brasileiro e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tendo como principais representantes Caio Prado Junior<sup>178</sup>, o historiador Nelson Werneck Sodré<sup>179</sup> e Alberto Passos Guimarães<sup>180</sup>.

Baseando-se na concepção socialista, os autores desta corrente defendiam a viabilização do desenvolvimento capitalista no Brasil, a fim de facilitar sua passagem para o socialismo. Defendiam a tese de que a agricultura brasileira permanecia feudal e de que a reforma agrária mostrava-se necessária para transformar as relações de trabalho no meio rural e promover o desenvolvimento. Duas contradições básicas estavam presentes na sociedade brasileira: o monopólio da propriedade da terra e o imperialismo internacional. O planejamento econômico, com ênfase na empresa privada nacional e no Estado, apresentava-se como uma condição necessária para evitar a dependência ao imperialismo externo<sup>181</sup>.

Um dos expoentes entre os economistas brasileiros marxistas é Prado Junior. Em seu livro clássico, *Formação do Brasil contemporâneo*, publicado na sua primeira em 1942, defendia que o passado colonial do Brasil, cuja razão de ser era a produção em larga escala visando o mercado externo, com sua necessária dependência do trabalho escravo, estava profundamente impresso

178 Prado Junior (1981; 1996).

179 Principais obras do autor: Sodré (1964; 1978; 1982; 1990).

180 Guimarães (1981).

181 Conf.: Bielschowski (1988).

nas instituições econômicas, políticas e sociais da época. Anacronismos e tradições persistiam, segundo o autor, retardando o pleno desenvolvimento do país.

Já Sodré, em algumas de suas obras, defendia que seriam elementos causais que explicariam o subdesenvolvimento dos países pobres. Por exemplo, as relações de produção na agricultura, na época, revelavam ainda formas feudais e semifeudais, convivendo com formas capitalistas de produção, representadas pelo monopólio da terra, fatores que prejudicavam o desenvolvimento.

A principal obra de Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, foi publicada na primeira edição, pela Editora Fulgor, em 1964. Em suma, faz uma apreciação da real situação da estrutura agrária brasileira, sob o ponto de vista do socialismo. Durante muito tempo foi a principal obra que direcionou o debate intelectual sobre o tema. Defendia que o latifúndio era o centro dos problemas da economia brasileira, impedindo a democratização da propriedade, do crédito, do poder e a realização da justiça social, aumentando o poder de decisão das elites conservadoras agrárias<sup>182</sup>.

Há um autor, pouco referenciado pela academia, talvez, em função de sua postura de pensamento independente que, em geral, também é considerado ligado à corrente socialista. Trata-se de I. Rangel<sup>183</sup>. O autor em suas obras, sempre se posicionou contrário à ideia monetarista dos liberais, assim como, também, refutava as teses dos estruturalistas latino-americanos da Cepal. Partia do pressuposto de que os preços apresentavam variações autônomas em relação ao estoque de moeda. Em sua opinião, não é a variabilidade limitada da oferta de produtos agrícolas, por exemplo, que explica a elevação dos preços, mas as imperfeições do mercado, do lado da intermediação comercial, entre produtores e consumidores.

A principal tese de Rangel referia-se à existência de uma dualidade básica na economia brasileira. O dualismo explicaria a existência de um Brasil moderno, capitalista, ao lado de um Brasil arcaico, feudalista. Essa dualidade manifestar-se-ia, historicamente, segundo ele, pela observação de realidades controversas convivendo lado a lado, tais como: (1) fazenda escrava X fazenda mercantil-exportadora; (2) latifúndio feudal X fazenda mercantil-exportadora; (3) latifúndio feudal X capitalismo industrial<sup>184</sup>. Essa

182 Economistas socialistas fazem referência ao tema do desenvolvimento desigual. Ver: Amin (1976).

183 Principais obras do autor: Rangel (1957; 1986; 1990; 1992). Uma síntese da obra de Rangel é feita por: Faria (2000).

184 Autor brasileiro, em obra reeditada recentemente propôs uma nova forma de pensar a economia brasileira, oposta à da intelectualidade da época que, ao mesmo tempo em que denunciava a miséria em que vivia a maior parte da população latino-americana, mantinha seu esquema teórico amarrado à economia de mercado. Essa dualidade, segundo o autor, reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas que reduziam a luta de classes à demanda. Ver obra: Oliveira (2003).

era a realidade observada pelo autor a partir dos anos 1930, no mínimo, até a década de 1950. A tese da dualidade marcou o pensamento político de Rangel e sua opção pela tese da substituição de importações, como modo de transformar a estrutura econômica do Brasil. Era preciso o estímulo do Estado no sentido de industrializar o país, o que só poderia ser efetuado, rapidamente, pela substituição de importações. Ainda, a minimização dos desequilíbrios só poderia ser obtida pelo planejamento governamental<sup>185</sup>.

### 2.3 Algumas teses em debate sobre a teoria do desenvolvimento no Brasil, após 1964

Entre as teses que orientaram o debate sobre a economia no Brasil, após 1964, destacam-se a ideologia desenvolvimentista, economia voltada à exportação, industrialização por substituição de importações, além do tema do subdesenvolvimento industrializado. O esgotamento do modelo de substituição de importações, no início dos anos sessenta, levou os formuladores da política econômica governamental a dar à economia brasileira maior abertura ao comércio internacional. Quanto à ideologia desenvolvimentista, o grande debate do período iniciado em 1964 com a implantação da ditadura militar, até meados dos anos setenta, centrou-se na dicotomia entre orientar a economia para as exportações ou continuar o processo de substituição de importações<sup>186</sup>.

Após 1974, com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, avançou-se intensamente na substituição de importações no Brasil, principalmente de insumos básicos<sup>187</sup>. A chamada substituição das importações se refere a um modelo de planejamento a favor da industrialização do tipo tardia, no sentido de que se trata de um processo que ocorre muitos anos depois dos países que primeiro se industrializaram<sup>188</sup>. Foi implantado

185 Conf. Souza (2005), contando com contribuições de Bielschowski (1988). Outro autor americano que trata do tema das economias duais, associando com a ideia da integração espacial e o planejamento regional, é Friedman (1977).

186 Utilizam-se, neste item, principalmente, contribuições de Souza (2005).

187 **Insumo** em Economia designa um bem ou serviço utilizado na produção de um outro bem ou serviço. Inclui cada um dos elementos (matérias-primas, bens intermediários, uso de equipamentos, capital, horas de trabalho etc.) necessários para produzir mercadorias ou serviços. Uma definição simplificada de insumo seria: tudo aquilo que entra no processo (*'input'*), em contraposição ao produto (*'output'*), que é o que sai. Já o termo **Insumo Básico** é utilizado para fazer referência a um tipo especial de insumo, o que serve de matéria-prima para as indústrias de transformação. Um exemplo, o aço que seja utilizado numa metalúrgica, ou ainda, a máquina de tear utilizado numa indústria têxtil para produzir tecidos.

188 Um debate similar à chamada industrialização tardia é feito por Cardoso de Melo (1982), caracterizando o capitalismo tardio, referindo-se, em especial, ao Brasil. O debate sobre industrialização tardia é feito, originalmente, em Mandel (1985), com edição publicada no Brasil na década de 1980.

em muitos países da América Latina, como o Brasil, o México, a Argentina e na África, a África do Sul. Cabe ressaltar que em cada país ela ocorreu dentro das particularidades internas referentes aos não muito diferentes contextos político-sociais. Sua principal ideia é: produzir internamente tudo aquilo que antes era importado ou aquilo que iríamos importar.

Tavares<sup>189</sup> define substituição de importações como todo um processo de desenvolvimento que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. O objetivo seria a geração de uma economia suficientemente flexível, diversificada, capaz de superar choques, poder responder a estes e realmente criar oportunidades para o crescimento, e poder, por conta própria, gerar continuamente crescimento e bem-estar para a sua população. Em suma, significa estimular o processo de industrialização num país, substituindo produtos antes importados.

Bresser-Pereira<sup>190</sup> teve uma contribuição importante neste debate, avançando em alguns aspectos. Defendia o que chamava de subdesenvolvimento industrializado, que se caracterizava pela tentativa de reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro, em benefício de uma minoria capitalista e tecnoburocrática. Ocorre que o padrão de acumulação do subdesenvolvimento industrializado gerava, segundo o autor, um dualismo no interior do setor moderno, um segmento produzindo bens de consumo<sup>191</sup> dos trabalhadores, com base em tecnologias mais tradicionais, e outro elaborando produtos de consumo de luxo, reproduzindo padrões de consumo dos países desenvolvidos e com base em tecnologia importada. O modelo, segundo Bresser-Pereira, gerava uma concentração de renda em benefício das classes de renda mais altas, favorecendo a demanda de bens de consumo duráveis e bens de luxo, e a reprodução do sistema voltado para a produção de bens de consumo das elites. Assim, o limite do crescimento do modelo concentrador de renda, não estava na incapacidade de absorção de mão de obra ociosa, devendo-se ao fato de que não se apoiava nas massas e sim nas elites.

Ainda, a reprodução do consumo de luxo dos países desenvolvidos tenderia a pressionar o balanço de pagamentos<sup>192</sup> e a dificultar o funcionamento

189 Tavares (1977; 2000).

190 Bresser-Pereira (1973; 1981).

191 **Bem de consumo** é um bem que se destina a satisfazer as necessidades de consumo de um indivíduo. Exemplificando, são bens de consumo, os alimentos, roupas, cadeiras, televisões, etc. Já os maquinários, destinados a auxiliar na produção de outros bens são os chamados bens de capital. Podemos dividir os bens de consumo por tipo: bens duráveis (ex. eletrodomésticos) e bens de consumo não duráveis (ex. alimentos e roupas), além dos serviços (SANDRONI, 1999).

192 Em resumo, **Balanço de pagamentos** é um instrumento da contabilidade social referente à descrição das relações comerciais de um país com o resto do mundo. É a relação entre os pagamentos de

do modelo. Produzir para a exportação tornar-se-ia uma necessidade tanto para importar bens de capital<sup>193</sup> e produzir internamente bens supérfluos, como para desafogar a oferta de setores que dependem da renda das classes menos favorecidas. Diante da tendência à concentração de renda e à manutenção do modelo de subdesenvolvimento industrializado, Bresser-Pereira, propunha a participação do Estado no planejamento e coordenação geral da atividade econômica, recomendando: (i) conceder menor prioridade à produção de bens não básicos e incentivá-los a exportar seus produtos e a reorientar seus investimentos para setores estratégicos; (ii) dar prioridade aos setores produtores de bens de capital e de insumos básicos; (iii) promover a expansão do setor produtivo de bens de consumo dos trabalhadores; (iv) elevar a carga tributária sobre a renda, o consumo de bens de luxo, herança, lucros imobiliários e ganhos de capital; (v) alocar recursos em obras sociais básicas de atendimento à população de baixa renda. Quanto à política salarial, a ideia de Bresser-Pereira era a de não apenas evitar perdas salariais, como também transferir aos trabalhadores os ganhos de produtividade. No campo intervencionista do Estado na economia, sugeria ainda o controle de preços, dado o caráter oligopólico das empresas, além do controle do ingresso de multinacionais no país.

Veja-se que algumas questões presentes naquele período da história do Brasil, muitas ainda estão presentes na atualidade. As ideias de Bresser-Pereira indicam a intencionalidade de que o país se estruturasse a partir de um maior controle do Estado sobre a economia e visando uma maior soberania nacional e fortalecimento da economia brasileira, questões que pouco avançaram nas últimas décadas. Mesmo nos governos recentes, sustentados por partidos políticos com apoio popular, persistiram políticas econômicas direcionadas ao consumo elitista, a exemplo do apoio ao setor automobilístico. Apesar dos avanços, não conseguiram adotar medidas significativas no sentido de resolver os históricos problemas estruturais, como o exemplo da questão agrária brasileira.

Reverendo a contribuição dos pensadores latino-americanos e brasileiros sobre as teorias do desenvolvimento, pode-se afirmar que três posições

---

todos os tipos feitos por um país aos demais países e os pagamentos recebidos por este país de todo o mundo. Ele poderá ser positivo, ou negativo, num determinado período e país. Positivo, quando os valores financeiros apurados com as exportações é maior do que o custeio das importações. Quando ocorre o contrário, o balanço de pagamentos é negativo. O balanço de pagamentos é constituído basicamente de quatro contas ou balanças. As transações correntes, que incluem as contas de comércio ou balança comercial de serviços, ou balança de serviços e as transferências unilaterais. O movimento de capitais constitui uma conta também chamada de conta de capital. Resumo com base em Sandroni (1999).

193 São conhecidos como **bens de capital** ou **bens de produção**, os bens que servem para a produção de outros bens ou serviços, especialmente os bens de consumo, tais como, os equipamentos, máquinas, material de transporte e instalações de uma indústria (Conf. SANDRONI, 1999).

centralizaram o debate, principalmente, a partir dos anos 1940: (i) o posicionamento de pensadores do estruturalismo latino-americano; (ii) o posicionamento neoliberal; (iii) o posicionamento dos pensadores socialistas<sup>194</sup>.

No posicionamento do estruturalismo, destacam-se as ideias sobre a deterioração das relações de troca, que mostrou serem estas um fator limitante para o desenvolvimento dos países latino-americanos, na medida em que favoreciam os países desenvolvidos. Como variantes teóricas, têm-se o debate centro e periferia e da teoria da dependência. Outra contribuição foi a defesa da industrialização como fator decisivo para o desenvolvimento, no entanto, só tendo sentido se os países conseguissem industrializar-se incorporando tecnologias modernas, transformando o sistema de produção e aumentando a produtividade. O desenvolvimento, assim entendido, se caracterizaria por transformações estruturais, como a reforma agrária e a melhor distribuição de renda. Tais questões parecem ainda, em boa parte, estarem presentes na economia destes países. Criou-se um subdesenvolvimento industrializado, mantendo a concentração de renda e concentrando a indústria no mercado para consumidores de mais alta renda. Somente nas últimas décadas, no caso do Brasil, alguns avanços foram alcançados, em especial entre os anos de 2005 e 2013, quando se estima que em torno de vinte e cinco milhões de brasileiros tenham ampliado significativamente seu padrão de consumo, superando a situação de extrema pobreza.

A corrente teórica neoliberal nutria-se da crença de que os países poderiam se desenvolver com base na especialização agrícola e nas forças do livre mercado. No país não haveria desemprego, mas baixa produtividade. O crescimento econômico seria equilibrado, desde que deixado ser orientado pelo livre do mercado. O crescimento seria desequilibrado e ineficiente, como decorrência da excessiva intervenção estatal e por erros da política econômica. O apoio do Estado era aceito pelos liberais, desde que criasse maiores oportunidades para aumento dos lucros do setor privado.

Para os socialistas, existiriam duas contradições básicas na economia dos países, dificultando o desenvolvimento, que seria o monopólio pela posse da terra e o imperialismo internacional. A ideia básica seria viabilizar o capitalismo, para apressar a passagem ao socialismo, mediante reforma agrária e industrialização planejada, sem interferência estrangeira.

194 Considere-se o fato de que nem todos os pensadores podem ser adequadamente enquadrados nestas três classificações. Trata-se de uma simplificação, para fins didáticos, apenas para facilitar a compreensão. São feitas algumas considerações finais sobre a contribuição dos pensadores latino-americanos e brasileiros, com base em Souza (2005).

Os defensores do desenvolvimento a partir do modelo de substituição de importações propunham que este fosse feito com base no capital nacional e com apoio do Estado. Já os pensadores desenvolvimentistas do setor público nacionalista sustentavam-se nas ideias da Cepal, ou seja, no estruturalismo e na substituição de exportações e pregavam a industrialização planejada, com forte participação das empresas estatais. O desenvolvimento deveria efetuar-se de maneira autônoma e voltado ao setor do mercado interno. Os desequilíbrios deveriam ser corrigidos pela ação do Estado.

Diferentemente, os pensadores desenvolvimentistas do setor público não nacionalista, reconheciam pontos de estrangulamento e tendências a desequilíbrios, que poderiam ser corrigidos pelo planejamento parcial. Os investimentos deveriam direcionar-se a setores produtivos estratégicos, a fim de maximizar seus efeitos na economia. A industrialização deveria ser efetuada com intensa participação do capital estrangeiro, mesmo em áreas de infraestrutura e consideradas de segurança nacional. Os benefícios do capital estrangeiro não poderiam ser medidos pelo volume de exportação, mas pelos efeitos de encadeamento sobre a industrialização em geral, a geração de emprego e a expansão da renda nacional.

Apesar de uma estruturação teórica consistente dos pensadores latino-americanos e brasileiros, a ideologia desenvolvimentista que predominou da década de sessenta até o final do século XX, no Brasil e na maioria dos países da América Latina, foi a neoliberal. Veja-se o intenso programa de privatização ocorrido na década de noventa no Brasil e na Argentina, só para citar dois exemplos. Estas são questões que mereceram e continuam merecendo a atenção de pensadores de todas as correntes ideológicas.

Estas são, pois, as contribuições que continuam presentes no debate sobre as causas das diferenças regionais de desenvolvimento, em outras palavras, as diferentes argumentações teóricas que tentam explicar o desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil.

**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**

### 3. ABORDAGENS TEÓRICAS RECENTES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, REGIONAL OU TERRITORIAL

Neste capítulo faz-se uma revisão das mais importantes vertentes teóricas contemporâneas que tratam do desenvolvimento, focadas na escala local, regional ou territorial. Para fins de recorte temporal, considerar-se-ão as abordagens ou vertentes teóricas formuladas a partir da década de 1980.

Antes de referenciar as diferentes correntes teóricas e fazer uma síntese das ideias centrais e dos eixos centrais de análise, fazem-se alguns comentários introdutórios.

Primeiro, que desde os primórdios das Ciências Sociais, em algumas áreas do conhecimento, dentre elas a Economia, os mecanismos específicos responsáveis pelo desenvolvimento foram alvo de uma intensa atividade intelectual. Mas foi a partir da II Grande Guerra que se exacerbou, principalmente na Economia, o debate entre os que negam e os que afirmam a especificidade teórica do fenômeno do desenvolvimento. O debate, que teve avanços e retrocessos para ambos os lados, está longe de ser concluído, sendo que o seu resultado atual, mesmo que provisório, tem repercussões que extrapolam em muito o campo acadêmico. Assim, desde a década de 1950, vários autores, como os já mencionados, fizeram abordagens, umas de cunho mais liberal, outras de cunho keynesiano, ou até mais revolucionárias, como autores marxistas.

Em segundo lugar, sobre as abordagens regionalistas, autores contemporâneos têm feito severas críticas ao caráter demasiadamente localista de parte de tais concepções teóricas<sup>195</sup>.

Em terceiro lugar, parece interessante, caracterizar os conceitos aqui utilizados: desenvolvimento local, regional e territorial.

Sobre desenvolvimento local, há certa concordância de vários autores quanto ao conceito elaborado por Buarque<sup>196</sup>: é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Salienta o autor que, no atual estágio da globalização, é resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade local para se estruturar e mobilizar com base em suas potencialidades e em sua matriz cultural, para

195 Sobre esta problemática, não se fará referência nesta obra, remetendo a outras leituras: Agostini, Bandeira e Dallabrida (2009); Dallabrida e Fernández (2008); Fernández e Dallabrida (2008); Brandão (2007).

196 Buarque (2006).

explorar suas prioridades e especificidades na busca de competitividade em um contexto de rápidas e profundas transformações.

Em relação ao desenvolvimento regional, segundo ressalta Siedenberg<sup>197</sup>, refere-se a um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em uma determinada região. Tal recorte regional tem como referência aspectos geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos, etnográficos, dentre outros. Boisier<sup>198</sup> refere-se ao conceito desenvolvimento regional como um processo de mudança estrutural localizado num âmbito territorial chamado região, que se associa a um permanente processo de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade local e de cada indivíduo que lá habita.

Já o termo desenvolvimento territorial, em outra obra tem-se referido a ele como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população<sup>199</sup>.

Existem elementos comuns aos três conceitos: (i) refere-se a um processo de mudança estrutural localizado; (ii) remete uma responsabilidade fundamental à sociedade regional; (iii) inclui a dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida de sua população. As definições parecem indicar alguns parâmetros para o desenvolvimento regional.

Para manter-se no objetivo desta obra, o texto contemplará uma descrição das vertentes teóricas, seus principais autores e obras, além de fazer referência à ideia principal, ou eixo de análise. Novamente, aqui, salienta-se que não há uma única forma de classificar tais vertentes teóricas. No entanto, em geral, é aceito pela academia dividir as abordagens em quatro vertentes principais: (i) abordagens que têm como referência básica o conceito de distrito industrial marshalliano; (ii) abordagens regulacionistas; (iii) abordagens neoschumpeterianas ou da economia evolucionária; (iv) abordagens institucionalistas e/ou neo-institucionalistas.

Estas, também, poderiam ser identificadas como as quatro vertentes teóricas principais do chamado Novo Regionalismo, ou uma Nova Ortodoxia<sup>200</sup>, termos utilizados para referir-se às abordagens elaboradas a partir da década de 1980, que têm como foco de observação, teorização e análise, o local, a região ou território.

197 Siedenberg (2006).

198 Boisier (2000).

199 Uma primeira versão do conceito foi explicitada em Dallabrida (2007), posteriormente complementada em Dallabrida (2015a, p. 325).

200 Ver Fernández e Dallabrida (2008).

Por se falar em território, dedica-se um capítulo no presente livro, para se retomar abordagens contemporâneas, que contribuem para esclarecer o significado e implicações da revalorização do território no processo de desenvolvimento territorial.

Na sequência, dá-se destaque a alguns enfoques teóricos específicos, mesmo que na sua maioria derivem das abordagens aqui referidas. No entanto, é fundamental que, inicialmente, se destine um espaço para sintetizar a abordagem sobre a acumulação flexível, a qual, de certa forma, se poderia dizer que serve de inspiração para algumas das abordagens regionalistas.

### 3.1 A abordagem sobre Acumulação Flexível

No início de 1984, uma obra de M. Piore e C. Sabel<sup>201</sup> passa a ser referência nas concepções sobre economia e desenvolvimento, representando uma nova fase na sua teorização. Na palavra de alguns autores, passa a se converter em manifesto de uma Nova Ortodoxia: a especialização flexível. O conceito de produção ou especialização flexível implicava numa nova maneira de produzir, que transformava revolucionariamente, desde a base técnico-científica até a natureza dos bens finais, passando pelos sistemas produtivos, o tamanho e as relações entre empresas e a organização do trabalho. Tal conclusão dos autores partia de observações feitas em várias partes do mundo, principalmente na chamada Terceira Itália, onde eram percebidas tais mudanças.

A tese fundamental dos autores era de que estaríamos vivendo uma segunda ruptura industrial. Ao rejeitar a tese segundo a qual a crise dos países centrais, posterior a 1973, se devia aos efeitos perversos da intervenção do Estado na economia, Piore e Sabel situam a origem da mesma no esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial baseado na produção em série, generalizado a partir da primeira ruptura industrial do final do século XIX, com sacrifício às tecnologias industriais de caráter artesanal. Os autores chegam a propor abertamente uma estratégia de reconversão industrial para os países avançados, baseada num modelo de produção flexível, deixando de lado formas de produção em escala. Assim, produções massivas e estandardizadas dirigidas a mercados homogêneos, seriam substituídas por manufaturas com tiragens pequenas, de produtos feitos na medida das necessidades do cliente. De tecnologias baseadas em maquinarias de propósito único, operadas por trabalhadores semiqualeificados, se passaria às tecnologias e às máquinas de uso múltiplo, operadas por funcionários qualificados. As empresas grandes de caráter monopolista, integradas verticalmente e com economias internas

201 Piore e Sabel (1984; 1993).

de escala, cederiam lugar às empresas médias e pequenas, vinculadas entre si através de relações de cooperação e de divisão do trabalho entre firmas, utilizando a subcontratação, às quais gerariam economias externas. O eixo de competências se transferia dos preços para produtos homogêneos, para a inovação e ao desenho de produtos diferenciados.

Assim, a produção flexível anunciava um novo horizonte de possibilidades produtivas, inovações tecnológicas e organizações empresariais que deveriam ter grandes consequências na configuração espacial das economias, interferindo positivamente no desenvolvimento regional. Estas concepções, quase que como um verdadeiro evangelho, se generalizaram mundialmente, estimulando o surgimento de uma série de conceitos, tais como, produção flexível, distritos industriais, *clusters*, sistemas produtivos locais, regionais, territoriais, além de outros<sup>202</sup>.

Várias das mudanças previstas na obra de Piore e Sabel ocorreram nos anos seguintes. No entanto, é possível considerar a abordagem dos autores como demasiadamente otimista, principalmente no que se refere às possibilidades que se abririam ao desenvolvimento regional. O que se percebeu foi, muito mais, uma rearticulação do sistema capitalista mundial, flexibilizando tecnologias e formas de organização da produção, terceirizando a produção de determinados itens para pequenas e médias empresas situadas em vários países do mundo, principalmente dos produtos que utilizam tecnologias tradicionais, no entanto, mantendo nos grandes centros industriais mundiais, o controle da geração da tecnologia de ponta e do mercado mundial<sup>203</sup>.

### 3.2 A Escola da Regulação

A Escola da Regulação ou Teoria da Regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa. No centro de suas concepções está a ideia de regulação econômica. Nasceu em meados da década de 1970, como uma crítica severa à economia neoclássica, procurando ultrapassar alguns enfoques desta, através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano e o historicismo alemão. A obra de M. Aglietta<sup>204</sup>, *Regulação e Crise do Capitalismo*, publicada na França em 1976, vale como fundadora desta corrente teórica<sup>205</sup>.

202 Conf. Moncayo Jiménez (2001). Uma obra recente faz uma interessante revisão da literatura sobre o tema: Keller (2008).

203 Alves (2011) faz referências críticas ao processo de acumulação flexível, apresentando a terceirização como estratégia da nova reestruturação produtiva do capital.

204 Aglietta (1976).

205 Outros autores desta corrente teórica: Boyer (1968; 1990); Lipietz (1977; 1985); Gorz (1983).

A Escola da Regulação reconhece o lugar das instituições, formas organizacionais, convenções e regras comportamentais como fatores endógenos inerentes às particularidades estruturais dos sistemas socioeconômicos. Segundo a abordagem regulacionista, o capitalismo é um sistema naturalmente instável, sujeito a crises cíclicas. Porém, ele consegue se reproduzir durante um determinado período através da criação de um aparato regulatório que, uma vez aceito pelos agentes econômicos, tende a agir de forma anticíclica. Desta forma, a abordagem regulacionista é uma crítica ao marxismo ortodoxo, por defender que as crises do capitalismo não redundam em sua superação.

Dois conceitos são basilares na Teoria da Regulação: regime de acumulação e modo de regulação. Regime de regulação é um regime de acumulação que pressupõe um padrão de organização da atividade produtiva adequada ao padrão de consumo, isto é, um nível de atividade econômica compatível com a demanda efetiva. Isto evitaria crises de superprodução ou situações de elevado nível de inflação. Já, modo de regulação, é entendido como um conjunto de leis, valores, hábitos que mediam a relação com o regime de acumulação e mantêm a coesão social.

As principais premissas da Teoria da Regulação residem, em suma, no pressuposto de que a produção da estrutura determinante de um sistema socioeconômico só se realiza na medida em que for capaz de engendrar determinadas particularidades organizacionais e institucionais que garantam a coerência do processo de acumulação de capital e sua expansão, em limites compatíveis com a coesão social no espaço das nações. Boyer<sup>206</sup> desdobra esse pressuposto em três hipóteses fundadoras vinculadas a uma problemática macroeconômica: (i) o processo de acumulação de capital é determinante na dinâmica macroeconômica; (ii) o processo de acumulação de capital não é espontaneamente autoequilibrado por fenômenos puramente mercantis e concorrenciais; (iii) as instituições e as formas estruturais são determinantes para direcionar o processo de acumulação de capital através de um conjunto de comportamentos coletivos e individuais coerentes.

Um destes modos de regulação, o fordismo, foi responsável, por exemplo, pela grande estabilidade e desenvolvimento dos países capitalistas ricos, desde a Segunda Grande Guerra até meados dos anos 1970. Fundado sobre a distribuição sistemática dos ganhos de produtividade, de forma a sustentar a demanda necessária para a reprodução ampliada do sistema, é justamente a crise deste modo de regulação que impossibilita a continuidade da divisão internacional do trabalho então vigente, gerando a industrialização de certas regiões do Terceiro Mundo (como o Brasil e a Coreia do Sul) e dos próprios países centrais (como o Nordeste da Itália).

206 Boyer (1986).

Porém, se o desenvolvimento fora das regiões tradicionalmente privilegiadas se constituiu em uma forma de contornar os efeitos da crise do fordismo, ele não se constituiu em uma solução para esta crise, a qual depende do desenvolvimento de novas formas de regulação. Ao contrário, o desenvolvimento regional ou local representou em muitos casos uma forma de contornar os mecanismos fordistas de regulação, como através da utilização de mão de obra pouco sindicalizada, de relações de trabalho familiares, de isenção de impostos, dentre outros aspectos que podem ser considerados, como o exemplo do que é chamado de flexibilização e/ou fragilização das relações de trabalho.

Por esta razão, muitos estudiosos, defendem que, se o desenvolvimento local ou regional pode contribuir para a superação da crise do fordismo, ele deverá ocorrer no quadro de mudanças mais amplas que incluam: (i) uma diminuição da jornada de trabalho de acordo com a produtividade já alcançada e com o seu crescimento; (ii) uma distribuição mais equitativa do trabalho; (iii) a formação de um amplo setor de economia solidária, autogerida a partir de relações contratuais com os seus usuários, que inclua atividades de reconhecida utilidade social, mas que não conseguem ser valorizadas adequadamente através de mecanismos de mercado; (iv) a escolha sistemática de alternativas de desenvolvimento local ou regional, que privilegiem os seus aspectos ecológicos e sociais e, (v) a constituição de uma agência internacional para a proteção do patrimônio comum da humanidade<sup>207</sup>. São questões ainda situadas muito mais na dimensão da possibilidade do que da realidade.

Mais recentemente, reafirma-se o enfoque do chamado Pós-fordismo Regulacionista<sup>208</sup>, defendendo redes de compromissos, coerências e contratos sociais locais, através de certo modo de regulação localizado, condizente com o regime de acumulação mais geral. De maneira geral, reforçam enfoques tradicionais da Teoria da Regulação, adaptados à realidade do final do século XX.

### 3.3 Os distritos industriais italianos do tipo marshalliano

Conforme já salientado, a noção de distrito industrial vem de A. Marshall, fazendo referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção, em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores, baseada em laços de solidariedade e cooperação interempresarial.

A partir dos anos 1970, especialmente diante do fenômeno de crescimento de pequenas e médias empresas integradas, no centro e norte da Itália,

207 Conforme Dallabrida, Basso e Neto (2006).

208 Autor referencial: Lipietz (1985).

região chamada de Terceira Itália, autores principalmente italianos procuraram aprofundar a noção de distrito industrial desenvolvida por Marshall<sup>209</sup>. Tais concepções exerceram grande influência sobre a elaboração de abordagens recentes sobre desenvolvimento local, por exemplo, a dos Sistemas Locais de Produção, *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais.

Becattini<sup>210</sup> resume a noção de distrito industrial, neste novo período histórico, tendo como foco a experiência italiana: é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado território. Segundo o autor, no distrito, tender-se-ia criar uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas. A indústria predominaria como atividade econômica dominante. Assim, nos distritos industriais, cada uma das empresas tenderia a se especializar numa única, ou apenas algumas das fases dos processos produtivos específicos de cada distrito. Constitui-se assim num caso concreto de divisão de trabalho localizada, em que as empresas enraízam-se no território, estas geralmente pertencentes a um mesmo ramo industrial, agindo integradamente.

A influência desta concepção reformulada gerou a crença na possibilidade de multiplicação de distritos industriais de pequenas e médias empresas em diferentes países, integrando-se em rede, não só nacionalmente, mas mundialmente, contrapondo-se à força avassaladora das grandes empresas multinacionais. Apesar da euforia inicial, esta possibilidade parece não ter se concretizado<sup>211</sup>.

### 3.4 O Neoschumpeterianismo ou Economia Evolucionária

O termo schumpeterianismo refere-se às ideias de uma obra clássica de Schumpeter. Para este autor, o principal fenômeno que explicava o desenvolvimento seria o papel inovador desempenhado por certos empresários.

Mais recentemente, muitos estudiosos foram buscar em Schumpeter as explicações teóricas sobre a diversidade observada em alguns âmbitos espaciais, enfatizando o papel das inovações na análise das condições que permitiram a certas regiões se destacarem das demais em termos de desenvolvimento. Diferentemente de Schumpeter, no entanto, as correntes neoschumpeterianas

209 Principais obras e autores: Brusco (1982); Becatini (1987); Bagnasco (1977; 1988). Existem varias publicações no Brasil sobre o tema. Uma dela: Cocco, Urani e Galvão (1999).

210 Becattini (1987). Ver obra mais recente do autor, onde o mesmo faz uma reconstrução crítica sobre distritos industriais: Becattini (2002).

211 Em Benko e Lipietz (1994), vários autores fazem uma primeira análise sobre a experiência italiana dos distritos industriais, inclusive, com alguns textos que já fazem uma análise crítica.

ênfatisam que o desenvolvimento não necessariamente acontece por rupturas radicais, podendo se dar de forma adaptativa e progressiva, destacando o papel do aprendizado no processo de aprendizagem, do conhecimento tácito e da rotina nos processos inovadores<sup>212</sup>. Da mesma forma, a figura isolada do empresário, central no modelo original de Schumpeter, é menos enfatizada em favor das instituições de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos<sup>213</sup>.

Assim, as correntes neoschumpeterianas, também chamadas de Economia Evolucionária, a partir da década de 1980, retomam o debate sobre a influência do fator inovação no desenvolvimento, com abordagens, por exemplo, como a dos Meios, Regiões e Territórios Inovadores e Sistemas Nacionais ou Regionais de Inovação.

### 3.4.1 Abordagem neoschumpeteriana sobre meio inovador

Inicialmente, o foco no meio inovador resultou de estudos realizados no *Groupe de Recherche sur les Milieux Innovateurs* (GREMI), liderados inicialmente por Aydalot<sup>214</sup>, depois envolvendo outros pesquisadores<sup>215</sup>, que mostraram estar em curso um processo de transformação das hierarquias espaciais, não compatível com as teorias dominantes do crescimento desigual, baseadas, por exemplo, em esquemas do tipo centro-periferia. O retrocesso de algumas tradicionais regiões centrais e a emergência de processos de dinamismo continuado em regiões periféricas ou semiperiféricas tornou claro que as teorias espaciais dominantes poderiam explicar as hierarquias urbanas existentes, mas não a sua transformação, isto é, não explicavam os processos de desenvolvimento com gênese no território.

Aydalot, seguindo concepções teóricas anteriores de Perroux e Schumpeter, defende que os processos de desenvolvimento têm três aspectos fundamentais. Um de caráter instrumental, que se refere ao fato de que os atores do desenvolvimento devam ser organizações produtivas flexíveis, como ocorre com as pequenas e médias empresas, capazes de superar a rigidez

212 Para uma melhor compreensão, é fundamental relembrar dois conceitos: conhecimento tácito e codificado. **Conhecimento tácito** refere-se (i) aos saberes não codificados em manuais sobre tecnologia, (ii) aos saberes gerais e comportamentais, (iii) à capacidade de resolver problemas não codificados e (iv) à capacidade de vincular situações e para interagir com outros recursos humanos. Já o **conhecimento codificado** refere-se aos saberes tecnológicos (incorporados em materiais, máquinas, componentes e produtos finais) e organizacionais, transmissíveis por interação comunicativa (internet, cursos...), através do mercado (Conf. YOGUEL e BOSCHERINI, 2001).

213 Ver abordagem recente sobre abordagens que utilizam como referência a inovação para explicar os avanços no desenvolvimento: Santos (2009). O autor inova na abordagem, pois analisa e compara o papel da inovação nos distritos industriais, nos meios inovadores e nos sistemas regionais de inovação.

214 Destacam-se três obras: Aydalot (1976; 1985; 1986).

215 Em especial, Crevoisier (1993), Camagni (1995) e Maillat (1995)

das grandes organizações do tipo fordista<sup>216</sup>. O segundo, de caráter mais estratégico, defendendo a diversidade nas técnicas e nos produtos, nos gostos, na cultura e nas políticas, o que facilita a abertura de múltiplos caminhos de desenvolvimento para os territórios, segundo as potencialidades de cada um deles. Por último, um aspecto de caráter mais operativo, defendendo que os processos de desenvolvimento são a consequência da introdução de inovações e conhecimento através de investimentos dos atores econômicos, um processo de caráter territorial, produzido como consequência da interação dos atores que integram o entorno ou meio inovador.

Segundo Maillat<sup>217</sup>, o conceito de meio inovador pretende apreender as dinâmicas territoriais de inovação, tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento regional residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre as empresas, as instituições de formação e pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais, ou das universidades.

Já Lopes<sup>218</sup> resume o que é chamado de meio inovador, como um aglomerado territorial caracterizado por: (i) possuir um capital de conhecimento, de natureza técnica, organizacional, comercial ou relacional, associado ao processo de produção local; (ii) apresentar um capital relacional baseado no conhecimento recíproco dos atores do meio e materializado numa trama de relações mercantis e não mercantis, formais e informais; (iii) dispor de um quadro valorativo-normativo que regula as relações e comportamentos dos atores locais, conferindo-lhes identidade social ao meio e, desejavelmente, uma convergência de objetivos estratégicos de atuação, sendo esta autoidentificação coletiva do meio, a fonte geradora das sinergias criativas da atuação dos atores locais; (iv) dispor, estruturado no meio, de um coletivo de atores que gera os recursos materiais e humanos, no qual desempenha papel de destaque as empresas, sejam as industriais ou de serviços de apoio, as instituições de investigação e de formação, financeiras, a administração pública e as associações profissionais, e (v) por ser o meio inovador um espaço privilegiado de abertura ao exterior, integrando-se nas redes internacionais de mercado e de acesso à informação tecnológica, no entanto, apresentando alto grau de interação com o sistema político-institucional do seu país.

Resumidamente, os estudos sobre meio inovadores partiam da hipótese de que o sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões resulta

216 Refere-se a empresas de grande porte, estruturadas para a produção em série, exemplo implantado no mundo de forma pioneira pela indústria automobilística Ford, no início do século XX.

217 Maillat (1998; 2002).

218 Lopes (2001).

de suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como, assumir configurações organizacionais e institucionais inovadoras<sup>219</sup>. Com isso, a empresa não seria o agente inovador isolado, passando a ser parte do meio que a faz agir. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas territoriais e o que caracteriza os meios inovadores não é a dotação de atributos naturais ou de localização, mas, sobretudo a densidade do seu tecido social, ou seu capital relacional<sup>220</sup>.

Por fim, pode-se concluir que a abordagem sobre meios inovadores sustenta-se na tese de que a inovação tem um caráter coletivo, resultando, em especial, de fatores sócio-histórico-culturais, econômicos e ambientais ancorados num determinado meio, o território.

### 3.4.2 Abordagens neochumpeterianas sobre sistemas de inovação

Christopher Freeman<sup>221</sup> foi o principal precursor do conceito conceito de sistema de inovação. No entanto, sua popularização no Brasil ocorreu com as obras de B. Lundvall e R. Nelson.

Referenciando-se ao conceito de sistemas de inovação, Lundvall<sup>222</sup> e Nelson<sup>223</sup> destacam que o processo de inovação caracteriza-se, fundamentalmente, pelo aprendizado interativo. São centrais os conceitos de aprendizado contínuo e interações entre os agentes. Segundo esta concepção, conhecimento e aprendizado são, respectivamente, recurso e processo fundamentais na economia e na sociedade atuais. Dessa forma, segundo o conceito de sistemas de inovação, a inovação e o desenvolvimento econômico originam-se de condições particulares, sociais, institucionais e de características histórico-culturais. São os elementos e as relações presentes em determinado sistema que poderão determinar a capacidade de aprendizado de um país, região ou localidade, e assim, a capacidade de inovação e de adaptação às mudanças do ambiente. Com isso, o conceito faz referência a sistemas locais, regionais e nacionais de inovação<sup>224</sup>.

Tais abordagens ressaltam o caráter sistêmico das inovações, relacionando-se ao potencial de transcender a visão linear da mudança tecnológica, segundo a qual, necessariamente, parte-se das atividades de pesquisa e desenvolvimento, passando pela inovação e difusão, para chegar-se ao

219 Crevoisier (1993).

220 Maillat (1995).

221 Freeman (1974).

222 Lundvall (1992). Em publicação recente, Lundvall (2016) faz referência à economia da aprendizagem e à economia da esperança, apontando novos horizontes sobre o desenvolvimento.

223 Nelson (1993).

224 Obra de autores brasileiros sobre o tema: Lastres, Cassiolato e Arroio (2005).

incremento da produtividade. A abordagem sistêmica está por trás da noção de que o desenvolvimento somente é possível através de uma estratégia que reúna inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais e que integre aspectos econômicos, sociais e ecológicos<sup>225</sup>.

É importante salientar que, no pensamento schumpeteriano original, as inovações têm um caráter pontual, focadas em empresários inovadores, sendo difundidas posteriormente pela adoção destas por parte de outros empreendedores, entendido este como o caminho condutor ao desenvolvimento. Tal processo ocorre até o surgimento de outro conjunto de inovações. Já, para os autores neo-schumpeterianos, o caráter coletivo e sistêmico é um elemento essencial para a mudança econômica e/ou desenvolvimento<sup>226</sup>.

### 3.4.3 Abordagens neochumpeterianas sobre Regiões Inteligentes, Territórios Inovadores e Dinâmicas de Proximidade

Originadas do debate sobre conhecimento e competitividade territorial, de economistas e geógrafos, surgem abordagens que, também, sustentam-se na defesa da tese de que a inovação não é um fenômeno de caráter individual, senão coletivo. Não se trata de negar a importância da empresa e empresário inovadores, senão que procurar ressaltar o papel do entorno ou meio na inovação. Ou seja, as duas dimensões, a organizativa (empresa) e a espacial (o entorno territorial), influem de forma conjunta e se complementam, ainda que a importância seja diversa segundo o tipo de empresa. Enquanto uma grande empresa tem maior capacidade para gerar inovações, inclusive quando suas relações com outras empresas e o meio circundante são escassas, a pequena empresa é mais dependente dessa rede de relações que tem com o entorno, para avançar no caminho da inovação.

Nessas abordagens é ressaltada a relação entre inovação e território e/ou região desde uma perspectiva mais ampla, que permita que tais relações sejam incorporadas nos estudos e propostas sobre desenvolvimento territorializado. Ou seja, a inovação depende de uma rede interativa de elementos econômicos, políticos, sociais e culturais, que permitem maximizar tanto os recursos econômicos, como os extraeconômicos. Tais enfoques teóricos têm tido uma contribuição especial de autores mais próximos à corrente da Geografia Econômica<sup>227</sup>.

225 Dallabrida, Covas e Covas (2017).

226 Para atualização e aprofundamento do debate sobre sistemas de inovação e seus reflexos no crescimento econômico e/ou desenvolvimento, ver obras traduzidas e publicadas no Brasil: Nelson e Winter (2005); Nelson (2006).

227 Por exemplo, autores, tais como: Méndez (2002; 2016); Caravaca e Silva (2005); Ferrão (1996); Antonelli e Ferrão (2001).

É a partir deste debate teórico que autores, por exemplo, Ricardo Méndez introduz o conceito de território inovador. O conceito de território inovador, para Méndez<sup>228</sup>, é entendido como a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente. Assim, é possível referir-se ao território inovador como âmbitos espaciais em que seus atores e instituições sejam capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da história. Segundo o autor, o padrão de desenvolvimento de um território inovador precisa atender às características de um desenvolvimento territorial integrado, incluindo as dimensões econômicas do desenvolvimento, mas também, e com o mesmo destaque, as dimensões sociais, ecológicas, culturais, ético-políticas e a ordenação territorial. Um território inovador, então, é aquele que avança a partir dessa estratégia prioritária, em seu caminho para o desenvolvimento.

Em obra reente, Méndez<sup>229</sup> apresenta a inovação como estratégia necessária para revitalizar as economias urbanas e, também, para conseguir sociedades mais inclusivas e cidades mais sustentáveis e menos desiguais. Assim, apresenta o conceito de cidade inovadora, como aquela onde se aplica uma estratégia sistemática orientada a produzir, difundir e aplicar um recurso estratégico, como é o conhecimento em suas diversas formas (analítico, sintético e simbólico). Tal conhecimento seria acumulado, tanto na população e nas empresas localizadas localmente, quanto em suas instituições públicas e organizações sociais, com o objetivo de ampliar o acervo e assim favorecer a melhoria das capacidades disponíveis para promover o desenvolvimento, incentivando sua produção interna com sua transferência desde o exterior, bem como, sua aplicação prática, mediante formas adequadas de governança. Como indicativo, o autor propõe práticas econômicas alternativas, tais como, formas de produção, trabalho e crédito cooperativas, além de redes e grupos de produção e consumo responsável e espaços de trabalho e grupos de aprendizagem compartilhada.

Na mesma linha de concepção, outros referenciais teóricos também situam a inovação e suas relações com o território, como centro de atenção. Trata-se de propostas como a da chamada economia do conhecimento, trasladadas ao plano territorial com conceitos, tais como, o de região inteligente ou regiões em processos constantes de aprendizagem (*learning region*).

Sobre o conceito de região inteligente ou regiões em processos constantes de aprendizagem (*learning region*), foi Richard Florida<sup>230</sup> quem primeiro o sugeriu, para se referir às regiões ou territórios capazes de funcionarem como coletores e repositórios de conhecimentos e ideias e de proporcionarem o

228 Méndez (2002).

229 Méndez (2016).

230 Florida (1995). Ver outra publicação sobre o tema: Morgan (1997).

ambiente e as infraestruturas facilitadoras dos fluxos de conhecimentos, ideias e práticas de aprendizagem.

Segundo Ferrão<sup>231</sup>, a noção de região inteligente apresenta quatro aspectos de interesse e utilidade para o aprofundamento da relação entre inovação e desenvolvimento territorial: (i) centra o debate em torno das condições territoriais de desenvolvimento, complementando as visões que valorizam a ótica dos impactos territoriais; (ii) cria uma matriz que permite integrar grande parte do patrimônio recente das diversas ciências regionais, assegurando coerência e uma finalidade clara; (iii) defende uma análise preocupada em entender de forma sistemática as práticas dos diversos atores (indivíduos e coletivos) no quadro de comunidades territoriais específicas; (iv) fornece argumentos favoráveis ao reforço da importância das políticas de base territorial.

Outros autores têm feito a relação entre território, inovação e desenvolvimento, referindo-se às chamadas dinâmicas de proximidade<sup>232</sup>, ou ainda, procurando entender a dinâmica industrial e sua relação com a inovação territorial<sup>233</sup>. De maneira geral, referem-se à importância da proximidade em aglomerações empresariais, não apenas geograficamente, mas na dimensão social e institucional. Convergente com as abordagens que se referem à importância dada à proximidade geográfica e institucional, alguns autores fazem referência ao *local buzz*, termo que pode ser traduzido como burburinho ou rumor local. Refere-se aos contatos face a face que proporcionam fluxos de informações de negócios ou novidades tecnológicas mediante notícias, conversas informais, rumores, etc. O termo *local buzz* é introduzido por Storper e Venables<sup>234</sup>. Esse tema é aprofundado em tese de doutorado<sup>235</sup>, cujo autor reafirma que esse tipo de intercâmbio é caracterizado pela cotidianidade, pela informalidade e pelo baixo custo dos contatos. Além disso, essas interações dependem muito da proximidade social e institucional, e, sobretudo, das relações informais (hábitos, atitudes e valores compartilhados).

Interpretando esse conjunto de abordagens, é possível atribuir a categoria de inteligentes, àqueles territórios, regiões ou cidades capazes de gerar ou incorporar conhecimentos necessários para atribuir valor de forma eficiente e racional aos seus recursos e ativos, para assim contribuir na melhoria da qualidade de vida da sociedade que as habita e estimular a realização pessoal dos seus cidadãos, ou seja, efetivar o almejado desenvolvimento de regiões e territórios. Quanto à questão da proximidade geográfica, social e institucional,

231 Ferrão (1996).

232 Por exemplo: Gilly e Torre (2000a; 2000b); Boschma (2005); Rodriguez-Pose e Crescenzi (2009).

233 Courlet (2001; 2008); Courlet e Soulage (1995).

234 Storper e Venables (2004; 2005). O tema também é abordado por: Bathelt, Malmberg e Maskell (2004) e Bathelt e Turi (2011).

235 Tartaruga (2014).

tais fatores contribuem favoravelmente no apoio às aglomerações produtivas regionais, servindo como estímulo ao desenvolvimento de regiões ou territórios.

### 3.5 A abordagem centrada no papel da Classe Criativa e Regiões Engenhosas

Florida (1995), no artigo *Toward the Learning Region* (Em direção à região de aprendizagem), afirmava que algumas regiões estavam se tornando pontos focais para a criação de conhecimento e aprendizagem na nova era do capitalismo global. Resultante disso, os sistemas industriais e de inovação do Século XXI seriam notavelmente diferentes dos que têm operado na maior parte do Século XX, com o que, conhecimento e inteligência humana iriam substituir o trabalho físico como a principal fonte de valor. As organizações intensivas em conhecimento baseados em redes e equipes iriam substituir a burocracia vertical, a pedra angular do Século XX.

Dentre as publicações subsequentes de Florida, a que teve maior impacto foi a que se referiu à ascensão da classe criativa<sup>236</sup>. A tese central de Florida é que a criatividade continua a exercer um papel central no estímulo à revitalização da prosperidade e do crescimento de países, territórios ou regiões. Sustenta sua tese no que chama de Teoria dos 3 Ts: tecnologia, talento e tolerância. Assim, segundo o autor, as cidades ou regiões que conseguirem atrair ou reter mais trabalhadores criativos, seriam as que teriam maior destaque. Refere-se, não apenas aos cientistas, desenvolvedores de softwares, escritores, professores, médicos, investidores de risco e outros que já integram a classe criativa, mas operários, prestadores de serviços e pequenos empresários criativos.

Para Florida, a criatividade, em especial em tempos de crise, pode e deve ser aproveitada como ativo principal. Considerada como a força motriz do crescimento econômico, a classe criativa teria se tornado a classe dominante da nossa sociedade em termos de influência. Assim, sobre a criatividade, poder-se-ia fazer inferências, tais como: (i) ela é essencial para a maneira como vivemos e trabalhamos hoje, em vários sentidos; (ii) é multifacetada e multidimensional, pois não se resume ao mundo do trabalho ou dos negócios, envolvendo diferentes hábitos e formas de pensar que precisam ser cultivados tanto no indivíduo como na sociedade; (iii) requer uma atmosfera acolhedora que forneça um conjunto amplo de estímulos sociais, culturais e econômicos; (iv) o processo criativo é social, não só individual, logo requer formas de organização diferenciadas, pois elementos das organizações podem

236 Florida (2002). Recentemente foi publicada uma edição revisada e ampliada no Brasil: Florida (2011). Ver também livro comemorativo ao 10º ano de lançamento da primeira edição: Florida (2012).

reprimir a criatividade. Florida também se refere à economia criativa, para o que afirma que se exija novas instituições, como estruturas que estimulem a criatividade, implicando em: (i) novos sistemas voltados à criatividade tecnológica e ao empreendedorismo; (ii) modelos mais eficazes para a produção de bens e serviços, e (iii) um vasto meio social, cultural e geográfico propício a todo o tipo de criatividade.

Mesmo em tempos que se chegou a afirmar que a Geografia morreu, observe-se que as empresas, em especial as de alta tecnologia, estão concentradas em pontos específicos do espaço. Neste sentido, tal como outras abordagens, a que versa sobre a ascensão da classe criativa, ressalta a importância do fator geográfico, ao recomendar que os lugares, cidades, regiões ou territórios tenham o cuidado em se apresentar ao mundo como lugares atrativos, agradáveis, para atrair investimentos, o que implica, em última instância, criar ambientes que sejam suscetíveis ao trabalho criativo.

Em abordagem recente, Nijkamp<sup>237</sup> utiliza a expressão *resourceful region*, que pode ser traduzida como região engenhosa, ou região inteligente, para se referir a uma nova forma de conceber as estratégias de desenvolvimento regional. Nijkamp afirma que o processo de desenvolvimento em cada região depende dos seus valores e atributos, como o conjunto de seus ativos e recursos territoriais. A ideia básica é que os vários tipos de capital em uma região formam as condições que moldam o crescimento regional<sup>238</sup>. Considerando as condições de tecnologia, capital social, recursos ou capital humano, cada região oferece possibilidades diferenciadas. Assim, qualquer região ou território, tem um conjunto de opções ou oportunidades, as quais podem ser selecionadas de forma a melhorar os níveis de crescimento econômico e/ou desenvolvimento, dependendo de sua posição físico-geográfica, seus antecedentes culturais ou suas atitudes sociais. Isso significa que cada região ou território tem um portfólio de opções e oportunidades, desde as condições físico-geográficas, até as capacidades humanas e sociais. O segredo está na utilização destas opções ou oportunidades (*inputs*), mediante uma gestão inteligente, um processo impulsionado por uma percepção mental clara dos elementos necessários à resolução dos problemas (*insights*) e decisões hábeis. Refere-se à engenhosidade social regional, representando a forma como são

237 Nijkamp (2016).

238 O debate sobre capital territorial, para referir-se ao acúmulo de ativos e recursos de um território ou região, evoluiu recentemente. Alguns autores, em especial da Geografia, têm preferido substituir o termo capital, por patrimônio territorial (Ex.: MAGNAGHI, 2000; 2003; 2005). O patrimônio territorial envolve elementos de ordem produtiva, natural, social, humana e intelectual, institucional e cultural, como as potencialidades do meio, que orientará as opções ou oportunidades em termos de estratégias de desenvolvimento, ao mesmo tempo, servindo de indicativos para quaisquer tipos de intervenção territorial. Ver abordagem sobre o tema em Dallabrida (2016).

dadas respostas aos desafios, sendo essa decisiva em relação ao sucesso ou fracasso das políticas de desenvolvimento de cada região ou território.

Nijkamp destaca ainda que uma região engenhosa não se sustenta apenas na educação, na criatividade, mas também nas condições de aprendizagem coletiva, em interações inovadoras e abertas, redes flexíveis, conhecimento estratégico e gestão. Ou seja, exige-se uma estratégia de desenvolvimento criativa e cognitiva, combinando os recursos da região de forma inteligente. Isso, em última instância, segundo o autor, exige um processo de planejamento de baixo para cima, pelo uso do conhecimento tácito (saber-fazer local), condicionado a algumas condições: (i) consensos ou pactualizações entre grupos sociais e instituições locais; (ii) criação de redes para promover a difusão da informação e a criação de conhecimentos; (iii) canais adequados para a transformação do conhecimento e da tecnologia em inovações aplicáveis localmente; (iv) gestão e desenvolvimento do capital humano e das reservas de conhecimentos de forma inteligente e democrática.

Sintetizando as abordagens teóricas sobre regiões inteligentes territórios inovadores e regiões engenhosas, alguns aspectos merecem ser ressaltados: (i) que a criatividade continua a exercer um papel central no estímulo à revitalização do crescimento econômico e/ou desenvolvimento de países, territórios ou regiões; (ii) que regiões inteligentes resultam, em especial, das práticas sistemáticas dos diversos atores (indivíduos e coletivos) de comunidades territoriais específicas; (iii) o reforço da importância das políticas de base territorial; (iv) o papel fundamental de empresas enraizadas territorialmente na sua contribuição para o desenvolvimento; (v) de que o território inovador é aquele que possui ou desenvolve a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente; (vi) de que os vários tipos de capital formam as condições que moldam o crescimento e/ou o desenvolvimento de territórios e regiões, considerando suas condições de tecnologia, capital social e humano, recursos e ativos; (vii) que o segredo do sucesso, em tudo o que foi ressaltado, está na utilização destas opções ou oportunidades (*inputs*), mediante uma gestão inteligente, um processo impulsionado por uma percepção mental clara dos elementos necessários à resolução dos problemas e decisões hábeis.

### 3.6 A Escola do Institucionalismo e Neoinstitucionalismo

Surgida nas primeiras décadas do século XX, a Escola Institucional conheceu um relativo sucesso principalmente nos Estados Unidos. Mas a

partir dos anos 1930, sua influência diminuiu ficando mais restrita a alguns círculos de dissidentes da Escola Neoclássica naquele país. Mais recentemente, um novo interesse tem surgido nesta abordagem, especialmente no campo do desenvolvimento regional, materializado no surgimento de instituições específicas, no que se convencionou chamar de neoinstitucionalismo.

Institucionalismo, originariamente, foi uma corrente do pensamento econômico, tendo predominado no Brasil as ideias do chamado Institucionalismo Americano<sup>239</sup>. Seus maiores nomes foram Veblen, Mitchell e Commons. Em comum, estes autores, ao invés do determinismo do mercado, confiavam nos fatores psicológicos como determinantes maiores dos fenômenos econômicos, recorrendo, portanto, preferencialmente à indução, em detrimento da lógica ortodoxa, procurando uma visão dos agrupamentos e das instituições no lugar da visão individualista predominante na Economia. Contrastavam ainda com os clássicos e os socialistas porque, em vez de se preocuparem com o valor do trabalho, colocam a tônica nas previsíveis consequências da produção no mercado.

Os textos seminais sobre institucionalismo/neoinstitucionalismo mais conhecidos no Brasil consistem, por um lado, nos trabalhos de D. North<sup>240</sup>, por outro, nos de O. Williamson<sup>241</sup>, que atualiza ideias de outro autor, Ronald Coase, com relação aos custos de transação como determinantes das formas organizacionais e das instituições na economia. No entanto, North e Williamson destacam-se como os principais pensadores do neoinstitucionalismo, na vertente teórica da Nova Economia Institucional (NEI).

239 **Institucionalismo** refere-se às ideias da escola de pensamento econômico que surgiu na década de 1920 nos Estados Unidos. Thorstein Veblen é considerado o fundador da escola institucionalista de economia, ao lado de John Commons e de Wesley Mitchell. Thorstein Veblen (1857-1929), economista e sociólogo americano de descendência norueguesa é conhecido principalmente pelo livro *The Theory of the Leisure Class*, de 1899 (publicado no Brasil com o título *A Teoria das Classes Ociosas*); sua obra mais importante em economia, porém, é *The Theory of Business Enterprise*, de 1904. John Commons (1862-1945), também americano, publicou seu trabalho mais citado, em 1934, *Institutional Economics* (New York, Macmillan). Wesley Mitchell (1874-1948) foi aluno de Veblen e seu principal livro é *Business Cycles*, publicado em 1913. Posteriormente, publicou vários outros livros e artigos. Veblen desenvolveu uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos de instituições, tais como, empresas, cartéis, sindicatos, o Estado e seus organismos. Ressaltava o papel da estrutura e da organização política e social na determinação dos acontecimentos econômicos. Os institucionalistas defrontavam-se com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem a economia. Assim, defendem a importância de outras disciplinas, como a Sociologia, a Política e a Antropologia na solução dos problemas econômicos (Conf. SANDRONI, 1999).

240 North (1990). Além desta que é uma das obras mais citadas, North escreveu outra: *Structure and Change in Economic Performance* (1981).

241 Williamson (1975; 1985).

Coase publicou, em 1937, o artigo *The Nature of the Firm* (A Natureza da Firma)<sup>242</sup>, em que introduz a visão da firma como um nexo de contratos e formula a lógica da economia dos custos de transação. Coase se refere ao quadro institucional como essencial, porque o indivíduo comporta-se de forma distinta em diferentes subsistemas, o econômico, o legal e o político.

Os princípios estruturantes do Institucionalismo Americano, sobre o funcionamento dos mercados, podem assim ser resumidos: (1) negação das verdades absolutas e incontornáveis dos pressupostos clássicos e neoclássicos sobre o mercado; (2) valorização dos fatores históricos, sociais e institucionais e não simplesmente dados quantitativos; (3) reconhecimento da mudança permanente, dando preferência a modelos dinâmicos; (4) necessidade de considerar o complexo sistema de influências entre indivíduos/instituições/sociedade (a análise bidimensional revelava-se demasiado escassa para as pretensões institucionalistas); (5) valorização da medida empírica dos ciclos de comércio, na procura de compreensão dos ciclos comportamentais das empresas; (6) explicação metodológica da economia através da história e das relações institucionais e não meramente por pressupostos generalistas e exclusivistas; (7) preferência à indução na metodologia de análise; (8) procura de uma visão dos agrupamentos e das instituições no lugar do individualista *homo economicus*; (9) foco nas previsíveis consequências da produção no mercado e não no mercado em si; (10) focalização na conduta dos agentes participativos e não valores abstratos como o preço, por exemplo; (11) procura integrar a economia com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, o direito ou a história<sup>243</sup>.

Já o chamado Neoinstitucionalismo, acompanha as principais teses do institucionalismo, em geral, como uma versão atualizada destas<sup>244</sup>. Não há entre as diferentes áreas da ciência uma concordância, no entanto, em geral, se admitem três versões do neoinstitucionalismo: o histórico, da escolha racional e o sociológico<sup>245</sup>. Dentre autores desta corrente teórica encontram-se sociólogos<sup>246</sup>, historiadores<sup>247</sup>, economistas mais do passado e contemporâneos<sup>248</sup>, além de geógrafos<sup>249</sup>.

242 COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. **Economica**, New Series, v. 4, n. 16, Nov./1937, p. 386-405.

243 Resumo feito com base, principalmente, em North e Williamson, autores já citados.

244 Em uma tradução publicada no Brasil, March e Olsen (2008), se propõem a identificar algumas direções para a pesquisa teórica nas concepções institucionalistas da ordem política.

245 Hall e Taylor (2003) caracterizam as três escolas de pensamento do neoinstitucionalismo, tais sejam, o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Os autores apresentam a gênese de cada uma dessas escolas e também, em termos sucintos, o que distingue suas maneiras de tratar dos problemas sociais e políticos.

246 Putnam (2000); Fukuyama (1995).

247 North (1990).

248 Lewis (1955); Stiglitz (2002).

249 Storper (1997).

Em síntese, as abordagens institucionalista e neoinstitucionalista reconhecem que os processos de desenvolvimento estão condicionados pelas instituições e a cultura do território.

### **3.6.1 Abordagem neoinstitucionalista sobre Nova Economia Institucional**

Uma das obras que tem tido maior repercussão na academia é a de North<sup>250</sup>, que se convencionou chamar de Nova Economia Institucional (NEI). Segundo o autor, dependendo da instrumentalidade institucional, podem-se construir contextos localizados que amenizam divergências, instabilidades e incertezas, através de normas, costumes e regras que regulam o comportamento dos agentes socioeconômicos.

Normalmente a Economia trabalha com o pressuposto de que a racionalidade é um atributo dos indivíduos, embora se admita que, em alguns casos, as suas decisões possam sofrer a influência de relações sociais e de instituições. Entretanto, esta influência (quando admitida) é percebida como uma condicionante externa ao comportamento dos indivíduos, alterando a disponibilidade dos fatores de produção pela limitação ao seu acesso, ou através da inibição da sua mobilidade.

Para os economistas institucionalistas, ao contrário, as instituições condicionam de tal forma o comportamento econômico dos indivíduos, que é impossível afirmar a existência de uma racionalidade econômica individual. Segundo esta corrente de pensamento, portanto, o procedimento comumente adotado pelos neoclássicos de abstrair as instituições da análise econômica (através da famosa condição *ceteris paribus*) é absurdo, pois é justamente o papel das instituições que permite explicar a maior parte dos fenômenos econômicos.

### **3.6.2 Abordagem neoinstitucionalista sobre Capital Social**

É oriunda, também, da vertente do neoinstitucionalismo a abordagem sobre Capital Social. O conceito é antigo, mas seu debate é revigorado a partir da década de 1980, a partir de estudos realizados sobre a experiência italiana de gestão do processo de desenvolvimento local e regional, especialmente os realizados sob a coordenação de Robert Putnam<sup>251</sup>.

Seguindo uma linha de raciocínio neoinstitucionalista, Putnam afirma que a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um

250 North (1990).

251 Putnam (2000). Outros autores sobre Capital Social: Atria (2003); Baquero e Cremonese (2006).

bom acervo de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Assim, o Capital Social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

A confiança é um componente básico do Capital Social, afirma Putnam, assim quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação, sendo que a própria cooperação gera mais confiança. Os estoques de Capital Social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, provocando círculos virtuosos que resultam em elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, características que definem a comunidade cívica. Da mesma forma, a inexistência dessas características, também é algo que tende a reforçar-se. Assim, a deserção, a desconfiança, a omissão, a opressão, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num exalação sufocante de círculos viciosos.

Em suma, as abordagens sobre Capital Social explicam as diferentes dinâmicas de desenvolvimento local, regional ou territorial, segundo o acervo de capital social presente nos territórios, o que resulta num maior ou menor dinamismo socioeconômico-cultural.

### **3.7 Outros enfoques teóricos recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial**

São listados e sinteticamente caracterizados a seguir, outros enfoques teóricos específicos, os quais têm uma relação, direta ou indireta, com as demais abordagens referenciadas anteriormente. Seu destaque tem como objetivo enriquecer a abordagem, vendo suas especificidades.

#### **3.7.1 A Escola Californiana e o enfoque do patrimônio ou ativos relacionais**

As contribuições teóricas da Escola Californiana poderiam ser classificadas como de cunho neoinstitucionalista. No entanto, por algumas de suas especificidades, prefere-se destacá-las separadamente.

De maneira geral, as vertentes regionalistas sobre desenvolvimento têm como foco o território, na elaboração e condução das políticas públicas. Assim, as políticas públicas de desenvolvimento deveriam encontrar e criar, a partir das particularidades do próprio ambiente local, uma economia regional competitiva. Essa concepção é entendida por alguns autores como uma proposta

regional alternativa e não liberal. Uma das expressões desta abordagem teórica encontra-se na Escola Californiana, onde se destacam autores como Stoper, Walter, Salais e Scott<sup>252</sup>.

Para os autores da Escola Californiana, ao integrar os interesses do entorno, o território permite que seja concebido como agente de desenvolvimento, sempre que seja possível manter e desenvolver a integridade de interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural. É uma concepção que reforça a importância da cultura e da identidade territorial local nos processos de desenvolvimento de áreas metropolitanas e regionais mais dinâmicas, conforme defende Scott.

Scott e Stoper, nas suas obras, deram uma importante contribuição para a compreensão da especialização flexível, modelando as chamadas economias de aglomeração<sup>253</sup>, a partir de uma abordagem de custos de transação. Considerando o enfoque de tais autores, é possível afirmar que de uma primeira análise, segundo a qual a aglomeração pode ser interpretada como resultado direto da estratégia de minimização dos custos de transação e monitoramento pelas empresas através da proximidade espacial, avançariam para, posteriormente, darem-se conta que a aglomeração é tanto consequência como causa da dinâmica econômica espacial. Em seguida, incorporarem a noção de que o espaço institucional de normas, regras e convenções é tanto condicionante desse sistema de relações mercantis de insumo-produto, como indicativo de potenciais trajetórias de desenvolvimento da região<sup>254</sup>.

Stoper nas suas obras desenvolve o conceito de *dynamic learning regions*, que pode ser traduzido como regiões em processos dinâmicos ou contínuos de aprendizagem. O autor entende que atividades de produção e consumo são processos complexos que exigem o tempo todo, a coordenação entre os atores envolvidos, como fornecedores, produtores e consumidores finais. As experiências poderiam ser consideradas exemplos de territorialização ou reterritorialização do desenvolvimento, demonstrando que esses processos vêm sendo conduzidos por uma série de convenções, normas e regras – explícitas e implícitas – que formam a base do que o autor chama de mundo (regional) de produção<sup>255</sup>.

252 Stoper (1977; 1995); Stoper e Salais (1997); Stoper e Walker (1989); Scott e Stoper (1986); Scott (1988; 1998). Seguindo as reflexões com foco nos centros urbanos, Stoper (2013) apresenta indicadores de como a economia, as instituições, a interação social e a política moldam o desenvolvimento.

253 Em geral, convencionou-se que **economias de aglomeração** consistem em ganhos de produtividade que são atribuídos à aglomeração geográfica das populações ou das atividades econômicas (Conf. SANDRONI, 1999).

254 Ver contribuições sobre economias de aglomeração e externalidades, centradas na lógica espacial da economia em Polèse (1998).

255 É uma tradução que parece adequada, para a expressão *worlds of production*, usada por Stoper (1997) e Stoper e Salais (1997).

Estas convenções, normas e regras, especificamente, formam o que Storper chama de ativos ou patrimônio relacional de uma região, com sentido semelhante ao conceito de capital territorial<sup>256</sup>. Segundo o autor, a existência das interdependências não comercializáveis e transacionáveis no mercado, serve de insumo para construir esse patrimônio relacional da região. Essas interdependências ocorrem, por exemplo, entre fornecedores e produtores, através da circulação de mão de obra no mesmo mercado regional, dentro de empresas matriciais com mais unidades, ou através de fóruns de negociação entre entidades, como o governo local, as empresas e a sociedade civil.

Ainda, para Storper existem quatro tipos diferentes de mundos de produção regional, em função do grau de especificação dos produtos, por um lado, e da escala de produção, por outro lado. Cada um deles tem diferentes regras, normas e convenções no que se refere ao inter-relacionamento entre os agentes regionais. São eles: (i) o mundo industrial/fordista, no qual se encontra uma combinação de produção em grande escala sem nenhuma especificação dos produtos, que são homogêneos, muito próximo do modelo fordista; (ii) o modelo flexível, caracterizado pela diversificação dos produtos em função das especificações dos consumidores, mantendo mesmo assim uma grande escala; (iii) o chamado mundo marshalliano, composto pela combinação de produção em lotes pequenos de acordo com as especificações de clientes; por último, (iv) o mundo da produção intelectual, definido pela combinação de produção em pequena escala de produtos que objetivam satisfazer uma demanda genérica, como, por exemplo, inovações que poderiam posteriormente ser reproduzidas em grande escala no mundo flexível ou industrial.

Quanto às estratégias de competitividade e à natureza de interdependência nas economias chamadas por Storper de mundos de produção regional, estas apresentam diferenças fundamentais, as quais assim podem ser sintetizadas: no mundo industrial as estratégias de competitividade são baseadas na redução de custos e preços (*undercutting*) num cenário de produtos e processos cada vez mais homogeneizados; em outros mundos de produção, a competitividade é alcançada através de estratégias de diversificação de produtos ou processos, qualidade ou aprendizagem. Considerando, então, a condição dos demais mundos de produção – flexível, marshalliano e intelectual -, de poder competir pelo uso de estratégias de diversificação de produtos ou processos, qualidade ou aprendizagem, em função dos padrões vigentes de mercado,

256 Em certo sentido, também, se aproxima da acepção de patrimônio territorial, expressa em Dallabrida (2016a).

indústrias e regiões podem desenvolver a capacidade de ganhar sobrelucros, mesmo que temporários. Esses sobrelucros proporcionam incentivos para a elaboração, aplicação e adaptação contínua de um conhecimento novo a respeito de produtos e processos, criando assim as bases de um processo de desenvolvimento endógeno.

Segundo os autores deste enfoque teórico, na medida em que as convenções, normas e relações entre os atores, conseguem esse ambiente propício à inovação e ao dinamismo, a região será competitiva. A competitividade regional se dará pela sua estratégia de diversificação, qualidade e inovação, transformando-se em *dynamic learning regions* (regiões em processos dinâmicos ou contínuos de aprendizagem). Outra implicação se refere ao inter-relacionamento de atores e empresas dentro de cada cadeia produtiva. Enquanto o sistema de relações no mundo industrial é basicamente hierarquizado, com pouca interação entre atores, o mundo marshalliano é composto por uma rede densa caracterizada pela troca de informações e iniciativas de cooperação, estimulando, assim, um sistema baseado em relações de especialização e complementação. As normas e convenções são frequentemente baseadas em elementos culturais e históricos enraizados no próprio território.

Fernández<sup>257</sup> tem ressaltado, ainda, duas linhas estratégicas no marco do *orgware* territorial, ambas relacionadas ao que Storper tem denominado *traded* e *untraded interdependencies*. Na dimensão das *traded interdependencies* (interdependências mercantis), estão presentes as relações de mercado, ainda que contemple também um complexo de práticas de cooperação entre os agentes econômicos do território. Os atores aqui são as empresas. Já as *untraded interdependencies* (interdependências nãomercantis), sobre elas têm se depositado a possibilidade de construção de um padrão de desenvolvimento que abranja, além da dimensão econômica, a social, a política, a ambiental e a cultural. Neste campo de interrelações tem se montado um verdadeiro paradigma organizativo-funcional, estruturando-se sobre redes de atores sociais, institucionais e econômicos de um determinado âmbito territorial, envolvendo sua força de trabalho, os organismos técnicos encarregados da geração de conhecimentos específicos e aplicados (institutos técnicos) e o governo local ou regional.

Veja-se que este enfoque teórico, tem grande proximidade com as abordagens teóricas dos distritos industriais e o enfoque neoinstitucionalista, coincidindo, vários indicativos, nesse conjunto de abordagens.

### 3.7.2 O enfoque teórico das vantagens competitivas de Porter

O enfoque sobre vantagens competitivas, apesar de fazer referência à empresa, pode ser utilizado para compreender os fatores do desenvolvimento regional. Vantagem competitiva é um conceito desenvolvido por Porter<sup>258</sup>, com o que procura mostrar a forma como a estratégia escolhida e seguida pela organização pode determinar e sustentar o seu sucesso competitivo. A vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma determinada empresa consegue criar para os seus clientes e que ultrapassa os custos de produção. O termo valor aqui aplicado representa aquilo que os clientes estão dispostos a pagar pelo produto ou serviço. Um valor superior resulta da oferta de um produto ou serviço com características percebidas idênticas às da concorrência, mas por um preço mais baixo ou, alternativamente, da oferta de um produto ou serviço com benefícios superiores aos da concorrência, que, sendo assim, compensariam um preço mais elevado.

Segundo Porter, existem dois tipos básicos de vantagem competitiva: a liderança no custo e a diferenciação, as quais, juntamente com o âmbito competitivo, definem os diferentes tipos de estratégias. O autor descreve ainda o instrumento básico para diagnosticar a vantagem competitiva e para encontrar formas de intensificar a cadeia de valores. Através da cadeia de valores, a organização é dividida nas suas atividades básicas (investigação e desenvolvimento, produção, comercialização e serviço) o que facilita a identificação das fontes de vantagem competitiva.

Comparativamente a uma empresa, localidades, regiões e territórios, poderão racionalizar o uso ao seu favor das vantagens competitivas que o meio oferece, para atrair investimentos, ou agregar valor aos seus produtos. Há ainda a possibilidade de desenvolver e estimular o uso de determinadas vantagens competitivas locais ou regionais para favorecer o desenvolvimento regional. No entanto, indiretamente o autor aborda o tema, principalmente em outra obra, com tradução no Brasil, chamada *Competição: estratégias competitivas essenciais*, onde Porter afirma que a prosperidade nacional não é algo herdado e sim produto do esforço criativo humano. Assim, segundo Porter, a competitividade de um país, ou região, depende da capacidade de sua indústria de inovar e melhorar seus processos e produtos. Assim, o sucesso das empresas dependeria, principalmente, de determinados fatores internos.

258 Porter (1985; 1986; 1990; 1993; 1998; 1999; 2000).

### 3.7.3 O enfoque teórico sobre *Cluster*, Arranjos ou Sistemas Produtivos Locais ou Regionais

A discussão sobre *clusters*, arranjos e sistemas produtivos vem adquirindo uma crescente relevância na literatura econômica, especialmente heterodoxa, incorporando contribuições da economia da inovação, economia industrial e Geografia Econômica.

Os *clusters* ou sistemas produtivos locais/regionais, em geral, são concebidos como formas de organização da produção, baseadas na divisão do trabalho entre as empresas e a criação de um sistema local de intercâmbios que resultam no aumento da produtividade e no crescimento da economia. Trata-se de um modelo de organização que permite gerar rendimentos crescentes, quando a interação entre as empresas propicia a utilização de economias de escala existentes no local.

A proximidade física não implica necessariamente a existência de cooperação entre empresas e para que ocorra a cooperação é necessária a interação entre as mesmas. Assim, o termo *clusters*, geralmente é empregado para designar uma aglomeração produtiva local/regional. O sistema produtivo local seria uma aglomeração produtiva organizada, em oposição a uma aglomeração produtiva informal<sup>259</sup>. Por outro lado, um sistema produtivo se diferencia de uma simples aglomeração de empresas (arranjo produtivo ou *cluster*) pela presença local de aprendizagens fundadas na qualidade organizacional e institucional, transformando-se em elementos fundamentais para diferenciar sistemas territoriais de produção que não conseguem transcender o caráter de *cluster*.

Sobre o enfoque de *clusters*, Porter é um dos autores principais. Para o autor, um *cluster*, no mundo da indústria, é uma concentração de empresas que se comunica por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes. Porter defende que os *clusters* têm o potencial de melhorar a competitividade industrial de três formas diferentes: (i) incrementando a produtividade das empresas ligadas ao *cluster*; (ii) contribuindo com a inovação; (iii) estimulando a criação de novas empresas. Um conceito essencial na análise de Michael Porter é o conceito de competitividade e das forças que a fundamentam.

Porter sugere ainda que se deva abandonar toda a ideia de nação competitiva como expressão que tenha grande significado para a prosperidade econômica. A produtividade das empresas é o que realmente influencia e

determina os níveis da prosperidade econômica de um país, afirma o autor. Por outro lado, segundo ele, nenhuma nação pode ser competitiva em tudo, ou ser exportadora líquida de tudo, o que caracteriza o foco setorial de sua análise. Para Porter, a vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado. Diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo<sup>260</sup>.

Zaccarelli<sup>261</sup> propõe nove requisitos para que um aglomerado de atividades possa ser classificado como um *cluster*: (i) alta concentração geográfica; (ii) existência de todos os tipos de empresas e instituições de apoio, relacionados com o produto/serviço do *cluster*; (iii) empresas altamente especializadas; (iv) presença de muitas empresas de cada tipo; (v) total aproveitamento de materiais reciclados ou subprodutos; (vi) grande cooperação entre as empresas; (vii) intensa disputa, substituição seletiva permanente; (viii) uniformidade de nível tecnológico; (ix) cultura da sociedade adaptada às atividades do *cluster*. O autor enfatiza que os requisitos se correlacionam e considera necessário que todos devam ser atendidos simultaneamente.

Por outro lado, Fernández<sup>262</sup> propõe um conceito ampliado de *cluster*, inserindo a categoria sistemas territoriais de produção, para se referir aos diferentes tipos de aglomerações de empresas, na forma de uma área geográfica delimitada, com um número significativo de empresas e emprego, dentro de um reduzido número de setores industriais, formados, geralmente, por aglomerações de pequenas e médias empresas, pertencentes a um determinado setor, situadas em determinado território. Assim, ao referir-se a um sistema territorial de produção, fica implícita a ideia de que nele interatuam empresas e instituições, necessariamente.

Os principais resultados das pesquisas sobre *clusters* industriais, segundo o grupo de pesquisa ‘*Globalisation team: clusters and industrial development*’, do *Institute of Development Studies - IDS*<sup>263</sup> são: (i) *clusters* industriais são comuns num leque amplo de setores e de países em desenvolvimento; (ii) eles têm ajudado pequenas empresas a superar restrições ao crescimento e a competir em mercados distantes; (iii) a abordagem da eficiência coletiva, desenvolvida no âmbito do IDS, ajuda a explicar esta habilidade para o crescimento; (iv) entretanto, eficiência coletiva apenas aparece onde confiança

260 Síntese feita com base em Porter (1993).

261 Zaccarelli (2003).

262 Fernández (2004).

263 Fonte: <[www.ids.ac.uk/ids/global/cluster.html](http://www.ids.ac.uk/ids/global/cluster.html)>. Trata-se de site do *Institute of Development Studies - IDS*, um dos principais grupos de estudo sobre o tema, da University of Sussex, Brighton. A equipe de pesquisa é coordenada por John Humphrey. Obras do autor: Humphrey (1995; 1996). Outra obra referência: Schmitz e Nadvi (1999).

sustenta relações interfirmas e onde redes comerciais conectam *clusters* a mercados consideráveis; (v) ação conjunta de firmas locais aumenta a habilidade dos *clusters* para enfrentar os novos desafios competitivos; (vi) dentro dos *clusters*, maior cooperação é relacionada positivamente com melhor desempenho; (vii) aumentos na cooperação vertical têm sido maiores do que na cooperação horizontal; (viii) pressões competitivas globais têm conduzido a uma crescente diferenciação dentro dos *clusters*; (ix) pesquisas futuras precisam dar maior ênfase nos elos externos, e não apenas nos elos internos, também enfocando os sistemas de conhecimento, e não apenas os sistemas produtivos. São algumas conclusões que podem ajudar a avaliar a eficiência de diferentes formas de aglomeração industrial existentes em várias regiões do Brasil e do mundo.

É utilizado também o termo Arranjo Produtivo Local (APL), referindo-se a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, em um mesmo espaço geográfico, com identidade cultural e vínculo de articulação e interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros autores locais e instituições, tais como, escolas técnicas, universidades, empresas de prestação de serviços e instituições de pesquisa e desenvolvimento<sup>264</sup>.

A relação que se pode fazer entre *clusters*, arranjos produtivos locais e sistemas produtivos, é que regiões com a presença destes tipos de aglomerações produtivas, principalmente estes últimos, têm maiores condições de estímulo ao seu desenvolvimento.

### 3.7.4 O enfoque teórico da Nova Geografia Econômica

Paul Krugman pode ser apontado como o formulador inicial de uma série de modelos que em seu conjunto e reunindo as contribuições de diversos outros estudiosos, constituem uma nova teoria econômica do espaço. Seu relevante contributo teórico começou a tomar forma a partir da publicação de um primeiro trabalho, em 1991 (*Geography and trade*)<sup>265</sup>.

A partir do primeiro trabalho publicado e em sucessivos artigos, Krugman estruturou o que se convencionou chamar de Nova Geografia Econômica (NGE). Por geografia econômica, Krugman entende a localização da produção no espaço, ou seja, é o ramo da Economia que se preocupa com o local onde ocorrem as coisas. No sentido adotado pelo autor, a maior parte

264 Conf. Abagli e Brito (2002). Outros autores que abordam o tema no Brasil sejam numa perspectiva propositiva ou crítica: Cassiolato e Lastres (1999); Diniz e Lemos (2005). Duas obras referenciais sobre o tema, no Brasil: Cassiolato, Matos e Lastres (2008); Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008).

265 Krugman (1991; 1995).

da economia regional e algumas questões da economia urbana, constituem a geografia econômica. A teoria do comércio internacional, segundo ele, é um caso especial da geografia econômica, onde as fronteiras e as ações dos governos das nações desempenham um relevante papel na determinação da localização e distribuição espacial das atividades produtivas.

A partir de suas elaborações teóricas, Krugman baseou o seu programa de investigação nas seguintes perguntas clássicas da economia espacial: (i) porque se concentra a atividade econômica em determinadas localizações, em vez de distribuir-se uniformemente por todo o território?; (ii) que fatores determinam os sítios nos quais a atividade produtiva se aglomera?; (iii) quais as condições para a sustentabilidade ou a alteração de tais situações, para chegar ao equilíbrio?

Resultante dessas reflexões, Krugman sintetiza suas contribuições teóricas em duas grandes ideias. A primeira, que em um mundo onde tanto rendimentos crescentes, como os custos de transporte são importantes, os encadeamentos para traz e para frente podem gerar uma lógica circular de aglomeração. Quer dizer, mantendo-se as demais condições estáveis, os produtores querem situar-se perto de seus fornecedores e de seus clientes, o que explica que se localizem uns perto dos outros. A segunda consiste em que a imobilidade de alguns recursos, a terra e em alguns casos a força de trabalho, atuam como uma força centrífuga que se opõe à força centrípeta da aglomeração<sup>266</sup>. A tensão entre estas duas forças modela a evolução da estrutura espacial da economia<sup>267</sup>. Estas duas ideias centrais poderiam explicar em parte as questões acima descritas, as quais são de fundamental importância para o entendimento das desigualdades e do crescimento econômico desigual.

Segundo Krugman, as forças que incitam os empresários industriais a se agruparem residem nas externalidades da demanda. Para o autor, a concentração geográfica nasce, basicamente, da interação entre os rendimentos crescentes, os custos de transporte e a demanda. Afirmo que, se as economias de escala são suficientemente grandes, cada fabricante prefere abastecer o mercado nacional a partir de um único local. Para minimizar os custos de transporte, elege uma posição espacial que permita contar com uma demanda local grande. Mas a demanda local será grande, precisamente na área onde a maioria dos fabricantes elege situar-se. Desse modo, existe um argumento

266 A **força centrífuga** é uma força inercial, em que se tem a sensação de estar sendo atirado para fora, a partir do centro da circunferência. **Força centrípeta** é a força resultante que puxa o corpo para o centro da trajetória em um movimento curvilíneo ou circular.

267 Conf. Moncayo Jiménez (2001).

circular que tende a manter a existência do cinturão industrial, uma vez que este tenha sido criado<sup>268</sup>.

Reportando-se especificamente à análise econômica da localização industrial, Krugman se refere aos estudos de Marshall, citando três razões que ele havia identificado como favoráveis à concentração de uma atividade em um determinado local: (i) graças à concentração de um elevado número de empresas de um ramo no mesmo local, um centro industrial cria um mercado conjunto para trabalhadores qualificados, que beneficia tanto aos trabalhadores como as empresas; (ii) um centro industrial permite a provisão, em maior variedade e a um menor custo, de fatores concretos necessários ao setor, que não são objeto de comércio; (iii) devido ao fato da informação fluir com mais facilidade em um âmbito mais restrito que ao longo de grandes distâncias, um centro industrial gera o que se pode chamar, nas palavras de Krugman, de osmose tecnológica (*technological spillovers*)<sup>269</sup>.

A concepção teórica da Nova Geografia Econômica tem recebido críticas de autores da Geografia Humana, tais como Martin<sup>270</sup>. Tais críticas procedem dos geógrafos econômicos, em oposição aos economistas geográficos. Os primeiros são mais favoráveis aos enfoques da teoria da produção flexível, do regulacionismo francês e dos distritos industriais italianos. Centralmente, a crítica afirma que a Nova Geografia Econômica, nem é nova, nem é geografia. Por outro lado a teoria geral da aglomeração tem pouco foco no espaço e demasiadamente em modelos matemáticos, nas suas abordagens teóricas.

### **3.7.5 Os enfoques teóricos sobre a sociedade ou economia em rede, cidades mundiais e cidade-região**

Na obra de Castells<sup>271</sup>, *Sociedade em Rede*, o autor busca esclarecer a dinâmica econômica e social da nova era mundial: a era da informação. O autor destaca que a economia global se caracteriza hoje pelo fluxo e troca quase instantâneos de informação, capital e comunicação cultural. Esses fluxos regulam e condicionam a um só tempo o consumo e a produção. As redes refletem culturas distintas, sendo que tanto elas, quanto seus tráfegos, em grande parte, estão fora das regulamentações nacionais. Nossa dependência em relação aos novos modos de fluxo informacional dá enorme poder de controle sobre nós, àqueles que estão na posição de controladores.

268 Este e o próximo parágrafo utilizam contribuições de Silva (2004), fazendo uma síntese de Krugman (1992).

269 Ver abordagem recente sobre a Nova Geografia Econômica, em Pontes e Salvador (2009).

270 Martin (1999).

271 Castells (1999).

Em outra obra Castells<sup>272</sup> destaca que a situação de espaço/território emergente atribui aos controladores, melhores condições de competir com vantagem na economia-mundo. Essa situação, apesar de continuar associada à posição que ocupa cada território, região ou lugar na divisão internacional do trabalho, não está mais baseada no nível de industrialização, nem na posição simplista urbano/rural, norte/sul ou centro/periferia, posto que se produzam movimentos de difusão industrial em todas as escalas, tanto ao norte como ao sul, tanto no centro como na periferia, internamente diversificados, e existem vários tipos de centros e periferias. Os espaços/territórios tornam-se emergentes pelo seu padrão de competitividade global e pela capacidade de cada âmbito em conectar-se aos principais fluxos e inserir-se nas redes.

Castells lembra que a divisão espacial do trabalho não tem como principal base as nações, como em períodos anteriores. Para ele, está construída em torno de quatro posições diferentes dos agentes econômicos no sistema-mundo: (i) produtores de alto valor, baseados em trabalho informacional; (ii) produtores de alto volume, baseados em baixos custos; (iii) produtores de produtos não transformados, baseados em recursos naturais, e (iv) produtores reduzidos aos trabalhos desvalorizados. O fato novo é que a nova divisão espacial do trabalho está estruturada entre agentes econômicos que operam em rede e os países são penetrados pelas quatro posições, com o que, mesmo as mais poderosas economias, têm segmentos marginais de sua população em trabalhos desvalorizados, em geral, imigrantes. É claro que a proporção é maior nos países/territórios pouco conectados nas redes globais<sup>273</sup>.

Assim, na economia sustentada no fluxo de informações, a disputa pelo capital internacional não se baseia mais unicamente na redução de custos e preços, mas é complementada por estratégias urbanas que buscam também maiores níveis de produtividade urbana. Esta depende de fatores como a conectividade, a inovação e a flexibilidade institucional, facilitando a inserção privilegiada, principalmente, das cidades-região no cenário global<sup>274</sup>.

Uma variação do enfoque de redes, da década de 1990, corresponde a uma linha de trabalho sobre o surgimento de redes de cidades e regiões que

272 Castells (1996).

273 Em obra recente, o autor, refere-se à possibilidade de ação dos movimentos sociais na internet, como uma forma de enfrentamento que gera esperança: Castells (2012). Na mesma linha de raciocínio, Massey (2008) propõe pensar o espaço como aberto, não estático, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, abrindo possibilidades para a política, como esfera de produção contínua e da reconfiguração do respeito à heterogeneidade e diversidade social, econômica e cultural.

274 O conceito de **cidade-região** refere-se às cidades com mais de um milhão de habitantes, que pela sua importância estratégica e por conformarem grandes aglomerados urbanos, assumem certo protagonismo na geração de renda, empregos, atração de empresas e de atividades econômicas para o seu desenvolvimento. Ver abordagem em: Klink (2001).

estariam conectadas entre si numa sociedade global baseada no fluxo de informações. Segundo este enfoque, se estaria presenciando um processo de globalização impulsionado pelos grandes avanços nas tecnologias de informação, telecomunicação e transporte, oportunizando fluxos de informações e conhecimentos possíveis de serem transferidos com muita facilidade para qualquer lugar do planeta, *on line* e sem grandes custos. Destaca-se o papel das grandes empresas no gerenciamento dos fluxos globais de informação, a partir de suas unidades produtivas localizadas em territórios diferentes, estimuladas pela desregulamentação dos mercados de capitais<sup>275</sup>.

Já autores, como Borja e Castells<sup>276</sup>, defendem o planejamento estratégico de cidades ou regiões, entendido como uma grande operação comunicacional, ou seja, um intenso processo de mobilização, quase situando cidades e regiões como uma mercadoria que é vendida através de campanhas de marketing.

### 3.7.6 O enfoque teórico sobre a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual

Entre os autores neomarxistas internacionais, é fundamental incluir um autor contemporâneo, David Harvey. A abordagem de Harvey, principalmente numa de suas obras, classifica-se entre os enfoques teóricos focados na dimensão espacial do desenvolvimento<sup>277</sup>. O autor elabora o que chama de Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Em suma, a abordagem teórica do autor, visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, principalmente, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios e regiões. Para Harvey, as assimetrias no desenvolvimento são fortemente influenciadas pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza, pela busca de redução do tempo de giro do capital e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (municipal, regional, estadual, nacional e internacional).

Pela sua concepção de desenvolvimento, fica claro que Harvey parte da matriz marxista, porém, dá um passo além, na tentativa de integrar à análise marxista à dimensão espacial. Ou seja, tenta espacializar a análise marxista, a partir de uma contribuição relevante ao estudo das relações entre ambiente territorial e organização social e humana, tendo como pano de fundo a acumulação do capital. Sua intencionalidade é a apresentação de uma teoria

275 Obras principais sobre o tema: Castells (1983); Sassen (1998); Scott et all. (2001).

276 Borja e Castells (1997).

277 Obra principal que enfoca a teoria: Harvey (2006a). Principais obras do autor, publicadas no Brasil: Harvey (2016; 2014; 2006a/b; 2005).

unificada, integrando à sua elaboração teórica, diferentes linhas de pensamento, tais sejam, a interpretação historicista, argumentos construtivistas, visões ambientalistas e explicações geopolíticas.

Na interpretação historicista, o desenvolvimento geográfico desigual é causado pela forma com que o desenvolvimento político-econômico dos países centrais penetra nos territórios, na economia, na política e na cultura dos países periféricos. Na abordagem construtivista, as desigualdades são decorrentes das práticas exploratórias, tais como, o chamado imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos. Já o desenvolvimento desigual dos países é explicado pela forma que alguns países exploram outros, fazendo com que as discrepâncias entre os países aumentem cada vez mais. A concepção ambientalista enfoca a questão do desenvolvimento desigual como resultado das adaptações humanas para as diferenciações ambientais dos países. Essas diversidades ambientais explicam o modo como são criadas as especializações territoriais, divisões do trabalho e as diversidades culturais regionais. Já a interpretação geopolítica vê as desigualdades regionais como consequência dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas (local, regional, nacional e global). A versão imperialista do argumento geopolítico mostra ainda a capacidade de alguns territórios de extrair excedentes do resto do mundo, reduzindo-os a uma divisão do trabalho subserviente aos interesses do poder hegemônico.

Assim, a teoria unificada desenvolvida por Harvey para a análise da dinâmica regional do território em geral é considerada importante, tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista teórico. Metodologicamente, destaca-se na forma como ele faz a apropriação e integração de contribuições teóricas que lhe antecederam num todo unificado. A contribuição teórica destaca-se por levar em consideração o tempo e o espaço em constante movimento, dando uma ampla visão sobre a lógica da interação entre um ambiente territorial, aqui incluído o sistema produtivo em sua interface ambiental, o sistema financeiro com suas conexões globais (extra-regional) e o sistema urbano, além das organizações sociais e políticas, propiciando uma visão geográfica do desenvolvimento territorial do capitalismo, mais realista<sup>278</sup>.

Por fim, sobre a tentativa de uma teoria unificada proposta por Harvey, destaca-se a intenção do autor em integrar as dimensões teóricas regionais, as teorias sociais temporais e as teorias sociais espaciais. Ou seja, se trataria de combinar quatro condicionalidades distintas quais sejam: (i) a inserção material

278 Harvey (2014) refere-se às conexões globais da acumulação financeira, em que o espaço urbano-regional se converte em ferramenta de reprodução estratégica, principalmente através do consumo do espaço via especulação imobiliária nos centros urbanos.

do processo de acumulação do capital na teia da vida sócio-ecológica; (ii) a acumulação do capital no espaço e no tempo; (iii) a acumulação via espoliação e; (iv) os conflitos nas diferentes escalas geográficas. Esses elementos, segundo Harvey, deveriam ser considerados, juntos, para a estruturação de uma teoria sobre o desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo.

Como abordagem similar, Neil Smith<sup>279</sup>, na obra *Desenvolvimento Desigual*, propõe-se analisar e mostrar o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo, com o objetivo de compreender o processo capitalista de produção do espaço a partir do recurso analítico das escalas com o intuito de espacializar a economia política, contribuindo para o estudo geográfico da questão do desenvolvimento desigual<sup>280</sup>.

Ambas são abordagens, de cunho marxista, que interpretam criticamente as formas de ocupação do espaço no capitalismo contemporâneo, seus impactos e perspectivas para o desenvolvimento de territórios e regiões.

### 3.7.7 O enfoque teórico sobre Economia Popular e Solidária

Trata-se de um enfoque que se popularizou no Brasil no final da década de 1990. Um dos teóricos brasileiros sobre o tema e um dos autores brasileiros é Paul Singer<sup>281</sup>. Para o autor, a economia popular solidária pode ser definida como um modo de produção cuja característica central é a igualdade de direitos, acrescida da autogestão. Na sua prática, os empreendimentos podem ser geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente, de forma democrática, cada um tendo direito a um voto.

Coraggio<sup>282</sup> propõe-se distinguir a existência de distintas correntes atualmente vigentes no campo de práticas da economia social e solidária. A primeira, que procura a reinserção por meio do trabalho, atuando no nível macroeconômico e focalizando a redução da pobreza. A segunda, promovendo a criação de um setor orgânico e problematizando a sustentabilidade e eficiência dos empreendimentos promovidos. A terceira corrente pensa e atua também no nível sistêmico, propondo a construção de outra economia.

A partir de 2003, vários projetos de economia popular e solidária têm sido desenvolvidos no Brasil, transformando-se em política de governo, principalmente na esfera federal. Apesar de críticas, fazendo referência a que, por vezes, as práticas de economia popular solidária tornam-se funcionais à

279 Smith (1988). Ver, também sobre o tema: Ribeiro Junior (2014).

280 Ver abordagem de Löwy (1998), sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

281 Obra principal: Singer (2002). Outras obras referenciais publicadas no Brasil: Singer e Souza (2003); Coraggio (1994); Kraychete (2000); Kraychete e Carvalho (2012); Azambuja (2009).

282 Coraggio (2013). Algumas publicações no Brasil fazem abordagens críticas: Gugliano e Locks (2013); Missio, Alves e Vieira (2007).

precarização das relações de trabalho, o setor passou a ser tratado como um circuito alternativo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços de setores populares urbanos e rurais.

### 3.7.8 Os enfoques teóricos sobre desenvolvimento econômico local e desenvolvimento endógeno

Frequentemente se associa o desenvolvimento endógeno com a capacidade de uma comunidade local para utilizar o potencial de desenvolvimento existente em um território e dar resposta aos desafios que se apresentam em um momento histórico determinado. Esta visão implica uma valorização positiva, frequentemente otimista, do papel que joga o potencial de desenvolvimento existente em todo tipo de território, permitindo às comunidades locais dar resposta produtiva adequada e satisfazer as necessidades da população<sup>283</sup>.

Vários autores têm se posicionado, referindo-se às políticas alternativas de desenvolvimento regional. Boisier<sup>284</sup> é um dos autores latino-americanos que tem uma extensa obra. Numa delas, faz uma análise dos resultados das políticas de desenvolvimento empreendidas na América Latina, afirmando: cinquenta anos de políticas públicas a favor do desenvolvimento territorial na América Latina tem produzido uma rica experiência para análises acadêmicas, no entanto, escassos resultados práticos mensurados em termos da redução da hiperconcentração demográfica e econômica no território, da redução das disparidades territoriais e no nível de vida das pessoas, da redução do acentuado centralismo institucional latino-americano que se expressa, ademais, através de organizações situadas em poucos focos de modernidade no território.

O mesmo autor, ao defender a construção do poder político local-regional, como condição necessária a uma maior participação democrática dos cidadãos no destino de seu entorno espacial, seja ele, o bairro, a cidade, a região, ou o território, faz uma afirmação interessante: não se mudam as coisas por voluntarismo, senão mediante o uso do poder. O poder político que toda a região deve acumular reconhece ser de duas fontes: (i) a descentralização, enquanto esta supõe a transferência de poder, e (ii) a concertação social, enquanto esta supõe uma verdadeira criação de poder (a união faz a força). No entanto, sem grandes ilusões, afirma o autor que o poder que se acumula na comunidade regional não é um poder para fazer uma revolução. Só é suficiente para modificações nos parâmetros do estilo de desenvolvimento, não nos parâmetros do sistema. Ressalta, ao mesmo tempo, as possibilidades e os desafios.

283 Algumas obras que têm feito tal abordagem: Vázquez-Barquero (1988; 2000; 2001; 2002); Albuquerque (2001a/b). Obra recente publicada no Brasil enfoca o desenvolvimento local e sua relação com a cidadania: Tenório (2008).

284 Principais obras do autor: Boisier (1996; 1997; 1988a; 1988b; 2006).

Com o mesmo foco analítico, outro autor Helmsing<sup>285</sup>, afirma que regiões centrais existentes foram seriamente afetadas pela reestruturação industrial. Ao mesmo tempo surgiram novas regiões de crescimento, conhecidas como distritos industriais, as quais têm competido exitosamente no comércio internacional. A especialização flexível e os distritos industriais redefiniram o marco de referência para as políticas regionais e deram origem à segunda geração de políticas regionais de industrialização.

Outro autor de referência que tem uma obra extensa é Vázquez-Barquero<sup>286</sup>. Numa de suas obras destaca fortalezas e debilidades das políticas de desenvolvimento local<sup>287</sup>. Como fortalezas, destaca as seguintes: (i) fortalecimento dos processos de ajuste produtivo – como resposta aos desafios da globalização, a dimensão local só tem duas opções, ou põe em prática uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos, ou programa uma estratégia de desenvolvimento econômico local, criando condições para o surgimento de iniciativas locais de solução dos problemas locais; (ii) melhoramento da produtividade e competitividade – políticas de desenvolvimento local, que se proponham a melhorar a eficiência da produção, a qualidade dos produtos e a acessibilidade dos mercados, são mais eficientes e possíveis de programar em áreas distantes dos fluxos econômicos hegemônicos; (iii) gestão do emprego e das inovações – ações centralizadas mostram-se incapazes de gerir adequadamente as mudanças tecnológicas e a geração de emprego, exigindo a intervenção local nos processos produtivos aumentando a flexibilidade das organizações, a difusão das inovações, a qualidade dos recursos produtivos e dos recursos humanos; (iv) utilização do potencial de desenvolvimento do território – estratégias locais são mais eficazes para potencializar os recursos que permanecem inutilizados ou subutilizados no território; (v) impulso ao controle local do desenvolvimento - as políticas de desenvolvimento local estimulam a participação da sociedade local nos processos de desenvolvimento, e (vi) dinamização dos processos de descentralização – a descentralização e a política de desenvolvimento local são fenômenos que têm mostrado fortes sinergias nos processos de reorganização da economia e do Estado.

Quanto às limitações, o mesmo autor destaca: (i) inexistência de um marco legal adequado - referindo-se à experiência europeia o autor afirma que nem sempre o Estado tem aceitado a política de desenvolvimento local – o que também ocorre de forma muito mais acentuada no Brasil –, sendo fundamental para sua efetivação; (ii) reduzida autonomia para a ação local - a

285 Helmsing (1999).

286 Outras obras do autor: Vázquez-Barquero, (1996; 1991; 1999; 1993; 2005).

287 Conf. Vázquez-Barquero (2000).

falta da institucionalização da autonomia local, ou uma forma de regulação que institucionalize o desenvolvimento local, reduz a autonomia local para a ação; (iii) insuficiência de recursos humanos adequados para a gestão local - frequentemente, os dirigentes e os recursos humanos locais, carecem da qualificação necessária para gerir as agências e instrumentos de desenvolvimento local; (iv) falta de massas críticas nas unidades territoriais – carência de centros de empresas, institutos tecnológicos e centros de formação, demandados para a qualificação dos serviços e produtos, eficazes e eficientes para atingir a escala necessária ao padrão de competição exigido pelo mercado nacional e internacional; (v) insuficiente coordenação entre os agentes – coordenação capaz de identificar, potencializar e gerir as potencialidades locais, e (vi) repartição do poder nos níveis administrativos – a estratégia de desenvolvimento endógeno se apoia em novas formas de organização do Estado, favorecendo uma maior participação, uma maior capacidade financeira, aos níveis locais de governo, o que nem sempre ocorre.

A pergunta que pode ser feita é: são as políticas de desenvolvimento localizadas capazes de influir sobre padrões estruturais e reduzir desigualdades regionais?

Apesar das importantes contribuições de autores, apontando as oportunidades de se pensar políticas de desenvolvimento locais e/ou regionais, outros fazem análises críticas. Brandão<sup>288</sup> afirma que a maioria das abordagens regionalistas padece de um localismo exagerado. Por fim, apesar do poder e autonomia atribuído à escala territorial, é necessário lembrar que regiões e territórios estão inseridos num mundo globalizado, em que a multiesclalaridade dos processos é uma realidade, assim, se apresentando diferentes desafios para as políticas de desenvolvimento local e regional<sup>289</sup>.

### **3.8 Enfoques sistêmicos sobre desenvolvimento territorializado e a relação sociedade, economia, meio ambiente**

As abordagens que adiante são mencionadas, não necessariamente são tratadas como teorias do desenvolvimento, no entanto, pelo seu caráter de vanguarda e por fazerem referência aos impactos no desenvolvimento de países, regiões ou territórios, são aqui mencionadas de forma sintética. Trata-se, em geral, de abordagens que têm um caráter sistêmico. São destacadas seis abordagens: Ecomarxismo, Ecofeminismo, Decolonialidade,

288 Brandão (2004).

289 Vários autores, recentemente, tem chamado a atenção para este fato. Por exemplo: Fernandez; Dallabrida (2008); Brandão (2007); Dallabrida e Fernandez (2008).

## Pós-Desenvolvimento, Economia Circular e enfoques sistêmicos sobre Sistemas Agroalimentares e Agroflorestais<sup>290</sup>.

### 3.8.1 O Ecomarxismo

A vertente ecomarxista é a que entende ser necessário reconceituar categorias analíticas do marxismo de modo a dar conta da questão ambiental no capitalismo<sup>291</sup>. Refere-se, em especial, à tendência do sistema de produção capitalista de devorar, dispor e degradar a natureza ao ponto de ameaçar as condições materiais básicas da reprodução humana, em virtude de que, nos seus diferentes momentos da transformação - extração, refinamento, distribuição e uso -, o setor produtivo provoca diferentes formas de exaustão de recursos e poluição. Trata-se, em síntese, da referência à apropriação autodestrutiva do espaço e da natureza exterior, ou seja, do meio ambiente, por parte do capitalismo. O Ecomarxismo defende a superação de tais situações.

### 3.8.2 O Ecofeminismo

O movimento ecofeminista sustenta-se na defesa do meio ambiente como parte essencial do movimento feminista, na perspectiva de contribuir na sustentabilidade ambiental das comunidades, nas dimensões social, econômica e dos componentes naturais. O termo ecofeminismo surge na França na década de 1970, com a fundação do movimento Ecologia e Feminismo. A relação entre ciência, mulher e natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista, destacando semelhanças entre feminismo e ecologia, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico, a partir de uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação<sup>292</sup>.

Os princípios gerais do ecofeminismo são assim descritos: (i) do ponto de vista econômico, haveria uma semelhança entre a forma como o pensamento ocidental vê as mulheres e a natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da natureza se originariam da mesma lógica, o interesse na redução de custos e acumulação de capital; (ii) o entendimento de que a sociedade sem a exploração da natureza seria condição necessária para a libertação da mulher; (iii) a argumentação de que as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico não têm sido neutras do ponto de vista de gênero e ambiental,

290 Em publicação recente - Dallabrida, Covas e Covas (2017) -, são apresentados outros enfoques teóricos contemporâneos, relacionando inovação e desenvolvimento.

291 Referências básicas: O'Connor (1998; 2000); Montmeller-Filho (1999; 2000).

292 Referências básicas: Sorg (1992); Siliprandi (2000). Ver também abordagem sobre Ecovilas: Cunha (2010).

tendo assim apresentado, historicamente, uma tendência à exclusão da mulher das áreas do conhecimento, logo, não se contemplando sua visão de mundo<sup>293</sup>.

Já Vandana Shiva<sup>294</sup> avançou nas discussões, demonstrando por estudos realizados na Índia, como a violência contra as mulheres e a natureza tinha origem em bases materiais. Assim, as formas de dominação sobre os povos, por meio das quais se orientavam os programas de desenvolvimento com destruição da natureza, teria como consequência a deterioração das condições de sobrevivência das mulheres, por exemplo, por meio da extinção das fontes de água, alimentos e biodiversidade.

### 3.8.3 A perspectiva da Decolonialidade

O debate sobre decolonialidade, em síntese, trata-se de uma perspectiva teórica que reivindica a urgência do diálogo técnico-científico, cultural e político a partir dos países do Sul, envolvendo o debate sobre as distintas esferas culturais, bem como, da ação descolonizadora das subalternidades, mediante a ênfase nas experiências singulares, na tradução e na articulação das diferenças, em torno de projetos plurais de reconhecimento de sujeitos e suas vozes, para a ampliação do universal como diversidade<sup>295</sup>.

Um dos propósitos da perspectiva teórica da decolonialidade é a rejeição do discurso eurocêntrico. Bragato<sup>296</sup> faz uma crítica ao eurocentrismo, tomando por base o conceito de transmodernidade de Dussel<sup>297</sup> e de geopolítica do conhecimento de Mignolo<sup>298</sup>, afirmando que essa concepção filosófico-antropológica, ou esse discurso, salienta uma ideia de ser humano próprio do ideário moderno-burguês, porém, encobre como a construção do sujeito racional permitiu a produção dos seres humanos historicamente explorados e que hoje representam os sujeitos e os grupos oprimidos e vulneráveis no contexto de sociedades culturalmente plurais.

O conceito de *transmodernidade* de Dussel pretende evidenciar que a modernidade não é um fenômeno meramente intraeuropeu, mas constituído

293 Conf.: Siprandi (2000).

294 Shiva (1991).

295 Conf.: Ribeiro (2014). Já o termo diversidade é utilizado para se referir a um discurso e proposta prática anti-imperialista, diferente de verdades ou posturas técnico-científicas impostas ao resto do mundo pela persuasão ou pela força, em nome do progresso ou da civilização. É um termo utilizado por posturas epistemológicas contrárias ao eurocentrismo, favoráveis ao respeito às múltiplas particularidades locais, regionais ou territoriais, em geral, na perspectiva de novas epistemologias do Sul (SANTOS e MENESES, 2013).

296 Bragato (2014).

297 Dussel (2005).

298 Mignolo (2004).

pela sua face oculta, a colonialidade, em que, segundo Boaventura Santos<sup>299</sup>, se desenvolveu o mundo periférico colonial do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da criança e da cultura popular alienada, ou, em outras palavras, das vítimas irracionais da modernidade, que contradizem o seu próprio ideal racional. Já a o que Mignolo chama de *geopolítica do conhecimento*, refere-se ao fato de que a expansão colonial europeia não provocou apenas a expansão global de seu domínio econômico e político, mas das concepções epistemológicas em todas as suas vertentes, desde a concepção de razão instrumental, até as teorias políticas de governo. Além disso, enfatiza a ideia de eurocentrismo como uma espécie de conhecimento que afirma a universalidade da experiência histórica local da Europa e que se baseia no pressuposto de que esta ocupa uma posição superior em relação às outras culturas. A partir dessa perspectiva, a Modernidade seria o signo da superioridade europeia, com suas modernas concepções epistemológicas, antropológicas, políticas e históricas, que priorizam, respectivamente, as ideias de conhecimento científico, racionalismo, liberalismo e progresso. Eurocêntricas são, portanto, aquelas concepções que afirmam a universalidade desses modelos e ignoram outras formas de conhecimento, ou excluem a possibilidade de coexistência com outros tipos de conhecimento<sup>300</sup>.

Contribuindo no debate sobre decolonialidade, Quijano<sup>301</sup>, a partir das reflexões sobre a teoria da dependência, concluiu que as relações de dependência entre centro e periferia não se limitavam apenas ao âmbito econômico e político, mas se reproduziam também na construção do conhecimento. Com isso, o próprio conhecimento seria passível de ser instrumento de colonização. Assim, a colonialidade é uma característica do poder exercido nas relações de dominação colonial da modernidade e nisso se diferencia do colonialismo em si, que é um processo de poder. A colonialidade é uma característica que provém deste processo e que ainda permanece sob diversas formas de neocolonialismo global ou colonialismos internos<sup>302</sup>.

Já Balestrin<sup>303</sup> apresenta o enfoque teórico sobre pós-colonialismo, o qual parte de dois entendimentos. O primeiro, como tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado Terceiro Mundo, a partir da metade do Século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo, especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos

299 Santos (2007).

300 Resumo feito com base em Bragoto (2014).

301 Quijano (2005).

302 Resumo feito com base em Bragoto (2014).

303 Balestrin (2013).

estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Costa<sup>304</sup> afirma que o pós-colonialismo compartilha, em meio às suas diferentes perspectivas, do caráter discursivo do social, do descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, do método da desconstrução dos essencialismos e da proposta de uma epistemologia crítica, as concepções dominantes de modernidade. Para Mignolo<sup>305</sup>, a pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geo-históricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. Outra abordagem sobre decolonialidade é feita ressaltando as diferenças e desigualdades entre povos a partir da ideia de raça<sup>306</sup>.

### 3.8.4 A perspectiva do Pós-Desenvolvimento

Dois autores são referenciais na introdução do debate sobre o chamado pós-desenvolvimento: Ferguson e Escobar. A abordagem teórica do pós-desenvolvimento é influenciada pela tradição dos estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas. Não se trata de um programa unitário e homogêneo de pensamento. Como movimento intelectual, o que aproxima autores é a crítica variada do modelo de desenvolvimento planejado, que efetivou transformações sociais radicais nos diferentes países do mundo, desde meados do Século XX. Em síntese, trata-se de uma crítica à concepção de desenvolvimento ancorada no mito do progresso e na concepção linear de história do pensamento ocidental<sup>307</sup>.

Escobar argumenta, perante a inadequação do conceito desenvolvimento, sobre a necessidade de uma transição paradigmática onde é essencial formular uma concepção que traduza o pensamento e a prática sobre as possibilidades de construção de formas alternativas de gerir a mudança social. Afirma o autor que o desenvolvimento foi e continua sendo, em grande parte, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica<sup>308</sup> e tecnocrática, que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser traduzidas em gráficos de progresso<sup>309</sup>.

304 Conf.: Costa (2006).

305 Mignolo (2003).

306 Costa e Grosfoguel (2016).

307 Conf.: Radomski (2011).

308 Autores, que fazem uma crítica à concepção etnocêntrica de desenvolvimento, apresentam a visão do Etnodesenvolvimento, como uma concepção de desenvolvimento que considera as perspectivas de mundo e interesses das populações tradicionais, como os indígenas, por exemplo. Sobre esses enfoques, ver: Stavenhagen (1985) e Verdum (2006).

309 Conf.: Escobar (1995).

Ferguson, se debate sobre duas visões teóricas hegemônicas na década de 1990, a da modernização e o neomarxismo dependentista. Diante disso, o autor procura mostrar as lacunas sobre o que o desenvolvimento deixa de fazer, portanto, se aproximando das críticas feitas pela visão marxista. Para Ferguson, o desenvolvimento, em última instância, funciona como uma máquina antipolítica, cujos resultados que, a princípio, parecem meros efeitos colaterais de uma tentativa mal sucedida para engendrar uma transformação econômica, tornam legíveis outras perspectivas, não intencionadas, ainda que instrumentais, tendo o efeito de expandir o exercício de um particular poder do Estado, enquanto exerce um efeito despolitizante poderoso<sup>310</sup>.

Radomsky<sup>311</sup>, ao se referir à perspectiva teórica do pós-desenvolvimento, afirma que tal enfoque está sustentado em dois argumentos contraditórios e relacionados. De um lado, a desconstrução do desenvolvimento adquire força ao descentrar o viés eurocêntrico sob o qual está erigida a teoria social, o que introduz uma geopolítica da epistemologia e uma virada político-interpretativa para as contribuições que se orientam pela noção geral de descolonização. De outro, como a contracritica ao pós-desenvolvimento sugere, ao problematizar o lugar da enunciação e ao interpretar o desenvolvimento como uma máquina, a perspectiva parece não encontrar ecos no mesmo momento que nega a sedução das narrativas, a agência efetiva dos que vivem as políticas e os programas e os desejos articulados a ambos. O autor procura evidenciar as ambiguidades presentes no enfoque do pós-desenvolvimento, do que seria a transformação do desenvolvimento como narrativa generalizante, associada à modernidade, colonialidade e globalização, para uma abertura em direção a processos locais, diferenciados, heterogêneos e endógenos, quicá autônomos, de desenvolvimento.

Ou seja, trata-se de considerar a validade da crítica do pós-desenvolvimentista à concepção tradicional de desenvolvimento e avaliar sua capacidade explicativa para propor novas alternativas e práticas, viáveis, que contemplem as diferentes perspectivas – sociais, étnicas, culturais, ambientais e econômicas –, presentes no local, na região, no território.

### 3.8.5 O enfoque sobre Economia Circular

A preocupação com a preservação e regeneração dos ecossistemas tem motivado surgir o enfoque sobre economia circular. O propósito principal é transformar o sistema socioeconômico atual, no sentido de que os nutrientes biológicos e técnicos que compõem a riqueza sejam reciclados e revalorizados

310 Conf.: Ferguson (1990).

311 Radomsky (2011).

ao longo do processo produtivo, de uma forma sustentável. Trata-se de um novo padrão econômico, que se preocupa em dispor, reutilizar ou remanufaturar adequadamente os materiais e componentes de um produto, desde sua fase de projeto, fabricação, transporte e comercialização.

O debate sobre economia circular tem sido articulado mundialmente pela Ellen MacArthur Foundation (EMF), constituída em 2010, com o objetivo de acelerar a transição para a economia circular<sup>312</sup>. Desde sua criação, contribuiu para inserir a economia circular na agenda de tomadores de decisão no mundo dos negócios, governo e academia. O trabalho da organização se concentra em quatro áreas interconectadas: (i) Educação – inspirar os aprendizes a repensar o futuro por meio da estrutura da economia circular; (ii) Empresas e governos – catalisar a inovação circular e criar as condições para que ela prospere; (iii) Insight e análises – fornecer evidências robustas dos benefícios da transição; (iv) Comunicação – divulgar a economia circular para um público global.

O enfoque sobre economia circular parte do pressuposto que, para satisfazer suas necessidades, a humanidade se apropriou dos recursos naturais e os transformou em bens e serviços. Mesmo que os processos de produção tenham evoluído, a nossa economia ainda se caracteriza fundamentalmente como o modelo linear “extração-uso-descarte”. Os recursos naturais são extraídos, beneficiados e transformados em produtos, que são comercializados e utilizados, e ao final do processo são descartados como resíduo. O alto consumo e a degradação do sistema ambiental são consequências desse modelo linear da economia. Para contribuir na superação da linearidade, a economia circular busca a circularidade no uso de materiais e energia de forma intencional, iniciando no projeto dos produtos<sup>313</sup>.

Segundo a EMF, são três os princípios em que a economia circular fundamenta-se. O primeiro princípio é preservar e aumentar o capital natural, com o controle dos estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis. Quando o sistema circular utiliza os recursos, o faz com sensatez e, procura escolher tecnologias e processos que utilizam recursos renováveis ou apresentam melhor desempenho. Uma economia circular também aumenta o capital natural ao estimular os fluxos de nutrientes no sistema e criando as condições necessárias para a regeneração. O segundo princípio é otimizar a produção de recursos, fazendo circular produtos, materiais e componentes no mais alto nível de utilidade o tempo todo, tanto no ciclo biológico quanto no técnico. Outra estratégia é a remanufatura, reciclagem e reforma dos materiais e componentes, para que esses continuem circulando e contribuindo para a economia. O terceiro princípio é fomentar a eficácia do sistema, revelando as externalidades negativas e excluindo-as dos projetos, através da redução de danos a produtos e serviços

312 A primeira publicação da EMF ocorreu em 2012, com traduções posteriores para outros países. No Brasil, o documento básico foi publicado em 2015 (EMF, 2015).

313 EMF (2015).

de que os seres humanos precisam, como alimentos, mobilidade, habitação, educação, saúde e entretenimento, e a gestão do uso da terra, ar, água e poluição sonora, liberação de substâncias tóxicas e mudança climática<sup>314</sup>.

Segundo a EMF, com a aplicação dos princípios da economia circular nos processos produtivos, os benefícios para a economia são: (i) a redução de custo com matéria-prima; (ii) a redução de riscos na volatilidade e suprimento de materiais no mercado; (iii) a criação de oportunidades de novos negócios e crescimento nos setores primário, secundário e terciário; (iv) a redução das externalidades e (v) o estabelecimento de sistemas econômicos mais resilientes. Para as empresas, os benefícios são o potencial de lucro em novos negócios, novas formas de relacionamento com os clientes, oportunidades em novos modelos de negócios, novas oportunidades de financiamento, criação de resiliência e vantagens competitivas, redução dos custos e riscos com matérias primas, ganhos diretos em recuperação, reciclagem dos materiais descartados, redução da complexidade dos produtos e ciclos de vida mais gerenciáveis, além do estímulo à inovação e *ecodesign*, este como o processo que contempla os aspectos ambientais onde o objetivo principal é projetar ambientes, desenvolver produtos e executar serviços que de alguma maneira irão reduzir o uso dos recursos não renováveis ou ainda minimizar o impacto ambiental dos mesmos durante seu ciclo de vida. Já para os consumidores, os benefícios são a melhoria da qualidade dos produtos, a redução da obsolescência programada, além de maiores possibilidade de escolha e benefícios secundários, por exemplo, novas funções dos produtos<sup>315</sup>.

Um estudo recente<sup>316</sup> se propôs a apresentar uma visão inicial de atividades de economia circular já existente no Brasil e identificar possíveis oportunidades de dar escala às mesmas. Outra publicação<sup>317</sup> busca analisar como se dá a aplicação dos instrumentos existentes na legislação brasileira, particularmente na Lei de Resíduos Sólidos, dentro do tema da Logística Reversa. Essas duas publicações, dentre outras, dão uma ideia da extensão do caminho a percorrer na aplicação dos princípios da economia circular no Brasil.

### 3.8.6 Os enfoques sobre Sistemas Agroflorestais e Agroalimentares

Entre os enfoques teóricos sobre desenvolvimento territorializado, destacam-se mais dois: (i) sobre Sistemas Agroflorestais e (ii) Sistemas Agroalimentares.

314 EMF (2015).

315 Conf. EMF (2015). No site <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/publicacoes>>, pode ser acessada uma série de publicações sobre o tema economia circular.

316 CE100 Brasil (2017).

317 Azevedo (2015).

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) referem-se a concentrações de atividades produtivas caracterizadas pelo uso de plantas arbóreas, arbustivas e herbáceas, consorciadas com espécies agrícolas ou forrageiras, com ou sem a presença animal, mas obrigatoriamente associadas às espécies florestais, integradas territorialmente, gerando usos múltiplos do solo e, ao mesmo tempo, novas alternativas de trabalho e renda. Nos dois casos, o setor de serviços pode estar, ou não, integrado, por exemplo, com atividades relacionadas ao turismo (rural, histórico, ou ambiental), à gastronomia e hotelaria, além de empresas de consultoria ambiental, empresas de turismo ou de administração de serviços ambientais<sup>318</sup>.

Entre os benefícios ambientais dos sistemas agroflorestais, destacam-se: (i) o fornecimento de *habitat* para espécies da fauna e flora; (ii) oportunizar alternativa mais produtiva e sustentável aos sistemas convencionais de exploração dos recursos naturais; (iii) constituir corredores ecológicos, trampolins ou zonas de amortecimento, favorecendo a conservação de espécies sensíveis da flora e fauna; (iv) fornecer serviços ecossistêmicos como sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar, da água e do solo, além da conservação da biodiversidade<sup>319</sup>. Nesta mesma linha de argumentação, para Altieri e Nicholls<sup>320</sup>, os SAFs aumentam a multifuncionalidade da agricultura em muitas comunidades, contribuindo não só para a soberania alimentar e produtiva de milhares de famílias, mas também para a economia comunitária e a proteção da biodiversidade. Esses sistemas têm demonstrado resiliência a eventos climáticos extremos, além de que a propagação de SAFs de base agroecológica pode ter impacto positivo na subsistência, resiliência e soberania das comunidades agrícolas. O sucesso vai depender do uso de um conjunto de práticas que, além da diversificação de produtos, favoreçam o melhor uso dos recursos locais e valorizem o capital humano por meio de capacitações.

Já os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) referem-se a concentrações de produtores rurais e pequenas empresas de transformação alimentar ou de serviços, ancoradas territorialmente, tendo por base os ativos e recursos específicos de um território, cuja dinâmica de integração seja sustentada em parcerias entre atores públicos e privados.

O conceito de SIAL foi introduzido para ressaltar a capacidade de algumas comunidades de produtores agroalimentares na valorização dos recursos locais e o desenvolvimento de inovações resultantes das interações entre produtores, instituições locais e consumidores. O enfoque sobre SIAL, desde

318 May e Trovatto (2008); Altieri e Nicholls (2011).

319 Nair (2007).

320 Altieri e Nicholls (2011). Ver também sobre o tema: May e Trovatto (2008); Radomski, Lacerda e Lellermann (2014).

o início, foi considerado um instrumento de análise, ao estudar os processos de ancoragem territorial da produção agrícola e alimentar, considerando as especificidades dos territórios. Trata-se de processos em que as organizações socioeconômicas territoriais intervêm nos processos de produção, nos modos de valorização de recursos e também na construção de valor simbólico dos produtos e na valorização das representações dos consumidores<sup>321</sup>.

Nas abordagens teóricas sobre SIAL, alguns autores destacam mais a ideia de criar um instrumento de desenvolvimento territorial baseado na identificação e a ativação dos recursos específicos de um território. Outros dão destaque à articulação do setor produtivo com a dinâmica territorial do desenvolvimento, originando um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos (naturais e humanos) específicos do território, desde o ponto de vista da sustentabilidade<sup>322</sup>.

Ambos os enfoques - sistemas agroflorestais e agroalimentares - têm em comum a opção por uma abordagem sistêmica da relação entre os sistemas produtivos. Por outro lado, também, dialoga com a abordagem territorial do desenvolvimento, tema a ser tratado no próximo capítulo.

321 Muchnik y Sautier (1998).

322 Fournier e Muchnik (2012). Ver também sobre o tema: Courlet (2002); Muchnik et al. (2008); Grass-Ramírez, Cervantes-Escoto e Palacios-Rangel (2016).

**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**

## 4. ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: debates, desafios, incongruências e uma proposta

Não se tem a pretensão aqui esgotar o tema, pois, se trata de um livro que tem, em especial, um caráter didático-pedagógico, no sentido de apresentar resumidamente as diferentes aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de territórios, regiões e países. Ou seja, trata-se de uma publicação que pretende apontar pistas, aos estudantes e professores não especialistas, incluindo os que pretendem revisar e/ou aprofundar seus conhecimentos sobre as teorias do desenvolvimento.

Assim, atendendo ao propósito do livro, pretende-se estruturar este quarto capítulo em três partes: (i) inicia-se, pela breve apresentação da origem e os principais debates recentes em torno da abordagem territorial do desenvolvimento; (ii) na sequência, aponta-se o que se considera alguns desafios e incongruências; (iii) finaliza-se, apresentando uma proposta de abordagem, tendo o território e seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método.

### 4.1 Pontos de partida sobre a abordagem territorial do desenvolvimento e os debates presentes na academia

Um dos pontos de partida mais relevantes para a discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, deriva dos debates teóricos que ocorreram nas últimas décadas do Século XX, principalmente na Europa, trazidos para o Brasil por pesquisadores a partir dos anos 1990, que tinham como foco as transformações recentes do meio rural e das relações deste com o meio urbano. Esse destaque é revelado pela profusão de publicações sobre o tema que iniciam nesse período e ainda hoje é percebido.

Segundo esta perspectiva, para autores como Kayser<sup>323</sup>, o rural passaria a ser visto como modo particular de utilização do espaço e lugar de vida social. Ou seja, o meio rural passa a ser visto não apenas como lugar de produção, mas como lugar onde se vive, com suas particularidades e referência identitária, além de lugar onde se vê e se vive o mundo, no exercício da cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade. Esta concepção sobre o rural se

contrapõe às projeções reducionistas, que visualizavam o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas, sendo que a agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. Ou seja, revela-se a compreensão de que o agricultor moderno, em especial nos países europeus, guardaria laços profundos, de ordem simbólica, com a tradição camponesa de seus antepassados<sup>324</sup>.

A partir de concepções dessa natureza, as novas discussões sobre o rural e o urbano, contribuíram decisivamente para a introdução da temática territorial no debate sobre desenvolvimento, o que é demonstrado por um grande número de publicações<sup>325</sup>. Isso resultou na emergência e na definição de políticas públicas e um discurso de revalorização do meio rural, que antes era negligenciado nas ações de desenvolvimento, basicamente voltadas para a estruturação dos espaços urbanos.

Esta revalorização, segundo Sandro Silva<sup>326</sup>, se deu com base em dois importantes postulados: (i) a referência ao reconhecimento do caráter multifuncional na relação agricultura familiar e território, sobre o qual o meio rural deixa de ser entendido somente por suas características produtivas e passa a ser valorizado também por seus aspectos sociais, culturais e ambientais; (ii) um posicionamento contrário à dicotomia rural-urbano, que negligenciava as relações sociais desenvolvidas na prática, em decorrência dos diversos mecanismos de integração entre esses espaços.

Assim sendo, considerar o território como o espaço da ação humana é fundamental, pois, no planejamento e execução, ele permite: (i) definir áreas ou regiões de intervenção com base em indicadores sociais, geográficos ou outros critérios técnicos, de acordo com a natureza e o objetivo de cada política específica; (ii) diminuir significativamente o número de interlocutores a que o órgão central responsável tem de se remeter para a implementação das ações; (iii) obter diagnósticos mais precisos sobre a infraestrutura e os recursos humanos necessários para a otimização da política; (iv) mapear grupos sociais

324 Conf.: Wanderley (2000).

325 Nas discussões sobre o rural e o urbano, revalorização do rural no debate sobre desenvolvimento, em especial sobre a multifuncionalidade e/ou pluriatividade da agricultura, aportes teóricos que sustentam a abordagem territorial rural e desafios, algumas referências: Evans e Ilbery (1993); Ilbery (1998); Cazella e Roux (1999); Leite (2001); Schneider (2000; 2004; 2014); Schejtman e Berdegué (2004); Carrière e Cazella (2006); Favareto (2007); Bonal, Cazella e Maluf (2008); Kageyama (2008); Cazella e Bonnal e Maluf (2009); Wanderley (2009); Ploeg (2009); Rambo e Filipi (2010); Vieira, Cazella, Cerdan e Carrière (2010); Favareto (2010); Schneider e Gazolla (2011); Delgado e Grisa (2014); Niederle (2014); Triches e Schneider (2015). Dois autores brasileiros se destacaram no aprofundamento deste debate: Abramovay (2007; 2010) e Veiga (2002). Já Saquet (2011; 2015) apresenta uma acepção sobre abordagem territorial, a partir do ponto de vista da Geografia. Radomski, Conterato e Schneider (2015), em uma coletânea, incluem textos de vários autores, abordando técnicas, bases de dados e estatísticas aplicadas aos estudos rurais.

326 Conf.: Silva (2013a).

e forças políticas que estão presentes em cada configuração territorial com potencial para contribuir na execução da política; e (v) permitir a construção de arranjos institucionais que propiciem mais conectividade e articulação com outras ações (públicas e privadas) que também incidam sobre tais territórios<sup>327</sup>.

No entanto, nas iniciativas de introdução da perspectiva territorial em algumas políticas de desenvolvimento, no Brasil, foi essencial um processo de descentralização política, que teve suas origens nos preceitos inseridos na Constituição Brasileira de 1988, que resultou na atribuição de maior importância administrativa aos âmbitos municipais e estaduais na execução das políticas públicas, além da introdução de mecanismos de participação social na definição das ações governamentais, nas diferentes esferas administrativas.

Portanto, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Assim, segundo Schneider e Tartaruga<sup>328</sup>, há pelo menos duas razões a serem consideradas para se compreender por que o recurso às abordagens territoriais se tornou uma referência recorrente para a interpretação de processos e, ao mesmo tempo, uma ferramenta para a intervenção. A primeira, o interesse crescente pelos enfoques e abordagens territoriais, tem uma relação com a profusão da literatura que interpreta o contexto do final do Século XX, de transformações socioeconômicas resultantes do esgotamento do modelo fordista de produção e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, que Piore e Sabel<sup>329</sup> chamaram de acumulação flexível, entendida como um novo modelo de organização dos processos produtivos, baseado na descentralização das plantas industriais e na maior flexibilização. A segunda, que a abordagem territorial estaria relacionada aos aspectos políticos e institucionais que derivam, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação, ou seja, sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada<sup>330</sup>. Assim, ganham destaque iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil<sup>331</sup>.

Ainda, é importante salientar que, do ponto de vista da Geografia e da Economia a introdução da perspectiva territorial nos debates sobre desenvolvimento localizado, provêm de estudos realizados por geógrafos e economistas italianos, sobre os distritos marshallianos do centro e norte da Itália, a partir de meados da década de 1980<sup>332</sup>.

327 Conf. Silva (2013b). Tais arranjos institucionais, no debate sobre governança territorial, que adiante repassaremos, podem ser considerados estruturas de governança.

328 Conf.: Schneider e Tartaruga (2004).

329 Piore e Sabel (1984; 1993). Seguem-se a essa publicação, outras, de autores italianos e franceses: por exemplo, Bagnasco (1977; 1988); Coulert & Pecqueur (1994); Coulert (2001; 2008).

330 Conf.: Schneider e Tartaruga (2004).

331 Tais argumentações se aproximam das razões de se falar em governança territorial, tema adiante tratado.

332 Esta temática será aprofundada na sequência do texto.

## 4.2 As incongruências e desafios sobre a abordagem territorial do desenvolvimento

Faz-se aqui uma abordagem sintética, restringindo-se a apontar apenas alguns aspectos. Isso, pois, há uma extensa literatura no Brasil, que já fez avaliações e análises das políticas públicas que se propuseram assumir a abordagem territorial. Tais abordagens não estão apenas em artigos e livros, dezenas de dissertações e teses foram elaboradas nas últimas décadas, avaliando experiências, as quais estão disponíveis nos sites de Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) de várias universidades brasileiras<sup>333</sup>.

Vieira e outros<sup>334</sup>, ao proporem-se apresentar subsídios para uma política de fomento ao desenvolvimento territorial sustentável, reúnem textos de vários autores, nacionais e internacionais, referenciais no tema. Alguns destes textos têm um caráter de avaliação crítica de experiências brasileiras, apontando, dentre outros, os seguintes desafios: (i) a permanência ainda de relações de patronagem e clientelismo no meio rural; (ii) a necessidade de aprimoramento de mecanismos de mediação de conflitos centrados não no consenso, mas na formação de compromissos que induzam a reajustamentos identitários e à adoção de práticas renovadas; (iii) a necessidade de um novo sistema de governança no meio rural; (iv) a falta de uma política de desenvolvimento para o meio rural, baseada nas capacidades de aprendizagem dos agricultores familiares.

Estudos já realizados apontam a persistência de vários entraves para a consolidação e institucionalização da abordagem territorial no Brasil, em especial nas políticas de desenvolvimento rural, apontando: (i) dificuldades em estabelecer programas intersetoriais inovadores; (ii) falta de um marco jurídico mais favorável para o desenvolvimento de programas territoriais de desenvolvimento, onde o território e seus respectivos fóruns deliberativos ganhem maior legitimidade; (iii) a necessidade de ações diferenciadas para o empoderamento de grupos sociais invisibilizados, dada a estrutura de desigualdade social no interior dos territórios brasileiros; (iv) os mecanismos de financiamento ainda são inadequados para darem suporte a projetos territoriais estratégicos; (v) o desprezo de temas importantes para o desenvolvimento territorial e que, a princípio, geram sérios conflitos de interesse. Esses entraves apontam que a temática territorial ainda não alcançou um nível de prioridade suficiente no campo da decisão política no país, embora apareça cada vez mais como diretriz dos programas governamentais. Com isso, a retórica discursiva presente

333 Dentre as obras que fazem avaliação das políticas públicas brasileiras rurais, com abordagem territorial, destaca-se: Silva (2012); Grisa e Schneider (2015).

334 Vieira et al. (2010).

nos documentos oficiais não foi acompanhada no mesmo ritmo por inovações normativas que a legitimem<sup>335</sup>.

Schneider e Tartaruga<sup>336</sup> também apontam restrições e limites em relação à prática de políticas de cunho territorial: (i) a questão das imposições externas aos territórios, sejam de caráter jurídico, político, econômico ou social, como as exigências que se fazem presentes em diferentes escalas, sendo um exemplo, as exigências das diferentes instâncias governamentais; (ii) um segundo obstáculo para o desenvolvimento territorial é a questão da participação social de parte das organizações representativas locais; (iii) por fim, a dificuldade de lidar com os conflitos, inerentes aos processos de interação entre indivíduos e grupos sociais, o que pressupõe divergências em relação ao acesso dos recursos e embates nos processos decisórios.

Outro desafio é a forte tendência de que tanto as políticas públicas quanto os arranjos institucionais promovidos por elas continuarem sendo orientados por parâmetros puramente setoriais, a ponto de Tânia Bacelar<sup>337</sup> afirmar que o viés setorial está muito impregnado na estrutura social brasileira e se reflete tanto nos diferentes níveis de governo, como nas formas de organização da sociedade civil, o que a autora considera uma verdadeira camisa de força, difícil de superar na construção do desenvolvimento territorial. Complementa Carlos Vainer<sup>338</sup>, ao lembrar que historicamente o planejamento territorial tem sido definido a partir de grandes projetos industriais, também chamados de projetos estruturantes, que os mesmos possuem sua dinâmica própria de pactuação. Segundo Vainer, os acertos são feitos, em grande medida, diretamente nos gabinetes, intermediados por grupos de interesses e *lobbies* diversos, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público, tornando-se tais empreendimentos, verdadeiros vetores do processo de fragmentação do território, totalmente alheio à política nacional, reforçando a fragmentação federativa e ignorando os interesses dos grupos sociais locais.

Outro autor que se associa às preocupações quanto a uma política de desenvolvimento de cunho territorial é Carlos Brandão<sup>339</sup>, destacando a questão das escalas regionais apropriadas para a elaboração de políticas públicas. Afirma o autor que os maiores e melhores resultados são aquelas que não discriminam nenhuma escala de atuação e reforçam as ações multiescalares, microrregionais, mesorregionais, metropolitanas, locais, entre outras, contribuindo para a construção de escalas espaciais analíticas e políticas adequadas a cada problema concreto a ser diagnosticado e enfrentado<sup>340</sup>.

335 Conf. Silva (2012).

336 Schneider e Tartaruga (2004).

337 Araújo (2007).

338 Vainer (2006).

339 Brandão (2007).

340 Dentre outras obras publicadas recentemente sobre políticas de desenvolvimento no Brasil, mencionam-se duas delas: Campolina Diniz (2003; 2007).

Ainda, a sobreposição espacial na definição do recorte territorial de intervenção de diferentes programas, é uma das principais incongruências verificadas. Além disso, a categoria conceitual território, básica para se falar em abordagem territorial, é insuficientemente considerada teoricamente. Ou seja, percebe-se a falta de um maior aprofundamento do debate conceitual sobre território, bem como, suas implicações nas práticas de intervenção territorial<sup>341</sup>.

No entanto, as incongruências observadas na prática não constituem o problema principal. O fato de o caráter das políticas públicas dependerem muito da base de coalizão político-ideológica dos governos, em cada momento da história, certamente, este é o maior desafio. Mudanças para uma postura político-ideológica mais conservadora poderá comprometer os pequenos avanços observados no Brasil nos últimos anos, no que se refere aos primeiros passos de uma política de desenvolvimento de cunho territorial.

### **4.3 Uma proposta de abordagem territorial do desenvolvimento, tendo o território com seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método<sup>342</sup>**

A partir da contextualização do debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, propõe-se um exercício teórico-metodológico, no sentido de conceber o território e seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método para a ação coletiva. Ou seja, o território é tomado como a categoria conceitual básica para o debate sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento.

Sustentado nesta perspectiva teórica, o presente texto, retoma publicações anteriores<sup>343</sup>, fazendo uma descrição dos principais referenciais teóricos que possam se constituir em uma base suficiente para justificar o foco do debate sobre desenvolvimento, no território.

341 Silva (2013b) se propõe a elencar elementos conceituais e analíticos que auxiliem no entendimento do que se convencionou denominar de abordagem territorial das políticas públicas.

342 Esta temática foi foco de investigação no Projeto de Pesquisa, por mim coordenado, *Signos Distintos Territoriais e Indicação Geográfica: um estudo sobre os desafios e perspectivas como alternativa de Desenvolvimento Territorial*, com financiamento do CNPq (2014/2017), envolvendo pesquisadores do Brasil, da Argentina, de Portugal e Espanha, resultando em diferentes publicações, várias das quais são mencionadas neste livro.

343 Em especial, Dallabrida (2017, 2016a; 2015a).

### 4.3.1 Uma base teórica que faz referência às questões territoriais

Mesmo que já se tenha renunciado o fim dos territórios<sup>344</sup>, importa que se retome o debate. No passado recente, autores já apregoaram o retorno ao território, especialmente em duas obras: Santos<sup>345</sup>, com o texto *O retorno do território*, e Pecqueur<sup>346</sup>, com o texto *A guinada territorial da economia global*. Ambos se referiam à necessidade de revalorização da dimensão territorial, o primeiro, propondo a construção de novas horizontalidades (espaço de todos), a partir da base da sociedade territorial, que permitissem encontrar novos caminhos, o segundo, fazendo menção à possibilidade de avançar da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora<sup>347</sup>. Ou seja, transformar as especificidades territoriais, consideradas usualmente vantagens comparativas, em uma vantagem diferenciadora. Outra publicação, *Un sentido global del lugar*, resume os principais debates teóricos de uma das autoras da Geografia crítica, Doreen Massey, a qual ressalta as relações entre a dimensão espacial, a natural e a social, abordando as singularidades do lugar<sup>348</sup>. O lugar é entendido como uma realidade social e histórica, uma manifestação da dinâmica das relações sociais, econômicas globais no local. Assim, os lugares são entendidos como espaços de encontro, onde se manifestam as mudanças e vínculos dinâmicos entre sujeitos e grupos de culturas distintas e distantes, repercutindo em determinado lugar. Portanto, segundo a autora, o processo de globalização, não só não anula o lugar, como intensifica seu sentido.

Para sustentar teoricamente o tema em questão, é fundamental explicitar conceitos e concepções, conforme se destaca a seguir.

#### 4.3.1.1 O território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território, uma mais tradicional e outra contemporânea. Na concepção

344 Badie (1996). Mesmo que se atribua a menção do fim dos territórios ao autor em referência, essa afirmação deve ser relativizada, considerando que a concepção de território do autor refere a uma "ordem territorial" que se aproxima à noção de Estado-Nação. Ou seja, refere que a concepção antiga de Estado-Nação, como "suporte de uma identidade política" é que estaria em crise, propondo a emergência de uma nova ordem multiespacial que mescla identidades étnicas tradicionais e redes globais, com uma nítida tendência de domínio destas últimas.

345 Santos (1994).

346 Pecqueur (2009).

347 Assim, por exemplo, a valorização dos signos distintivos de um território (PULPÓN e TABASCO, 2015) seria entendida, então, como vantagem diferenciadora (DALLABRIDA, 2012a).

348 Ref.: Massey, Albert e Benach (2012). Doreen Massey utiliza o conceito de lugar com sentido análogo ao que outros autores da Geografia atribuem ao território. Outra obra da autora publicada no Brasil: Massey (2008).

tradicional, predomina o significado de território como a área espacial sobre a qual um determinado estado tem jurisdição (no caso do Brasil, nas diferentes esferas da federação, municipal, estadual e federal), como área dependente de uma nação, província ou localidade, ou jurisdição, sobre a qual o Estado exerce sua soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais.

Assim, é a partir de fins do século XX e início do século XXI que se buscou revalorizar os aspectos econômicos, culturais e sociais do termo no debate sobre território. Segundo Saquet<sup>349</sup>, quanto aos conceitos território e territorialidade, a verdadeira expansão e qualificação desses estudos ocorrem no início dos anos 1990, com conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes.

#### **4.3.1.2 Uma concepção integradora e relacional sobre território**

Modernamente, cada vez mais se impõe uma concepção integradora e relacional de território, lugar de expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais e coletivas.

Haesbaert<sup>350</sup> aponta quatro vertentes utilizadas na Geografia sobre território: política, cultural, econômica e naturalista. Sob o ponto de vista da vertente política ou jurídico-política, território refere-se a um espaço delimitado e controlado por relações de poder do Estado, que busca organizar o território como elemento da soberania estatal. Na vertente cultural ou simbólico-cultural o território é visto como produto da apropriação, da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, a partir de determinado significado individual e social. Na vertente econômica o território é concebido enquanto dimensão espacial das relações econômicas. Neste caso, o território é concebido como fonte de recursos. A vertente naturalista sobre território se baseia no entendimento exclusivo das relações entre a sociedade e a natureza, seja ela entre o homem e o ambiente físico, ou da relação comparativa do comportamento do homem e dos animais para exercerem a territorialidade. No entanto, o autor defende uma perspectiva integradora e relacional em relação à aceção de território, segundo a qual se considera que as relações sócio-históricas ocorrem no espaço em um determinado tempo, sendo o território fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material. Segundo essa perspectiva é possível entender o território como movimento,

349 Saquet (2007).

350 Haesbaert (2007).

fluidez, interconexão, dando origem aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

No Brasil algumas obras foram fundamentais nas décadas de 1990 e 2000, para o que poderia se chamar de proclamação do retorno do território<sup>351</sup>, para a qual várias obras precisam ser mencionadas: (i) *Território, globalização e fragmentação*<sup>352</sup>, que tratava das territorialidades e desterritorialidades num mundo em mutação; (ii) *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades*<sup>353</sup>, destacando que a territorialidade pode ser encarada tanto como aquilo que se encontra no território, como o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território; (iii) *Território e Corporação*<sup>354</sup>, definindo o território como o espaço apropriado tanto por instituições, grupos econômicos, como por grupos sociais, e, territorialidade, como conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um dado agente; (iv) o livro *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*<sup>355</sup>, abordando as relações entre território, sociedade, economia, política e espaço; (v) o livro *Geografia: Conceitos e temas*<sup>356</sup>, reunindo textos de pesquisadores brasileiros, no qual, quatro de seus capítulos remetem a questões ligadas diretamente à abordagem territorial; (a) *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*<sup>357</sup>, que define o território como recorte espacial criado e projetado por e a partir de relações de poder e de busca por autonomia; (b) *A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*<sup>358</sup>, que trata da ideia de desterritorialização como perda de identidade e de vínculos com um território pela mobilidade geográfica do capitalismo globalizado; (c) *Questão regional e gestão do território no Brasil*<sup>359</sup>, que trata da mudança na prática do planejamento regional associada a duas perspectivas, a da integração territorial e da gestão territorial; (d) *A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável*<sup>360</sup>, evidencia a discussão territorial nas relações que se estabelecem entre uma valorização do território e o advento de novas tecnologias, criando uma nova estrutura de relações espaço-tempo e introduzindo fortes diferenciações no território nacional; (vi) o livro *Por*

351 Conf. Fuini (2014; 2017). O resumo desta parte é feito com base em Fuini (2014).

352 Santos, Souza e Silveira (1994).

353 Andrade (1994).

354 Corrêa (1994).

355 Santos (1997).

356 Castro, Gomes e Corrêa (1995).

357 Souza (1995).

358 Haesbaert (1995).

359 Egler (1995).

360 Becker (1995).

*uma outra globalização*<sup>361</sup>, que contrapõe o território do dinheiro ao território do cotidiano, colocando lado a lado, a verticalidade da ação global desterritorializadora e a horizontalidade das relações da solidariedade no nível local, o espaço vivido pelos cidadãos, muitos deles, os pobres; (vii) o livro *O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade*<sup>362</sup>, em que o autor investiga a hipótese da desterritorialização, propondo uma abordagem integradora de território, em termos políticos, econômicos e culturais e tratando da desterritorialização e da multiterritorialidade como um processo dinâmico de mobilidade funcional do capital entre territórios, provocando, em muitos casos, aglomerados de exclusão; (viii) por fim, o livro *Abordagens e concepções de território*<sup>363</sup>, onde o autor propõe uma análise crítica sobre o conceito de território e suas várias formas de referência, uso e aplicação, através das perspectivas do desenvolvimento territorial, das redes, das escalas geográficas, das territorialidades, da desterritorialização e reterritorialização e da regionalização e configuração territorial, e se afirma que o território deve ser trabalhado como unidade processual, relacional e como mediação para estudos dos fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, considerando-se tantos os aspectos materiais como os imateriais.

Internacionalmente, é importante destacar a influência de autores italianos, como Bagnasco, Indovina, Magnaghi, Dematteis e Becattini, de franceses, como Benko e Lipietz e estadunidenses, como Scott e Storper, com obras publicadas durante as décadas de 1980 e 1990, as quais foram fundamentais para uma noção mais contemporânea de território<sup>364</sup>.

Autores clássicos da Geografia definem território como: (i) domínio politicamente estruturado resultante de apropriação simbólica, identitária, inerente a certa classe social<sup>365</sup>; (ii) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder<sup>366</sup>; (iii) espaço apropriado a partir da ideia de poder, quer se faça referência ao poder público ou de grandes empresas<sup>367</sup>; (iv) como um nome político para o espaço de um país<sup>368</sup>; (v) como espaço usado, apropriado<sup>369</sup>.

No Dicionário do Desenvolvimento Regional<sup>370</sup>, território é definido como uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial,

361 Santos (2001).

362 Haesbaert (2007).

363 Saquet (2007).

364 Para aprofundamento das contribuições teóricas de tais autores, ver Saquet (2015; 2016).

365 Haesbaert (2007).

366 Raffestin (1993); Souza (1995).

367 Andrade (1995).

368 Santos e Silveira (2001).

369 Santos (1997).

370 Dallabrida (2006).

apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos.

Já Fuini<sup>371</sup>, resumindo autores referenciais, define território como um recorte do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais. Inspirado em geógrafos contemporâneos, em especial italianos e franceses<sup>372</sup>, Saquet<sup>373</sup> sintetiza a acepção sobre território como uma construção social, histórica e relacional. O território, para o autor, está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas que nele residem.

Spósito<sup>374</sup> alerta que o território é comumente confundido com o espaço, no entanto, se refere, em sua especificidade, a uma porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo, empresa ou Estado. Já Saquet<sup>375</sup>, nos sugere que devemos pensar o território como algo produzido através de ações humanas em determinado espaço físico, que geram novas formas de territorialização e de desterritorialização, modificando o espaço em algo que pode ter um caráter de inclusão ou exclusão territorial. Por outro lado, segundo o autor, o território é condição para a reprodução social e campo de poder que envolve edificações e relações sociais historicamente determinadas. E complementa Saquet, afirmando que o território é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando à extração de mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território. No entanto, salienta o autor, que o território pode ser concebido também como espaço de mobilização, organização, luta e resistência política.

Para Haesbaert<sup>376</sup>, o território, na sua acepção pós-moderna, seria o território-rede, com uma dupla perspectiva de movimento, no e sobre o espaço, que se manifesta pela desterritorialização e pela multiterritorialidade. Assim, contrariamente ao alegado fim dos territórios, temos, na contemporaneidade, o fenômeno da multiterritorialidade.

É fundamental registrar que, ao abordar a questão do território, não se deve desconsiderar o fato de que, apesar do poder de autonomia atribuído à

371 Fuini (2014).

372 Os italianos, como Turco (2003; 2010), Dematteis e Governa (2005), Dematteis (1995; 1999) e Magnaghi (2000) e franceses, como, Rafestin (1993/2009).

373 Saquet (2015).

374 Spósito (2003).

375 Saquet (2015).

376 Haesbaert (2014).

escala territorial, os territórios estão inseridos num mundo globalizado, em que a multiescalaridade dos processos está presente<sup>377</sup>.

Por fim, registre-se uma proposição de Dallabrida<sup>378</sup>, argumentando que o território deva ser concebido como contexto, campo de disputa de relações de poder, ambiente físico-natural (solos, minerais, fauna e flora) e meio de vida da espécie humana, as pessoas. Assim os processos de desenvolvimento resultam de relações entre os seres humanos e os demais componentes do ambiente físico-natural, afetando, positiva ou negativamente, ora mais o ambiente físico-natural, ora mais a vida humana. Mas, segundo o autor, o território tem conteúdo, que pode ser sintetizado na categoria conceitual patrimônio territorial, envolvendo elementos de ordem produtiva, natural, social, humana e intelectual, institucional e cultural. Assim, os elementos constitutivos do patrimônio territorial são propostos como referentes para as pessoas que habitam determinado território, que, ao mesmo tempo, as identificam e servem como potencialidades no processo de planejamento do futuro desejado<sup>379</sup>.

Partindo dessa concepção, o território é espaço de relações que se mesclam entre formas de disputa de poder, logo conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, também daquelas que, mesmo de fora, têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos que atuam e/ou interferem no território representam diferentes setores, que poderiam ser sintetizados em três termos que utilizamos cotidianamente: sociedade civil, agentes estatais e o mercado. Assim sendo, os processos de gestão do território são complexos, pois precisam integrar associativamente não apenas a ação do Estado, também as representações da sociedade e do mercado. Tais processos de gestão são chamados pela literatura contemporânea, e também neste livro, de governança territorial<sup>380</sup>.

#### 4.3.1.3 Do território ao patrimônio territorial<sup>381</sup>

Para aprofundar a relação entre a concepção teórica sobre território e suas implicações práticas na intervenção territorial, exige-se a referência a outras categorias conceituais, tais sejam: territorialidade, identidade territorial, ancoragem territorial, ativos e recursos territoriais, patrimônio territorial, por

377 Vários autores têm chamado a atenção para este fato. Por exemplo: Fernández e Dallabrida (2008); Brandão (2007); Amin (2008).

378 Dallabrida (2016a).

379 Adiante, neste texto, retoma-se a abordagem sobre patrimônio territorial.

380 Conf.: Dallabrida (2016a, p. 15). A discussão sobre governança territorial será feita adiante, neste texto.

381 Neste item, retomam-se partes de abordagem feita em Dallabrida (2016a).

fim, como sustentáculo, referência e sendo o resultado de tais processos, o desenvolvimento territorial.

#### 4.3.1.4 Territorialidade

Decorrente do conceito território e de sua acepção, temos a noção de territorialidade. Resumidamente, a noção de territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre a identidade territorial.

Coexistem várias concepções sobre territorialidade: (i) conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível<sup>382</sup>; (ii) espaço de referência para a construção de identidades<sup>383</sup>; (iii) conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território, por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais ou as empresas<sup>384</sup>; (iv) sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence<sup>385</sup>; (v) relações de poder espacialmente delimitadas<sup>386</sup>; e, sintetizando, (vi) correspondendo às relações sociais e às atividades diárias que os homens mantêm com seu entorno<sup>387</sup>.

Já para Sack<sup>388</sup>, a territorialidade humana refere-se à maneira com que as pessoas usam e organizam-se no espaço, além do sentimento de pertencimento ao lugar. Para o autor, como estratégia espacial, a territorialidade, depende do grau de autonomia social, podendo servir tanto para a conquista da cidadania e construção do país projetado pelos movimentos sociais, quanto como forma de afetar e influenciar pessoas, por meio do controle de áreas, seja por iniciativa do Estado ou dos agentes econômicos.

Saquet<sup>389</sup> divide as territorialidades em quatro níveis correlatos: (i) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; (ii) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; (iii) como comportamentos, intencionalidades, desejos e necessidades; (iv) como práticas espaço-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza. Para o autor, a territorialidade é processual e relacional ao

382 Raffestin (1993).

383 Haesbaert (2007).

384 Corrêa (1994).

385 Santos e Silveira (2001).

386 Souza (1995).

387 Saquet (2003).

388 Sack (1986).

389 Saquet (2015).

mesmo tempo. Ainda, para Saquet, temporalidades e territorialidades diferentes coexistem no interior do mesmo lugar e suscitam formas de pensar sobre os conflitos e luta de poder, identidades e busca por formas de autogoverno e autogestão, quando vinculadas às práticas e iniciativas populares com vistas ao desenvolvimento territorial. Assim, nas territorialidades e nos territórios, existem relações de poder, redes de circulação e comunicação, controle de recursos naturais, entre outros componentes, que indicam relações sociais entre sujeitos e entre esses com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. Essas relações de poder se fazem presentes no cotidiano, através das relações econômicas e também das relações sociais, constituindo-se na dinâmica territorial do desenvolvimento.

De outra forma, Raffestin<sup>390</sup> nos motiva a pensar sobre o poder que define o território e as territorialidades. Para o autor, a territorialidade permite ver o caráter simétrico e dissimétrico das relações de poder, como sendo o produto territorial que se origina do sistema de relações existenciais e produtivistas predominantes no território.

Em síntese, a territorialidade refere-se a todas as ações diárias que os atores de um território realizam com o fim de sobrevivência, de buscarem concretizar seus desejos e expectativas, melhorarem suas condições de vida, efetivando ações que possam transformar a realidade para melhor, sempre que possível e recomendável, integrando a dinâmica territorial e global<sup>391</sup>.

#### 4.3.1.5 Identidade territorial

A identidade territorial é o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, às relações sociais e econômicas, enfim, ao patrimônio territorial.

A identidade territorial refere-se tanto à dimensão social, como a físico-natural (tipo de paisagem) e cultural (tradições e valores), portanto, resulta de processos históricos e relacionais<sup>392</sup>. Envolve o patrimônio identitário, ou seja, o saber-fazer<sup>393</sup>, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas. Tais elementos identitários podem ser decompostos em projetos e programas de desenvolvimento, em cada território<sup>394</sup>.

390 Raffestin (1993).

391 Conf.: Dallabrida (2016a).

392 Saquet e Briskievicz (2009).

393 Utiliza-se no texto a palavra saber-fazer, para atribuir o mesmo sentido do vocábulo em francês *savoir-faire*: conhecimentos, aptidões e técnicas adquiridos por alguém ou por um grupo, geralmente através da experiência, transmitidos intergeracionalmente.

394 Saquet (2004; 2007; 2014). Sobre identidade territorial, ver outras obras: Haesbaert (1999; 1997). Já Flores (2008) apresenta a identidade como base de uma estratégia de desenvolvimento.

Quanto aos possíveis impactos da identidade territorial no processo de desenvolvimento, Pollice<sup>395</sup> destaca que esta tende a reforçar as normas, os valores éticos e comportamentais localmente compartilhados, além de contribuir para melhorar a transferência do saber entre as gerações.

Das reflexões dos autores, é possível concluir que há uma intrínseca relação entre identidade e território. A identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, no entanto, as ações de territorialização reforçam o processo de identificação entre comunidade e território<sup>396</sup>. Decorrente dessa argumentação poder-se-ia conjecturar que os elementos constitutivos da identidade territorial tornam-se referentes na orientação de processos de desenvolvimento territorial<sup>397</sup>.

#### 4.3.1.6 Ancoragem territorial e dinâmicas de proximidade

Estar ancorado territorialmente, resumidamente, representa estar enraizado no território.

Na produção teórica sobre ancoragem territorial, em geral, há maior realce à relação entre firma e território, sendo esta, uma discussão centrada na ordem e no grau de causalidade na interação firma e territórios. Na relação firma e território, podem-se supor duas posições extremas: uma, que são as firmas que se impõem e modificam a ordem territorial (distribuição espacial das atividades, instituições, hábitos, convenções); outra, o argumento de que o território não somente seleciona, mas proporciona importantes constrangimentos para a ação das firmas, influenciando seus formatos organizacionais e estratégias competitivas<sup>398</sup>. A principal corrente de abordagem do tema em questão é a que estuda as determinações e coevolução da relação entre firma e território, em geral, discutido no contexto de abordagens da economia da proximidade<sup>399</sup>.

395 Pollice (2010).

396 Territorialização refere-se ao processo de dominação e apropriação do espaço, para então, através de uma relação de forças, ser construído o território, seja através de uma ação do setor público ou privado. Já a desterritorialização, tem como referência os diferentes processos de desapropriação, provocados por forças externas, em geral, estranhas ao desejo dos desterritorializados, com o que a reterritorialização, como forma de reassentamento, assume a dimensão de reconquista. No entanto, a reterritorialização, também, assume a dimensão de novos processos de reconfiguração territorial. Ou seja, o território não desaparece com a ação desterritorializadora da expansão do capital (SAQUET, 2004, 2015; HAESBAERT, 2007; DALLABRIDA, 2006).

397 Conf.: Dallabrida (2016a).

398 Leite (2004).

399 Sobre este enfoque teórico, ver: Gilly e Torre (2000a/b); Torre (1993); Rallet e Torre (1995); Rallet (2000); Torre e Rallet (2005); Pecqueur e Zimmermann (2005).

Do ponto de vista da empresa, o enraizamento territorial e a permanência em determinado território, tem relação com o custo de oportunidade, ou de transação, a qual depende das condições socioeconômico-culturais e ambientais do território. Assim, a ancoragem territorial das atividades industriais decorre das possibilidades de articulação das dinâmicas de proximidade geográfica e organizacional, relativas às dimensões intra e interfirmas e as relações entre empresas e instituições. A proximidade espacial corresponde às condições objetivas de localização dos agentes, enquanto a proximidade organizacional corresponde às condições necessárias a uma coordenação dos agentes. Em si mesma, a proximidade dos atores não efetiva a coordenação e interação dos atores do território e empresariais. A proximidade é facilitadora, no entanto, depende da efetividade dos processos de interação. A proximidade, isto sim, pode concorrer para a geração de externalidades positivas. A consideração destas duas formas de proximidade confere um sentido novo às análises em termos de aglomeração de empresas<sup>400</sup>.

A dialética firma-território postulada pela abordagem da economia da proximidade está fundada em dois pontos básicos. Primeiro, deve-se ter em conta a possibilidade de um encontro produtivo entre firma e território, ou seja, de uma construção conjunta de ativos e recursos territorializados. Segundo, a dialética firma-território remete à consideração das possíveis articulações entre proximidade geográfica e proximidade organizacional, que podem resultar no nomadismo, ou em diferentes formas de ancoragem territorial das empresas. Assim, a consideração das diferentes formas de proximidade - geográfica e organizacional - permite ir além das problemáticas colocadas em termos de localização das firmas e atratividade dos territórios. Ou seja, a configuração e o ambiente tecnológico da firma podem ser efetivados a partir dos recursos próprios da empresa, pela utilização dos mecanismos de mercado, ou a partir de formas de cooperação, ou seja, da ativação das dinâmicas de proximidade organizacional presentes em cada território<sup>401</sup>.

Em relação à ancoragem territorial, Frayssignes<sup>402</sup> afirma se parecer com um diálogo entre ator e território, inscrito no tempo, onde os processos se comunicam mutuamente em uma relação sistêmica de recursividade. Contrariamente, o processo de globalização, com suas empresas transnacionais, quando se apropria dos recursos de territórios, não necessariamente estas se enraízam. É mais comum a situação de se transformarem em verdadeiros enclaves territoriais, empreendimentos situados nos territórios, com o interesse exclusivo de apropriar-se das riquezas ali disponíveis, transformando-as em

400 Conf.: Zimmermann (2000; 2005); Pecqueur e Zimmermann (2005).

401 Conf.: Leite (2004).

402 Frayssignes (2001).

*commodities*, viabilizando a expansão do capital internacional<sup>403</sup>. Um bom exemplo seriam certos empreendimentos presentes em algumas regiões, tais como, empresas do setor de papel e celulose, que apenas semi-industrializam produtos resultantes da matéria prima local, realizando os demais processos de beneficiamento em outros centros industriais.

Zimmermann<sup>404</sup> lembra que não se trata de evocar a ancoragem ou territorialização em seu sentido tradicional. O sentido da ancoragem territorial, apreendido a partir da abordagem das dinâmicas de proximidade, nas condições atuais de evolução da indústria, não pode se fundar em uma lógica de fixação (ou imobilização de recursos). Ao contrário, a lógica da ancoragem deve se fundar nas possibilidades de uma construção conjunta, ou seja, na ideia de uma aprendizagem coletiva, fundada sobre a coprodução de recursos empresariais e institucionais.

Segundo Champredonde<sup>405</sup>, ao caracterizar a ancoragem territorial de um determinado produto, ou setor produtivo regionalizado, implica considerá-lo como resultante dos seguintes fenômenos: (i) da ancoragem territorial do grupo humano que o produz, transforma, comercializa e o consome; (ii) da inserção do produto dentro do repertório de elementos que conformam a cultura desse grupo humano; (iii) da capacidade do produto em constituir-se numa referência identitária para esse mesmo grupo humano. Isso implica também, segundo o autor, num reconhecimento externo ao grupo humano de referência e ao produto.

Portanto, a ancoragem territorial, derivada de dinâmicas de proximidade, ocorre a partir da inserção na cultura do território e integração em suas atividades produtivas, de investigação e inovação e instituições em geral, na forma de processos intencionais dos atores territoriais.

#### 4.3.1.7 Ativos e recursos territoriais

Uma das questões que tem referência com a identidade e ancoragem territorial e sua relação com o desenvolvimento é a questão dos recursos e ativos territoriais.

Pecqueur<sup>406</sup> se refere aos ativos territoriais como fatores em atividade, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, a revelar, ou ainda, não utilizados plenamente. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo,

403 Santos e Silveira (2001).

404 Zimmermann (2000).

405 Champredonde (2012).

406 Pecqueur (2005).

se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitir. O mesmo autor distingue ativos e recursos genéricos e específicos. Os genéricos se definem pelo fato de que seu valor é um valor de troca, estabelecido pelas flutuações do mercado, sendo que o preço é determinado por uma oferta e demanda de caráter quantitativo, não dependendo da dinâmica local de produção. Em oposição, os específicos, seu valor resulta das condições de seu uso, estando atrelado à dinâmica local de produção, sendo, portanto, bens intransferíveis. Os ativos ou recursos específicos se originam de processos interativos que ocorrem no território. Assim sendo, ressalta ainda o autor, o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos.

Para Benko e Pecqueur<sup>407</sup>, os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Assim, as perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos. Ressaltam os autores, que as especificidades territoriais desempenham papel importante, com o que a diferença é uma vantagem comparativa. O desafio está na forma como os territórios capitalizam, ou não, isso a seu favor<sup>408</sup>.

Pecqueur<sup>409</sup> avança no debate defendendo que novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos estão emergindo territorialmente. Dentre outras questões, afirma que, considerando a linearidade de produtos genéricos de qualidade diferente, mas comensuráveis, as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar. Neste caso, sugere o autor, que a saída para o problema consiste em diferen-

407 Benko e Pecqueur (2001).

408 Um tema que dialoga com estas argumentações, é o dos signos distintivos territoriais e da Indicação Geográfica. Quanto aos signos, entre eles estão os que representam produtos ou serviços que, pela sua especificidade, notoriedade e/ou tradição, tornam reconhecido o território em que são produzidos. Tais produtos específicos, pela legislação brasileira e internacional, podem adquirir o reconhecimento como produtos com Indicação Geográfica, a exemplo, internacionalmente, do Vinho do Porto (Portugal), e no Brasil, do Vale dos Vinhedos. Este último representa um signo distintivo territorial, como uma imagem expressa mental ou fisicamente, que representa o local, a cultura, a tradição, os fatores naturais e humanos que compõem a origem geográfica dos vinhos daquela região gaúcha. O signo representa tudo que constitui essa origem geográfica. O tema não merecerá aqui a atenção. Recomenda-se alguma bibliografia para quem queira se iniciar no estudo: Gonçalves (2007); Vandecandelaere et al. (2011); Champredonde (2011); Bruch (2011); Froehlich (2012); Anjos, Criado e Caldas (2013); Niederle (2013); Mascarenhas e Wilkinson (2014); Champredonde e Borba (2015); Dallabrida (2016a/b; 2014b); Locatelli (2016).

409 Pecqueur (2009).

ciar o produto, para que ele se torne específico. O estudo das especificidades, segundo Pecqueur, exigiria tomar como unidade de análise o território, não o sistema produtivo nacional ou regional, o que se constitui uma novidade essencial na percepção dos sistemas de organização da economia.

Assim sendo, parece possível afirmar que os recursos e ativos específicos dos territórios precisam merecer maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento, tornando essa a principal vantagem diferenciadora<sup>410</sup>. Complementando a argumentação sobre o tema, Denardin e Sulzbach<sup>411</sup> destacam que o processo de especificação de ativos é o que propicia a diferenciação de um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção *standard*, ou produtos do tipo *commodities*. Assim entendido, segundo os autores, o processo de especificação consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de seus problemas comuns.

Sintetizando a reflexão sobre ativos e recursos territoriais, fica o indicativo de que o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território, o que exige um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. A efetividade dessa perspectiva tem relação direta com as capacidades dos grupos quanto sua organização e elaboração de um projeto político de desenvolvimento, sustentado nas especificidades territoriais<sup>412</sup>.

#### 4.3.1.8 Patrimônio Territorial

Inicialmente, é fundamental um esclarecimento. O que aqui é concebido como patrimônio territorial, em geral, pela literatura é citado com o conceito capital territorial. A discussão sobre capital territorial tem evoluído, por isso, se justifica sua substituição pelo conceito patrimônio territorial. Sustenta-se tal posicionamento, principalmente, em autores da Geografia, como Alberto Magnaghi<sup>413</sup>.

Assim, é necessário começar pela revisão das compreensões que existem sobre capital territorial<sup>414</sup>. Camagni<sup>415</sup> utiliza a expressão capital territorial para

410 Dallabrida (2012).

411 Denardin e Sulzbach (2010).

412 Conf.: Dallabrida (2016a).

413 Magnaghi (2000; 2003; 2005; 2011).

414 Em Dallabrida (2015b) é feito o uso do conceito capital territorial, com sentido análogo ao de patrimônio territorial.

415 Camagni (2008; 2009).

referir-se à variedade de bens territoriais, tangíveis e intangíveis, de natureza privada, pública ou mista, presente nos territórios. O autor parte da premissa de que, atualmente, está emergindo um padrão diversificado de crescimento regional, que se diferencia territorialmente, determinando um mosaico variado de histórias de desenvolvimento. Isso, segundo o autor, deve-se ao fato dos lugares apresentarem diferenciados bens territoriais (ativos ou recursos), os quais definem estratégias de crescimento ou desenvolvimento específicas para cada cidade, região ou território. Já, Capello, Caragliu e Nijkamp<sup>416</sup> aludem ao conceito de capital territorial para fazer referência a todos os bens, públicos e privados, de um determinado recorte territorial. Para os autores, o capital territorial cumpriria um papel importante na definição do desempenho econômico.

Documento da LEADER<sup>417</sup> define capital territorial como o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem construir, nalguns aspectos, vantagem e, noutros, desvantagens, remetendo àquilo que constitui a riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc.), na perspectiva das especificidades suscetíveis de valorização. Caravaca, González e Silva<sup>418</sup> propõem ativar o capital territorial, ou seja, os recursos e ativos do território, convertendo àqueles que são genéricos em específicos, como a principal estratégia de desenvolvimento do território.

Assume-se a concepção de patrimônio territorial definida em Dallabrida<sup>419</sup>, como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território. Os ativos territoriais são os fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma.

Os componentes do patrimônio territorial são de seis tipos: (i) o patrimônio produtivo – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) patrimônio natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de *antropização*), solos, minerais, fauna e flora; (iii) patrimônio humano e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) patrimônio cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) patrimônio social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; (vi) patrimônio institucional – institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo<sup>420</sup>.

416 Capello, Caragliu e Nijkamp (2009).

417 LEADER (1999).

418 Caravaca, González e Silva (2005).

419 Dallabrida (2016a). O autor, para referir-se aos componentes do patrimônio territorial, buscou inspiração em abordagem de Caravaca e Romero (2009).

420 Conf.: Dallabrida (2016a).

Portanto, patrimônio territorial se trata, então, de uma categoria conceitual abarcativa de outras, tais como, território, territorialidade, identidade territorial, ativos e recursos territoriais. Os componentes do patrimônio territorial são imperativos para o reconhecimento do território. Trata-se de identificar ou reconhecer os valores e atributos do território, como capazes de apoiar e revalorizar os aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização.

Assim, com base nas alusões teóricas aqui referidas, e, em especial, partindo da compreensão de que o patrimônio territorial, com seus componentes, é a principal referência em qualquer intervenção ou análise territorial, tem-se um indicativo de partida para se pensar o desenvolvimento territorial, levando em consideração seus valores e atributos, seus ativos e recursos, materiais, imateriais, genéricos ou específicos, em especial estes últimos<sup>421</sup>. Quanto à ação coletiva no território, com vistas à discussão e proposição de alternativas de desenvolvimento, os princípios explicitados na acepção de governança territorial são propostos como o método de conduta, tema que merece atenção a seguir no texto.

### **4.3.2 A governança territorial como método para a gestão do território**

Não é propósito de este texto esgotar o tema governança territorial, o que já foi feito em outras publicações anteriores<sup>422</sup>.

Inicia-se a abordagem, fazendo referência a reflexões de autores, cujas proposições apresentam indicativos para a gestão do território, para, em seguida, fazer referência à governança territorial<sup>423</sup>.

Pecqueur<sup>424</sup> propõe um modelo de gestão do território, que chama de cesta de bens e serviços ancorados territorialmente. A cesta de bens e serviços territorializados, para o autor, tem as seguintes características: (i) um conjunto de bens e serviços complementares que reforce a imagem mercadológica do local; (ii) uma combinação de bens privados e públicos que contribuam para elaborar a imagem e reputação de qualidade do território; (iii) uma combinação interativa entre os produtores da cesta (clube) a fim de internalizar a renda da qualidade territorial.

421 Conf.: Dallabrida (2016a).

422 Ver: Dallabrida (2001; 2003; 2006; 2007; 2010; 2011; 2014a; 2015a; 2015b; 2015c; 2016a), Dallabrida e Becker (2003) e Cançado, Tavares e Dallabrida (2013).

423 Sobre o tema, sugere-se abordagem feita em Dallabrida (2015b).

424 Pecqueur (2006).

Já Covas e Covas<sup>425</sup> referem-se à necessidade da dinâmica territorial ultrapassar o caráter de territórios-zona para territórios-rede. Implica em uma associação virtuosa entre empreendimentos turísticos, grupos empresariais, parques e reservas naturais, comunidades piscatórias, instituições do ensino superior, centros de investigação, escolas profissionais agrícolas, associações empresariais e de desenvolvimento local, cooperativas e suas federações, autarquias e suas associações, clubes de produtores e de consumidores, organizações comerciais e suas associações, meios de comunicação social, que se estruturam em rede para orientar o processo de gestão do território. Complementarmente, segundo os autores, a construção social dos territórios-rede, implica na construção dos atores-rede. Ou seja, espaços privados de produção podem assumir uma dupla faceta ou condição, isto é, podem tornar-se espaços comuns de produção por via da cooperação territorial e, ao mesmo tempo, espaços públicos de consumo por via do acesso e da visitação. O protagonista principal deste território-rede em construção é, também ele, um ator em construção, o ator-rede.

Isso posto, para ficar apenas nos indicativos destes dois autores, defende-se que a dinâmica territorial do desenvolvimento precisa ser gerida por meio de espaços sociais de concertação e governança territorial. Entende-se a concertação social como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada. Isso implica na participação cidadã dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo<sup>426</sup>.

Governança é um termo utilizado por diferentes áreas do conhecimento, principalmente, na Geografia, na Ciência Política, na Administração, na Sociologia e na Economia, nem sempre com o mesmo sentido. Embora, já desde a década de 1980, o termo *governance* fosse utilizado, com as respectivas traduções, no espaço acadêmico o tema é relativamente recente. Exemplo disso é que textos seminais sobre o assunto foram publicados apenas no final da década de 1990<sup>427</sup>.

Ressalta Ferrão<sup>428</sup> que a emergência do tema governança traduz posições político-ideológicas distintas, embora todas elas afetando a concepção moderna do papel do Estado: (i) visões econômicas neoliberais (governança desregulamentadora); (ii) visões civilistas pós-modernas (governança diversificadora); (iii) visões neomodernas (governança reguladora, estratégica e colaborativa). Reafirma o autor que estas várias visões coexistem em todas as sociedades, às vezes de forma explicitamente conflituosa, outras de um modo aparentemente pacífico, suscitando, não raro, equívocos tanto no âmbito dos projetos

425 Covas e Covas (2014).

426 Conf.: Dallabrida (2007).

427 Por exemplo: Stoker (1998) e Jessop (1998).

428 Ferrão (2010).

nacionais dos diversos Estados, como no contexto dos países. Referindo-se aos processos em curso na Europa, lembra Ferrão que algumas ideias-chave que, recorrentemente, estão associadas aos processos de governança, são descentralização, responsabilização, participação, coordenação, cooperação, parcerias e contratualização. Tais ideias-chave, igualmente, estão presentes nos debates no Brasil sobre o tema em referência.

Sintetizando contribuições dos principais autores, o conceito de governança, no seu sentido geral, refere-se às redes auto-organizadas envolvendo conjuntos complexos de organizações, instituições e atores provenientes dos setores público e privado, como representantes do setor empresarial, dos sindicatos de trabalhadores, da sociedade civil, dos movimentos populares e agentes estatais, agindo num processo interativo, cujas interações estão enraizadas e reguladas por regras do jogo negociadas e acordadas pelos seus participantes. Trata-se de processos de tomada de decisão ou espaços de prestação de conta relativamente horizontais, como um novo modelo de regulação coletiva e de fazer política, ou seja, uma forma de governar mais cooperativa, diferente do modelo hierárquico em que as autoridades estatais exercem um poder soberano sobre os grupos e cidadãos que constituem a sociedade civil. Tais processos podem ser concebidos também como instrumento para conceber os problemas e as oportunidades em contextos que se posicionam na fronteira entre o social e o político. Apesar de se tratar de uma relação relativamente horizontal de atores interdependentes, ela é funcionalmente autônoma. Em geral, tais processos estão focados em áreas setoriais ou funcionais específicas, contribuindo para a formulação de políticas públicas <sup>429</sup>.

Já a noção de governança territorial refere-se aos processos de articulação de atores sociais, econômicos e institucionais em redes de poder socioterritorial, com vista ao planejamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos, como um modo de organização da ação coletiva e estruturação de alianças orientadas em direção a um objetivo comum e capaz de integrar os diferentes interesses dos grupos situados territorialmente. É fundamental que tais processos se assentem numa lógica inovadora, partilhada e colaborativa, numa concepção qualificada de democracia e num maior protagonismo da sociedade civil, respeitando, no entanto, o papel insubstituível do Estado. Entre os propósitos da governança territorial merecem destaque, a gestão dos assuntos públicos com impacto nos territórios, com vista a acordar uma visão partilhada para o futuro entre todos os níveis e atores envolvidos. Trata-se da tentativa de estabelecer voluntariamente

429 Conf.: Rosenau e Czempiel (1992); March e Olsen (1995); Stoker (1998; 2004); Jessop (1998; 2002; 2006); Kazancigil (2002); Rhodes (1996); Weale (2011); Blanco e Comà (2003); Bevir e Rhodes (2003); Graña (2005); Mayntz (1998); Kooiman (2004); Sørensen e Torfing (2005); Héritier e Lehmkühl (2011); Bevir (2011). Resumo, com base em Dallabrida (2015a).

relações horizontais de cooperação e parceria, com o fim de contribuir para a coesão e o desenvolvimento territorial<sup>430</sup>.

Ainda no que se refere à governança territorial, a bibliografia destaca desafios em relação à prática, em especial, a necessidade de avançar em termos de legitimidade e de aprofundamento democrático, numa linha mais cidadã e participativa, criando laços de cooperação e coordenação vertical e horizontal entre os vários níveis de governo, as políticas setoriais com incidência territorial, as organizações governamentais e não governamentais e os cidadãos. Trata-se de contemplar um adequado equilíbrio entre esfera pública, mercado e sociedade civil, empoderando a sociedade e reinterpretando a sua função, assumindo o desafio de integrar políticas de ordenamento do território e modos de governança. Por outro lado, existe também o desafio de superar, ao nível conceitual, o atual caráter de imprecisão, polissemia e ambiguidade da noção de governança territorial<sup>431</sup>.

Assume-se o conceito expresso por Dallabrida<sup>432</sup>, que compreende governança territorial como um processo de planeamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial.

Por fim, é fundamental ressaltar as principais dimensões, categorias e critérios que orientam a prática da governança territorial, conforme resumido no Quadro 1. Resulta da síntese da literatura aqui mencionada, que trata da governança no seu sentido geral, ou da governança territorial. Entende-se serem parâmetros orientadores da ação coletiva, que se propõe, como método para orientar o processo de gestão do território, com vistas ao seu desenvolvimento. São propostas 24 categorias conceituais, que também podem ser considerados princípios orientadores, indicativos da qualidade das práticas de governança territorial, destacando os respectivos critérios, considerando quatro dimensões processo de governança territorial.

430 Conf.: Dallabrida e Becker (2003); Farinós Dasí (2005; 2008; 2015); Dallabrida (2007; 2011); Feio e Chorincas (2009); Romero e Farinós Dasí (2011); Ferrão (2010; 2013). Resumo, com base em Dallabrida (2015a).

431 Conf.: Blanco e Comà (2003); Sørensen e Torfing (2005); Feio e Chorincas (2009); Romero e Farinós Dasí (2011); Ferrão (2010; 2013). Resumo, com base em Dallabrida (2015a).

432 Dallabrida (2015a, p. 325).

### **Quadro 1 – Dimensões, princípios orientadores e critérios para avaliar as práticas de intervenção territorial**

#### **Dimensão: Atores, poderes e relações**

<b>Princípios orientadores</b>	<b>Critério de análise</b>
Subsidiariedade (vertical e horizontal)	Repartição de atribuições e competências
Relacionalidade	Integração relacional com o outro
Liderança	Liderança descentrada e compartilhada
Protagonismo estatal	Proeminência do Estado, como orientador das redes
Protagonismo social	Participação ativa da sociedade civil
Protagonismo empresarial	Ação empresarial responsável socioambientalmente
Resiliência	Resistência de atores e instituições em face das mudanças

#### **Dimensão: Processos de decisão**

Representatividade	Representatividade dos membros dos setores
Ancoragem democrática	Democratização das decisões
Reciprocidade	Responsabilidade coletiva, com contribuição das partes para fins comuns
Cooperação e Interdependência	Gestão de conflitos, com a legitimação das ações pela cooperação, negociação e partilhamento
Transparência	Limpidez, processos e formas de comunicação acessíveis, supervisão e fiscalização
Reflexibilidade	Capacidade de refletir, analisar e revisar rotinas, tecnologias, processos e resultados
Governabilidade	Posse de capacidade de governar em rede

#### **Dimensão: Coordenação de Políticas**

Descentralização de políticas	Supervisão estratégica para permitir a agregação de áreas e setores de políticas relevantes
Integração horizontal	Integração intersistêmica entre as políticas com impacto no território
Integração vertical	Integração das políticas de cunho verticalizado, oriundas das diferentes instâncias de governo
Eficácia das políticas	Foco dos resultados nos objetivos definidos coletivamente

### Dimensão: Resultados dos processos de governança territorial

Atendimento da pluralidade	Abrangência da variedade de interesses, crenças, tradições e dilemas
Compartilhamento de objetivos e metas	Maximização dos efeitos das políticas na sociedade e nos territórios
Aprendizagem interativa	Interação e aprendizagem coletiva
Empoderamento dos atores	Atores como sujeitos da ação coletiva
Territorialização dos processos de desenvolvimento	Território como matriz de referência, com potenciação do capital territorial, sem desconsiderar a multiescalaridade dos processos
Gestão territorial integrada	Foco na melhoria da coesão social e no desenvolvimento socioeconômico-ambiental

Fonte: Adaptado de Dallabrida (2015a).

Interpretando as informações do Quadro 1, tem-se, em cada dimensão, na coluna da esquerda os princípios orientadores da ação e na direita os critérios de análise. Por exemplo: em relação aos resultados dos processos de governança territorial, um dos princípios orientadores é o atendimento da pluralidade; a avaliação quanto ao atendimento deste princípio tomaria como referência a análise da abrangência da variedade de interesses, crenças, tradições e dilemas da população de cada território, por exemplo, quando da proposição de alguma iniciativa, ou alternativa de desenvolvimento<sup>433</sup>.

Em suma, parafraseando Romero e Farinós Dasí<sup>434</sup>, a governança territorial é muito mais que um bom governo do território, trata-se de assumir um nível qualificado de democracia no trato dos assuntos públicos que tenham relação com o desenvolvimento territorial. Logo, se justifica assumir os princípios da governança territorial como método para orientar o processo de gestão do território, com vistas ao seu desenvolvimento.

Trata-se da proposta para orientar a dinâmica territorial do desenvolvimento, tendo o território com seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método.

433 Em Dallabrida (2015a), as dimensões, princípios e critérios, foram tomados para fazer a avaliação da prática de experiências de associativismo territorial. Ou seja, a proposição metodológica, tem usos múltiplos.

434 Romero e Farinós Dasí (2011).

#### 4.4 O desenvolvimento territorial como fim dos processos que ocorrem no território<sup>435</sup>

A concepção de desenvolvimento territorial surge depois da década de 1970, no Século XX, numa associação entre a noção de território e desenvolvimento. Assim, entende-se que, assumir essa associação entre território e desenvolvimento implica em que se dê primazia ao uso do conceito desenvolvimento territorial, em demérito do uso desenvolvimento regional, ou local. Não se trata, portanto, de um modismo, ou simplesmente um conceito análogo.

Assim, tem-se total concordância com Rallet<sup>436</sup>, quando afirma que o desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial são duas noções distintas, remetendo a duas maneiras diferentes de apreender os espaços geográficos na sua relação como o desenvolvimento. O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma captura e por redes sociais que desenham suas fronteiras, sendo que as fronteiras do território são os limites (móveis) de redes socioeconômicas. Ali onde a rede se extingue, termina o território. A iniciativa surge menos de uma instância de planificação do que de uma mobilização das forças internas.

Abramovay<sup>437</sup> lembra que a abordagem territorial do processo de desenvolvimento ganhou força a partir do início da década de 1980, com base na literatura neomarthalliana, a qual soube identificar nos laços diretos entre os atores sociais uma das razões para a formação de sistemas produtivos localizados em regiões italianas, estudos que foram da maior importância para o entendimento de experiências brasileiras de industrialização difusa.

Autores, tais como Jean<sup>438</sup>, propõem avançarmos do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável. Para o autor, o conceito de desenvolvimento territorial rompe com tradições mais antigas sobre desenvolvimento regional. Concorda-se, portanto, com o autor, sobre que o qualificativo territorial pode até ser considerado supérfluo, pois, o desenvolvimento é sempre territorializado, além de contextualizado historicamente. Também se entende que o desenvolvimento territorial compreende implicitamente a sustentabilidade, logo seria desnecessária a utilização do termo desenvolvimento territorial sustentável. Admitir a sustentabilidade do desenvolvimento representa o reconhecimento das suas múltiplas dimensões: a social, cultural, econômica, política, além da ambiental.

435 Esta parte do texto utiliza recortes de publicação recente: Dallabrida (2016a).

436 Rallet (2007, p. 80), citado em Jean (2010, p. 51).

437 Abramovay (2010).

438 Jean (2010).

Lévesque<sup>439</sup> sintetiza as linhas de argumentação, em especial, de três autores reconhecidos mundialmente como referências nas reflexões sobre desenvolvimento territorial, Bernard Pecqueur, Bruno Jean e Ricardo Abramovay, buscando as principais convergências. O autor inicia afirmando que o desenvolvimento territorial representa, ao mesmo tempo, um novo discurso acadêmico que supera os enfoques tradicionais sobre desenvolvimento local e regional e um novo discurso social, designando novas realidades socioeconômicas, especialmente novas relações entre economia e território<sup>440</sup>. Tais autores concordam que a concepção sobre desenvolvimento territorial corresponde a um novo paradigma científico que nos permite levar em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que supõe a superação das fronteiras disciplinares. Além disso, há a concordância entre os autores de que o enfoque do desenvolvimento territorial questiona a visão de espaço, típica do modelo de produção fordista, favorecendo uma visão multiescalar e multidimensional do desenvolvimento.

Tais reflexões reafirmam posicionamento aqui assumido, quanto à concepção sobre desenvolvimento territorial, transcrito do livro *Território, Governança e Desenvolvimento Territorial*. O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população<sup>441</sup>.

Alguns elementos constitutivos da concepção sobre desenvolvimento territorial aqui expressa merecem rápidos comentários<sup>442</sup>. Primeiro, o desenvolvimento é compreendido como um processo, não uma etapa ou estágio. Segundo, trata-se de um processo situado histórica e territorialmente. Assim, tem-se o entendimento de que não é adequado referir-se a estados federados ou países desenvolvidos (ou subdesenvolvidos), tratando-se estes, portanto, de constructos teóricos falaciosos. Terceiro, quando nos referimos ao desenvolvimento territorial, tem-se claro que os processos de desenvolvimento não estão sustentados apenas na dinâmica territorial, mas integram-se em dinâmicas intra, extra e supraterritoriais. Quarto, processos de desenvolvi-

439 Lévesque (2010).

440 *Economia e Território* é o nome de um livro que resgata o debate contemporâneo da relação entre desenvolvimento econômico e território, numa coletânea, com autores de renome nacional e internacional dos diversos aspectos que compõem a problemática territorial do desenvolvimento: Campolina Dinis e Lemos (2005).

441 Dallabrida (2015a, p. 325).

442 Conf.: Dallabrida (2016a).

mento são resultado de ações que se originam na dinâmica territorial, pela potenciação, uso, aproveitamento, dos seus recursos e ativos territoriais. E, o mais importante: são fundamentais, da mesma forma e na mesma intensidade, recursos e ativos materiais ou imateriais, genéricos e específicos, sem desconsiderar que os imateriais e específicos, na contemporaneidade, recebem cada vez maior destaque como uma vantagem diferenciadora dos territórios, no processo de competitividade global. Por último, o objetivo finalístico dos processos de desenvolvimento territorial é a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população, sem o que, não se pode falar em desenvolvimento territorial.

Por fim, retoma-se aos principais argumentos expressados nesta proposta teórico-metodológica. O território com seu patrimônio territorial é a principal referência para orientar os processos de desenvolvimento localizados, sendo a acepção de governança territorial, com seus princípios orientadores e critérios, o método para guiar a ação coletiva.

**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro teve como preocupação central sintetizar as diferentes teorias, enfoques ou abordagens teóricas que, historicamente, têm centrado seu foco na tentativa de responder uma pergunta: por que algumas regiões, territórios ou países se desenvolvem e outros não? Ou, de uma forma mais adequada: quais as aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de territórios, regiões e países? São estas aproximações teóricas, na forma de correntes teóricas, enfoques ou abordagens, que são genericamente chamadas de Teorias do Desenvolvimento.

Neste capítulo final, pretende-se centrar o foco em quatro questões fundamentais. Primeira, retomar a reflexão sobre o real sentido do desenvolvimento. Segunda, tentar uma síntese integradora das ideias centrais de algumas das principais teorias, enfoques ou abordagens teóricas sobre desenvolvimento. Terceira, ousar em sintetizar alguns indicativos sobre os fatores determinantes do desenvolvimento regional. Quarta, ressaltar alguns limites da teoria e desafios da prática do desenvolvimento local, regional ou territorial.

### 5.1 O real sentido de desenvolvimento

Pessoalmente se tem feito referência ao desenvolvimento, preferindo o uso do conceito desenvolvimento territorial, compreendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população<sup>443</sup>. É uma concepção pessoal, que ressalta a ideia de processo, de mudança estrutural, concebe a sociedade como ator, ressalta sua dimensão localizada e considera a dinamização socioeconômica como possibilidade, não única, de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população de um território, região ou local.

No decorrer deste livro, em especial no capítulo que se referiu à abordagem territorial do desenvolvimento, foi ressaltada a relação entre território e desenvolvimento, daí uma das justificativas principais para se preferir ao uso do conceito desenvolvimento territorial.

Além das obras já citadas no decorrer do texto do livro, dois livros na forma de coletânea, com contribuições de vários autores referenciais, nacionais

e internacionais, foram publicados no Brasil no início dos anos 2000, os quais merecem destaque por reafirmar a importância da dimensão territorializada, de complexidade, inter e multidisciplinar do desenvolvimento. Tratam-se dos livros *Economia e Território*, sob a organização de Campolina Dinis e Lemos e *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*, organizado por Ribeiro e Milani<sup>444</sup>. Os textos das duas obras, com as argumentações de seus autores, por si só, constituem-se em marco para reafirmar, definitivamente, que o desenvolvimento ocorre no território e, necessariamente, abrange as dimensões que o constituem, a social, cultural, econômica e ambiental.

Um autor, obrigatoriamente, precisa ser mencionado quando se faz referência ao real sentido do desenvolvimento. Trata-se Amartya Sen<sup>445</sup>. Superando o tradicional enfoque economicista do desenvolvimento, o autor defende que muitos problemas de privação e pobreza estão presentes não só nos países ditos subdesenvolvidos, mas também nos desenvolvidos, mesmo que numa escala menor. A principal tese do autor é que o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades individuais. Tais liberdades seriam, segundo Sen, os principais meios e fins do desenvolvimento. A conquista das liberdades individuais seria a base para o desenvolvimento. Isso implicaria em eliminar suas principais fontes limitadoras, tais como a pobreza, a opressão, a carência de oportunidades econômicas, a privação social, a presença sistemática de Estados repressivos ou antidemocráticos, em suma, a falta de liberdades substantivas. Isso inclui boa alimentação, saúde e educação, meio ambiente saudável, oportunidades de lazer, possibilidade de se expressar livremente, enfim, a construção de um ambiente com democracia, igualdade e equidade. Assim, a liberdade de escolha, a partir de juízos de valor formados de forma independente, estaria sempre combinada e condicionada à capacidade real de ser e de fazer. Veja-se que a noção de desenvolvimento defendida pelo autor, com a qual se concorda, está mais próxima da noção de felicidade, do que da dimensão poder aquisitivo.

Já Castoriadis<sup>446</sup>, refere-se ao desenvolvimento como um estágio da sociedade que pode ser reconhecido como a possibilidade de todos os habitantes da terra ter acesso à água potável, alimentação equilibrada, saúde, educação e democracia, como um processo de aprimoramento das condições do viver em sociedade. Por considerar que esses não são os parâmetros tradicionais para se considerar um território, região ou país desenvolvido, ele afirma que a concepção de desenvolvimento usual representa o propósito de modernização capitalista,

444 Campolina Dinis e Lemos (2005) e Ribeiro e Milani (2009).

445 Conf.: Sen (2000).

446 Castoriadis (1992). Celso Furtado, numa de suas obras, também se refere ao mito do desenvolvimento: Furtado (1974). Obra recente sintetiza as reflexões de Castoriadis: Gabatz (2014).

este articulado pelos países considerados as potências hegemônicas. Pelo fato de que o desenvolvimento e o progresso prometidos pela ciência moderna e pela evolução tecnológica e econômica no decorrer da história do capitalismo mundial não foram efetivados, para o autor, o desenvolvimento é um mito.

A concepção de desenvolvimento de Castoriadis se aproxima da argumentação de Amartya Sen. Assim, as concepções dos dois autores citados relaciona desenvolvimento com um estado de felicidade da pessoa humana. Além disso, é possível afirmar que, tanto na concepção de desenvolvimento de Castoriadis, como na de Sen, está contemplada a multidimensionalidade do desenvolvimento: social, econômica, cultural, política, espacial e histórica. Ou seja, o desenvolvimento é um fenômeno complexo que se realiza sempre em territórios específicos. Resulta de dinâmicas socioeconômico-culturais muitas vezes conflituosas e da manifestação de forças contrárias. Assim, as situações concretas de desenvolvimento se constituem em arranjos temporários, que também podem ser chamadas de pactos socioterritoriais<sup>447</sup>, repensadas temporariamente, considerando mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que venham a ocorrer. Como tais situações são resultantes da disputa de interesses divergentes, a questão do jogo de poder precisa ser considerada.

O economista brasileiro Celso Furtado<sup>448</sup> afirma que o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado contemporaneamente em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção, à medida que este, mediante a acumulação de riquezas e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo sentido do conceito desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. Este último sentido, está em consonância com a concepção de desenvolvimento de Amartya Sen e Castoriadis, a qual, também, é defendida pessoalmente.

Acrescenta, ainda, Furtado que a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: (i) a do incremento da eficácia do sistema social de produção, ou seja, a satisfação das necessidades elementares da população; (ii) a da consecução dos objetivos a que almejam os grupos dominantes de uma sociedade; (iii) a do aumento da eficácia do sistema de produção, pela utilização de recursos escassos. Considerando que tais dimensões, muitas vezes são conflitantes, ou ambíguas, pois as aspirações de um grupo social, por exemplo, o dominante, não coincide com as da maioria da população, o padrão de desenvolvimento implantado nos territórios não necessariamente atende às expectativas e necessidades da sociedade como um todo. Tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua execução é concebível

447 Termo explicitado em Dallabrida (2007).

448 Furtado (2000a). Ver abordagem do tema, também em Furtado (2000c).

sem que esteja contemplado o embate ideológico. Significa ter-se claro que o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente apresentado como indicador principal de desenvolvimento, não é suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população. Em alguns casos, ressalta Furtado, algumas atividades econômicas têm contribuído para a degradação das condições de vida de uma massa populacional, por exemplo, como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Outro exemplo, a manutenção de práticas apoiadas na utilização intensiva de energia, ou de consumo intensivo de recursos naturais, contribui para agravar a tendência a que o crescimento econômico tenha se transformado numa ação crescentemente predatória<sup>449</sup>.

Sobre a situação de desenvolvimento e subdesenvolvimento, Furtado<sup>450</sup> afirma que a formação do sistema econômico mundial apoiou-se tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Assim, implica em considerar desenvolvimento e subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla for a divisão internacional do trabalho, mais profundas serão as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia.

Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial<sup>451</sup>. Aqui, fica clara a visão histórica e estruturalista de desenvolvimento de Furtado. Por fim, Furtado é taxativo quando se refere à necessidade de se superar a ideia, ainda presente na academia, mas principalmente nas lideranças e população em geral, de ver o subdesenvolvimento como uma etapa para se chegar ao desenvolvimento. Taxativamente, afirma o autor: o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa para a qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento<sup>452</sup>.

Ou seja, a questão do subdesenvolvimento, não se trata de uma fase do processo de desenvolvimento, ou uma etapa que deveria ser necessariamente superada pelos países ditos subdesenvolvidos, nem mesmo corresponde a uma sociedade tradicional ou arcaica, nem mesmo a uma sociedade ou

449 Conf. Furtado (2000c). Exige que se faça menção à dimensão ambiental do desenvolvimento, ou o que é entendido como desenvolvimento sustentável. O tema aqui não será aprofundado. Sugere-se alguma bibliografia básica sobre o tema: Veiga (2005); Giambiagi e Barros (2009); Sachs (2004); Buarque (2006).

450 Furtado (2000a).

451 Furtado (2000c).

452 Conf. Furtado (2000c, p. 253).

economia agrária. Trata-se de uma característica do processo histórico de consolidação e expansão do modo de produção capitalista no mundo, em especial, o mundo ocidental.

## **5.2 Uma síntese integradora quanto às ideias centrais das teorias, enfoques ou abordagens teóricas sobre desenvolvimento**

O fenômeno do desenvolvimento só pode ser entendido em cada realidade concreta, o que torna inverossímeis construções teóricas fechadas como leis de validade universal. Por isso, a capacidade explicativa de determinada teoria ou abordagem teórica precisa ser validada em cada realidade socioeconômica-cultural e em cada tempo histórico. No entanto, algumas abordagens compreendem constructos teóricos mais generalizantes, portanto, com maior capacidade explicativa de diferentes realidades. Assim, sem a pretensão de esgotar o tema, serão feitas aqui referências a algumas teorias, enfoques ou abordagens teóricas, consideradas chave para a realidade brasileira.

Inicia-se pela referência aos teóricos cepalinos. A grande contribuição dos teóricos da Cepal, com destaque para Raul Prebisch e Celso Furtado, foi o fato de estruturar a chamada teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano<sup>453</sup>, como alternativa às teorias econômicas que tratavam o fenômeno do desenvolvimento como universal, as quais não davam conta das especificidades históricas e regionais. Assim, os autores cepalinos, em suas abordagens teóricas ressaltaram um traço comum: a necessidade de entender o subdesenvolvimento num contexto histórico específico e que, assim sendo, precisava de uma teorização própria. Apesar de algumas críticas a tais abordagens teóricas, as mesmas interferiram fortemente nas políticas de desenvolvimento dos governos da época.

Segundo Furtado, nenhuma ideia tem tido tanto significância na formação da visão nova de desenvolvimento como a de estrutura tipo centro-periferia formulada por Raul Prebisch<sup>454</sup>. O autor explicitou com suas argumentações as heterogeneidades do sistema capitalista, mostrando ser necessário atentar para a formação histórica dos países, com o fim de entender a especificidade da situação de subdesenvolvimento. Seu ponto de partida foi a crítica ao caráter estático da teoria do comércio internacional, fundada na ideia das vantagens comparativas, cuja validade já era contestada pelo mundo acadêmico. Segundo as teorias do comércio internacional, na medida em que os países participassem no comércio internacional com os produtos

453 Referência feita por: Ribeiro e Loiola (2009).

454 Algumas das publicações do autor: Prebisch (1949; 1963a/b; 1964; 2000a/b/c/d).

que suas vantagens comparativas indicassem, automaticamente, evoluiriam para uma situação de redução das disparidades nos níveis de renda. Ocorre que os estudos mostraram ser esse um equívoco.

Os estudos dos estruturalistas latino-americanos evoluíram no sentido de uma abordagem interdisciplinar da temática do desenvolvimento e de uma caracterização mais rigorosa do subdesenvolvimento, visto como a conformação de sociedades em que as relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social. Suas ideias deram origem à chamada escola estruturalista latino-americana do pensamento econômico. A partir destas concepções teóricas, foram gestadas as ideias que vieram a dar base ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais dos países latino-americanos. Indicava-se claramente que o caminho dessas políticas seria a industrialização com intervenção do Estado, a partir da prática do processo de substituição de importações, cujo resultado esperado era a superação da condição de subdesenvolvimento relativo desses países, assim como a alteração estrutural das suas inserções na divisão internacional do trabalho. Para não se referir a mais um equívoco, considere-se, ao menos, uma perspectiva pouco eficaz na prática.

De forma adicional aos autores cepalinos, outros autores clássicos aqui referidos, tais como, Perroux, Myrdal e Hirschman, apontaram para a necessidade de se compreender que o desenvolvimento é regionalmente desequilibrado, também, se contrapondo aos teóricos liberais do desenvolvimento, que defendiam que as forças do mercado, automaticamente, levariam ao crescimento econômico convergente, resultando no desenvolvimento equilibrado. Perroux, por exemplo, mostra a importância de se incentivar os polos de crescimento, como uma unidade econômica motriz, gerando efeitos de aglomeração e proporcionando ganhos cumulativos de localização. Para Perroux, o desenvolvimento é a combinação de transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilita o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global. Já Hirschman, ressalta os efeitos de arrasto e de propulsão, as chamadas linkagens ou efeitos para frente e para trás. Tais efeitos orientariam as decisões de investimento, em função da capacidade para provocar modificações estruturais propícias ao desenvolvimento. De maneira geral a origem das abordagens sobre aglomerações produtivas remetem à Marshall, a partir da experiência dos distritos industriais da Inglaterra, ainda no século XIX. O foco nas aglomerações produtivas está associado à ideia de que a dimensão puramente setorial é insuficiente para o entendimento de determinadas formas de organização produtiva. Os componentes territoriais passam a ser destacados, fazendo uma relação entre aglomeração

e desenvolvimento<sup>455</sup>. No entanto, essas abordagens, mesmo tendo uma capacidade explicativa lógica, têm suas limitações no sentido de aplicabilidade em realidades socioeconômico-culturais diferenciadas. É o caso de sua aplicação em países latinoamericanos, no período posterior aos anos 1950.

Ribeiro e Loiola<sup>456</sup> classificam as vertentes teóricas focadas nas aglomerações produtivas territoriais em cinco grupos: (1) as que se inspiram na experiência dos distritos italianos ou europeus de modo geral; (2) as que se baseiam na natureza localizada da inovação tecnológica da dinâmica industrial; (3) as que se fundamentam na economia regional para estabelecer relação entre geografia econômica e desempenho industrial; (4) as que focalizam as estratégias das empresas na busca por vantagens competitivas geograficamente restritas; (5) a abordagem da Nova Geografia Econômica.

Manter, como continuidade do parágrafo anterior, agrupar as teorias sobre a dinâmica regional, ou, teorias sobre a organização espacial da economia<sup>457</sup>. Trata-se de um conjunto de teorias que têm aspectos em comum, apesar de suas especificidades. O foco de estudo e análise de tais concepções teóricas é o processo de determinação da renda, como a expressão e a causa do movimento do capital no espaço. A tese principal é que o movimento do capital não ocorre simultaneamente no espaço. Pelo contrário, este movimento é bastante irregular e uma vez iniciado em determinados pontos tende a torná-los cada vez mais dinâmicos e concentrados. Destes autores, faz-se referência, especialmente, às seguintes contribuições teóricas: (i) a Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux e Jacques Boudeville; (ii) o enfoque teórico sobre desenvolvimento econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa, a lógica de Gunnar Myrdal, o enfoque sobre Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento sob a ótica de Albert Hirschman e a Teoria da Base de Exportação de Douglass North.

Estes teóricos, baseados em conceitos de polarização da produção e em economias externas, evidenciavam a irregularidade do processo de crescimento e, portanto, a necessidade de intervenção estatal no mesmo, dada sua tendência à concentração setorial e espacial. Seus trabalhos demonstravam que uma vez estabelecidas vantagens ou desvantagens comparativas em determinados espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios do capital e de outros fatores de produção, que são expressos na expansão ou na estagnação destes espaços. A partir destas constatações e consideradas as particularidades de cada autor, são realizadas algumas recomendações de políticas econômicas que constituíram as bases teóricas para o surgimento

455 Conf.: Ribeiro e Loiola (2009).

456 Conf.: Ribeiro e Loiola (2009).

457 Conf.: Lima e Simões (2009).

de atividades industriais e urbanas nos países periféricos, cujo principal objetivo deveria ser a integração da economia nacional. Segundo estas concepções teóricas, o desenho institucional necessário para a consecução deste objetivo necessitaria de grande participação do Estado nacional, visto que este seria capaz de articular diferentes atores e realizar investimentos nos mais variados setores e regiões, ampliando os efeitos de encadeamento do setor produtivo e os efeitos de transbordamento entre regiões. No Brasil, estas concepções teóricas e suas recomendações de políticas econômicas foram sintetizadas em um modelo de intervenção estatal, chamado desenvolvimentista, no qual a industrialização era vista como a única forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza e, por este motivo, a mesma deveria ser planejada, apoiada e conduzida pelo Estado. Assim, entre as décadas de 1950 e 1970 este modelo se tornou predominante nos países periféricos, inclusive no Brasil, que procurou seguir todas as suas diretrizes<sup>458</sup>, com seus acertos e equívocos.

Outro aspecto a ser destacado na tentativa de síntese integradora das ideias centrais das teorias do desenvolvimento é o papel de John Keynes. Keynes, ao defender a insuficiência de coordenação como causa primária do desemprego intermitente e crônico, restabeleceu a primazia do aspecto político sobre o econômico, como principal razão explicativa do crescimento econômico. Defrontou-se com o pensamento econômico neoclássico, o qual se restringia ao estudo das condições de equilíbrio dos mercados concebidos isoladamente. Segundo Furtado<sup>459</sup>, conceber a política econômica como um esforço de coordenação de decisões no mercado, constituía uma ruptura frontal com a visão otimista, principalmente, no que diz respeito à eficácia do sistema de preços, defendida pelo pensamento neoclássico. Isso acentuava a importância dos centros de decisão nacionais, especialmente, reforçando o papel do Estado como regulador do mercado.

Várias correntes teóricas são complementares. Por exemplo, pode-se fazer uma relação entre as ideias de Perroux e Schumpeter. Schumpeter dava ênfase considerável ao efeito de inovação, mas a circunscrevia a um quadro de referências econômico. Já Perroux conceituou o efeito mais complexo de dominação, que se desprende da dimensão econômica, relacionando o processo social com o espaço físico, pondo em evidência o fenômeno das macrodecisões. A decisão de investimento, não obedeceria exclusivamente a fatores de ordem econômica, mas a fatores locais,

458 Conf.: Lima e Simões (2009).

459 Conf.: Furtado (2000c).

por exemplo, de instalação de uma indústria motriz provocando efeitos de expansão. Enquanto Schumpeter manteve-se na ideia de equilíbrio geral, outro autor Myrdal procurava argumentar que a ideia de que o processo social se realizaria na direção do equilíbrio era equivocada. A realidade social apresentar-se-ia, então, sob a forma de processos causais em cadeia. Com isso, aproximava-se de uma percepção da realidade social próxima à visão histórica. Observar o desenvolvimento como um processo global histórico é evitar toda a linha demarcatória rígida entre elementos funcionais e estruturais. Contrariava, com isso, também aos teóricos etapistas do desenvolvimento<sup>460</sup>.

É fundamental ressaltar a importância da contribuição de teóricos de ideologia socialista nas teorias do desenvolvimento. No entanto, apesar das interessantes contribuições destes teóricos, tanto de economistas como sociólogos, geógrafos e politólogos, sua influência nas políticas de desenvolvimento pode-se dizer que foi restrita. No entanto, se for considerado que alguns teóricos estruturalistas, historicistas e regulacionistas em parte assumiram alguns princípios da contribuição teórica dos socialistas, pode-se dizer que seu papel foi significativo. Assim, o principal contributo dos teóricos socialistas nas teorias do desenvolvimento foi o fato de assumirem uma postura crítica às visões liberais, que propunham avanços a partir de automatismos, desconhecendo os conflitos de interesses intrínsecos ao próprio sistema capitalista.

Por fim, entende-se ser possível posicionar o conjunto das teorias do desenvolvimento em quatro grandes blocos. O primeiro, agrupando as teorias liberais ou ideologicamente conservadoras. O segundo, as teorias de cunho liberal-conservador, no entanto, precursoras de alguma forma de regulação. O terceiro, as teorias de caráter regulacionista e intervencionista, no entanto, semi-conservadoras. O quarto, as teorias marxistas ou de vanguarda intelectual. No quadro abaixo, agrupam-se as diferentes teorias, enfoques ou abordagens teóricas sobre desenvolvimento, conforme proposto.

**Quadro 2 – Agrupamento das teorias do desenvolvimento em quatro grandes blocos**

Classificação	Características	Teorias ou enfoques
Teorias liberais ou ideologicamente conservadoras	Mudanças a partir de automatismos, a ideia do livre mercado e do não intervencionismo estatal ou de qualquer outra origem, mesmo de instituições ou da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Economistas clássicos em geral, com exceção de Carl Marx</li> <li>-O pensamento dos fisiocratas</li> <li>-As teorias clássicas espaciais ou da localização</li> <li>-O Neo-evolucionismo ou Etapismo de Rostow</li> <li>-As teorias neoclássicas de crescimento e da convergência</li> <li>-A teoria da modernização</li> <li>-Teóricos brasileiros considerados desenvolvimentistas, ligados ao setor privado</li> <li>-Teóricos brasileiros da corrente de pensamento neoliberal</li> </ul>
Teorias de cunho liberal-conservador; no entanto, precursoras de alguma forma de regulação	São concepções de teóricos de caráter liberal-conservador; no entanto, que avançam, criticando as ideias hegemônicas do seu meio, ou propondo novas explicações causais à realidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Concepção marshalliana de distritos industriais</li> <li>-Concepção shumpeteriana</li> <li>-Concepções keynesianas</li> <li>-Teoria da base de exportação</li> <li>-Teoria do desenvolvimento regional com base no produto primário</li> <li>-O enfoque da Ciência Regional</li> <li>-Concepção neoclássica sobre a localização das atividades produtivas: a teoria da polarização ou do desenvolvimento regional polarizado, além da teoria dos polos de crescimento</li> <li>-Concepção das chamadas teorias do desenvolvimento desigual: teoria da dinâmica circular cumulativa, teorias dos encadeamentos, linkagens e do grande impulso</li> <li>-Teoria do crescimento endógeno</li> <li>-Teóricos nacionalistas e desenvolvimentistas brasileiros ligados ao setor privado</li> <li>-Abordagem teórica sobre acumulação flexível</li> <li>-O enfoque teórico das vantagens competitivas de Porter</li> <li>-O enfoque teórico da Nova Geografia Econômica</li> </ul>

## Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Classificação	Características	Teorias ou enfoques
<p>Teorias de caráter regulacionista e intervencionista, no entanto, semi-conservadoras</p>	<p>Concepções teóricas que propõem diferentes formas de regulação e intervencionismo seja estatal, ou da sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Concepções teóricas do chamado estruturalismo latino-americano, com suas variantes: teoria da dependência, concepção sobre centro e periferia, da deterioração das relações de trocas ou das trocas desiguais</li> <li>-Teóricos nacionalistas e desenvolvimentistas brasileiros ligados ao setor público, tais como Celso Furtado e seus discípulos</li> <li>-Abordagens marshallinas com base nos distritos industriais italianos e europeus em geral</li> <li>-Concepção da Escola da Regulação ou teorias da regulação</li> <li>-Concepções teóricas neoschumpeterianas, em geral</li> <li>-Concepções teóricas institucionalistas e neo-institucionalistas, com destaque aos enfoques sobre capital social e Nova Economia Institucional</li> <li>-Concepções teóricas da Escola Californiana, com destaque para o enfoque dos ativos relacionais</li> <li>-Os enfoques teóricos sobre cluster, arranjos ou sistemas produtivos locais</li> <li>-Enfoques teóricos sobre a sociedade ou economia em rede, cidades mundiais e cidade-região e sobre economia popular e solidária</li> <li>-Os enfoques teóricos sobre desenvolvimento (econômico) local e endógeno</li> </ul> <p>A abordagem centrada no papel da classe criativa e regiões engenhosas</p> <p>O enfoque sobre Economia Circular</p>
<p>Teorias marxistas ou de vanguarda intelectual</p>	<p>Crítica radical ao sistema de produção capitalista e às concepções teóricas liberais-conservadoras sobre desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Concepções clássicas de Marx e seus discípulos</li> <li>-Concepções neo-marxistas</li> <li>-Teóricos brasileiros da corrente teórica socialista</li> <li>-Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de Harvey</li> <li>-O Ecomarxismo</li> <li>-O Ecofeminismo</li> <li>-A perspectiva da Decolonialidade</li> <li>-A perspectiva do Pós-Desenvolvimento</li> <li>-A abordagem territorial do desenvolvimento, tendo o território com seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria (2017).

Veja-se que esta é uma forma de posicionar o conjunto das concepções teóricas sobre desenvolvimento, não necessariamente a mais acertada. O objetivo único é situar o conjunto das teorias, enfoques e abordagens sobre desenvolvimento, segundo sua concepção ideológica, mais, ou menos conservadoras, ou de vanguarda.

### 5.3 Uma síntese de indicativos sobre fatores determinantes do desenvolvimento

Ao se recorrer à literatura nacional e internacional, muitas são as recomendações para responder à questão central deste livro: **qual a melhor explicação sobre as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios e países?** É claro que não há uma recomendação que seja capaz de dar uma resposta universal. Até por que, como se afirma nesta obra, o desenvolvimento é um processo complexo, dependente de fatores exógenos e endógenos, muitos deles, não controláveis pela sociedade regional e, muitas vezes, pelo próprio Estado Nacional.

Sem a pretensão de passar receitas, o que seria um equívoco, sintetizamos algumas contribuições de diversos autores, com os quais se tem alguma concordância de posicionamento. Iniciamos por Boisier, sintetizando algumas ideias de uma publicação feita em 1989, pois muitas das indicações feitas na época são ainda válidas<sup>461</sup>.

Uma das primeiras observações que se pretende recuperar da obra referida é sobre a questão do planejamento regional. Sem dúvida, a necessidade de pensar estratégias de desenvolvimento é admitida, por quase por todos os teóricos, como essencial. No entanto, Boisier aponta quatro questões em que se precisaria avançar. A primeira é o caráter mecanicista e acrítico de sua prática<sup>462</sup>. Ou seja, historicamente, tem se aplicado teorias, modelos, metodologias e políticas pensadas em função de contextos reais, geralmente regiões ou países europeus e norte-americanos, com características muito diferentes da realidade brasileira e latino-americana.

A segunda questão apontada por Boisier, à qual já se fez referência em publicações pessoais<sup>463</sup>, é o foco do planejamento autocentrado na dimensão regional. Muitas vezes, tanto o diagnóstico, como as propostas de políticas são concebidas como sendo pertencentes ao universo regional fechado em si mesmo. O reflexo principal é a dissociação entre as políticas regionais,

461 Boisier (1989).

462 Em geral, é chamada de **mecanicista**, a teoria segundo a qual todos os fenômenos que se manifestam nos seres vivos são mecanicamente determinados. Nas organizações, a máxima eficiência é buscada através da avaliação pormenorizada do seu funcionamento. No sentido aqui aplicado, trata-se da aplicação de métodos e técnicas, sem questionar sua adequação à realidade objeto de planejamento (Adaptado de CHIAVENATO, 2000).

463 Destaca-se, especialmente, a abordagem feita em Fernández e Dallabrida (2008).

estaduais e nacionais de desenvolvimento. Questões atinentes, por exemplo, aos blocos regionais internacionais como o MERCOSUL, além de questões globais, são muitas vezes desconsideradas nos processos regionais de planejamento, inclusive, ocorre a desconsideração com o espaço nacional<sup>464</sup>.

A terceira questão se trata do seu enfoque monodisciplinar, no aspecto profissional. Ou seja, a orientação profissional do planejamento regional precisa ter um caráter multidisciplinar. Além da contribuição dos economistas, é fundamental o papel dos geógrafos, sociólogos, antropólogos, historiadores, politólogos, administradores, dentre outros. Segundo Boisier, historicamente, o descuido com esta questão, foi o motivo principal de sua ineficácia e até descrédito com o planejamento, por parte de gestores e lideranças. Essa mesma diretriz, segundo posição pessoal, precisa ser estendida ao debate geral sobre desenvolvimento.

Por fim, Boisier ressalta a histórica separação entre o sujeito e o objeto do planejamento e sua setorialidade. A maioria dos planos tem sido pensada em escritórios, por especialistas, tendo o foco nos setores da economia. Por isso, fala-se em plano para o setor agrícola, industrial, plano para o setor da saúde, da educação. Duas questões precisam ser consideradas. Primeiro, as regiões, mais que divisões geográficas ou recortes territoriais, são expressões territoriais de grupos sociais, com história, consciência territorial e expressão política, ou seja, são sujeitos e não objetos do planejamento. Assim, além do trabalho articulador, orientador e técnico do especialista, é fundamental a participação de lideranças dos diferentes segmentos da sociedade regional no processo de planejamento. Segundo, é fundamental que uma proposta de planejamento seja integrada setorialmente, seja construída a partir de uma visão de desenvolvimento regionalmente construída<sup>465</sup>. Os planos setoriais, quando necessários, precisam ter como referência o padrão de desenvolvimento previamente definido ou eleito regionalmente.

Boisier<sup>466</sup> chega a afirmar que a prática histórica do planejamento *ignorou a política econômica e desconheceu a economia política do desenvolvimento regional*. Ainda sobre o caráter autocentrado do planejamento regional, Boisier alerta para o fato de que as políticas econômicas de natureza global e setorial não são neutras, nem as únicas possíveis. Atendem interesses particulares ou de grupos, que se beneficiam com seus efeitos. Assim, o crescimento econômico regional, ou a falta dele, muitas vezes, é o resultado mais direto da aplicação

464 No Brasil, apesar de tentativas e experiências históricas, apenas em 2007, se fez a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, através da assinatura do Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Seu objetivo geral é reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades das regiões no País. Trata-se de um documento histórico na contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional. No entanto, infelizmente, até meados de 2017, a PNDR é tida muito mais como uma Lei à espera de seu efetivo reconhecimento e aplicação, do que uma referência para gestores e planejadores públicos e privados, que atuam tanto na escala regional, estadual, como na nacional. Ver abordagem sobre o tema em: Araújo (2007); Galvão (2007).

465 Ver abordagem sobre o tema em Dallabrida (2015b).

466 Boisier (1989).

de tais políticas, do que das próprias políticas regionais. Assim, o papel dos planejadores regionais, ou suas lideranças, passa a ser de exercer uma função de controle, dentro do processo de implementação da política econômica que venha impactar regionalmente. A possibilidade efetiva do controle regional tem uma relação direta com o estilo de desenvolvimento<sup>467</sup>. No mínimo, os planejadores regionais deveriam participar efetivamente dos processos de debate sobre alternativas de desenvolvimento, sendo incorporados às equipes diretivas e técnicas dos que decidem a política econômica.

Incluir a sociedade regional como ator no processo de desenvolvimento é a grande tese que está sendo defendida, sem esquecer-se de seus limites. Isso implica na condição do cidadão participar duplamente no processo de decisão. Um representado pelo Estado, como figura política. Outro como ator regional propriamente dito, participando ou fazendo-se representar, nos diferentes fóruns regionais onde são colocadas em discussão e são definidas as estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, a capacidade de organização social regional é crucial a uma forma mais complexa de pensar o desenvolvimento regional. Trata-se da existência, ou não, de atores regionais que possam se mobilizar politicamente em prol dos interesses coletivos, superando interesses de classes ou corporativos<sup>468</sup>.

Este é o grande desafio. É verdade que os atores e poderes na nova ordem mundial ignoram e tiram do jogo os espaços nacionais dos territórios, quando se trata de controle e decisão. Para Dupas<sup>469</sup>, esta avalanche devastadora, precisa ser enfrentada pela cidadania e prática democrática da sociedade, pois a possibilidade do surgimento efetivo de um contrapoder dependerá de fatores mais complexos que podem eventualmente brotar da sociedade civil.

No entanto, além dos limites do poder local, existem práticas viciadas de participação. Explicando melhor, os fóruns que possibilitam a participação da sociedade, em geral, existem. No entanto, como chama a atenção Acsehrad<sup>470</sup>, o propósito da prática da cidadania, tem levado à criação de inovações institucionais como fóruns e conselhos de participação comunitária, que nem sempre produzem uma maior democratização da administração pública ou uma maior participação dos cidadãos. O perigo está em que os atores regionais e membros dos movimentos sociais sejam submetidos às relações de poder político ou ao domínio do discurso de especialistas, na construção de coalizões

467 O termo estilo de desenvolvimento, não é universalmente aceito. Foi introduzido pelos teóricos da Cepal na década de 1960 e é utilizado aqui para referir-se às características do conjunto das políticas de desenvolvimento de um determinado período, numa região ou país. Por exemplo, se pode falar num estilo de desenvolvimento de excessiva abertura ao mercado externo, ou um estilo protecionista, em que as políticas governamentais restrinjam a entrada de determinados produtos concorrentes, através da aplicação de taxas alfandegárias. Ver abordagem em: Hilhorst (1981).

468 Boisier (1989).

469 Dupas (2005).

470 Acsehrad (2002).

locais para a disputa de recursos públicos. Assim, segundo o autor, torna-se necessário refletir criticamente sobre certos espaços públicos constituídos sob a forma de fóruns e conselhos, preocupados com a construção de propostas consensuais, de forma participativa.

É importante esclarecer que não se trata de qualquer tipo de desprezo à existência de tais fóruns. Trata-se, isto sim, da necessidade de qualificar a democracia que neles impera. O poder de decisão de determinados atores, sejam políticos ou empresários, muitas vezes, impede o debate crítico, com o que determinadas decisões seriam questionadas, revertendo tendências de mandonismo, clientelismo, politicagens de todos os tipos, decisões centralizadas, ou votações que apenas referendam decisões já tomadas em outra instância. Um exemplo é o fato de que muitas vezes os governos centrais encaminham para o debate regional propostas de investimentos que já dispõem de previsão orçamentária, ou de recursos que são de aplicação obrigatória por lei. Tais práticas contribuem para o aumento do descrédito da sociedade em relação ao seu poder de interferir nas decisões, o que não é recomendável para a sobrevivência da democracia cidadã e responsável.

Ainda, para Boisier<sup>471</sup>, o desenvolvimento no longo prazo, não só o crescimento econômico, pode ser explicado como resultado da interação de três tipos de processos ou forças. Primeiro, o desenvolvimento de uma região depende de sua participação relativa no uso dos recursos nacionais. Refere-se a recursos móveis, de caráter financeiro, além de estruturas públicas de apoio ao desenvolvimento, controlados seja pelo governo central ou instituições funcionalmente descentralizadas. São exemplos, no Brasil, os centros regionais de pesquisa, desenvolvimento ou apoio aos setores produtivos, como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional de Apoio à Indústria, Comércio e Agricultura (SENAI – SENAC – SENAR), centros tecnológicos e de pesquisa, além de outras. Mesmo assim, apesar de sua importância, a soma dos recursos nacionais apropriados pela região, mais os recursos propriamente regionais, passam a ser determinantes para o crescimento econômico, mas não necessariamente ao desenvolvimento. É preciso ter em conta, fundamentalmente, a eficiência com que esses recursos são utilizados regionalmente e isso depende de fatores endógenos à região, tais como, o dinamismo social e institucional local.

Um segundo aspecto apontado por Boisier é que o desenvolvimento de uma região é afetado pelos efeitos regionais diretos ou indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais. Em alguns casos, os efeitos dessas políticas podem ser um fator coadjuvante ao desenvolvimento regional. Em outros, o efeito poderá anular o impacto positivo originado pela alocação dos recursos.

471 Boisier (1989).

Este fato implica na necessidade de se avaliar cuidadosamente o impacto geral das políticas macroeconômicas setoriais, principalmente as de maior incidência na região.

Em terceiro lugar, para Boisier, o desenvolvimento de uma região depende de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que podem ser agrupados genericamente sob o título de “capacidade de organização social da região”<sup>472</sup>. Sem esses elementos, poder-se-á gerar regionalmente um processo de crescimento econômico, porém não se produzirá o passo qualitativo, do crescimento para o desenvolvimento. Isso implica, principalmente, na capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento, ou seja, na capacidade de reter e reinvestir na região uma proporção significativa do excedente gerado pelo crescimento econômico. O desenvolvimento, também, implica uma situação de crescente inclusão social, representada tanto na apropriação dos resultados da atividade econômica, como em processos de participação política, de exercício da cidadania. Está-se falando, por exemplo, de apropriação e distribuição de renda, da existência de regimes democráticos de tomada de decisão regional e de participação efetiva dos cidadãos na gestão pública.

Em suma, para Boisier, essa capacidade de organização social deverá estar referida a alguns fatores, tais como: (i) a qualidade, capacidade e identidade da autoridade política da região, fundamentalmente de sua classe política, na representação dos interesses regionais e na organização e condução dos processos de negociação, mediante os quais a região pode aumentar seu controle sobre as variáveis exógenas do desenvolvimento; (ii) a qualidade da tecnocracia regional, ou seja, das equipes técnicas, assessoras da autoridade política, ou da classe dirigente regional; (iii) o dinamismo e identidade da classe empresarial da região, capaz de perceber as oportunidades geradas, quando for capaz de assumir riscos de investimentos associados a novas atividades produtivas e com postura suficientemente identificada com o futuro da região, desempenhando um papel de destaque tanto do ponto de vista do crescimento como do passo para uma situação de desenvolvimento; (iv) a existência de redes associativas ou estruturas sociais regionais, que permitam à população regional dispor de canais de participação.

Alguns comentários sobre os fatores acima mencionados. Primeiro, a referência às redes associativas ou estruturas sociais regionais, que aqui se prefere chamar de estruturas de governança territorial, em alguns Estados do Brasil elas estão presentes. Veja-se, por exemplo, a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul. Apesar de fazer-se necessário a qualificação de tais estruturas de representação social, política e econômica, o que já foi debatido em várias publicações, o importante

472 Boisier (1989).

é que a sociedade desse estado, historicamente, demonstrou ter competência para construir tais tipos de institucionalidades<sup>473</sup>.

Em segundo lugar, parafraseando obra de Boisier já mencionada, algumas reflexões sobre crescimento econômico e desenvolvimento. Entende-se que o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado das forças e mecanismos exógenos à região. Depende, principalmente, das políticas macroeconômicas, do critério que orienta a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional é considerado a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza endógena.

Finalmente, a qualificação de todo esse processo tem uma relação direta com uma questão: se o desenvolvimento é um processo que resulta de negociação entre interesses divergentes, com atores que tem poder de decisão e interferência, quem deve coordenar as negociações? Aqui se deve ressaltar a importância da existência de um agente articulador do processo, ou seja, de uma autoridade política regional, nas palavras de Boisier. Quando se fala em autoridade política, não estamos querendo apenas prefeiturizar o debate. Entende-se como sendo autoridade política regional, o conjunto de atores que, por representar os diferentes interesses regionais, se articulam e assumem o papel de orientadores das políticas de desenvolvimento regional<sup>474</sup>.

Ressaltando o papel das políticas de desenvolvimento local e regional, Vázquez-Barquero<sup>475</sup> faz algumas recomendações: (i) a importância do planejamento do desenvolvimento – é uma técnica composta de conceitos, procedimentos e ferramentas muito usada nas empresas, adequada para serem utilizadas nas cidades ou regiões, permitindo adotar um enfoque estratégico para intervir na dinâmica econômica, concebendo-as como organizações empreendedoras; (ii) as estratégias de pequenos passos – para uma maior eficiência e eficácia das ações, é aconselhável adotar uma estratégia que permita reconstruir o sistema produtivo a partir do potencial e do saber-fazer local, passo a passo; (iii) a compatibilização dos instrumentos com o sistema institucional – estudos de viabilidade devem estabelecer com precisão as ações, para evitar aventuras que conduzam ao fracasso, compatibilizando iniciativas, técnicas, aspectos financeiros e qualificação dos produtores, com a realidade socioeconômica e institucional local; (iv) o fomento à capacidade empresarial e à inovação – a obtenção dos objetivos propostos para o desenvolvimento depende em grande parte da capacidade empresarial e da introdução de inovações; (v) o impulso às redes de empresas – a formação de

473 Sobre estes temas ver, em especial, Dallabrida (2007; 2011b).

474 Ver abordagem sobre o tema em Dallabrida (2015b).

475 Conf.: Vázquez-Barquero (2000).

redes de empresas, indispensáveis nos sistemas locais de produção baseados em pequenas e médias empresas, tem se convertido num dos eixos centrais do desenvolvimento local, necessário para conseguir gerar as externalidades que permitem rendimentos crescentes; (vi) a necessidade de acordos para o desenvolvimento local – a estratégia de desenvolvimento local se baseia na existência e formação de relações econômicas, sociais e políticas e redes de empresas e atores, que se transformem no cérebro da dinâmica econômica da região, localidade ou cidade. Tais acordos podem ser chamados, também, de pactos socioterritoriais<sup>476</sup>.

Todas essas argumentações ou recomendações sobre os fatores que explicam o desenvolvimento mereceriam acréscimos, por exemplo, com as contribuições de um autor brasileiro reconhecido internacionalmente: Celso Furtado. São muitas as contribuições deste autor. Vejamos a contribuição de duas das suas últimas obras publicadas.

Celso Furtado, num dos livros<sup>477</sup> – *O longo amanhecer* –, afirma que, diante da contínua redução da autonomia nacional, torna-se cada vez mais difícil a superação do subdesenvolvimento. Aponta algumas saídas para o Brasil, deixando claro que a solução dos problemas é de natureza política. Em primeiro lugar, segundo o autor, deve-se reverter o processo de concentração de propriedade privada e renda nacional que estão na base dos problemas sociais brasileiros; em segundo lugar, promover a superação dos atrasos nos investimentos em educação, saúde e bem-estar-social do conjunto da população brasileira; e, finalmente, afirma que a inserção do país no processo de globalização deverá se dar no setor tecnológico voltado para o mercado interno. São mudanças estruturais que somente poderão ser concretizadas pelo Estado nacional, não necessariamente pelo mercado.

Já em outro livro<sup>478</sup> – *Em busca de Novo Modelo* –, Furtado retorna ao debate sobre as raízes do desenvolvimento, apontando dois aspectos principais: o padrão de industrialização e a revolução científica. Inicia destacando que a industrialização tardia de países como o Brasil teve impactos diferentes no desenvolvimento, se comparado com a que ocorreu nos países hoje chamados desenvolvidos. Enquanto nestes a inovação e a difusão combinou-se para responder às próprias necessidades das sociedades, nos subdesenvolvidos a difusão foi marcada pela tentativa de imitação dos padrões de consumo do centro, por parte das elites, as classes altas e médias. Esta reprodução dos padrões de consumo, que já a partir da década de 1970 resultou no modelo de subdesenvolvimento industrializado, segundo Furtado, contribuíram para

476 Conf.: Dallabrida (2007).

477 Furtado (1999).

478 Furtado (2002).

reforçar as atuais tendências centrais das economias periféricas: (i) a propensão ao endividamento externo e (ii) a propensão à concentração social da renda. Ambos os processos têm como matriz a alta propensão das elites brasileiras em sua ansiedade em reproduzir o consumo central. No entanto, Furtado alerta que o fato de estarmos presos ao subdesenvolvimento não deve ser motivo para perder de vista a possibilidade do desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento é uma realização do homem através da qual ele realiza suas potencialidades, as quais só são plenas nos quadros de uma sociedade aberta. Portanto, conclui Furtado, somente uma sociedade democrática e pluralista está apta para um verdadeiro desenvolvimento.

#### **5.4 Alguns limites explicativos das teorias do desenvolvimento e desafios da prática do desenvolvimento local, regional, territorial**

É fundamental considerar que as teorias do desenvolvimento, foram elaboradas em tempos históricos específicos e se referindo a realidades situadas territorialmente. Ou seja, as elaborações explicativas dos autores, por mais que tenham lógica argumental e situacional, não são de todo generalizáveis, nem histórica, nem territorialmente.

Por exemplo, Furtado<sup>479</sup> ressalta alguns limites explicativos das teorias dos clássicos da economia. Destaca o autor o que considera uma das principais limitações das teorias econômicas: a relativização da dimensão histórica. Justifica sua defesa, afirmando que o desenvolvimento é um fenômeno com nítida dimensão histórica, pois a situação econômica de cada país ou região enfrenta problemas que lhes são específicos, se bem que alguns sejam comuns a outras economias. Dos fatores que o autor considera específicos, destaca o complexo de recursos naturais, as correntes migratórias e a ordem institucional, o que, segundo ele, singulariza cada fenômeno histórico de desenvolvimento<sup>480</sup>. Em outro ponto da mesma obra, Furtado refere-se às chamadas grandes leis da economia clássica, como a da livre concorrência e a do livre mercado, reafirmando que, ambas, constituem-se, em última instância, construções lógicas de observações históricas limitadas, às quais se pretende atribuir um fundamento

479 Furtado (2000c).

480 Uma obra clássica já destacava a dimensão histórica e política do desenvolvimento: List (1983). Já Chang (2004), adotando uma abordagem histórica, constata que a evolução econômica dos países atualmente desenvolvidos difere extraordinariamente dos procedimentos que eles agora recomendam às nações mais pobres. Nos seus estudos comparativos, conclui que os países desenvolvidos estão tentando chutar a escada, pela qual subiram ao topo, ao impedir que os países em desenvolvimento adotem as políticas e as instituições que eles próprios usaram.

de natureza humana, fazendo infinitas generalizações. Chega afirmar que, por causa desse equívoco metodológico, a economia perdeu durante muito tempo o caráter de ciência, para se transformar num conjunto de preceitos.

Ainda Furtado, ao comentar que o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento, afirma que o aumento da produtividade econômica da empresa individualmente, significa, algumas vezes, apenas aumento da taxa de lucro do empresário. Logo, justifica a necessidade de que a teoria do desenvolvimento inclua necessariamente uma teoria macroeconômica da produção. Disso pode-se concluir que as teorias do desenvolvimento precisam se fundamentar em argumentos explicativos mais complexos, indo além da dimensão empresarial e suas relações com o mercado. Daí a defesa de Furtado de que a teoria do desenvolvimento precisa considerar as condições históricas, sem que estas sejam consideradas determinísticas. Considerando que os teóricos da Economia, principalmente os clássicos, nem sempre ressaltaram os aspectos macroeconômicos, Furtado<sup>481</sup> chega a se perguntar: até que ponto os teóricos da economia se preocuparam com a temática do desenvolvimento, e sim, apenas com a questão do crescimento econômico? Veja-se, que nesta obra faz-se uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Outra limitação explicativa é ressaltada por Furtado<sup>482</sup> ao se referir às teorias schumpeterianas. Para o autor, uma das limitações é querer centrar na empresa e no empresário inovador uma explicação suficiente para entender o processo de mudanças que levam ao desenvolvimento<sup>483</sup>. A crítica sustenta-se no fato de que em tais enfoques, se relativiza o processo histórico e a ordem institucional. Já os enfoques neo-schumpeterianos avançam, ampliando os fatores explicativos, mostrando que as mudanças inovadoras não dependem exclusivamente da existência de um empresário inovador, mas destacam o que em alguns casos é considerado até mais decisivo, a presença local de um contexto histórico e institucional inovador.

Em alguns de seus escritos, o próprio Schumpeter admite que não seja apenas as novas combinações e inovações que levam ao sucesso empresarial. Outra forma seria o estabelecimento de um monopólio. Atualmente esta situação é recorrente na economia mundial. Aliás, inovação, sucesso empresarial e monopólio, parecem ser fatores complementares. As inovações, pelo seu altíssimo custo, dependem de ações conjuntas de investimento, de empresas muitas vezes concorrentes. Assim, a monopolização das inovações resulta em

481 Ver outras observações do autor, em Furtado (2000c, p. 20 e segs.).

482 Furtado (2000c).

483 Ver abordagem de Dallabrida, Covas e Covas (2017), cujo título é sugestivo: *Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente*.

ampliação de relações econômicas monopolísticas, limitando a possibilidade de presença de empresas de pequeno porte no mercado.

Outro aspecto ressaltado por Furtado, é que a ideia de desenvolvimento na teoria schumpeteriana é vaga. A maior insuficiência explicativa da concepção de desenvolvimento em Schumpeter resultaria do fato do autor não haver situado o empresário no seu contexto histórico. Pergunta Furtado, se referindo a Schumpeter: por que não explicitar o contexto de uma sociedade competitiva com longa tradição de apropriação privada dos instrumentos de produção? Furtado acrescenta: uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. Assim, a teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívocos se pretender formulá-la independentemente da teoria da acumulação de capital. A acumulação de capital não pode ser explicada mediante categorias abstratas com pretensões à universalidade, pois está intimamente ligada ao sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda, enfim, a um processo histórico, cujos elementos específicos devem ser identificados<sup>484</sup>.

Boisier<sup>485</sup>, concordando em parte com as afirmações de Furtado, afirma que a maior parte das teorias do desenvolvimento enfatiza muito mais a dinâmica do crescimento econômico, que os fatores que propiciam o desenvolvimento. Responde muito mais ao “como” do que o “por que”, isso, pois, supõe como dadas, certas atitudes da sociedade e como neutras, certas ações públicas. Por exemplo, a teoria das vantagens comparativas ou a teoria da base de exportação poderá indicar acertadamente potencialidades do desenvolvimento, no entanto, sempre que estiverem presentes determinadas condições institucionais e sociais. Ocorre que nem em todas as regiões ou países tais condições estão disponíveis.

Relembrando, Paelinck<sup>486</sup> afirma que a teoria da polarização é uma teoria condicional do crescimento regional, tendo um valor na medida em que existam determinadas condições. Boisier<sup>487</sup> vai além, generalizando a afirmação de Paelinck para a maioria das teorias: todas são condicionadas à existência de condições institucionais e sociais favoráveis ao desenvolvimento. Assim, referindo-se à determinação dos fatores do desenvolvimento regional, o autor defende a necessidade de serem feitas análises interdependentes e multifatoriais, ao contrário do que ocorre com a maioria das explicações teóricas, em geral, baseadas na análise linear. Para o autor, as análises devem considerar as

484 Conf. Furtado (2000c).

485 Boisier (1989).

486 Paelinck (1977).

487 Boisier (1989).

decisões dos indivíduos e das instituições, incluindo o Estado, pois incidem no processo de desenvolvimento regional<sup>488</sup>.

Ressaltando os limites explicativos das teorias do desenvolvimento, principalmente, o discurso descentralizador e territorialmente participativo dos enfoques do desenvolvimento regional, Fernández e Dallabrida<sup>489</sup> fazem algumas observações interessantes. Primeiro, consideram as transformações impostas pelo capitalismo como um “processo multiescalarmente interpenetrado”, o que implica em superar as análises das abordagens teóricas regionalistas, autocentradas exclusivamente na dimensão regional. Segundo, questionam: sendo assim, até que ponto são suficientes tais enfoques? Sem dúvida, afirmam, tais enfoques apresentam fortes restrições no momento da necessidade de explicar a dinâmica territorial do desenvolvimento e construir alternativas para reverter os posicionamentos periféricos, de regiões e localidades de uma forma integral, encaminhando-as para um desenvolvimento dinâmico e convergente, que assegure uma inserção qualificada nas redes de cooperação e competitividade global.

O geógrafo econômico inglês Ash Amin<sup>490</sup> é outro autor crítico de visões ufanistas dos enfoques teóricos sobre desenvolvimento regional. O autor defende uma política regional multiescalar, justificando que não há nenhum recorte territorial idealmente definível para governar. Segundo o autor, a implicância é que se necessita um marco político regional alternativo, que considere as regiões como parte de um conjunto mais amplo de conexões econômicas e de obrigações institucionais. Isso, segundo Amin, traz duas importantes consequências. Uma delas é que a iniciativa local tem que considerar estas conexões e obrigações mais amplas. A outra é que não pode haver uma divisão simples de responsabilidades entre as instituições nacionais e regionais. Conclui Amin que, para uma revitalização da economia efetiva do local, é necessária uma “política multiescalar”, na qual, as regiões se encarreguem de distintas áreas da vida nacional e o Estado selecione oportunidades para elas, reforce estratégias de baixo para cima e regule a competitividade internacional. Implica em uma política regional que explore conexões e fluxos virtuosos e externos, a partir de uma política governamental de caráter distributivo, integrando as instituições nacionais nas regiões.

488 Uma análise linear seria a que considera apenas uma direção de pensamento, considera um único fator. Já uma análise multissetorial seria a que considera múltiplos fatores, por exemplo, para explicar uma determinada realidade.

489 Fernández e Dallabrida (2008).

490 Amin (2007; 2008).

Na mesma direção, Fernández e Vigil<sup>491</sup>, a partir de uma análise crítica dos aportes teóricos do chamado Novo Regionalismo, apontam para uma perspectiva analítica na qual o espaço é conformado por distintas escalas, cujas dinâmicas se superpõem e interpenetram. Assim, segundo tais autores, de um esquema bipolar do desenvolvimento de uma só direção – do local para o global –, apregoado por boa parte dos enfoques do Novo Regionalismo, o desafio é evoluir para um esquema “multiescalar e multidirecional do desenvolvimento”.

Outro autor, o economista brasileiro Carlos Brandão<sup>492</sup>, afirma que ao se pensar uma estratégia de desenvolvimento para um determinado território, região, ou local, exige-se que se antecipem respostas para algumas questões. Quais são os atores, agentes e sujeitos? Quais são seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos? Atuam em que escala espacial? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam (local, metropolitana, nacional)? Onde estão os centros de decisão e comando determinantes dos fatos territoriais sob análise? A resposta a tais questionamentos são referenciais para qualquer intervenção territorial.

Brandão<sup>493</sup>, em outra obra, procura demonstrar as insuficiências, desvios e consequências nefastas da aplicação mecânica do modismo representado pelo que chama de “localismo exagerado”, referindo-se aos diferentes enfoques teóricos que enaltecem exageradamente os processos de gestão e desenvolvimento regional ou territorial, por ressaltarem os microprocessos e as microdecisões. Tais enfoques, segundo o autor, negam a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. Negam também as questões estruturais e, assim, todas as escalas existentes entre o local e o global. Conclui o autor que há um enorme paradoxo subjacente à maioria dessas formulações teóricas, que precisa ser superado. Para Brandão, o processo de definição de uma estratégia de desenvolvimento resulta do enfrentamento de interesses diferenciados, transescalares, o que implica em “construir o desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais e instâncias de poder”. Ou seja, o enfrentamento dos problemas deve ter, então, a natureza transescalar, o que implica em agir e trabalhar em todas as escalas, não ficar apenas na escala localizada.

Por fim, referindo-se às insuficiências explicativas de algumas abordagens teóricas, e ressaltando desafios da prática do desenvolvimento, sintetizam-se aqui o que podem ser considerados os dez principais equívocos dos insumos

491 Fernández e Vigil (2008).

492 Conf. Brandão (2004).

493 Conf. Brandão (2007).

teóricos do Novo Regionalismo. Ou seja, segundo alguns autores, várias são as insuficiências ou fragilidades dos insumos teóricos do Novo Regionalismo, tais como: (i) consideram territórios e regiões como âmbitos espaciais autóctones, harmônicos, delimitados e autossuficientes; (ii) atribuem à interatividade inter-empresarial e interinstitucional a responsabilidade para o sucesso das experiências de desenvolvimento local e regional; (iii) fundam suas análises num esquema bipolar, do local para o global, relativizando interpretações ou estratégias inter e transescalares; (iv) por vezes, ao ressaltar a autonomia da sociedade, reforçam a premissa neoliberal de encolhimento do Estado, o que é um equívoco; (v) superestimam o papel das institucionalidades locais de governança; (vi) exageram em interpretações e proposição de estratégias localistas de desenvolvimento; (vii) induzem a uma endogenia exagerada na promoção de políticas de desenvolvimento, com prejuízo para a valorização de escalas intermediárias ou meso-escalares, como a nacional; (viii) induzem à necessidade de produzir consensos, desconsiderando os territórios ou regiões como uma construção social conflituosa; (ix) induzem a substituir políticas operadas em escalas abrangentes, por procedimentos técnicos acionados em escalas locais fragmentárias; (x) sobrevalorizam o papel dos atores individualmente, com discursos como os da cidadania deliberativa, relativizando o papel das classes sociais<sup>494</sup>.

Não são as únicas, as insuficiências ou fragilidades dos insumos teóricos do Novo Regionalismo, mas certamente serão as mais importantes. O destaque das insuficiências ou fragilidades referidas, não ignora as contribuições que certamente tais insumos teóricos trouxeram ao debate acadêmico e à superação dos desafios do desenvolvimento local, regional ou territorial. No entanto, é necessário reconhecer seus limites, para não criar ilusões.

Apesar de tudo, das possibilidades explicativas e dos limites, o conjunto de teorias, enfoques ou abordagens que apresentam argumentos para explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de regiões, territórios ou países, têm sua validade, mesmo que em graus diferenciados e para determinados contextos socioeconômicos, histórica e territorialmente situados. Cabe aos pesquisadores refletir sobre suas possibilidades e limites e aos gestores ou simples cidadãos interpretar tais contribuições. O importante é considerar que as teorias do desenvolvimento não são verdades absolutas, são reflexões com capacidade de explicar determinadas realidades, mas nem todas e em todo o tempo.

494 Síntese feita a partir da posição crítica sobre o tema, de vários autores, principalmente: Vainer (2003); Fernández e Dallabrida (2008); Fernández e Vigil (2008); Amim (2008); Brandão (2004; 2007); Acselrad (2002).

# REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. H. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 27-47.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ACSELRAD, H. Território e Poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p. 33-44.

AGHION, P. and P. Howitt. **Endogenous Growth Theory**. Massachusetts Institute of Technolog, 1998.

AGLIETTA, M. **Régulation et crises du capitalisme**. Paris: Calmann-Levy, 1976.

AGOSTINI, C.; DALLABRIDA, V. R. Uma compreensão das oportunidades e desafios do Desenvolvimento Local e Regional, a partir do enfoque de uma Economia Política Neo-Gramsciana do Desenvolvimento Contemporâneo. In: AGOSTINI, C.; BANDEIRA, P. S.; DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Contemporâneo e Seus Descaminhos: a contribuição da obra de dinizar becker**. Lageado(RS): Editora UNIVATES, 2009, p. 47-81.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. RedeSist, 2002.

ALBERGARIA, H.; CADIMA RIBEIRO, J.; SANTOS, J. F.; CARBALLO-CRUZ, F.; PONTES, J. P.; FIGUEIREDO, O.; GUIMARÃES, P. A teoria da localização. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**, v. 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Príncipeia, 2009, p. 45-110.

ALBUQUERQUE, F. L. **Desarrollo económico territorial**. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional-Fundación Universitaria, 2001a.

ALBUQUERQUE, F. L. **Desenvolvimento Econômico Local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda. Rio de Janeiro: Editora do BNDS, 2001b.

ALONSO, W. (1964). Teoría de la Localización. En: NEEDLEMAN, L. (Comp.). **Análisis Regional**. Madrid: Tecnos, 1972.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. O potencial Agroecológico dos Sistemas Agroflorestais na América Latina. **Revista Agriculturas**: experiências em Agroecologia, v. 8, n. 2, p. 31-34, 2011.

ALVES, G. Terceirização e Acumulação Flexível do Capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.16, n.31, p. 409-420, 2011.

AMIN, A. La política regional en la economía global. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional**: Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 353-373.

AMIN, A. La política regional en la economía global. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional**: Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 353-373.

AMIN, A. Política regional em uma economia global. In: DINIZ, C. C. **Políticas de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia [sic] e do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 13-36.

AMIN, S. **O Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e fragmentação**. 5<sup>a</sup>. Ed.. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 213-220.

ANDRADE, T. A. Desigualdades regionais no Brasil: uma seleção de estudos empíricos. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 117-135.

ANJOS, F. S.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados** [online], vol. 56, n. 1, p. 207-236, 2013.

ANTONELLI, C. y FERRÃO, J. (Coords.). **Comunicação, conhecimento e inovação**. As vantagens da aglomeração geográfica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2001.

ARAÚJO, T. B. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia [sic] e do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 221-236.

ATRIA, R. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: ATRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGADA, I.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. (Compiladores). **Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL/Michigan State University, enero de 2003, p. 581-590 (Disponível em: <http://www.eclac.cl>).

AYDALOT, P. **Dynamique spatiale et développement inégal**. Paris: Economica, 1976.

AYDALOT, P. **Economie Regionale et Urbaine**. Paris: Economica, 1985.

AYDALOT, P. **Milieux Innovateurs en Europe**. Paris: GREMI, 1986.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.

AZEVEDO, J. L. A Economia Circular aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, **Anais...** Rio de Janeiro/FIRJAN, 13 e 14 de agosto de 2015.

AZZONI, C. R. **Teoria da localização: uma análise crítica**. São Paulo: IPE-USP, 1982.

BADIE, B. **O Fim dos Territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BAGNASCO, A. **La costruzione sociale del mercato**: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia. Bologna: Il Mulino, 1988.

BAGNASCO, A. **Tre Italie**: la problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio - agosto de 2013.

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. C. (Orgs.). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BARAN, A. Paul. **Economia política do desenvolvimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARRO, R. J. and Xavier SALA-I-MARTIN. Convergence Across States and Regions, **Brookings Papers on Economic Activity**, n.º 1, 1991.

BATHELT, H.; MALMBERG, A.; MASKELL, P. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 1, p. 31-56, 2004.

BATHELT, H.; TURI, P. Local, global and virtual buzz: The importance of face-to-face contact in economic interaction and possibilities to go beyond. **Geoforum**, v. 42, n. 5, p. 517-624, 2011.

BECATTINI, G. Del distrito industrial marshalliano a la “teoría del distrito” contemporánea. Una breve reconstrucción crítica. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n. 1, p. 9-32, 2002.

BECATTINI, G. **La coscienza dei Luoghi**. Il territorio come soggetto corale. Roma: Donzelli editore, 2015.

BECATTINI, G. **Mercato e forze locali: il distretto industriale**. Bolonha: Il Mulino, 1987.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.

BENAKOUCHE, R. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras(PT): Celta Editora, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). **As Regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras (Port.): Celta Editora, 1994.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BEVIR, M. Governança Democrática: Uma Genealogia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. **Interpreting British governance**. London: Routledge, 2003.

BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. In: **Economia e Sociedade**, vol. 16, n. 2, Campinas, ago./2007.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLANCO, I., COMÀ, R. La crisis del modelo de gobierno tradicional. Reflexiones en torno de la governance participativa y de proximidad. **Gestión y Política Pública**, v. 12, n. 1, p. 5-42, 2003.

BLAUG, M. A teoria da dominação econômica de Perroux: o caso da roupa do rei. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 196-207.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Orgs.). **Desenvolvimento Local/Regional** – Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 1, 2000, p. 151-185.

BOISIER, S. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Santiago de Chile: ILPES, 1998a.

BOISIER, S. **El vuelo de una cometa**. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. Santiago de Chile: ILPES, Documento 97/37, janeiro/1997 (serie ensayos).

BOISIER, S. **Imágenes en el espejo**: Aportes a la discusión sobre crecimiento y desarrollo territorial. Santiago de Chile: Editorial Puerto de Palos, 2006.

BOISIER, S. **Modernidad y territorio**. Santiago de Chile: ILPES – Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, 1996, (Cuadernos del ILPES, n° 42).

BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional**: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 589-694.

BOISIER, S. Post-scriptum sobre desarrollo regional: Modelos reales y modelos mentales. **Revista EURE**, vol. 24, n. 72, set./1998b, p. 53-69.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 16, p. 185-227, 2008.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 211-250, 2009.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. United Nations for Human Settlements, Madri: Santilana de Ediciones S./A, 1997.

BOSCHMA, R. A. Proximity and Innovation: A Critical Assessment. **Regional Studies**, v. 39, n. 1, p. 61-74, 2005.

BOUDEVILLE, J. **L'espace et les Pôles de Croissance**, Paris: Puf, 1968.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo Nobel, 1990.

BOYER, R. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris: La Découverte, 1968.

BRAGATO, F. F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, v. 19, n. 1, p. 201-215, jan.-abr./2014.

BRANDÃO, C. A. A Espacialidade da Riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do processo de desenvolvimento. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano XV, nº 1, pp. 119-134, Jan./Jul./2001.

BRANDÃO, C. A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRANDÃO, C. A. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C. B. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRESSER PEREIRA, L. C. B. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

BRESSER PEREIRA, L. C. B. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (orgs.). **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. Editora 34. São Paulo, 2001.

BRUCH, K. L. B. **Signos distintivos de origem:** entre o velho e o novo mundo vitivinícola. Programa de Pós-Graduação em Direito (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Université Rennes I, Porto Alegre, RS / Rennes, France, 2011.

BRUSCO, S. The emilian model: productive decentralization and social integration. **Cambridge Journal of Economics**, (6), 1982, p. 167-189.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** Metodologia de planejamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMAGNI, R. **Innovation networks.** Spatial perspectives. London: GREMI-Belhaven Press, 1995.

CAMAGNI, R. Regional competitiveness: towards a theory of territorial capital. In: CAPELLO, R. et al. (eds.). **Modelling regional scenarios for the enlarged Europe:** European competitiveness and global strategies. Berlin: Springer-Verlag, 2008, p. 29-45.

CAMAGNI, R. Territorial Capital and Regional Development. In: CAPELLO, R., and NIJKAMP, P. (eds.). **Urban Dynamics and Growth.** Amsterdam: Elsevier, 2009, p. 121-152.

CAMPOLINA DINIZ, C. **Políticas de desenvolvimento regional:** desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2007

CAMPOLINA DINIZ, C. Repensando la cuestión regional brasileña: tendencias, desafios y caminos. **Revista EURE**, Santiago, v. 29, n. 88, Diciembre/2003.

CAMPOLINA DINIZ, C.; LEMOS, M. (Orgs.). **Economia e Território.** Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005.

CAMPOS, R. O. A crise econômica brasileira. **Digesto Econômico**, n. 108, São Paulo, nov. 1953, p. 28-44.

CAMPOS, R. O. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. **Digesto Econômico**, n. 89, São Paulo, 1952, p. 20-38.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 313-353, 2013.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP/Inst. Economia/Fecamp, 2002.

CANO, W. **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CAPELLO, R. La economía regional tras cincuenta años: desarrollos teóricos recientes y desafíos futuros. **Investigaciones Regionales**, n. 9, 2006, p. 169-192.

CAPELLO, R.; CARAGLIU, A.; NIJKAMP, P. Territorial Capital and Regional Growth: Increasing Returns in Cognitive Knowledge Use. **Tinbergen Institute Discussion Paper**, TI 2009-059/3, p. 1-22, 2009.

CARAVACA, I.; GONZÁLEZ, G.; SILVA, R. Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. **Revista EURE**, v. XXXI, n. 94, 2005, p. 5-24.

CARDOSO DE MELO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: SORJA, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Eds.). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, vol. 4, n. especial, p. 23-47, 2006.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.). **Globalização e Inovação Localizada**: experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília, IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. **Arranjos Produtivos Locais**: uma Alternativa para o Desenvolvimento. Experiências de Política. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2008.

CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos Produtivos Locais**: uma Alternativa para o Desenvolvimento. Criatividade e Cultura. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Networks of Outrage and Hope**: social movements in the internet age. Cambridge: Polity Press, 2012.

CASTELLS, M. **The rise of the Network Society**. Massachusetts-Oxford: Blakwell, 1996.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5 - 27, jan./abr. 2008.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. J. (Orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. v. 1.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 46-69, out. 1999.

CEPAL. **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL**: textos seleccionados. 1. ed. Santiago: Fondo de Cultura Económica/CEPAL, 1998.

CE100 Brasil. **Uma Economia Circular no Brasil: uma abordagem exploratória inicial.** Janeiro/2017. Disponível em: [https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/languages/Uma-Economia-Circular-no-Brasil\\_Uma-Exploracao-Inicial.pdf](https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/languages/Uma-Economia-Circular-no-Brasil_Uma-Exploracao-Inicial.pdf); acessado em: 15/05/2017.

CHAMPREDONDE, M. ¿Qué es un producto típico certificable mediante IG/DO en el contexto Latinoamericano? Ejemplos a partir de casos argentinos. **Perspectivas Rurales.** Nueva Época, Año 10, n. 19, 2011, p. 61-82.

CHAMPREDONDE, M. La valorización de la tipicidad cultural y territorial de productos mediante certificaciones em países de América Latina. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo.** Ijuí: Editora Unijuí, 2012, p. 119-141.

CHAMPREDONDE, M.; BORBA, M. **Diferenciar productos locales contribuyendo al desarrollo territorial.** Montevideo/Uruguay: Ed. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 2015.

CHANG, H-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHRISTALLER, W. (1933). **Central places in southern Germany.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CLARK, C. **The Conditions of Economic Progress.** Londres: McMillan, 1940.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, New Series, v. 4, n. 16, Nov./1937, p. 386-405.

COCCO, G; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CORAGGIO, J. L. A construção de uma economia popular como horizonte para as cidades sem rumo. In: RIBEIRO, C. Q.; SANTOS, O. A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p. 11-24, novembro/2013.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, Janeiro/Abril/2016.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COULERT, C. & PECQUEUR, B. Districts industriels, systemes productifs, localisés et développement. **Actes du Colloque Nouveaux Dynamismes Industriels et Economie du Développement**. Grenoble: IREP, 1994.

COURLET, C. **L'économie territoriale**. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble, 2008.

COURLET, C. **Territoires et régions**: les grands oubliés du développement économique. Paris: l'Harmattan, 2001.

COURLET, C. Les Systèmes Productifs Localisés. Un bilan sur la littérature. Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement. **Economie Rurale**, Société française d'économie rurale, n. 279-284, p. 27-40, 2002.

COURLET, C.; SOULAGE, B. Dinámicas Industriales y Territorio. In: VÁZQUEZ-BARQUERO, A.; GAROFOLI, G. (Editores). **Desarrollo Económico Local en Europa**. Madrid: Economistas Libros, 1995, p. 227-252.

CREVOISIER, O. **Industrie et région**: les milieux innovateurs de l'Arc jurassien. Neuchâtel: EDES, 1993.

CUADRADO ROURA, J. R. Planteamientos y Teorías Dominantes sobre el Crecimiento Regional en Europa, en las ultimas cuatro décadas. **Revista Eure**, N.63, 1995, p. 8-10.

CUNHA, E. A sustentabilidade em Ecovilas: desafios, propostas e o caso da Ecoovila 1 – ARCOO. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 1, p. 113-126, Jan. - Abr. 2010.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Desenvolvimento Territorial**: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: Editora LiberArs, 2014b.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento**: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011b.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento**: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011a, p. 15-38.

DALLABRIDA, V. R. A gestão societária do processo de Desenvolvimento Local/Regional. In: **REA-Revista de Estudos da Administração**, ano 2, nº 3, Ijuí(RS), p. 43-52, jul./dez. 2001.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (20).

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **Revista EURE**, v. 42, n. 126, p. 187-212, mayo/2016b.

DALLABRIDA, V. R. Da vantagem comparativa à *vantagem diferenciadora*: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, p. 104-136, 2012.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e Governança Territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **Redes**, v. 5, n. 3, p. 165-186, dez./2010.

DALLABRIDA, V. R. Desterritorialização. Governança Territorial. Reteritorialização. Territorialização. Território. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, pags. 77-78, 99-100, 145-146, 160-161, 161-162.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y Planificación Territorial: para la institucionalización de una práctica de concertación público-privada. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, v. 4, Año 3, p. 61-94, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015a.

DALLABRIDA, V. R. Práticas de governança territorial e seus desafios. SILVA, I. C.; FRANGELLA, S.; ABOIM, S.; VIEGAS, S. M. (Coords.). **Ciências Sociais Cruzadas entre Portugal e o Brasil: Trajetos e Investigações no ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 55-73, 2015c.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016a.

DALLABRIDA, V. R. Significado e implicações da revalorização do território no processo de desenvolvimento: uma referência ao Território do Contestado (Santa Catarina - Brasil). LIMA, S. R.; TOMPOROSKI, A. A. **Ecos do Contestado**: da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes-CIMH. Palmas (PR): Editora Kaygangue, 2017, p. 231-286.

DALLABRIDA, V. R. Territory Planning and Management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, p. 51-77, 2015b.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em Gestão Social**. 1ed. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014a, v. 1, p. 91-94.

DALLABRIDA, V. R.; BASSO, D.; NETO, B. S. Abordagens Teóricas sobre Desenvolvimento Local e Regional: Apontamentos de Aula no Mestrado em

Desenvolvimento da UNIJUÍ. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre Formação Docente – SINFORMA**. Santa Rosa: UNIJUÍ, 2006 (publicação em CD).

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M. C. M.; COVAS, A. M. A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, RECIFE, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio-ago./2017.

DELGADO N. G.; GRISA, C. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, p. 132-163, 2014.

DEMATTEIS, G. **Progetto implicito**. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città** – Tesi a confronto. Milano: Angeli, 1999, p. 117-128.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (Orgs.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modelo Slot. Milano: Angeli, 2005.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.

DIKEN, P. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DINIS, E. 1995. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 120, n. 2, maio-ago/1995.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.) **Território e Economia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUARTE, P.H e GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. Artigo apresentado no V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem mundial**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005, p. 55-70.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-238.

EMF - FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR - EMF. **Rumo à Economia Circular**: O racional de negócio para acelerar a transição, 2015. Disponível em: [https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a-%CC%80-economia-circular\\_Updated\\_08-12-15.pdf](https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a-%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf); acesso em 15/05/2017.

EMMANUEL, A. **Echange inégal**. Paris: Maspéro, 1969.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. The pluriactivity, part-time farming, and farm diversification debate. **Environment and Planning A**, v. 25, p. 945-959, 1993.

EVANS, P. ¿El eclipse del Estado? Reflexiones sobre estatidad en una era de globalización. California: Universidad de Berkeley, 1997.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, apr./1993.

FARIA, F. A. Economia brasileira e pensamento econômico independente. Comunicação apresentada em: **XVII Jornadas de História Económica da Asociación Argentina de História Económica**, realizada na Universidade de Tucumán, Tucumán (AR), em setembro de 2000.

FARINÓS DASÍ, J. Desarrollo Territorial y Gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación frónetica. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 4-24, jul./dez. 2015.

FARINÓS DASÍ, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A. G. E.**, n. 46, p. 11-32, 2008.

FARINÓS DASÍ, J. Nuevas formas de gobernanza para el desarrollo sostenible del espacio relacional. **Ería**, n. 67, p. 219-235, 2005.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

FEIO, P. A., CHORINCAS, J. Governação territorial e inovação das políticas públicas. **Prospectiva e Planejamento**, n. 16, p. 137-157, 2009.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 1990.

FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los 90s. In: **REDES**, vol. 9, n. 1, jan./abr./2004, p. 7-35.

FERNÁNDEZ, V. R. **Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales**: redefiniendo el cenário global-local. Santa Fe (AR): Ediciones UNL - Universidad Nacional del Litoral, 2003.

FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional** – Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo Regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional** – Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 481-519.

FERNÁNDEZ, V. R.; VIGIL, J. I. Repensando el Nuevo Regionalismo en América Latina. Desde el aislacionismo intra-territorial hacia una estrategia de desarrollo integradora. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional** – Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 429-480.

FERRÃO, J. Educação, sociedades cognitivas e regiões inteligentes: uma articulação promissora. **Inforgo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos**, n. 11, p. 97-104, 1996.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FERRÃO, J. Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos. In: FERREIRA, A. et al. (eds.). **Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano Rurais**, Rio de Janeiro, Consequência, 2013, p. 255-282.

FERREIRA, C. M. C. As Teorias da Localização e Organização Espacial da Economia. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 67-75.

FIGUEIREDO, J. B. A. Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional. **Entrelugares: revista sociopoética e abordagens afins**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 5-20, mar./ago. 2010.

FLORES, M. La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. **Revista Opera**, Colômbia, n. 7, p. 35-54, mayo/2008.

FLORIDA, R. **A Ascensão da Classe Criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class**. New York: Basic Books, 2012. (10th anniversary edition).

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, R. Towards the learning regions. **Futures**, v. 27, n. 5, 1995, p. 527-536.

FOCHEZATTO, A.; VALENTINI, P. J. Economias de Aglomeração e Crescimento Econômico Regional: Um Estudo Aplicado ao Rio Grande do Sul Usando um Modelo Econométrico com Dados de Painel. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v.11, n.4, p. 243-266, Dezembro 2010.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. Repensando a teoria da dependência. Tradução Claudio Alves Marcondes. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

FRANK, A. G. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review Archives**, v. 18 , n.4, p. 17-31, 1966.

FRAYSSIGNES, J. L'ancrage territorial d'une filière fromagère d'AOC, l'exemple du système Roquefort. **Economie Rurale**, n° 264-265, p. 89-103, 2001.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

FRIEDMANN, J. Planejamento Regional: problema de integração espacial. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 381-394.

FRIEDMANN, J. **Regional Development Policy: A case Study of Venezuela**. Cambridge: MIT Press, 1966.

FRIEDMANN, J. The Spatial Organization of Power in the Development of Urban Systems. **Development and Change**, n. 4, 1972-3.

FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, p. 226, 2012.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, ene.-jun./2017.

FUINI, L. L. Território e geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 21, vol. 1, p. 3-20, 2014.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

FUKUYAMA, F. **Trust**. The social Virtues and the Creation of Prosperity, Penguin Books, Londres, 1995.

FURIÓ, E. **Evolución y cambio en la economía regional**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 239-262.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lia S.A., 1970b.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1970a.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000c.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **Em Busca de Novo Modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

GABATZ, C. Cornelius Castoriadis e as significações de uma sociedade fragmentada. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 33, p. 39-52, jan./abr. 2014.

GALVÃO, A. C. F. A Política Brasileira de Desenvolvimento Regional e o ordenamento territorial. In: DINIZ, C. C. **Políticas de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 329-351.

GIAMBIAGI, F.; BARROS, O. (Orgs.). **Brasil Pós-Crise**: Agenda para a próxima década. São Paulo: Campus/Elsevier, 2009.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (ed.). **Dynamiques de proximité**. Paris: L'Harmattan, 2000b.

GILLY, J. P.; TORRE, A. Proximidad y dinámicas territoriales. In: BOSCHERINI, Fabio; POMA, Lucio. **Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas** – El rol de las instituciones en el espacio global. Buenos Aires/Madrid: Niño y Dávila Editores, 2000a, p. 259-294.

GODINHO, I. M. Os modelos de Richardson e de Von Böventer. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**. Volume 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Princípia, 2009, p. 197-217.

GONÇALVES, M. F. W. **Propriedade Industrial e a Proteção dos Nomes Geográficos**: Indicações geográficas, indicações de procedência e denominações de origem. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

GORZ, A. **Les Chemins du Paradis**: L'agonie du Capital. Paris, Editions Galilée, 1983.

GRAÑA, F. Globalización, gobernanza y 'Estado mínimo': pocas luces, muchas sombras. **Polis, Revista Latinoamericana**, n. 12, p. 1-12, 2005.

GRASS-RAMÍREZ, J. F.; CERVANTES-ESCOTO, F.; PALACIOS-RANGEL, M. I. Elementos metodológicos para el fortalecimiento del enfoque de Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL). **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 13, n. 1, p. 63-85, enero/marzo/2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUDIN, E. **Princípios de economia monetária**. São Paulo: Agir, 1979 (v. 2).

GUGLIANO, A. A.; LOCKS, P. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, p. 41-62, jan./abr. 2013.

GUHA, A. **An evolutionary view of economic growth**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GURRIERI, A. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. Vol. 1. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1982.

HAESBAERT, R. C. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, R. C. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. C. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. C. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, Nº 58, 2003, p. 193-224.

HARRIS, C. The Market as a Factor in the Localization of Industry in the United States. **Annals of the Association of American Geographers** 64, 1954.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tradução: Rogério Bettoni).

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006b (Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006a.

HELMSING, A. H. J. Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación. Santiago de Chile: **Revista EURE**, v. 25, n. 75, p. 5-39, set./1999.

HÉRITIER, A., LEHMKUHL, D. New modes of governance and democratic accountability. **Government and Opposition**, 46 (1), p. 126-144, 2011.

HILHORST, J. Estilos de desarrollo y estrategias de desarrollo regional. In: BOISIER, S. et all. (Comps.). **Experiencias de planificación regional en América Latina: una teoría en busca de una práctica**. Santiago do Chile: ILPES/SIAP, 1981.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**, New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 35-52.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Modernização da agricultura e distribuição da renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília/IPEA, v. 15, n. 1, p. 171-208, 1985.

HOOVER, E. M. **Location theory and the shoe and leather industries**. Cambridge: Harvard University Press, 1937.

HOOVER, E. M.; FICHER, J. L. Estudo sobre o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 281-290.

HUMPHREY, J. Industrial Reorganization in developing countries: from models to trajectories. In: **World Development**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 149-162, 1995.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. The triple approach to local industrial policy. In: **World Development**, Oxford, v. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

ILBERY, B. (Ed.). **The Geography of Rural Change**. Longman: Harlow, 1998.

ILBERY, B. (Ed.). **The Geography of Rural Change**. Longman: Harlow, 1998.

ISARD, W. **Localization and Space Economy: A General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade and Urban Structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, W. **Méthodes d'analyse régionale**. Paris: Dunod, 1972. 2 v.

JAGUARIBE, H. **Crisis y alternativas de América Latina: reforma o revolución?** Buenos Aires: Paidós, 1972.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao *desenvolvimento territorial sustentável*: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 49-76.

JESSOP, B. ¿Narrando el futuro de la Economía Nacional y el Estado Nacional?: Puntos a considerar acerca del replanteo de la regulación y la re-invencción de la gobernancia”. Traduzido por María Delia Bertuzzi. **Documento y Aportes in Adm. Pública y Gest. Estatal**, n. 7, p. 7-44, 2006.

JESSOP, B. **The future of the capitalist State**. Boston: Cambridge University Press, 2002.

JESSOP, B. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 29-45, 1998.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KALDOR, N. A model of economic growth. **The economic journal**, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.

KALDOR, N. The case for regional policies. **The Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 337-348, 1970.

KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização”. In: MILANI, A. et al. (orgs.). **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o Século XXI?**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p. 47-62.

KELLER, P. F. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: Uma revisão da literatura. **E & G. - Economia e Gestão**, v. 08, p. 30-47, 2008.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

KLASSEN, L. H. Pólos de crescimento: uma visão econômica. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 209-233.

KLINK, J. J. **A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOOIMAN, J. Governar en gobernanza. **Revista Instituciones y Desarrollo**, n. 16, p. 171-194, 2004.

KRAYCHETE, G. et. al. (orgs.). **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (Orgs.). **Economia Popular Solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2012.

KRUGMAN, P. R.; VENABLES, A. J. Globalization and the inequality of nations. **Quarterly Journal of Economics**, n. 110, p. 857–880, 1995.

KRUGMAN, P. R. **Development, geography and economic theory**. Massachusetts: MIT Press, 1995.

KRUGMAN, P. R. **Geografia y comercio**. Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

KRUGMAN, P. R. **Geography and Trade**. Cambridge/Massachusetts: Leuvan University Press/Belgium/MIT Press, 1991.

LANE, T. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 241-253.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Contraponto; 2005.

LEADER. **A competitividade dos territórios rurais à escala global**: conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. Caderno n. 6 - Fascículo 1. Bruxelas: Commission Eupénne/Direction Générale del'Agriculture/Observatório Europeu LEADER, 1999.

LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

LEITE, T. S. **Encontro produtivo e ancoragem territorial**: coordenação e relações firma-território em arranjos produtivos agroindustriais. Tese (Doutorado) em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: UFRRJ, 2004.

LÉVESQUE, B. Comentários às bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. H. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 77-86. v. 1.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LEWIS, A. **The Theory of Economic Growth**. Londres: George Allen & Unwin, 1955.

LIMA JÚNIOR, F. O. **SUDENE e forças sociais nordestinas**. 1ª ed. Crato/CE: RDS Editora, 2014.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Texto para discussão 358**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. Problemas da industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1985.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1977.

LIST, G. F. (1841). **O sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOCATELLI, L. (Org). **Indicações Geográficas: desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2016.

LOPES, Raul. **Competitividade, Inovação e Territórios**. Oeiras (PT): Celta, 2001.

LÖSCH, A. **Teoría económica espacial**. Buenos Aires: Ateneo, 1957.

LÖSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University, 1939.

LOVE, J. L. Centro-periferia e troca desigual: Origens e crescimento de uma teoria econômica. **Revista Dados 19**, 1978.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic growth. **Journal of Monetary Economics** 22 (1), 1998, p. 3-42.

LUCAS, R. E. Why doesn't capital flow from rich to poor countries? **American Economic Review**, (80), 1990, p. 92-96.

LUNDVALL, B-A. **National Systems of Innovation**: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning. Londres: Pinter Publishers, 1992.

LUNDVALL, B-A. **The Learning Economy and the Economics of Hope**. London: Anthem Press, 2016.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, 13 (35), 1999, p. 199-215.

MAGALHÃES, J. P. A. Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico. **Desenvolvimento & Conjuntura**. Rio de Janeiro, 1961.

MAGNAGHI, A. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: GIORDA, C. e PUTTILLI, M. (Org.). **Educare al territorio, educare il territorio** - Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES/SGI, 2003, p. 13-20.

MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale, statuto dei luoghi e valorizzazione delle risorse. In: CORRADO, F. (Org.). **Le risorse territoriali nello sviluppo locale**. Firenze: Alinea, 2005, p. 51-81.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, mar./2002, p. 9-16.

MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. **Sciences Humaines**, n. 8, p. 41-57, 1995.

MAILLAT, D. **PME, innovation et développement territorial**. Neuuchâtel: IRER/Dossier de l'IRER n. 18, 1998.

MALTHUS, T. R. **Princípios d'economie politique**. Paris: Calmann-Levy, 1969.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MANN, M. Has globalization ended the rise and rise of the Nation-State? **Review of International Political Economy**, 4(3), p. 472-96, 1997.

MARCH, J. G. y OLSEN, J. P. **Democratic Governance**. New York: The Free Press, 1995.

MARCH, J. G.; OLSEN J. P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.

MARINI, R. M. **América Latina – Dependência e Integração**. 1 edição. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2 v.

MARSHALL, A. **Principles of economics**. 2. ed. London: McMillan, 1891.

MARTIN, R. The New Geographical Turn in Economics: Some Critical Reflections, **Cambridge Journal of Economics**, 23, 1999, p. 65–91.

MARX, K. (1890). **O Capital**: crítica da economia política. 5 vls. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: Potencialidades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, Ano XXIII, n. 2, p. 103-115, Abr./Maio/Jun. 2014.

MASSEY D.; ALBERT, A.; BENACH, N. **Un sentido global del lugar**. Barcelona: Editorial Icaria, 2012 (Colección Espacios Críticos, Volumen 2).

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, C. A. Evolución de las Teorías del Crecimiento Económico y Crisis de la Enseñanza Urbano-Regional. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, jan./jul./1998.

MATTOS, C. A. Nuevas teorías del crecimiento económico: una lectura desde la perspectiva de los territorios de la periferia. **Revista de Estudios Regionales**, n. 58, 2000, p. 15-36.

MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura familiar, 2008.

MAYNTZ, R. New challenges to governance theory. **Jean Monnet Chair Paper rsc**, v. 98, n. 50, Florença, European University Institute, 1998.

MAZZUCATO, M. **The Entrepreneurial State**. Debunking Public vs. Private Sector Myths. London: Anthem Press, 2015.

MÉNDEZ, R. G. V. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **Revista EURE**, v. 28, n. 84, 2002, p. 63-83.

MÉNDEZ, R. G. V. Renovar economías urbanas en crisis: un debate actual sobre la innovación. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 4-31, nov. 2016.

MIGNOLO, W. Diferencia colonial y razón postoccidental. In: CASTRO-GÓMEZ, S. (ed.). **La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina**. Bogotá: Universidad Javeriana (Instituto Pensar, Centro Editorial Javeriano), 2000, p. 3-28.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

MILL, J. S. **Princípios de economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. (Os Economistas).

MISSIO, F. J.; ALVES, F. F.; VIEIRA, R. Economia Popular Solidária e precarização das relações de trabalho. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2007.

MONCAYO JIMÉNEZ, E. El debate sobre la convergencia económica internacional e interregional: enfoques teóricos y evidencia empírica. In: **Revista Eure**, Vol. XXX, Nº 90, pp. 7-26, Santiago de Chile, septiembre 2004.

MONCAYO JIMÉNEZ, E. **Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial.** Santiago de Chile: ILPES, 2001 (Serie Gestión Pública, 13).

MONTMELLER-FILHO, G. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.28, p.107-132, out. de/2000.

MONTMELLER-FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Tese (Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente). Florianópolis: UFSC, 1999.

MORGAN, K. The Learning Region: Institutions, innovation and regional renewal. **Regional Studies**, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. **Systèmes agro-alimentaires localisés et construction de territoires.** Proposition d’action thématique programmée. Paris: CIRAD, 1998.

MUCHNIK, J.; PICHOT J.-P.; RAWSKI, C.; SANZ CAÑADA, J.; TORRES SALCIDO, G. (eds.). Systèmes agroalimentaires localisés. **Cahiers Agricultures**, n. 17 (6), p. 505-636, 2008.

MYRDAL, G. (1957). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

MYRDAL, G. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

NAIR, P. K. R. Perspective The coming of age of agroforestry. **Journal of the Science of Food and Agriculture**, v. 87, p. 1613-1619, 2007.

NELSON, R. R. (Ed.). **National Innovation Systems: a Comparative Analysis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.

NELSON, R. R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Tradução: Adriana Gomes de Freitas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006 (Clássicos da Inovação).

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Tradução: Cláudia Heller. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005 (Clássicos da Inovação).

NIEDERLE, P. A. (Org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. 1. ed. v. 1. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 179-197, 2013.

NIEDERLE, P. A. A agricultura familiar entre o setorial e o territorial? Novos referenciais para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Perspectivas Rurales. Nueva Época**, Año 12, n. 24, p. 11-35, 2014.

NIJKAMP, P. The «resourceful region». A new conceptualisation of regional development strategies. **Investigaciones Regionales - Journal of Regional Research**, n. 36, p. 191-214, 2016.

NORTH, D. C. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977a, p. 333-343.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, vol. LXIII, N. 3, June 1955.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b, p. 291-313.

O'DONNELL, G. 1993. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 36, p. 123-145.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de población**, Año 6, n. 24, p. 9-35, abril-junio/2000.

O'CONNOR, J. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: The Guilford Press, 1998.

OLIVEIRA, F. (1972). **Crítica à Razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo, 2003.

OTONI, P. H. S. **A Nação e seu labirinto: A “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 157-194.

PAIVA, R. M. **A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico**. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1979.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abril/2009.

PECQUEUR, B. **Le développement local: mode ou modèle?** 2. ed. Paris: Syros-la Découverte, 2000.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. In: **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n°s 01 e 02, p. 10–22, jan./dez./2005.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, p. 135-153, Janeiro-Dezembro/2006.

PECQUEUR, Bernard; ZIMMERMANN, Jean. Fundamentos de uma economia da proximidade. In: CAMPOLINA DINIZ, C.; LEMOS, M. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005, p. 78-101.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Porto: Herder, 1967. (Os espaços econômicos).

PERROUX, F. **L'économie du XX siècle**. 3 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

PERROUX, F. Note Sur La Notion de “Pôle de Croissance”, **Economie Appliquée**, Tomo VIII, 1955, p. 307– 320.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 145-156.

PIORE, M.; SABEL C. **La Segunda Ruptura Industrial**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1993.

PIORE, M.; SABEL C. **The second Industrial Divide**, New York, Basic Books, 1984.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 15-56.

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas**. Coimbra: APDR, 1998.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Tradução de: Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. **Espaço e Cultura**, UERJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun./2010.

PONTES, J. P.; SALVADOR, R. A Nova Geografia Económica. COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**. Volume 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Princípia, 2009, p. 268-286.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, nov./dez./1998.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E. **Competitive advantage**. New York: Free Press, 1985.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PORTER, M. E. Location, Competition and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. In: **Economic Development Quarterly**, 2000.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

POSSAS, M. **A dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 24 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963a.

PREBISCH, R. **Hacia la dinámica del desarrollo económico de América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963b.

PREBISCH, R. **Nueva política comercial para el desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-112, 1949.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 69-136.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-112, 1949.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 69-136.

PREBISCH, R. Por uma nova dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000b, p. 451-488.

PREBISCH, R. Por uma nova política de desenvolvimento comercial em prol do desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000c, p. 373-422.

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000d, p. 179-215.

PULPÓN, A. R. R.; TABASCO, J. J. P. Distintivos de calidad agroalimentaria en Castilla-La Mancha (España) y problemas en la gobernanza territorial. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 48-70, jul./dez. 2015.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUESNAY, F. **Quadro econômico**: análise das variações do rendimento de uma nação. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005, p. 227-278.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v. 26, n. 75, p. 149-162, fevereiro/2011.

RADOMSKI, M. I.; LACERDA, A. E. B.; KELLERMANN, B. **Sistemas agro-florestais: restauração ambiental e produção no âmbito da Floresta Ombrófila Mista**. Colombo (PR): Embrapa Florestas, 2014, p. 9-47 (Documentos 276).

RADOMSKY, G. F. W., CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: técnicas, base de dados e estatísticas aplicadas aos estudos rurais**. Porto Alegre, Brasil: UFRGS, 2015. v. 2.

RAFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPÓSITO, E. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RALLET, A. **L'économie de proximités**. Texte présentée devant le groupe Dynamiques de Proximité. Marseille: GREQAM, 2000.

RALLET, A., TORRE A. (dir.). **Economie industrielle et économie spatiale**. Ed. Económica: Paris, 1995.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr/2009.

RANGEL, I. (1957) **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Bional, 1990.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 5 ed. São Paulo: Bional, 1986.

RANGEL, I. **Do ponto de vista nacional**. Rio de Janeiro/São Paulo: BNDS/Bional, 1992.

RANGEL, I. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957 (Textos brasileiros de economia, v. 2).

REBELO, S. Long Run Policy Analysis and Long Run Growth. **Journal of Political Economy** 99, 1991.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, n. XLIV, p. 652-667, 1996.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **Revista Percursos - NEMO**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 35-62, 2014.

RIBEIRO, A. M. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.

RIBEIRO, E. S. **Análise da denominada descentralização político-administrativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim/SC**. Lages: UNIPLAC, 2009 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Planalto Catarinense).

RIBEIRO, J. C.; SANTOS, J. F.; CARBALLO-CRUZ, F. A localização dos serviços. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**. Volume 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Princípiã, 2009, p. 69-80.

RIBEIRO, M. T. F.; LOIOLA, E. Gestão do Território e Desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Construindo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 186-225.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Construindo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

RICARDO, D. (1817). **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

RICHARDSON, H. W. **Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RICHARDSON, H. W. **Economia Urbana**. Rio de Janeiro: Interciência, 1971.

RICHARDSON, H. W. **Elements of regional economic**. Baltimore: Penguin Books, 1969.

RODRIGUEZ, O. **La teoría del subdesarrollo de la Cepal**. México: Siglo Veintiuno, 1981.

RODRIGUEZ-POSE, A.; CRESCENZI, R. Montanhas em um mundo plano: porque a proximidade ainda importa para a localização da atividade econômica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - RBEUR**, v. 11, n. 2, p. 9-30, 2009.

ROMER, P. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, 98(5), 1990, p. 71-102.

ROMER, P. Increasing Returns and Long Run Growth. **Journal of Political Economy**, 94, 1986, p. 1002-37.

ROMERO, J., FARINÓS DASÍ, J. (2011), Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. Democracia como base, desarrollo territorial como resultado. **Boletín de la A. G. E.**, N. 56, p. 295-319, 2011.

ROSENSTEIN-RODAN, P. **Reflections on regional development**. Center for International Studies, 1963.

ROSTOW, W. W. (1959). **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, I. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACK, R. D. **Human territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, Outubro 2007.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013 (Livro Eletrônico).

SANTOS, D. Teorias de inovação de base territorial. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**. Volume 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Princípia, 2009, p. 319-352.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, T. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **RESGATE**, vol. XIX, n. 21, p. 5-15, jan./jun. 2011.

SAQUET, M. A. Uma concepção de pesquisa voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. In: DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016, p. 7-14.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. Dinâmicas territoriais rurais e urbanas. In: CASTRO, C.; BERNAT, I.; SILVA, Q.; SODRÉ, R. (Org.). **Territórios, paisagens e suas dinâmicas**. São Luís (MA): Editora UEMA, 2014, p. 65-92.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SAQUET, M. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, p. 87-119, 2004.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAY, J. B. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHEJTMAN, J.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago de Chile: RIMISP, marzo/2004.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns, Brighton: Institute of Development Studies, University Sussex. **Working Paper n. 50**, 1977.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. In: **World Development**, Oxford, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n.11, p. 88-125, jan./jun./2004.

SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). **Sementes e brotos da transição**: inovação poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCHNEIDER, S. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, vol. IV, n. 2, p. 379-397, abril/junho 2000.

SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Vol. 23, N°s 01 e 02, jan.–dez./2004, p. 99-116.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, T. W. **Transformando a agricultura tradicional**. São Paulo: Zahar, 1965.

SCHULTZ, T. W. Uma política para distribuir as perdas sociais do crescimento econômico. In: CONTADOR, C. R. (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Brasília: IPEA, 1975.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SCHWARTZMAN, J. A. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Brasília (DF): IPEA/IPLAN (monografia 16) Rio de Janeiro, 1975.

SCHWARTZMAN, J. Outras teorias de desenvolvimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 235-239.

SCOTT, A. J. et all. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**. São Paulo, (41) 2001, p. 11-25.

SCOTT, A. J. **New Industrial Spaces**. Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion Limited, 1988.

SCOTT, A. J. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Orgs.). **Production, work, territory**. The geographical anatomy of industrial capitalism. Boston: Allen and Unwin, 1986.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA V. **Abrazar la vida**: mulher, ecología y supervivencia. Tradução Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento Regional. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 71-74.

SIEDENBERG, D. R. Fundamentos, trajetórias e abordagens contemporâneas do desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012, p. 19-100.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

SILVA, G. J. C. **A teoria da dependência**: reflexões sobre uma teoria latino-americana. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/downloads\\_2005/hegemonia\\_03\\_04.pdf](http://www.unieuro.edu.br/downloads_2005/hegemonia_03_04.pdf) (acesso, 08-03-2010).

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento**: Uma análise urbano-regional baseada em *cluster*. v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004 (Tese de doutorado apresentada no Curso em Ciências da Comunicação-ECA/USP).

SILVA, M. R.; SILVA, S. Crescimento endógeno. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). **Compêndio de economia regional**. Volume 1 – Teorias, temáticas e políticas. 1. ed. Coimbra: Princípia, 2009, p. 185-193.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Cadernos gestão pública e cidadania**, São Paulo, FGV, v. 17, n. 60, p. 148-168, 2012.

SILVA, S. P. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. **Texto para discussão 1898**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, janeiro/2013a.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento 2013**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2013b, p. 89-116. v. 1.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil - 1500/1820**. 1ª ed. São Paulo: IBEP/NACIONAL, 1978.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agoecol. e Desenv. Sustent.**, v. 1, n.1, p. 61-71, 2000.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. (Os Economistas).

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, N. W. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Difel, 1982.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics** 70 (1), 1956.

SØRENSEN, E., TORFING, J. The democratic anchorage of governance networks. **Scandinavian Political Studies, Nordic Political Science Association**, v. 28, n. 3, p. 195-218, 2005.

SORJ, B. O feminino como metáfora da natureza. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 143-150, 1992.

SOUZA, M. J. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional** 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003.

SPÓSITO, E. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2003.

STAVENHAGEN, R. (1985), Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, n. 84, p. 11-44, 1985.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Ed. Futura, 2002.

STIGLITZ, J. E. More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus. **The 1998 WIDER Annual Lecture**, Helsinki, Finlândia, 07/1/1998. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/209/43245.html>, acesso em 28-06-2017.

STOKER, G. Governance as a theory. Five propositions». **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

STOKER, G. **Transforming local governance**. Houndmills/Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2004.

STORPER, M. **Keys to the City: How Economics, Institutions, Interactions and Politics Shape Development**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

STORPER, M. **The Regional World: territorial development in a global economy**. New York: The Guilford Press, 1997.

STORPER, M. The resurgence of regional economies ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. **European Urban and Regional Studies**, nº 2, 1995.

STORPER, M.; SALAIS, R. **Worlds of Production: the Action Frameworks of the Economy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. **Journal of Economic Geography**, v. 4, p. 351-370, 2004.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 21-56.

STORPER, M.; WALKER, R. **The capitalist imperative: territory, technology and industrial growth**. Oxford: Basic Blackwell, 1989.

SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 521-566.

SWAN, T. Economic Growth and Capital Accumulation, **Economic Record** 32, 1956.

TARTARUGA, I. G. P. **Inovação, território e cooperação: Um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TAVARES, M. C Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 217-237.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2008.

THÜNEN, J. H. V. (1826). **The isolated state**. Nova York: Pergamon Press, 1966.

TIEBOUT, C. M. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 315-323.

TOLOSA, H. C. Pólos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, P. R. (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, 1972, p. 189-243.

TORRE, A. Proximité géographique et dynamiques industrielles. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n. 3, p. 431-448, 1993.

TORRE, A.; RALLET, A. Proximity and localization. **Regional Studies**, n. 39, p. 47-59, 2005.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 75, p. 55-75, 2015.

TURCO, A. Abitare l'avvenire. Configurazione territoriali e dinamiche identitarie nell'età della globalizzazione. **Boll. Soc. Geogr. Ital.**, 1, p. 3-20, 2003.

TURCO, A. **Configurazione della territorialità**. Milão: Franco Angeli, 2010.

VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-29, 2006.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.105, jul./dez. 2003, p.25-31.

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. (Editores). **Uniendo Personas, Territorios y Productos**. Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles. Roma: FAO/SINER-GI, 2011 (reimpressão).

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Santiago de Chile: CEPAL-Proyeto CEPAL/GTZ, 2000.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo local y acumulación flexible. Enseñanzas teóricas de la historia y la política. **Estudios territoriales**, n° 35, 1991, p. 135-171.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación.** Lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Pirámide, 1999.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollos recientes de la política regional. La experiencia europea. **Revista EURE**, v. 22, n. 65, 1996, p. 101-114.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/FEE, 2001.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Endogenous development.** Londres y Nueva York: Routledge, 2002.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Las nuevas fuerzas del desarrollo.** Barcelona (ES): Antoni Boch Editor, 2005.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Política Económica Local.** Madrid: Pirámide, 1993.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Vol. 3, n. 5, p. 5-19, Set. 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo.** Brasília: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/Universidade de Brasília (UnB), 2006 (Tese de Doutorado).

VIEIRA, P. H. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010. v. 1.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas e o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-146, outubro/2000.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WATKINS, M. H. Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 255-279.

WEALE, A. New modes of governance, political accountability and public reason. **Government and opposition**, v. 46, n. 1, p. 58-80, 2011.

WEBER, A. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago, 1929.

WEISS L. A volta do Estado: aprendendo com os BIC? O Estado de transformação: volta, renovação, ou redescoberta? **Desenvolvimento em Debate**, v.2, n.1, p.9-31, janeiro-abril 2011.

WEISS, L. **States in the Global Economy**. Bringing domestic institutions back. Cambridge (UK): University of Cambridge, 2003.

WEISS, L. Global Governance, National Strategies: how industrialised states make room to move under the WTO. **Review of International Political Economy**, 12(5), p.723-749, 2005.

WEISS, L. The State in the Economy: Neoliberal or Neoactivist? In: CAMPBELL, J. et al. (Edts.). **Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

WICKSELL, K. **Lectures on political Economy**. Londres, vol. 2, 1950.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 53-116.

WILLIAMSON, O. **Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications**. New York: The Free Press, 1975.

WILLIAMSON, O. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Rational Contracting**. New York: Free Press, 1985

YOGUEL, G.; BOSCHERINI, F. **El desarrollo de las capacidades innovativas de las firmas y el rol del sistema territorial**. Universidad Nacional de General Sarmiento (AR); Centro Antares de Forli (IT), 2001.

ZACCARELLI, S. B. **Estratégia e sucesso nas empresas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ZIMMERMANN, J. B. (2000). Entreprises et territoires: entre nomadisme et ancrage territorial. **La Revue de l'Ires**, v. 1, n° 47, p. 21-47, 2005.

ZIMMERMANN, J. B. De la proximité dans les relations firmes-territoires: nomadismo et ancrage territorial. In: GILLY, J.P. & TORRE, A. **Dynamiques de Proximité**. Collection Emploi, Industrie et Territoire. L'Harmattan, 2000, p.225-249.

## SOBRE O AUTOR

Possui graduação em Geografia, especialização em Economia, mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, com Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (PT). Em 2013, atuou como Pesquisador Convidado no ICS da Universidade de Lisboa. Atualmente, é professor pesquisador no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) de Canoinhas - Santa Catarina (Brasil). Já teve atuação no Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI e em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, no Rio Grande do Sul. Tem atuação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) nas áreas de conhecimento da Geografia e Aspectos Econômicos do Planejamento Urbano e Regional, em torno de cinco eixos temáticos preferenciais: Teorias do Desenvolvimento; Território, Região e Desenvolvimento Regional; Governança Territorial e Desenvolvimento; *Branding* de Território e Marketing Territorial; Território, Ativos Territoriais, Identidade Territorial, Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial. Coordena o Projeto de Pesquisa “Signos Distintivos Territoriais e Indicação Geográfica: um estudo sobre os desafios e perspectivas como alternativa de Desenvolvimento Territorial”. Sobre o tema, organizou três livros, os quais estão disponíveis para download gratuito (<<http://www.unc.br/publicacoes-dos-docentes/>>). É coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq: GEDET - Grupo de Estudos e Investigação sobre Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial. É Editor-chefe do periódico *Desenvolvimento Regional em debate*, na UnC e Coordenador Geral da *Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança*, da qual participam pesquisadores do Brasil, Argentina, Portugal e Espanha, além de outros países de língua portuguesa e espanhola.

**SOBRE O LIVRO**

Tiragem: 1000

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12 x 19 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

**Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização**